

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

**REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

VOL. XVI OUTUBRO-DEZEMBRO, 1951 N.º 44

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Palácio de Educação, 10." andar
Rio de Janeiro
Brasil

DIRETOR

MURILO BRAGA DE CARVALHO

CHEFES DE SEÇÃO

ELZA RODRIGUES
Documentação e Intercâmbio

MANOEL MARQUES DE CARVALHO
Inquéritos e Pesquisas

DAGMAR FURTADO MONTEIRO
Organização Escolar

ELZA DO NASCIMENTO
Orientação Educacional e Profissional

BENIRAH TORRENTS PEREIRA AZEM
Acordos

ZENAIDE CARDOSO SCHULTZ
Coordenação dos Cursos

HADJINE GUIMARÃES LISBOA
Biblioteca Pedagógica

MILTON DE ANDRADE SILVA
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

ANTÔNIO LUÍS BARONTO
Secretaria

Toda a correspondência destinada ao Instituto deve ser dirigida ao seu diretor, Caixa Postal 1669, Rio de Janeiro, Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. XVI

Outubro-Dezembro, 1951

N.º 44

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
<i>Idéias e debates:</i>	
Rui CARRINGTON DA COSTA, Subsídios para a história do movimento da orientação profissional	5
MURILO BRAGA, Seleção de pessoal: seus objetivos e seus problemas	62
HILDA LOZIER P., O problema da seleção de alunas para as escolas de enfermeiras	88
J. MACHADO DE MELLO JÚNIOR, ARNALDO R. VASCONCELOS FILHO, GUARACIABA TRENCH e JASON RIBEIRO DA SILVA, Seleção e formação profissional de operadores de veículos de transporte coletivo	100
José MALLART, Aplicações da psicologia: orientação escolar, orientação profissional, seleção escolar e formação profissional.. . . .	120
<i>Documentação:</i>	
TRISTÃO DE ATAÍDE, Plano cultural interamericano.	134
<i>Vida educacional:</i>	
A educação brasileira no mês de julho de 1951.	157
A educação brasileira no mês de agosto de 1951.	169
A educação brasileira no mês de setembro de 1951.	179
Informação do país.	188
Informação do estrangeiro.	196

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: *Raul de Moraes*, Seleção de revisores de imprensa; *Ana Caetano Gonzalez*, Ensaio de seleção de operários soldadores; *Vasco Coelho da Silva*, Exame de seleção de tipógrafos; *Aristides Ricardo*, Seleção profissional; *Maria Irene Leite da Costa*, Orientação profissional dos anormais

198

Atos oficiais:

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL: Portaria n.º 25, de 13 de julho de 1951 — *Expede instruções reguladoras da concessão e distribuição de bolsas de estudo*; Portaria n.º 113, de 6 de agosto de 1951 — *Institui curso de fundamentos da educação*; Portaria n.º 926, de 3 de setembro de 1951 — *Expede os programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e História Administrativa e Econômica do Brasil e respectivas instruções metodológicas, para os cursos técnicos de comércio*; Portaria n.º 966, de 2 de outubro de 1951 — *Aprova os programas das diversas disciplinas do curso secundário*

238

ORIENTAÇÃO E SELEÇÃO PROFISSIONAL

A necessidade de encaminhar adequadamente cada indivíduo para uma atividade profissional de acordo com as suas capacidades e aspirações, além de valorizar a personalidade humana, concorre para maior integração dos grupos sociais e conseqüente aumento no rendimento do trabalho. Evidentemente, inúmeros fatores contribuíram para que educadores, psicólogos e homens de empresa procurassem os melhores meios para que essa orientação se processasse. De um lado, cumpre destacar a complexidade crescente da vida moderna, não permitindo que continuasse com a família, por insuficiência, de meios, o encargo da orientação e da escolha dos jovens para uma profissão, conseqüência lógica do surto de progresso do trabalho industrial, que não só fêz crescer consideravelmente o número de profissões, como também, dentro de cada uma, criou uma série enorme de especialidades. De outro lado, os estudos e pesquisas sobre as diferenças individuais e a variação dos interesses e aptidões. Envolvendo ampla análise, quer dos diversos atributos pessoais do futuro trabalhador, o que constitui um dos campos da psicotécnica, quer das diversas operações que se verificam na prática dos mais variados serviços, bem como o estudo das vantagens econômicas e da situação social que as diferentes profissões oferecem, organizando-se assim as informações sobre o mercado de trabalho, a orientação profissional substituiu, por meios científicos, os processos arbitrários e empíricos na escolha da carreira, das atividades mais condzentes com as aptidões e capacidades.

Além disso, como, por meio da aprendizagem e do treinamento, há certas capacidades susceptíveis de aprimoramento ou determinadas aptidões que podem ser desenvolvidas, verifica-se haver íntima relação entre a orientação profissional e a orientação educacional, porque a preparação profissional envolve também a escolha de cursos e escolas, e, da mesma forma, observa-se uma estreita relação entre a orientação profissional e a educação profissional, que dá habilitação técnica para, o exercício da atividade profissional. Com a orientação profissional procura-se indicar os grupos de atividades a fim de ajustar o homem no meio social e de tal modo que o rendimento seja o melhor possível e em proveito da coletividade. No Brasil, várias tentativas têm sido feitas. Infelizmente, ainda estamos na fase embrionária. A industrialização do país vai nos retirar do atraso ou da letargia em que nos encontramos.

A seleção do pessoal, em nosso meio, tem sua história, muito parecida, aliás, com a de outros países. Sempre houve tentativas para sua implantação sistemática. Tudo, porém, Com resultados ainda diminutos para a magnitude do problema. Nessa luta, o Governo Federal contribuiu poderosamente com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, que, por meio da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, implantou o sistema do mérito. Pelos concursos e provas do D. A. S. P. já passaram mais de 250.000 candidatos, o que basta para dizer dos esforços já realizados. No trabalho do D. A. s. P., um dos aspectos mais importantes no sistema de seleção é a fase do planejamento das condições e programas a que deverá obedecer o concurso ou prova. Apresenta-se o problema da análise do trabalho, e sem essa análise a seleção não se fará dentro do rigor técnico necessário. E para mostrar a dificuldade que o problema encerra bastará verificar que o conhecimento da profissão inclui:

a) o estudo das operações do trabalho, movimentos necessários, posições, máquinas, ferramentas, enfim, tudo o que, com o trabalhador, participe do trabalho;

b) a verificação das condições econômicas, isto é, a falta ou abundância de profissionais, a possibilidade de colocações, a duração da aprendizagem, possibilidades de promoções, enfim, os diversos elementos que influem sobre o mercado do trabalho;

c) análise psicológica do trabalhador — inteligência, aptidões e conhecimentos indispensáveis ao exercício da profissão; e

d) contra-indicações do ponto de vista médico.

Torna-se necessário introduzir em nosso sistema de ensino as indispensáveis modificações a fim de possibilitar a instalação e o funcionamento permanente de órgãos destinados a estabelecer as medidas aconselháveis para a orientação e seleção dos nossos docentes e discentes. Reconhecendo a utilidade dessa prática pedagógica. e salientando a necessidade de maior difusão dos conhecimentos da orientação e da seleção entre nós, "REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS" faz inserir no presente número diversos trabalhos dedicados ao assunto, onde os autores, além de explicar as teorias e técnicas, dão informações sobre experiências realizadas e fazem o levantamento histórico do desenvolvimento que os processos de orientação e seleção profissional vêm apresentando desde os seus primórdios.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL (*)

Rui CARRINGTON DA COSTA

A idéia de escolher-se a profissão que melhor se coadune com as aptidões físicas e intelectuais dos indivíduos, isto é, a concepção sobre que se baseia o que hoje designamos por Orientação Profissional, ou O.P., é de origem relativamente recente: não vai além do fim do século passado.

Mas como se chegou a tal concepção?

A organização profissional mais antiga de que se possuem dados já um tanto precisos e que se estendeu a grande número de povos da antigüidade, é a que se instituiu sob o regime de castas. Aparece na sua maior pureza na Índia (ainda hoje lá se faz sentir) e assenta na especialização hereditária pela obrigatoriedade de todos os indivíduos pertencentes à mesma casta terem de aprender igual profissão, quer dizer, todos serem coagidos a seguir a profissão dos seus antepassados. Só podiam ascender, por exemplo, às funções religiosas os que pertencessem à nobre casta dos brâmanes (de brahm, oração), ou às militares os da casta dos xátrias (de xatra, força). O regime de castas foi desaparecendo, mas a hereditariedade da profissão subsistiu mais ou menos imposta pela lei ou pelo costume. Assim, no antigo Egito, segundo Diodoro da Sicília, os regulamentos dos Faraós determinavam a obrigatoriedade de os filhos seguirem a profissão dos pais (1) e parece até que já lá existiam corporações de ofícios (2).

Como na Grécia, os mesteres eram tidos em menor valia, só os exerciam os estrangeiros, pelo que ficavam à margem da organização da cidade. Mesmo assim, verifica-se a hereditariedade das pro-

(*) Transcrito do n.º 7 da 2.ª série (dezembro de 1946) do Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luisa Barbosa de Carvalho", de Lisboa.

(1) Gustave Glotz: *Le travail dans la Grèce ancienne. Histoire économique de la Grèce toupis le période Homérique jusqu'à la conquête romaine*, 1920.

(2) Henri Maspero: *Les finances de l'Égypte soua les Lagides*, 1905.

fissões. Está neste caso a medicina, que foi apanágio de um pequeno número de famílias. Hipócrates, por exemplo, foi o décimo sétimo médico da sua família. E, segundo Hermann (3), ainda que entre os gregos a hereditariedade da função não fosse prescrita pela lei senão nalguns Estados e para certas funções, geralmente ligadas à vida religiosa, os costumes estabeleceram-na com mais frequência do que geralmente se supõe. Também no oriente helenizado, as profissões transmitiam-se de pais a filhos, o que levou Glotz (4) a dizer que se encontravam, a cada instante, verdadeiras dinastias de pedreiros, de carpinteiros e de ferreiros.

Na velha Roma o Estado atribuía a determinada classe de cidadãos certas profissões com um caráter mais ou menos hereditário. Encontramos também corporações profissionais que, pelo menos, remontam aos primeiros tempos da República, e até mesmo uma tradição atribui ao rei Numa Pompílio a sua criação (5).

Essas associações eram designadas pelo nome de "collegir.". A princípio em pequeno número, tomam grande incremento na época de Cícero, e sobretudo no tempo do Império. Devemos, no entanto, dizer que estes colégios não tinham um caráter tão acentuadamente profissional como o das *guildas* e das *corporações da Idade Média*. E, finalmente, a partir do IV século depois de J. C., as profissões tornaram-se hereditárias.

Como acabamos de ver, nesses recuados tempos a escolha da profissão era, de uma maneira geral, uma palavra vã: o filho devia abraçar a profissão do pai.

Procurou-se justificar esta organização profissional, que se caracterizava por uma especialização hereditária, fundamentando-a na tese da transmissibilidade, de pais a filhos, das qualidades adquiridas, ou seja, no princípio lamarckiano, defendido por Schmoüer.

Foi em 1889 que Galton (6) sugeriu que se fizessem experiências sobre a transmissão de certos costumes adquiridos. Ora, Pavlov, em 1923, verificou a diminuição do número de ensaios necessários para associar a presença do alimento com um ruído, em su-

(3) Citado por Êmile Durkheim in *De la division du travail social*, cinquième édition, 1926.

Í4) G. Glotz: *op. cit.*

(5) Plutarco, na *Vida de Numa*, refere que este rei mandou agrupar os menestréis por ofícios formando colégios, o que é contestado por Mominsen.

(6) P. Galton: *Feasible experimenta on the possibility of transmitting aquired habits by means of inheritance* in *Nature*, de 17 de outubro de 188!.

cessivas gerações de ratos albinos. Daí, concluiu que depois de algumas gerações a associação, tornada hereditária, traduzir-se-ia, desde que se fizesse ouvir o mesmo ruído, num reflexo inato (7).

Os neo-lamarckistas interpretaram os resultados desta experiência como a gênese de um instinto. No entanto, Lloyd Morgan (8) refuta tal conclusão com o argumento de que nos seres animais as conexões secundárias dos neurones, ou seja, as adquiridas, podem estabelecer-se, de fato, com mais facilidade nas gerações que se lhes seguem, mas nunca podem tornar-se conexões primárias, isto é, de hábitos tornarem-se instintos.

No ano seguinte, Dowell e Miss Vicari chegaram a resultados contrários aos de Pavlov, pelo que se pronunciaram a favor de uma "não hereditariedade dos efeitos do treino". Parece até que o próprio Pavlov reconheceu o seu erro (9). Novas experiências foram realizadas por Mac Dougall (10) durante os anos que mediaram entre 1919 e 1938, em 44 gerações de ratos albinos. Chega às conclusões que passamos a expor:

1.º — Que o número de erros cometidos até se estabelecer a reação condicionada, em média e em cada geração de ratos, ia diminuindo;

2.º — Que se dá o mesmo com as gerações de ratos que necessitam de maior número de ensaios para estabelecer a reação condicionada;

3.º — Que com as gerações de ratos resultantes do cruzamento dos adestrados com os não adestrados notava-se uma transmissão de caráter mendeliana.

Devemos dizer que a diminuição do número de erros das conclusões 1.º e 2.º se faz de forma irregular.

Agar (11), em 1935, e Crew (12), em 1936, efetuaram novas experiências, mas quer as condições da sua realização, quer a sua

(7) Science, tomo LVIII, 1923, citado por Jacques Chevalier, in "L'habitude. essai de métaphysique scientifique, deuxième édition revue et corrigée, 1940.

(8) Jacques Chevalier: op. cit.

(9) Jacques Chevalier: op. cit.

(10) W. Mac Dougall: An experiment for the testing of the hypothesis of Lamarck, British Journal of Psychology, vol. XVII, 1927; Second report on a lamarckian experiment, ibid., vol. XX, 1930; Third report on a lamarckian experiment, ibid., vol. XXIV, 1933, e Fourth report on a lamarckian experiment, ibid., vol. XXVII, 1938. Pode ler-se uma síntese e crítica destes trabalhos em Orientaciones de la biología moderna, do Prof. Mário F. Canela, tradução do Dr. Armando Tachela Costa, com um prólogo do Prof. Gregório Mararión, 1940.

(11) W. E. Agar: A first report on the test of Mac Dougall' lamarckian experiment on the trainings of rata, 1935, citado por Mário Canela, in op. cit.

(12) F. A. E. Crew: A repetition of Mac Dougall' lamarckian experiment, 1936, igualmente citado por Canela.

duração, não foram perfeitamente iguais às de Mac Dougall. Os resultados obtidos também não coincidiram.

Fica ainda em aberto o problema da hereditariedade das qualidades adquiridas, ou seja, do princípio lamarckiano, não só por substituir a crítica de Morgan, como por não haver acordo completo entre as várias experiências e ainda por Mac Dougall apresentar resultados um tanto estranhos como as grandes variações individuais, em cada geração, entre o rato não adestrado e o adestrado e entre o número de erros do melhor e do pior rato. Mesmo a hereditariedade dos caracteres adquiridos não é aceita pela grande maioria dos biólogos.

Cumpre-nos, ainda, referir que a reputação de habilidade alcançada pelos artistas hindus, que alguns querem filiar na transmissão da habilidade profissional de pais a filhos, aperfeiçoada nas sucessivas gerações, por isso que só lhes é dado aprender a profissão que pertence à sua casta, — regime de castas —, se explica pela influência do meio familiar que leva o filho a aprender inconscientemente a arte do pai. Outro tanto se dá com as famílias de músicos e de artistas.

Não é, pois, de aceitar, dentro dos conhecimentos atuais, a hereditariedade da associação reflexa que se traduz num reflexo inato, e, conseqüentemente, a transmissibilidade das aquisições psíquicas obtidas pelo treino, adestramento e aprendizagem, ou sejam hábitos. Logo, a organização profissional que procura assentar a especialização hereditária na tese defendida por Schmoller, não tem fundamento por não ser transmissível o conjunto de hábitos que formam a habilidade técnica.

*

* *

Nos primeiros séculos da nossa era, a vida corporativa, respeitante aos mesteres, extingue-se, deixando somente rasto na Gália e na Germânia. Volta novamente a aparecer nos séculos XI e XII, com as *corporações de ofícios*.

Entre os *colégios* romanos e as *corporações*, como manifestação da vida corporativa, aparecem as *guildas* — associações de mercadores dos países do Norte: Países Baixos, Inglaterra, Escandinávia e Alemanha. Por isso, os *colégios* e as *guildas* são considerados os antepassados das *corporações*.

A escolha da profissão, dentro do regime das corporações, fazia-se segundo o conselho dos pais ou dos amigos, ao acaso das circunstâncias, etc, etc. No entretanto, os filhos dos mestres, ao iniciarem o aprendizado do ofício, gozavam de prerrogativas: o seu número não era limitado, não estavam sujeitos à duração leçral des-

se aprendizado, nem ao seu custo. Estes eram chamados *aprendizes privados* e os outros *aprendizes extraordinários*. Lembramos que os Estatutos estabeleciam o número de aprendizes extraordinários — geralmente um — por mester em cada oficina, medida esta justificada pela impossibilidade de instruir, ao mesmo tempo, muitos aprendizes. No fundo, o que existia era o receio da concorrência, o que levava o mestre a tornar penoso o aprendizado (13) e a esconder em parte os segredos da profissão.

Com o correr do tempo o número de aprendizes foi reduzido, o tempo de aprendizagem alongado, o exame para mestre mais apertado, as exigências e abusos tornaram-se cada vez maiores. Mas ainda e, sobretudo, com o desenvolvimento da grande indústria, que, por atingir a vida operária, implicava um novo problema de organização, as corporações, que tinham alcançado o seu apogeu no século XIII, começaram a entrar em declínio no século XVIII, para se extinguirem depois.

É de presumir que, em Portugal, as corporações apresentassem, de início, um caráter acentuadamente religioso e só mais tarde o de ofícios, tomando o nome de *corporações dos mesteres* ou *bandeiras* (14). Ao certo, sabe-se que em 1383 e mesterais passaram a intervir na administração municipal com o reconhecimento, por D. João I, da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. No entanto, estamos inclinados a admitir, com J. Lúcio de Azevedo, que as corporações já existiam no reinado de D. Dinis (15).

A escolha da profissão, em Portugal, durante a vigência das corporações, fazia-se como nos outros países: segundo o acaso das circunstâncias, influência de pessoas de família ou de estranhos, etc. No reinado de D. João II, nas cortes de Évora-Viana, 1481-1482, foram presentes vários *capítulos*, que diziam respeito aos mestres, tais como não se poder ser mestre de ofício sem passar na *examinação*, e os filhos dos mestres serem obrigados a seguir a profissão dos seus progenitores. O rei, porém, não aceitou tais sugestões. Todavia, sabemos pelo *Livro dos Regimentos dos Oficiais mecânicos*,

(13) Sousa Viterbo, in *Artes industriais e as indústrias portuguesas. Ourivesaria, quinquilharia e bijutaria (Documentos)*, vol. 61 do Instituto, 1914, transcreve um documento dos Juizes do Ofício de Ourives de Lisboa, que reza assim; "Sujeita-se um homem a aprender, entregando-se à instrução do Mestre, que lhe destinam, e que por anos o tem como escravo;..."

(14) Era costume os mestres levarem, quando se apresentavam em corporação, as suas bandeiras com as imagens dos santos que na vida terrena exerceram alíum ofício, ou que a devoção elegia para patrono. Dai, as corporações chamam-se também bandeiras ou ofícios embandeirados.

(15) *História de Portugal*, edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade, tomo II, 1929.

de Lisboa, que em 1572, "foy acordado que nenhum official mecânico ponha tenda de seu officio nesta cidade ou seu termo sem primeiro ser examinado pelos examinadores do seu officio e sem a carta de examinação ser confirmada pela Câmara" (16) .

Afora todos os exageros e abusos, as inovações da técnica industrial e o despertar de um novo sistema econômico começaram a tornar impossível a vida das corporações, como aliás sucedeu ou estava sucedendo nos outros países. Estas receberam o primeiro golpe com o Decreto de 18 de abril de 1761, que permitia "a todos, e quaesquer Artífices, ou sejam nacionais, ou estrangeiros, para que, apresentando licenças da sobredita Junta para trabalharem em obras de nova invenção, ou de conhecida utilidade do Reino, lhes mande expedir o Senado as licenças necessárias" (17) . Só por Decreto de 7 de maio de 1834 (18), foram definitivamente extintos as corporações. "Ficam extintos," reza o decreto, "os Logares de Juiz e Procuradores do Povo, Mestres, Casa dos Vinte e quatro, e os Grêmios de diferentes Officios", com o fundamento de que estes cargos e instituições não se coadunavam com os princípios da Carta Constitucional e ainda porque representavam um estorvo "à indústria nacional, que para medrar muito carece de liberdade".

A França aboliu as corporações com a lei de 14-17 de julho de 1791, mais vulgarmente conhecida pela Lei Chapelier; a nossa vizinha Espanha, com o Decreto de 6 de dezembro de 1836, e a velha Albion, com a lei de 1835. São os pródromos de uma nova economia de caráter capitalista e de um comércio em grande escala, ou seja, a economia liberal, que depois dominou.

Durante este segundo período da vida corporativa, ouvem-se vozes isoladas, cheias de devir. É em Espanha, em 1575, que o grande filósofo e médico Juan de Dios Huarte de San Juan, com a sua obra *Examen de ingenios para las ciências* (19) ... etc, põe os

- (16) Livro dos Regimentos dos Officiaes mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1752), publicado e prefaciado pelo Dr. Vergilio Correia, 1926.
- (17) Collecção das Leis, Decretos e Alvarás, que Compreende o Feliz Reinado de EIRei Filelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor. Tomo II. Anno M.DCCC.I.
- (18) Coleção de Decretos e Regulamentos Publicados Durante o Governo da Regência do Reino Estabelecido na Ilha Terceira, Primeira serie. Segunda edição aumentada de muitos diplomas, 1836.
- (19) A primeira edição apareceu em 1575 e a de que nos estamos a servir data de 1917. Nalgumas edições, aparece Juan de Dios Huarte Navarro e noutras Juan Dios Huarte San Juan, o que. pode talvez explicar-se por ter nascido em San Juan de Pie del Puerto.

Na Faculdade de Letras de Lisboa, fêz Ricardo Ibárrola, diretor do Instituto Psicotécnico de Madrid, uma conferência sobre Huarte, considerando-o como precursor da psicotecnia, a qual foi depois publicada no Boletim do Instituto de Orientação Profissional, n.º 2, de outubro de 1941.

problemas da O. P. com uma atualidade palpitante. O número total de edições e traduções dessa obra eleva-se a 40, o que levou Menéndez y Pelayo a dizer que "sorte igual não alcançou outro livro de filosofia em Espanha".

Huarte diz-nos que a sua juventude foi chocada por ter verificado que de três amigos que eram, ao começar os estudos, um aprendeu rapidamente o latim e os outros dois não; o segundo salientou-se na dialética, o que os outros dois não fizeram; e o terceiro evidenciou-se em astrologia, ciência a que os outros se conservaram estranhos. É baseado nesta observação que mais tarde escreve o seu livro e pensa que no dia em que cada um estiver na arte ou ofício para o qual nasceu haverá felicidade e a sua pátria prosperará.

No "Prefácio dei autor" formula quatro questões que, segundo êle, ainda não tinham sido esclarecidas pelos filósofos antigos e que depois desenvolve:

- 1.º — O que torna o homem hábil para uma ciência ou arte;
- 2.º — Quais são as espécies ou diferenças de habilidade ou de "engenho";
- 3.º — Que ciência ou arte corresponde a cada uma delas, e, finalmente, — o que mais importa;
- 4.º — Quais as manifestações que dão a conhecer esse "engenho".

Não queremos deixar de transcrever, por se nos afigurarem deveras curiosas, as advertências por êle feitas no "Proemio ai lector":

"A primeira é que de muitas diferenças de engenho que existem na espécie humana, só uma te pode em grau eminente caber,..."

"A segunda é que, a cada diferença de engenho, corresponde um maior destaque numa só e única ciência;..."

"A terceira é que, depois de saberes qual é a ciência que ao teu engenho melhor corresponde, fica outra dificuldade maior por averiguar, e vem a ser: se a tua aptidão se acomoda melhor à prática do que à teoria"...

Huarte não fica por aqui, vai mais longe ainda, pois procura determinar as aptidões que intervêm nas atividades científicas e nas carreiras liberais e põe em destaque a importância da aptidão psíquica como determinante da escolha da profissão.

Para que se possa compreender melhor até onde o seu gênio transcende o seu tempo, extraíamos a seguinte passagem:

"Convienes, antes que ei muchacho se ponga a estudiar, descubrirle la classe de' su ingenio, y ver cuál de las ciencias conviene a

su aptitud y hacerle que la aprenda (20),..." o que é hoje, afinal, note-se bem, talvez uma das mais importantes finalidades da O. P.

É curioso que, no mesmo ano de 1575, o novelista Gonçalves Trancoso escreveu os *Contos e Histórias de proveito e exemplo*, em que uma das histórias tem relação com a O. P. (21) Esta história serviu de tema ao Dr. Agostinho de Campos para um artigo que publicou no Boletim do Instituto de Orientação Profissional. (22) A história é deveras curiosa, mas resta averiguar se o tema é na verdade original ou se proveio de fonte erudita ou se ainda foi recolhido da tradição popular. A história isolada não nos parece que possa marcar uma atitude ou expressar uma idéia definida. Devemos, todavia, confessar que o Dr. Agostinho de Campos nada afirma. Limita-se a terminar o seu artigo com as seguintes palavras: "Tinha graça que pudéssemos apresentar o português Trancoso, quinhenista, como uma espécie de precursor ou avô de uma técnica de aperfeiçoamento humano ou social, de que tanto se está orgulhando o século XX."

Já com Frei Luís de Sousa, em 1619, não sucedeu o mesmo. Com um claro sentido, que não deixa dúvidas, afirma: "Dura jurisdição, por não dizer tyrania, exercitão hoje muitos pais sobre as condições, & natureza dos filhos. Em nascendo, já fazem a hum clérigo, a outro frade, a outro soldado: de espreitar a inclinação & geito que cada hum tem para as cousas, não ha tratar. Assi fica mau letrado o que fora bom çapateiro, & não lhe bõ soldado, o que fora bom religioso. E daqui nace aver oje tão poucos pays, que se gabem de filhos amigos, & obedientes: porque como todo o seu intento foy fundado em lhes negociar pão temporal, com menos providencia do espirital, he permissão divina que paguem o erro com receberem delles temporalmente, muyta desconsolação." (23)

Anos mais tarde, em 1631, o esculápio francês Guibelet (24) põe em evidência um novo fator da magna importância no sucesso das atividades liberais, a que chamou "l'affection" (a inclinação,

(20) J. Huarte: op. cit., capítulo III.

(21) Todas as edições dos Contos e histórias de proveito e exemplo são muito raras. Alguns desses contos e histórias foram publicados pelo Dr. Agostinho de Campos no Trancoso, — um dos volumes da sua Antologia Portuguesa. A História aparece nele com o título de Alma tabelioa. Já O Dr. Teófilo Braga a inclui nos seus Contos tradicionais do povo português, com o título de A prova das laranjas.

(22) Boletim do Instituto de Orientação Profissional, ns. 6 a 9, de março de 1930.

(23) Frei Luís de Sousa: Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres da Ordem dos Pregadores Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas,... etc, ano 1619, capítulo II.

(24) Jourdan Guibelet: Examen de l'examen des esprits, citado por Leon Walther in Orientation professionnelle et carrières libérales. 1936. e por A. Chleusebairgue era Orientación profesional, 1934.

o gosto pela profissão) . Peca por considerar este fator como soberano, o que o leva a não admitir a diversidade por espíritos. Coloca-se, assim, em franca oposição às idéias de Huarte, que critica. É ainda um médico, Esteban Pujasol, que na sua obra, dividida em quatro livros, a que deu o pitoresco título de *El sol solo y para todos sol, de la filosofia sagaz y anatomia de ingenios*, publicada em 1637, aborda, nos dois primeiros livros, com certa originalidade, os temas tratados por Huarte, encarando-os por um novo aspecto, que é hoje conhecido pela designação de fisiognomonia. No terceiro livro, trata de astrologia e, no último, do prognóstico das enfermidades.

Todas estas vozes isoladas, ainda que sobretudo se referissem às artes liberais, não tiveram repercussão, tanto no seu tempo como nos séculos subseqüentes. Por isso, a extinção das corporações, quer dizer, a passagem sem preparação de um regime organizado para outro de liberdade absoluta, causou, naturalmente, certa perturbação e até abusos. Foi o que se deu, por exemplo, em França. Em Portugal, — quanto a nós —, já não sucedeu o mesmo. O Marquês de Pombal, como pressentisse o perigo que podia advir da hegemonia econômica da Inglaterra, inspira-se em Colbert, para a realização do seu plano de fomento econômico. Mas a carência de colaboradores preparados para levarem a efeito a sua obra, determinou-o a chamar estrangeiros e a desenvolver o ensino geral e técnico, ao mesmo tempo que põe em execução as suas reformas econômicas. Daqui resultou sermos o país que primeiro organizou o seu ensino técnico, com a fundação da *Aula do Comércio*. A idéia desta *Aula* encontra-se já expressa no decreto que cria a Junta do Comércio, e apesar dos seus estatutos terem sido organizados em 19 de abril de 1759 (25) e confirmados no mês seguinte, só alguns anos depois foi fundada oficialmente (26) .

A falta de pessoal com conhecimentos sobre escrituração comercial, — que ao tempo já se fazia por partidas dobradas (27) —, geografia, línguas, conversão de pesos, moedas e medidas estrangeiras, obrigava os comerciantes a recrutar pessoal estrangeiro, — principalmente ingleses, — o que originava graves inconvenientes. A *Avia do Comércio* veio resolver esta grave dificuldade com tanto acerto que a sua benéfica ação é exalçada por Rattton, nas suas *Recordações*.

(25) Coll«ção das Leys. Decretos e Alvarás que Comprehende o Feliz Reinado Del-Rei Fidelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor, Tomo 1. Anno M. DCCLXXI.

(26) Jacome Rattton nas suas *Recordacoens...*, etc.; Londres, 1813, diz: "Era tal o apreço que o Snr. Rei I. Jozé fazia desta aula, que muitas vezes foi assistir aos exames dos alunos com toda a sua Corte; para o que se construiu de propósito a tribuna que lá existe; e quando não hia, poucas vezes faltava o seu Ministro, o Marquez de Pombal."

(27) Jacome Rattton: op. cit.

O curso era de três anos e os "aulistas (28) aprovados" gozavam de preferência e de privilégios nos cargos indicados no Alvará com força de lei de 1759, ampliados depois pela Carta de Lei de 30 de agosto de 1770. (29).

Em 1778 é servida a antiga vila de Cachim, no distrito de Bragança, com uma escola industrial de fiação.

Por iniciativa do Intendente Geral Pina Manique, é fundada em 1780 a *Casa Pia*, que se tornou depois uma reunião de colégios, casas de educação e beneficência, ou, para usar as palavras de Latino Coelho, uma "Universidade plebéia", (30) verdadeiramente notável, por onde passaram alguns dos nossos melhores valores. Introduziu na escola primária os trabalhos manuais, e estabeleceu, a par do ensino teórico, oficinas dirigidas por pessoal técnico vindo do estrangeiro. Criou até algumas indústrias desconhecidas ao tempo, como a fabricação de lonas, brins e tecidos de meia. Pina Manique continuou, pois, a obra de organização do ensino técnico iniciada pelo Marquês de Pombal, sob cujas ordens já tinha servido.

A cidade do Porto, desejosa de ter também uma *Aula do Comércio*, fêz nesse sentido reiteradas solicitações, que só foram atendidas em 1803. O Alvará com força de lei de 9 de fevereiro desse ano (31) estabelece por fim, na referida cidade, aulas de matemática, de comércio e línguas, sob a inspeção da Junta da Administração da Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro. Quatro meses depois, são ampliados estes estudos com filosofia racional e moral, e agricultura (32).

Por Decreto de 18 de novembro de 1836, é criado o *Conservatório de Artes e Ofícios*, em Lisboa. Dele recortamos:

"Art.º I — Formar-se-á em Lisboa um depósito geral de máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições e livros relativos às diferentes Artes e Ofícios, e será denominado — Conservatório das Artes, e Ofícios.

(28) Designação dada na época aos alunos da Aula do Comércio. Extratamos da Carta de lei de 30 de agosto de 1770: "Mando, que nas Contadorias da Minha Real Fazenda não possam entrar de novo officiaes outras pessoas, que não sejam os referidos Aulistas aprovados."

Alexandre Herculano, na sua juventude, foi aulista.

(29) Colleção das Leys, Decretos e Alvarás, que Comprehende o Feliz Reinado DelRei Fedelíssimo D. José I. Nosso Senhor. Tomo III. Ano M.DCC.XCVIII.

(30) José Maria Latino Coelho: História políticae militar de Portugal desde os fins do XVII século até 1814, vol. I, 1874.

{31} Coleção das Leis, Decretos e Alvarás, que compreende a Feliz Regência de Sua Alteza Real o Príncipe N. Sr. Tomo VIII.

(32) Alvará com força de lei de 29 de Julho de 1803. Coleção das Leis, Decretos e Alvarás, que Compreende a Feliz Regência de Sua Alteza Real o Príncipe N. Sr. Tomo VIII.

§ I.º — O fim principal do Conservatório é a instrução prática em todos os processos industriais por meio da imitação." (33)

A 5 de janeiro do ano seguinte (34), é decretado o estabelecimento do *Conservatório Portuense de Artes e Ofícios*, cujos "fins, métodos, organização, administração, e regulamento", são em tudo iguais aos de Lisboa. Estes Conservatórios podem ser considerados como os primeiros institutos industriais.

Em 1852, abrem-se aulas noturnas, para poderem ser freqüentadas por artistas e operários, de geometria e mecânica aplicadas às artes e ofícios, no Liceu Nacional de Lisboa (35). Finalmente, é criado o ensino industrial pelo Decreto com força de lei de 30 de dezembro de 1852 (36). Tal ensino fica constituído, segundo este Decreto, pelos seguintes cursos de que se passavam as respectivas cartas: operário habilitado, oficial mecânico, oficial químico, oficial forjador, oficial fundidor, oficial serralheiro ajustador, oficial torneiro modelador, mestre mecânico, mestre químico, diretor mecânico e diretor químico. Cria em Lisboa um *Instituto Industrial* e, no Porto, uma *Escola Industrial*. O ensino industrial era professado de noite.

No sentido de valorizar os cursos criados, o Decreto, no seu artigo 46, estatui: "Três anos depois do estabelecimento do Instituto do Ensino Industrial de Lisboa e Escola Industrial do Porto, nenhum operário será admitido nas fábricas do Estado sem aprovação no grau do ensino respectivo". Desconhecemos se foi rigorosamente cumprida tal disposição.

Por decreto de 20 de dezembro de 1864 (37), a cidade do Porto passa a ter um *Instituto Industrial*, como o de Lisboa, e promete-se a criação de Escolas Industriais em vários pontos do país.

O ensino técnico ficou, desde então, a cargo do Estado, que procurou, por todos os meios, formar operários em cursos de aprendizagem e bem assim ministrar noções teóricas e práticas de aperfeiçoamento aos operários que não tivessem freqüentado a escola.

Por outro lado, ainda nos meados do século XIX, a psicologia experimental torna-se uma ciência independente. Fechner, ao procurar experimentar, medir e calcular, tornou-se o verdadeiro iniciador desse ramo da psicologia. A investigação experimental começa pelo estudo das sensações e estende-se depois ao próprio conteúdo da consciência humana.

(33) Diário do Governo n.º 276, de 21 de novembro de 1836.

(34) **Diário do Governo**, n.º 7, de 9 de janeiro de 1837.

(35) Esta determinação tem a data de 25 de novembro de 1852 e foi publicada no **Diário do Governo** n.º 288, de 6 de dezembro de 1852.

(36) **Diário do Governo** n.º 1, de 1 de janeiro de 1853.

(37) **Diário do Governo** n.º 1, de 2 de janeiro de 1865.

Pelos fins do mesmo século assiste-se ao alvorecer de um novo ramo da psicologia que procura estudar os diferentes processos psíquicos em cada paciente, para depois verificar como eles diferem de paciente para paciente e que, por isso, toma o nome de *psicologia individual*. Com Galton, inicia-se o *movimento dos testes*, que é depois lançado por Cattell e consolidado por Binet, o que nos levou a considerar neste movimento três fases: a Galton-Cattelliana, a Binética e a post-Binética (38).

Entramos no século XX e, com êle, a par do desenvolvimento dado por Binet à psicologia individual com a sua escala métrica de inteligência, começa a psicologia a ser chamada a intervir nos problemas da vida prática, o que dá origem a *psicologia aplicada* ou *psicotecnia* (39), como mais vulgarmente é conhecida. De início, é a pedagogia que dela se serve largamente; a medicina, mas muito especialmente a psiquiatria, recebe o seu valioso concurso e até a jurisprudência dela se socorre. A indústria também beneficiou com o seu auxílio, modalidade esta da psicotecnia em que sobressai o nome de Taylor. São os primeiros tentâmens da organização científica do trabalho. Foi, no entanto, Münsterberg o primeiro a mostrar que as várias indústrias implicavam, da parte do trabalhador, qualidades psico-físicas dessemelhantes e bem assim variedade e graus diferentes da mesma qualidade.

Todo este movimento científico converge para a idéa nascente de uma O. P., tal como aproximadamente a concebemos hoje. Note-se que já em 1895, na cidade de Munich, se procurava colher informações dos adolescentes junto dos pais e dos professores. Sete anos depois cria-se nessa cidade um instituto de O. P.

No *Congresso Internacional de Higiene e Demografia* realizado na cidade de Bruxelas, em 1903, Mlle. Loteyko defende a necessidade de proceder-se a um exame médico antes da escolha da profissão, com o fim de fazer-se uma orientação em harmonia com as aptidões.

A necessidade de se criarem serviços de O.P. vai-se impondo, e, assim, a França tem o seu primeiro instituto de O. P. em 1906,

(38) Rui Carrington da Costa: Testes mentais, sua história e valor, separata do n.º 3 de Monografias do Boletim do Instituto Aurélio da Costa Ferreira, 1945.

(39) Ainda que o termo seja atribuído a Fechner, só começou a fazer parte do vocabulário psicológico em 1903, com Stern. Quem o vulgarizou, e até procurou dar-lhe um significado mais preciso, foi Münsterberg. Eis como êle se exprime: "Como as ciências, que se consagram aos problemas puramente práticos, são denominadas técnicas, a psicologia ao serviço da prática é chamada psicotecnia. Etimologicamente psicotecnia quer dizer técnica da psicologia, o que não corresponde à idéa de Münsterberg. Com mais propriedade, Claparède, Leon Walther, enfim, a escola suíça, usa tenopsicologia, isto é, **psicologia da técnica**."

Apesar de, pelas razões expostas, considerarmos preferível este último vocábulo, usamos de **psicotecnia** por ser mais corrente.

na cidade de Strasbourg, por iniciativa de M. Friedrich. A Holanda abre, também, dois anos depois, o seu primeiro instituto de O. P. na cidade de Haia, seguindo-se-lhe outros em Leyde, Roermond, etc. Na América do Norte, o promotor do movimento pro-O.P. (*vocational guidance movement*) foi M. Frank Parsons. As suas primeiras observações e experiências sobre a análise das profissões para a pesquisa de métodos capazes de diagnosticar as aptidões específicas, realizaram-se em Boston durante o ano de 1901, na *Civil Service House*, fundada por Bloomfield. Alguns anos mais tarde — 23 de abril de 1908 — fundou-se, sob a orientação de Parsons e a expensas de Mme. Quincy A. Shaw, o *Boston Vocation Bvreau*. Foi ainda em Boston que, em 1910, se realizou o primeiro congresso da O. P., patrocinado pela Câmara de Comércio dessa cidade. Um ano depois, a Universidade de Harvard torna-se um centro de estudos, de O. P., para o que se criaram os necessários cursos, que, depois, se estenderam a outras universidades.

Naquele mesmo ano de 1908, a Inglaterra começou a interessar-se pela O. P. da sua juventude, pelo que várias leis foram promulgadas. Com a votação do *Choice of employment act*, em 1910, a Inglaterra é a primeira nação a ter uma lei de conjunto em matéria de O. P. Estatui esta lei que as autoridades escolares locais devem tomar medidas, sujeitas a aprovação ministerial, no sentido de auxiliarem os adolescentes na escolha de um emprego, pondo-os ao corrente de informações colhidas para tal fim e dando-lhes conselhos. Esta tendência, dos serviços de O. P., para se integrarem na escola já se encontrava na América do Norte. Basta lembrar que, em 1908, existia em cada escola primária americana um serviço de consulta para a escolha da profissão, e que os promotores do movimento a favor da O. P., em Nova York, foram professores. *Nestes dois países a O. P. apresenta, pois, a característica de tender a integrar-se na orgânica da escola.*

Com a guerra de 1914-1918, novos problemas surgiram que, mais uma vez, evidenciaram a necessidade premente de se criarem ou de se organizarem serviços de O. P. As baixas por acidentes, na aviação, tornaram-se a preocupação das autoridades militares. Pelos estudos feitos pelos psicólogos, verificou-se que muitos dos pilotos não tinham as aptidões requeridas para essa profissão. Em 1916, a França, a Itália, a Bélgica e a Alemanha já faziam a seleção dos seus aviadores. Os resultados foram apreciáveis por a percentagem dos acidentes ter diminuído sensivelmente.

A inspeção alemã dos automóveis militares verificou, igualmente, a necessidade de os motoristas possuírem as qualidades indispensáveis para a condução de tais veículos. Para esse fim, criou um laboratório psicológico, onde os motoristas deviam ser submetidos a

um exame cuidadoso e onde se investigasse acerca das aptidões dos que pretendiam seguir tal profissão. Já em 1912 Münsterberg fora solicitado pela *American Association for Labor Legislation*, a estudar as causas dos freqüentes acidentes ocasionados pelos carros elétricos. O seu estudo levou-o a concluir que uma quarta parte dos guarda-freios deviam abandonar esse modo de vida, por carência de aptidão.

Todos estes acidentes, tanto da aviação como da viação, devem ser imputados, note-se bem, à falta de uma O. P. adequada.

Também os mutilados e estropiados de guerra precisaram de ser orientados para profissões compatíveis com as suas amputações e deformações. Por outro lado, a mão de obra especializada viu desaparecer, por virtude do conflito, os seus melhores elementos. Impunha-se uma orientação e seleção racionais que levassem a preencher o mais rapidamente possível as lacunas abertas.

Verificou-se também que a estabilidade nas profissões era aleatória. Uma estatística de Lipmann tinha já mostrado que as mudanças de emprego atingiam o seu máximo entre os 13 e 20 anos, para irem decrescendo até aos 50 anos. Estas mudanças, que podem ser filiadas na inaptidão, tanto física como psíquica, na fadiga causada pela profissão, etc, traduzem iniludivelmente, em qualquer dos casos, uma insuficiente aptidão, ou seja, uma errada escolha de carreira.

Naturalmente, todos os países procuraram criar ou aperfeiçoar os seus serviços de O. P., quer por iniciativa particular, quer por iniciativa oficial. Podemos dar como exemplo a Alemanha, que em 1922 contava já 592 institutos de O. P., onde 200.000 adolescentes foram orientados, o que representa cerca de 40% dos rapazes e 30% das moças, saídos das escolas (40).

Em Portugal, foi só em 1925 que se criou o *Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho*.

Pense-se, agora, que foram precisos mais de trezentos anos para que se começasse a compreender o que já fora dito, profeticamente, pelo grande Huarte:

"Conviene, antes que el muchacho se ponga a estudiar, descubrirle la clase de su ingenio, y ver cuál de las ciencias conviene a su aptitud y hacerle que la aprenda;..."

*

* *

Era de supor que a O. P. assentasse no princípio, que se afigura evidente, de cada indivíduo escolher a profissão que melhor cor-

(40) Odette Simon: *L'orientation professionnelle en France et à l'étranger*, préface de M. Julien Fontegne, 1927.

respondesse ao seu talento, ou seja, seguisse a sua vocação. Em tal hipótese, somos levados a abordar o valor da *teoria da vocação* na O. P.

O conhecido cientista do país vizinho, Prof. Gregório Maranón, dá-nos, na sua obra *Vocación y ética* (41), com aquela elegância e beleza de estilo habituais nos seus escritos, uma curiosa teoria da vocação.

Ainda que êle se atenha ao significado etimológico da palavra, despido, embora, do sentido teológico que primitivamente a afetava, começa por distinguir entre vocação religiosa e as demais vocações. De uma maneira geral, a verdadeira vocação não é platônica, por isso que determina *servil'* o objeto dessa vocação. Mas este *servir* implica dons, qualidades específicas: não é escritor quem quer, não é sábio quem quer. Por isso, a vocação será a "aspiração, a servir, de uma aptidão ainda não revelada". Já a vocação religiosa não pressupõe qualquer aptidão. "O santo", diz êle, "serve a Deus, objeto universal, rezando, contemplando, extasiando-se, trabalhando, deixando-se matar: para tudo isto só se requer vocação; tendo-a, pode alcançar-se a santidade com o gênio ou com a simplicidade, com o vigor físico ou com a mais precária saúde".

A característica da vocação religiosa é ser toda amor exclusivo e puro sacrifício. Já com as mais elevadas vocações humanas, como a científica, a pedagógica, a artística, a par desse mesmo amor, requerem-se aptidões específicas, necessárias para servir o objeto desse amor. E, assim, temos o que Maranón chama *vocação de amor*. Mas nas vocações de caráter inferior, quer dizer, nas que dizem respeito às profissões liberais ou aos ofícios de certa categoria, o amor pode ser substituído pelo *querer*. Baseadas em aptidões especiais, mas não rigorosamente específicas, estas vocações fazem dos seus possuidores bons profissionais. Neste caso, temos *vocações de querer*.

Esta última modalidade das vocações leva a admitir vocações criadas (42) e não inatas como as outras. Ouçamos Maranón: "O desengano e a tragédia, na vida amorosa e na vida social, seriam a consequência obrigatória, se não existisse essa capacidade prodigiosa que tem o homem de criar, exuberantemente, o amor ou a vocação, sem vocação e sem amor iniciais, mas tão-sòmente com o mate-

(41) G. Maranón: *Vocación y ética*, segunda edición, corregida, 1936.

Esta obra reúne as lições proferidas por Maranón na Universidade Internacional de Santander e dizem respeito, sobretudo, à profissão médica.

(42) Pode ler-se em Ch. Huguenin, ao tratar da vocação pedagógica: "A vocação nem sempre é qualquer coisa de inato. Apresenta-se, por vezes, como uma conquista lenta, laboriosa, difícil, em que podem intervir fatores muito diversos" (*Intermédiaire des Educateurs*, 1915).

rial da convivência e da boa vontade. Esta aptidão, a mais nobre da nossa espécie, a que mais nos aproxima de Deus criador, retifica o erro de princípio; e quem sabe se não é, em definitivo, a fonte mais pura e elevada da humana felicidade."

Resta agora saber quais os sinais indicativos que permitem diagnosticar a vocação. É tarefa difícil, mas não impossível em muitos casos. A verdadeira vocação patenteia-se através dos sinais inequívocos do amor. Assim, um estudante aplicado pode não ter verdadeira vocação e, no entanto, outro que o não seja pode possuí-la. Por vezes, o amor e aplicação podem sobrepor-se, mas a carência desta nem sempre quer dizer ausência de vocação. É que estes estudantes, ainda que não cumpram os deveres impostos pelos professores, *inventam outros que os absorvem por completo e que, por isso, realizam com amor*. É esta "invenção do dever" uma das características iniludíveis da verdadeira vocação.

Já para Ostwald a característica do estudante bem dotado era não se contentar com o labor imposto pelo professor, para ir mais além, criar outro. "*Os estudantes particularmente dotados*", diz êle, "*não ficam nunca satisfeitos com o que lhes oferece o ensino ordinário, o que torna possível reconhecê-los por este caráter. O ensino ordinário é dirigido em profundidade e sem superfície à média,- e, se um estudante é superiormente dotado, reconhece ser insuficiente o que recebe tanto quantitativamente como, e sobretudo, qualitativamente, pelo que exigirá mais*" (43). E o Prof. Claparède refere: "O que caracteriza o futuro gênio é não estar satisfeito com o que lhe oferece o ensino ordinário, por este ensino ser feito em superfície, ao passo que o estudante superiormente dotado deseja um ensino em profundidade" (44). Assim, a função docente deve esforçar-se por, acima da ação de ensinar, descobrir a vocação dos estudantes para a exaltar quando é verdadeira, para a vivificar quando é débil e para a pôr a claro quando está oculta.

Por outro lado, como a escolha da carreira deve ser feita durante o período da adolescência, Maranón considera uma *falsa vocação* quando nesta não exista amor ao objeto em si, mas sim uma mera predileção, filha de um deslumbramento imaginativo próprio daquele período. Esta nova modalidade da vocação é apanágio da adolescência pelo fato de a vocação, "que é, em seu fundo biológico, aptidão, não ter ainda amadurecido." Claro que há exceções, mas raras, de verdadeiras vocações precoces, como para a matemática

(43) W. Ostwald: *Les grands hommes*, tradução de Marcel Dufour, 1912.

(44) Dr. Ed. Claparède: *Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers*. 1927. Antônio Leal Júnior traduziu esta obra para a nossa língua com o título "Como diagnosticar as aptidões escolares". Também há tradução espanhola.

e para a música. De uma maneira geral, Marafión considera que a verdadeira vocação só se revela, na grande maioria dos casos, alguns anos depois da carreira ou ofício já estarem escolhidos. Como conseqüência lógica, julga de nenhum valor as provas de aptidão psíquica, sobre as quais assenta a O. P., visto as indicações por elas dadas nada revelarem quanto à verdadeira vocação que, na quase totalidade dos indivíduos, só tardiamente desperta.

Para Faguet, a "vocação é um amor intenso por um ofício que conhecemos pouco e com que temos sonhado muito" (45). Ela nasce por força da imaginação ou do hábito, pelo que teremos *vocação por imaginação* e *vocação por hábito*. Na primeira, a imaginação trabalha em redor duma impressão inicial, amplificando-a, vestindo-a de roupagens auriluzentes, projetando-a sobre um fundo deslumbrante. Deste deslumbramento nasce o amor. Neste caso, há um apelo da profissão feito à fantasia e aos sentimentos veementes. E, como se ama a profissão tal como a visionamos e não tal como ela se apresenta, são freqüentes as decepções, com o cortejo de todas as suas conseqüências. Na segunda, em que a imaginação é substituída pelo hábito, há também um chamamento da profissão, mas agora, ao costume, ao amor do meio, que leva o filho a sonhar com a carreira do pai e a segui-la, o que lhe dá a aparência, quando a exerce, de ser "profissionalmente velho." "Temos," dizia um dia um estudante, "um velho professor que acaba de sair da Escola Normal." Agora, já não há decepções por existir o convencimento, pela força do hábito, de que é seguida a própria vocação. Também para Faguet, quando se abraça uma carreira sem vocação, chega-se, por vezes, com o tempo, a ter-se-lhe amor, por virtude do trabalho despendido para o seu domínio, pelas dificuldades que ela apresenta no seu exercício, enfim, por ser uma verdadeira conquista, em que se sai vitorioso. Quer dizer: admite também uma *vocação adquirida*. Mas em qualquer dos casos, vocação significa amor.

Na pena de outros autores, a palavra vocação apresenta-se como sinônimo, ou quase sinônimo de aptidão. Está neste caso Hannotaux (46), quando diz: "Insistamos, por isso, sobre a vocação ou, se preferirdes um termo menos ambicioso, sobre a aptidão."

Acabamos de ver que a tendência é para considerar a vocação como amor, e, como seu sinal indicativo, as inequívocas manifestações desse mesmo amor. Tomemos um exemplo e, para isso, consideremos um estudante do liceu que se mostra insatisfeito com os conhecimentos adquiridos e anseia por ir mais além. Tem, segundo Maranón, uma verdadeira vocação, mas para que carreira? Se é alu-

(45) Emile Faguet: Da profissão, traduzido, por Sousa Brandão.

(46) Gabriel Hanotaux: **Du choix d'une carrière***.

no do curso complementar, podemos dizer, quando muito, que tem vocação para as letras ou para as ciências. Mas dentro de uma ou de outra enquadram-se grande número de profissões. Para qual tem vocação?

Maranón diz-nos que as *vocações de amor* necessitam de ser servidas por aptidões específicas e as *vocações de querer* por aptidões especiais. Mas quais são essas aptidões? Nada se sabe.

Faguet nada nos diz sobre a possibilidade de diagnosticar as vocações. Bem sabemos que tanto Faguet como Maranón admitem vocações adquiridas e, por isso, no caso de errar-se a vocação, ela pode ainda renascer das próprias cinzas, como a Fénix da fábula. Mas poder-se-á, na verdade, falar em vocações adquiridas, como fazem estes dois autores? Para Maranón, vocação "é, na sua etimologia e na sua real e vulgar acepção, a voz, a voz interior, que nos chama para a profissão e exercício de uma determinada atividade". Se vocação é essa voz interior, quer dizer, qualquer coisa que vem de dentro para fora, como se pode compreender uma vocação adquirida que é, em sua essência, um chamamento de fora para dentro?

Como tudo isto é pouco preciso e pode-se mesmo dizer bastante vago, agravado ainda pela afirmação de que as verdadeiras vocações só despertam, na grande maioria dos indivíduos, anos depois da carreira já estar escolhida, a O. P. é, naturalmente, levada a pôr de parte a teoria da vocação.

Posta de lado esta primeira hipótese, resta agora considerar como princípio diretor da O. P. o basear-se a escolha da carreira na diferenciação das aptidões individuais. Isto leva-nos a procurar saber qual o valor da *teoria da aptidão* na O. P., o que vamos fazer, ainda que sumariamente.

Desde 1880 que se vinha esboçando, com Charcot (47) e Galton (48), uma psicologia das diferenças individuais, que toma um largo desenvolvimento, em 1890, com Cattell (49). Coube a Stern o grande mérito de chamar a atenção para o desenvolvimento desta psicologia, com um estudo de conjunto dos seus problemas, seus métodos e seus resultados (50). A este novo ramo da psicologia, deu Stern o nome de *psicologia diferencial* (51). Binet e Henri (52) e Krae-

(47) Charcot: *Lecons sur les maladies du système nerveux faites à la Salpêtrière*, vol. III, 1880-1884.

(48) F. Galton: *Statisic of mental imagery*, 1880, e *Inquiries into huraan faculty*, 1883.

(49) J. Mckeen Cattell: *Mental testa and measurement*, in *Mind*, 1890

(50) W. Stern: *Differentielle Psychologie*. 1911, segunda edição da *Psychologie der individuellen Differenzen*, publicada em 1900.

(51) W. Stern: *op. cit.*

(52) Alfred Binet et Henri: *La psychologie individuelle* in *I/annêe Psycholosficrue*, vol. II, 18%.

pelin (53) prefeririam o de *psicologia individual* (54), designação esta que se tornou mais corrente.

É em virtude do desenvolvimento atingido por esta psicologia que se torna admissível a possibilidade de se estabelecer uma *teoria da aptidão*. Devemos, no entanto, confessar que ainda não foi formulada uma verdadeira teoria, pelo menos que nós saibamos. Com isto não queremos de forma alguma dizer que o assunto não tenha sido tratado com maior ou menor desenvolvimento pelos cientistas. Pelo contrário, e, por isso, vamos referir-nos, muito principalmente, a dois trabalhos que se ocupam da questão, não só com certo desenvolvimento como também com certa profundidade. São seus autores os dois conhecidos cientistas, — se bem que de sexos diferentes: — Prof.^a Francisca Baumgarten e Prof. Ed. Claparède.

O trabalho do primeiro, dado à estampa em 1928, intitula-se *Die Berufseignungsprüfung* (55); o do segundo foi publicado em 1925 e tem o título de *Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers*. Neste trabalho, pode ler-se que "aptidão é o que diferencia, considerado pelo lado do rendimento, o psiquismo dos indivíduos, — abstraindo das diferenças de nível, no caso de se tratar de uma aptidão especial" (56). Mas, como importa saber dentro de que limites o *conceito de aptidão* depende das disposições naturais, ela englobará, naturalmente, três idéias essenciais:

- 1.º — A *idéia de diferença individual*;
- 2.º — A *idéia de rendimento*, e
- 3.º — A *idéia de disposição natural*.

Se todos os seres humanos fossem perfeitamente iguais, a idéia de *aptidão* seria naturalmente supérflua. Ninguém fala numa *aptidão* para andar ou numa *aptidão* para comer, por a grande maioria das pessoas andarem e poderem levar a comida à boca, mastigar e deglutir. O mesmo já se não dá com a matemática e as belas-artistas, as quais implicam uma *aptidão* matemática ou artística, pela simples razão de a maioria dos indivíduos se apresentarem incapazes de conhecer as matemáticas superiores ou de realizar uma verdadeira obra de arte. O *conceito de aptidão* traz, pois, consigo a idéia de *diferença individual*. Por seu turno, esta diferença determina um rendimento dessemelhante de indivíduo para indivíduo, o que faz com que o *conceito de aptidão* inclua ainda a idéia de *rendimento*.

(53) Citado por Claparède in op. cit.

(54) Outras designações foram dadas, como caractereologia, por Bahnsen Lucka; etologia, por Stuart Mill, e psicologia especial, por Heymans.

(55) Esta obra foi vertida para a língua francesa por Marcel Thiers, c. o. o. título de *Les examens d'aptitudes professionnelles*, 1931. Também há tradução espanhola.

(56) Dr. Ed. Claparède: op. cit.

Neste, deve destringir-se o *rendimento bruto* ou *empírico* e o *puro* ou *natural*. O primeiro é a resultante do concurso de vários fatores, entre os quais avulta a *aptidão*, enquanto que o segundo só diz respeito a esta, quer dizer, à *aptidão* livre dos outros fatores que interferem no primeiro. No caso da O. P., o que importa conhecer é o *rendimento puro*, ou seja, o rendimento da *aptidão natural* ou *inata*.

Naturalmente, ocorre perguntar: como distinguir entre o *rendimento puro* e o *rendimento bruto*? Ao que Claparède contesta: "*de cada vez que, em iguais condições, um igual exercício produz diferenças no grau de uma aptidão, é que esta aptidão resulta, em parte, de uma disposição natural*". E, por isso, ela é na verdade uma verdadeira aptidão, uma aptidão natural". Ainda que teoricamente a resposta seja perfeita, quantas dificuldades, — reconhecidas pelo próprio Claparède —, se não encontram na sua verificação prática, sobretudo para conseguir as "iguais condições"! Não se julgue, no entanto, o problema insolúvel, por ser possível vencer as dificuldades pelo emprego de inúmeras experiências e múltiplas comparações.

Vimos que o rendimento puro corresponde à *aptidão natural* ou *inata*, e o rendimento bruto ou empírico a essa *aptidão* e ao concurso de outros fatores, tais como o exercício, a educação, a força de vontade, o estado afetivo, etc, conjunto este a que é costume chamar-se, ainda que impropriamente, como veremos depois, *aptidão adquirida*. Nos dois casos, tem que admitir-se a idéia de *disposição natural* como fazendo parte integrante do *conceito de aptidão*. Ouçamos, mais uma vez, Claparède: "Por vezes, fala-se em *aptidão adquirida*, mas, na realidade, em tal caso, subentende-se a existência de uma *disposição natural* para adquirir um hábito, uma habilidade, ou para aproveitar a experiência (57). Na verdade, em condições iguais, como de educação, por exemplo, os indivíduos apresentam aptidões diferentes, o que patenteia claramente a existência de uma *disposição natural* que orienta o seu desenvolvimento numa dada direção em detrimento de outras e que leva a aproveitar certas experiências com menosprezo de outras, etc.

Compreende-se, facilmente, a importância que tem, tanto na pedagogia como na O. P., conhecer-se até que ponto a *aptidão* depende da disposição natural ou desta e doutros fatores concomitantemente. No primeiro caso, o indivíduo poderá pelo exercício ir muito além da média e tanto mais quanto mais acentuada fôr a disposição natural; já no segundo caso, na melhor das hipóteses, o indivíduo não ultrapassará muito essa média. Em verdade, o que mais

{57} André Lalande: *Vocabulaire technique et critique de La philosophie*. Nouveau supplément, 1932.

interessa conhecer são as possibilidades reais de cada indivíduo. Ora, este conhecimento leva a investigar acerca da complexidade, do aparecimento e da evolução das aptidões.

Se atendermos a que Claparède considera todo e qualquer processo psíquico como uma *aptidão*, tem que nela admitir-se vários graus de complexidade. E, como geralmente se aceita que o complexo é resolúvel em elementos simples reversíveis, procurou-se decompor as aptidões complexas nos seus elementos constitutivos, ou aptidões elementares. Foi, sobretudo, nas aptidões profissionais, que se procurou fazer essa decomposição por admitir-se que todos os que apresentassem essas aptidões seriam os mais aptos nas carreiras a que elas dissessem respeito (reversibilidade). Resta saber se qualquer *aptidão* complexa é de fato um somatório de aptidões elementares, ou se tem qualquer coisa de específico que a decomposição afete na sua essência (irreversibilidade). Tenha-se presente o caso do jovem e genial pintor Thade Styka. A análise do dom artístico deste pintor feita por Binet (58) revelou o fato extraordinário de não ser mais hábil na reprodução, de memória, de modelos de linhas, do que uma criança de oito anos, que não saiba desenhar.

No tocante ao aparecimento e à evolução das aptidões, sabe-se que há algumas que surgem em idades mais baixas do que outras. Cita-se, mesmo, a aptidão musical como a mais precoce, seguindo-se-lhe a aptidão matemática e literária e a artística. Uma das mais tardias é a científica. Mas a precocidade nem sempre é apanágio do gênio. Quantas crianças-prodígios não passaram mais tarde da mediocridade e quantos gênios que, de início, não se revelaram!

Aparecem, em boa verdade, pontos de interrogação sobre se o diagnóstico das aptidões de qualquer criança tem o valor de um prognóstico para quando qualquer delas fôr adulto e se existe diferença na evolução das aptidões nos dois sexos. Mas estes pontos de interrogação não querem dizer, de maneira alguma, que se devam menosprezar os métodos que possam ser usados no diagnóstico das aptidões. Antes, devem levar a uma atitude de circunspeção que nada afirma peremptoriamente. "O que o diagnóstico de uma aptidão estabelece", diz Claparède, "é uma probabilidade". Logo, na O. P. nunca se deve prognosticar o sucesso nesta ou naquela profissão, mas antes vaticinar uma maior ou menor probabilidade de êxito numa dada carreira.

Resta-nos agora referir o processo indicado pelo Prof. Claparède para a determinação das aptidões. Ainda que considere de real valor a observação e o interrogatório, tanto das crianças como dos

(58) A. Binet: La psychologie artistique de Thade Styka, in *Année Psychologique*, vol. 15, 1909, e *Les idées modernes sur les enfants*, 1911.

que as rodeiam, reconhece que isso não basta por se ter de escolher a profissão numa altura em que a vida quotidiana não oferece oportunidades para se evidenciarem as aptidões. Mesmo que se conhecessem os gostos das crianças, era preciso verificar se eles traduziam uma verdadeira capacidade. Por outro lado, a observação não permite mensurações que, por vezes, se impõem como auxiliares imprescindíveis. Daqui, a necessidade de se usarem provas capazes de pôr em evidência as várias aptidões, como economia de tempo e de uma aprendizagem, por ventura inútil. As provas que melhor satisfazem estas exigências, ou seja, se uma criança é apta para um trabalho que nunca executara, são os reativos conhecidos pelo nome de *testes* (59) .

Na verdade, não é pura utopia admitir a possibilidade de se organizarem testes capazes de evidenciar, sem recorrer à cópia de atividades de qualquer profissão, as aptidões que elas impliquem. Para tanto, basta lembrar que as aptidões assentam numa disposição natural, disposição esta de existência anterior à atividade que a requer. Estes testes, chamados de aptidão por Claparède, procuram determinar, no respeitante a uma dada aptidão, o lugar que ocupa um paciente entre os demais. Deste modo, afirma-se o princípio da possibilidade de diagnóstico das aptidões, que não é isento de crítica. Mas todas as críticas possíveis a esse princípio, e implicitamente à O. P., baseadas em que muito pouco se conhece relativamente à estabilidade e evolução das aptidões, tornam-se extensivas a todos os métodos de apreciação das capacidades usados pela psicotécnica. Mesmo assim, "mais vale", como diz Claparède, "um método que leve a resultados sem dúvida incertos mas afetados de um certo coeficiente de probabilidade, do que nenhum método, isto é, juízos arbitrariamente pronunciados e só subordinados aos caprichos do acaso".

É, sobretudo, em volta da divisão da aptidão em *inata* e *adquirida* que os vários autores se têm pronunciado. Assim, Christiaens (60) considera a aptidão como uma disposição natural que favorece a aprendizagem ou o trabalho, e admite que ela apresenta a forma ambivalente de *inata* e de *adquirida*. Segundo êle, convém fazer esta distinção por a O. P. dizer geralmente respeito a adolescentes, que

(59) Só consideramos testes as provas devidamente adaptadas e aferidas para o meio a que se destinam. Consulte-se o nosso trabalho *Teste mentais, sua história e valor*, separata do n.º 3 de Monografias do Boletim do Instituto Antônio Aurélio da Costa Ferreira, 1945.

(60) A. G. Christiaens: *Une méthode d'orientation* professionnelle, citado por Baumgarten.

ainda não possuem aptidões adquiridas na profissão, como sucede com os adultos. Sugere, todavia, que o vocábulo *aptidão* só seja usado no caso de se tratar de disposições naturais.

Decroly e Corberi. no *III Congresso de Psicotécnica*, realizado em Milão no ano de 1922, procuraram estabelecer as características diferenciais entre a *aptidão inata* e a *aptidão adquirida*. Decroly aceita, pela mesma razão que Christiaens, a distinção entre *aptidão inata* e a *adquirida* e dá como características da primeira para a distinguir da segunda:

- 1.º — O seu aparecimento precoce, como o que se dá com o dom musical;
- 2.º — O seu aparecimento espontâneo;
- 3.º — A persistência, e
- 4.º — A resistência às circunstâncias desfavoráveis.

Considera ainda que a *aptidão inata* é suscetível de se verificar experimentalmente:

- 1.º — Pela relação entre o exercício e o resultado obtido, quer dizer, quanto mais este fôr evidente, tanto mais é de admitir a hipótese de uma aptidão espontânea, e
- 2.º — Pela estimativa do rendimento, comparada com o rendimento normal.

Finalmente, Decroly admite a possibilidade de em todas estas determinações existirem exceções (61) .

Corberi considera, além das características enunciadas por Decroly, uma nova — a *satisfação* — que está presente durante o exercício de uma *aptidão inata* (62) .

Se bem que estas modalidades da aptidão sejam geralmente aceites, Baumgarten (63) critica-as por a palavra *inato* poder induzir a erros de sentido, ou melhor, de significado. Na verdade, as pesquisas realizadas com o fim de verificar a influência do exercício nas aptidões levaram a concluir que algumas delas não são suscetíveis de se formarem pelo exercício. Em face de tal dificuldade, Baumgarten admite que entre a *aptidão inata* e a *adquirida* não existem contrastes absolutos, mas antes deve dar-se-lhes um sentido re-

(61) O. Decroly: Les aptitudes innées et les aptitudes acquises. Atti della conferenza internazionale di psicotécnica all'orientamento professionale, MilaD, 192:5, in Franziska Baumgarten: op. cit.

(62) Giuseppe Corberi: Attitudine innate e attitudine acquisite, Atti della conferenza internazionale di psicotécnica all'orientamento professionale, in Franziska Baumgarten, op. cit.

(63) Franziska Baumgarten: op. cit.

lativo. Quer dizer: o que se considera inato é o na sua essência e o que se considera adquirido é o igualmente, mas, em todos os casos, ambos intervêm, com o predomínio de um deles (64) .

Por virtude das razões apontadas, sugere que se substitua a expressão *aptidão inata* por *qualidade* e se conserve, no entanto, o termo *aptidão*. A *qualidade* representa um caráter relativamente constante, que constitui a característica do indivíduo e que não é facilmente afetada por influências exteriores. Já a *aptidão*, que considera suscetível de se desenvolver, não só pelo exercício como pela educação, significa uma disposição "crônica e potencial para um rendimento". Desta forma, julga não haver qualquer oposição entre a *qualidade* e a *aptidão*, mas sim uma diferença na sua estabilidade relativa em face das influências exteriores.

Além disso, para Baumgarten, a divisão da *aptidão* em *imita* e *adquirida* pode levar a pensar-se que a primeira é uma coisa acabada, e, por isso, invariável, quando, na verdade, o não é. A *aptidão* faz a sua aparição espontânea e vai-se desenvolvendo, com ritmos diferentes conforme os indivíduos, até atingir a maturidade. A curva do seu desenvolvimento não se apresenta igual para todos ôles. Se algumas vezes se torna regularmente progressiva, noutras toma a forma ondulante e até ziguezagueante, o que leva a supor que esse desenvolvimento se faz, às vezes, por paragens e até regressões.

Como épocas críticas desse desenvolvimento, assinala os três, os seis, os nove anos, e, sobretudo, o período da puberdade. Esta, que se manifesta aos treze anos, caracteriza-se pela tendência para sonhar para a introversão, por um aumento de excitabilidade sentimental que se traduz, tanto mais fortemente quanto maior fôr essa excitabilidade, pela necessidade da criação literária e por um menor rendimento escolar. O ritmo deste desenvolvimento pode variar com as condições climáticas, mesológicas e até com as próprias diferenças individuais. As exceções são também de admitir, tais como na adolescência revelarem-se aptidões não pressentidas nos períodos anteriores, mas de efêmera duração. Está neste caso o dom poético, que se manifesta nos adolescentes — quem não fêz versos nesse período! — e que se extingue depois. O mesmo se dá com a *aptidão eidética*, ou seja, a aptidão para ver com a mesma nitidez, como se estivessem presentes, as coisas, os seres, os desenhos, as fotografias, etc, que foram presentes durante muito pouco tempo ou em que se pensa, — aptidão essa assinalada por Jaensch.

A *aptidão eidética* é mais freqüente e atinge o mais alto grau de perfeição, em média, aos 12 anos e desaparece, regra geral, du-

(64) Léou "Walther repete a mesma idéia na sua *Orientation professionnelle et carrières libérales*, 1936

rante ou depois da puberdade. Pode considerar-se rara nos adultos. As estatísticas sobre a *aptidão eidética* na criança não são concordes. Assim, Jaensch encontrou 37% de *eidéticos* em idades que vão dos dez aos quatorze anos e meio, e Dwelshauvers (65) refere que, em certos povos, os casos de *eidetismo* ascendem a 40% enquanto que noutros, em iguais condições, não se encontra nenhum.

Já, há alguns anos, propusemo-nos investigar esta aptidão nos nossos escolares. A percentagem de *eidéticos* encontrada foi quase nula, mas cumpre-nos dizer que os resultados obtidos têm um valor precário, por o número de pacientes que intervieram na experiência ser relativamente pequeno. Também entre as crianças francesas, M. Craumansl (66) encontrou uma diminuta percentagem de *eidéticos*.

Ainda segundo Baumgarten, afora as leis do crescimento e da maturidade, o desenvolvimento das aptidões recebe largo influxo do mundo circundante. Conforme as influências favoráveis ou desfavoráveis dele recebidas, assim as aptidões se vivificam e aumentam o seu poder de expansão, ou, reduzidos à inatividade permanente, tendem a desaparecer. Daqui a convicção crescente de que o desenvolvimento das aptidões carece de proteção especial.

Foram, sobretudo, os americanos que defenderam com ardor e firmeza a proteção e a cultura dos dons. Cattell mostrou, com o auxílio de dados estatísticos, que o estado de Massachusetts, proporcionalmente à população, contava 84 vezes mais sábios do que o de Mississippi (67). Isto quer dizer que no estado de Massachusetts, existem influências favoráveis ao desenvolvimento dos dons, ou, — o que já não se nos afigura verossímil —, que no estado de Mississippi existem influências desfavoráveis a esse mesmo desenvolvimento. E Terman pedia no seu *Genetic studies of genius* uma organização escolar que estivesse em harmonia com os dons das crianças.

Já em 1905 (68), na Alemanha, Petzoldt reclamava escolas especiais para os excepcionalmente dotados, atitude esta secundada, mais tarde, por Stern. A América do Norte, em 1915, já tinha, em Detroit, classes especiais para os super-dotados (69); Berlim tem a sua primeira escola, deste gênero, em 1917; na Bélgica, desde 1918 que algumas comunas tinham criado fundos destinados a subvencionar os estudantes pobres que revelassem aptidões excepcionais, e, pela lei orgânica de 15 de outubro de 1926, o parlamento belga

(65) Georges Dwelshauvers: *Traité de psychologie*, 1928. Há tradução espanhola de Joaquim Carreras y Artau.

(66) Citado por Pierre Quercy in *L'hallucination. Etudes cliniques*, 1930.

(67) Baumgarten: *op. cit.*

(68) Dr. Ed. Claparède: *Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers*, 1927.

(69) Rudolph Pintner: *Intelligence testing, methods and results*, new edition, 1936.

instituiu os *Fondes des mieux doués* (70), etc. A proteção não ficou por aqui, estendeu-se não só aos inventores como ainda aos futuros inventores.

Também Baumgarten aborda o fenômeno pouco estudado da *compensação das aptidões*. É de todos conhecido que as qualidades de caráter, tais como a aplicação, a perseverança, a vontade firme, etc, podem compensar a ausência de certas aptidões. Igualmente as qualidades e aptidões intelectuais são suscetíveis de uma *compensação*. Na verdade, a ausência de uma grande sensibilidade auditiva pode ser compensada por um grande poder de atenção; uma memória precária por uma fácil compreensão das relações lógicas, etc.

Outro aspecto da *compensação psíquica* foi posta em relevo por Alfredo Adler (71), que verificou poder este fenômeno ser resultante de uma inferioridade corporal. Com efeito, Mozart tinha um ouvido imperfeitamente desenvolvido; Demóstenes gaguejava, e até os próprios deuses da mitologia parece quererem dar ao fenômeno caráter de lei: Vulcano era coxo, Vidar era mudo, Tir era manco, etc. Mas em tais casos o fenômeno só se registra em indivíduos com certa predisposição, o que não permite erigi-lo em lei geral.

Não se pense que a *compensação* consiste simplesmente na substituição de uma aptidão por qualquer outra. A experiência mostra que a substituição só é possível quando entre as aptidões existem certas relações, pois só assim uma pode interferir em substituição da outra. Deste modo, verifica-se um condicionamento recíproco das aptidões que se opõe a aceitar-se a sua mera justaposição e que dá ao seu conjunto uma natureza funcional. Quer dizer: patenteia-se a impossibilidade de decompor as aptidões, pelo menos algumas, em elementos simples, por afetar a sua própria natureza.

Aquele condicionamento recíproco torna ao mesmo tempo compreensíveis as *transmutações das aptidões* que se evidenciam pelo desaparecimento, na puberdade, de certas aptidões reveladas anteriormente, para darem lugar a outras. É o caso de um talento precoce para o desenho desaparecer pouco a pouco, ao mesmo tempo que se manifesta um dom musical.

As considerações expostas levam a formular várias interrogações.

Haverá aptidões capazes de se manifestarem sob formas diversas nos diferentes períodos da vida?

A presença de uma certa aptidão poderá levar a concluir da existência simultânea de outra ou outras aptidões?

(70) Léon Bairwens: Code des mieux doués. Sixième édition, 1935.

(71) l)r. Alfred Adler: Le tempèrament nerveux, tradução do Dr. Roussel, 1026.

Não haverá aptidões simultâneas, cujas manifestações estejam dependentes de influências exteriores com recalque das que se manifestam mais tardiamente?

Qual será a inter-ação, no sentido de se ajudarem ou frenarem mutuamente, das aptidões cujo desenvolvimento se faz paralelo?

Todas estas interrogações ficam sem resposta por pouco ou nada se saber das relações mútuas entre as aptidões, durante o seu desenvolvimento.

Finalmente, como se verifica uma inconstância dos pacientes quando se lhes apresenta, com intervalos de tempo variável e em que se verificam as mesmas condições externas, o mesmo problema ou problemas equivalentes, cuja solução deve ser sempre dada dentro do mesmo espaço de tempo, admite-se a existência de *oscilações de intensidade das aptidões*. Tais *oscilações* verificam-se, sobretudo, quando se aplica o mesmo teste, em épocas diferentes, ao mesmo paciente.

* *

Do exposto verifica-se que aquilo que os cientistas designam pelo nome de *aptidão* é qualquer coisa que não está suficientemente estudada e não é bem conhecida. Lembremo-nos de que não se sabe ao certo qual o valor do diagnóstico das aptidões estabelecido durante a infância como prognóstico para a idade adulta e, bem assim, se existem diferenças na evolução das aptidões nos dois sexos. Mal conhecida é também a estrutura das aptidões, no sentido de ser possível a sua decomposição em elementos reversíveis, — aptidões elementares —, o que torna aleatória todas as provas de caráter analítico, tendentes a evidenciar as aptidões. Como vimos, não ficam por aqui as incertezas e os pontos de interrogação. Assim, não se conhecem bem as relações mútuas entre as aptidões, durante o seu desenvolvimento; desconhece-se se há aptidões suscetíveis de se manifestarem, sob formas diversas, nos diferentes períodos da existência; nada se sabe sobre a inter-ação das aptidões no sentido de se ajudarem ou frenarem mutuamente, quando o seu desenvolvimento se faz em paralelo, etc.

De não menor importância é a questão do caráter ambivalente da aptidão, isto é, a sua divisão em inata e adquirida. Se ela se pode adquirir, torna-se supérfluo o seu conhecimento, em consequência do treino e o exercício tornarem possível obter a aptidão almejada. Tal hipótese já foi defendida no tocante à aprendizagem e ao ensino, pelo cientista russo Gastew (72) e pelo cientista alemão Friedrich

(72) Citado por Baumgarten.

(73) . Estes cientistas julgam possível obter um rendimento igual de todos os estudantes ou de todos os aprendizes e, por isso, desfazer as diferenças de nível que existam entre eles, desde que se empregue um processo racional de ensino. Até hoje, a prática ainda não mostrou, nem a ciência ainda demonstrou tal possibilidade. Há, na verdade, miragens como a dos anormais de Mme. Montessori conseguirem ombrear com os normais nos exames. Neste caso, o sucesso destes desprotegidos da sorte não é devido ao método nem à técnica de ensino, mas tão-somente ao fato de essas provas de exame assentarem, essencialmente, no puro trabalho de memória.

Em abono do que acabamos de expor, vem o relatado pelos Drs. Collin e Sellier (74) num seu trabalho. Quinze dias depois de ter sido apurado para o serviço militar, um estudante, já com o segundo ano da Universidade, teve baixa pela Junta de Saúde, com o seguinte fundamento: "Debilidade mental, irresponsabilidade absoluta; incapacidade de receber a instrução militar". Este veredito não surpreendeu muito o pai, que, de sobejo, sabia que o filho tinha de ser ajudado a vestir-se e precisava de que o acompanhassem à universidade.

Mas, como pode compreender-se que um débil mental pudesse satisfazer às exigências do ensino universitário ?

A explicação deste estranho caso está, segundo aqueles autores, em o estudante ser provido de uma memória prodigiosa, que lhe permitia reproduzir não só o que ouvia como o que tinha lido, quando interrogado pelos examinadores. E, rematando, referem que, após a baixa que teve no serviço militar, este estudante voltou novamente a cursar a Universidade, onde conseguiu novas aprovações em vários exames!

Mas, se repararmos atentamente, o que se verifica acima de tudo é uma franca contradição entre a *aptidão inata* e a *aptidão adquirida*. É que esta exprime sempre, note-se bem, a anterior existência de disposições definidas, e, por isso, nestas disposições ela é já de si inata. Digamos de outra maneira, talvez mais clara: se a aptidão é, antes de tudo, uma *disposição natural*, no dizer de Claparède, de Christiaens, de Decroly e de outros, como se pode admitir a existência de uma *aptidão adquirida*? É o mesmo que falar de uma disposição natural adquirida, o que é um manifesto contra-senso: ou bem que é natural, ou bem que é adquirida.

17ii) A. Kriedrich: Das Anlernen auf psychotechnischer Grundlage: FShigkettsschulang, in Praktische Psychologie, 1922, citado por Baumgarten.

i?4) André Collin et Henri Sellier: Projet d'assistance insuffisants ps>cl'iques vivant en liberte, in Annales de Medicine Légale, Oetobre, 1925.

Para fugir a esta contradição, Baumgarten chama, — como já tivemos ocasião de referir —, à aptidão inata *qualidade* e reserva o vocábulo *aptidão* para designar a "disposição crônica potencial para um rendimento" capaz de se desenvolver tanto pelo exercício como pela educação. Elimina, na verdade, a contradição, mas admite na mesma duas potencialidades que agora passam a chamar-se *qualidade* e *aptidão* com, sensivelmente, as mesmas características das que elas substituem. Quer dizer: a mudança incide quase exclusivamente nas palavras que representam essas potencialidades e não ría sua estrutura.

Mas será, de fato, possível desenvolver as aptidões pelo exercício e pela educação?

Em boa verdade, qualquer delas, quando devidamente aplicadas, leva a aptidão a um maior rendimento, o que induz, naturalmente, a interpretá-lo como a resultante do desenvolvimento da aptidão a que êle corresponde.

Mas será assim?

Na nossa modesta opinião, não existem aptidões adquiridas nem tampouco as aptidões são suscetíveis de se desenvolverem ou de se aperfeiçoarem pelo exercício ou pela educação.

O ciclo vital das aptidões acompanha o desenvolvimento do indivíduo, pelo que podemos considerar três fases: a de *desenvolvimento*, a de *estabilização* e a de *regressão*. Na primeira fase, a aptidão, segundo o indivíduo ou segundo o meio ou, o que é mais natural, segundo os dois, vai-se desenvolvendo umas vezes lenta outras rapidamente, ou com alternância das duas formas. Se quisermos marcar uma idade-limite para esta fase, podemos talvez fixá-la nos 18-19 anos. Já na segunda fase, como a aptidão atingiu uma certa maturidade, tende a estabilizar-se, o que, naturalmente, deixa entrever a possibilidade de, por vezes, continuar ainda seu desenvolvimento. Finalmente, na terceira e última fase, entra em manifesta regressão e chega mesmo a deformar-se, mercê da decadência sensorial cerebral, psíquica e até somática, que se verifica à medida que se avança em idade.

Se dentro do seu ciclo vital a aptidão passa um período de desenvolvimento, é, sem dúvida, possível, dentro de certos limites, criar-se um ambiente propício ou circunstâncias adequadas para que êle se faça nas melhores e mais apropriadas condições. Reconheceu-se mesmo a necessidade de favorecer o desenvolvimento das aptidões por, no caso contrário, estarem sujeitas ao desaparecimento.

Pergunta-se agora: desde que se pode, — e há toda a conveniência nisso —, favorecer o desenvolvimento natural das aptidões, qual será a ação que o exercício e o treino metódicos exercem sobre elas?

Afigura-se-nos que qualquer deles não exerce nenhuma ação sobre as aptidões, mas apenas leva o indivíduo a melhor utilizar essas potencialidades. Esta melhor utilização, que se patenteia, naturalmente, por um maior rendimento, induz no erro de se julgar que as aptidões são suscetíveis de se desenvolverem, no sentido de se tornarem mais poderosas, mais rápidas e mais seguras, quando submetidas ao exercício e ao treino. Mas, se o exercício e o treino levam os pacientes a bem se servirem das suas potencialidades, eles aprendem a melhor utilizá-las. Deste modo, o que se fez foi apelar para uma nova aptidão que Koffka (75) e Köhler denominaram aptidão para *aprender o novo*, — *poder de aprender* —, que na sua opinião torna possível os seres humanos adquirirem novas maneiras de agir.

Em pedagogia, por exemplo, uma das principais funções educativas é, quanto a nós, explorar essa aptidão, para que os estudantes aprendam a melhor utilizar a sua memória, a sua inteligência, enfim, as suas potencialidades. Este princípio básico é, infelizmente, ignorado ou esquecido por muitos educadores.

Vamos tornar, com dois exemplos, mais clara, mais transparente, ou seja, mais inteligível a nossa maneira de ver. Seja uma criança que à custa de reiterados exercícios consegue tocar piano. É vulgar pensar-se que esta criança adquiriu uma aptidão. Quem assim pensa, labora em erro, porque, se atentarmos bem, nenhuma aptidão foi adquirida, mas tão-sòmente entrou em causa a *aptidão para aprender*.

Consideremos agora outra criança que manifesta certa aptidão para a matemática e que, por virtudes de exercícios seguidos, consegue resolver uma série de problemas que, antes, se lhe afiguravam insolúveis. Muitos pensam que este resultado foi obtido mercê de o exercício ter desenvolvido a aptidão matemática.

Tal não sucede. O que se deu foi uma intervenção da *aptidão para aprender* a bem servir-se da inteligência por intermédio do raciocínio.

Mesmo na nossa modesta maneira de pensar só se devem considerar *aptidões e capacidades*. A *aptidão* aparece-nos como um estado virtual instável, que se manifesta quando, numa dada circunstância, a realização de um certo ato ou de uma dada operação dela se serve, traduzindo-se deste modo em *capacidade*. Quer dizer: quando a aptidão assinala a sua presença por um ato ou uma operação, ela traduz-se, ou melhor, concretiza-se em *capacidade*. Como é natural, não é de admitir a possibilidade de se desenvolver ou aperfeiçoar, pelo exercício ou pelo treino, a *aptidão*, por força da sua própria na-

(75) K. Koffka: Die Grundlsgen der psychischen Entwicklung des Kindes, citado por Baumgarten.

tureza. O mesmo ocorre com a capacidade. Como se poderia desenvolver a *capacidade*, se ela não é mais do que uma aptidão realizada, um epifenômeno?

Poderia objetar-se que afinal só existe a *aptidão para aprender*. Não é bem assim, por termos de reconhecer que, pelo menos, existem a aptidão matemática e a artística, — música e artes plásticas —, a que é costume chamar-se *dons*. Mas cumpre-nos confessar que o *dom* se nos apresenta, não como um símbolo de uma aptidão em alto grau, mas sim como uma síntese de aptidões. É impossível compreender, por exemplo, o dom musical, se não houver, em grande parte, possibilidades de aprendizagem.

Tais são, expostas sumariamente, as razões que nos levam a não aceitar a *aptidão adquirida* e a defender a impossibilidade de se desenvolver, — no sentido que demos a esta palavra —, ou adquirir aptidões.

Resta agora saber se, dentro desta nossa maneira de ver, è possível quantificar a aptidão. Julgamos que sim, por a *capacidade* em que ela se traduz apresentar graus diversos, o que a torna acessível à medida. Afirma-se, deste modo, a possibilidade de mensurar (76) indiretamente a aptidão.

A importância do tema em causa decorre da necessidade de sabermos se qualquer indivíduo serve para qualquer profissão, ou se apenas determinadas pessoas, na posse de certas qualidades, deverão abraçar determinadas carreiras. Como consequência do exposto, é a *aptidão para aprender*, dentro de cada profissão, que, de preferência, indicará qual a carreira que se deve seguir.

Devemos ainda lembrar a pouca estabilidade das aptidões; a sua efêmera duração (77) ; o fato de poderem ser afetadas pela ação do mundo circundante; de serem suscetíveis de transmutações; de existirem oscilações na sua intensidade e, bem assim, compensações entre si. Mas todas essas dúvidas, todas essas incertezas, todos esses pontos de interrogação, toda essa pouca estabilidade das apti-

(76) Sobre o significado que, no presente caso, se deve atribuir ao vocábulo mensurar, consulte-se qualquer dos nossos trabalhos: Algumas considerações sobre a medição em psicologia, in Boletim do Instituto de Orientação Profissional, n.º 3, outubro de 1942, e Testes mentais, sua história e valor, separata do n.º 3 de Monografias do Boletim do Instituto Antônio Aurélio da Costa Ferreira, 1945.

(77) Oferecemos à meditação do leitor o caso curioso do grande Pasteur-. Aos 13 anos, manifestava um gosto pronunciado pelas artes plásticas: executava desenhos a carvão e retratos a óleo de pessoas de família e de amigos que frequentavam a sua casa, que mereceram os melhores elogios (Vie de l'asteur, de René Vallery-Radot). Mas devemos salientar que o dom de observação e o cuidado meticoloso em representar o que via, manifestado através dos seus desenhos e das suas telas, são as qualidades que mais tarde vamos encontrar na sua obra científica.

does, filiam-se, muito particularmente, na instabilidade própria do período de transformação do indivíduo, ou seja, no período pubertário. Nele se verifica um desequilíbrio funcional, aliás normal, que determina que os elementos e as funções que intervêm em qualquer ato não estejam suficientemente coordenados para uma realização perfeita. É que devemos ter presente que na evolução fisiológica o equilíbrio entre a organização somática e o sistema endócrino-neurovegetativo e entre estes e o sistema nervoso central só se realiza tardiamente. A razão está na evolução do sistema nervoso central se fazer mais demoradamente do que a evolução do resto do organismo. Daqui, haver certa discordância entre as aptidões sensoriais e motoras e as psíquicas.

Mas a O. P. tem de formular prognósticos de evolução futura em indivíduos cujas idades oscilam entre os 13 e os 16 anos, isto é, durante o período pubertário. Ora, um prognóstico não vai além de uma probabilidade mais ou menos realizável e o período de vida, que serve de base a esses prognósticos, é exatamente aquele em que se verifica uma franca transformação do indivíduo e, por isso, o mais instável e indeciso da sua vida.

As dificuldades não ficam por aqui. Não é só o conhecimento dos adolescentes como também o das profissões que se impõe na O. P. Dizer que para uma dada profissão se torna necessário um grande poder de atenção, uma boa memória, etc, não tem, em boa verdade, sentido. Não há uma só atenção, não há uma só memória. Se umas profissões requerem, sobretudo, uma atenção vigilante, outras necessitam de preferência uma atenção expectante ou até distribuída (78). O mesmo se dá com a memória, com a imaginação, enfim, com todas as potencialidades intelectivas, por cada uma de-

(78) Como não há formas mas sim modalidades de atenção, com o significado de maneiras diferentes de prestar atenção, e dada a sua importância em psicotécnica, Piorkowski sugeriu classificarem-se as profissões segundo a atenção por elas requerida. Deste modo, verificou-se que, além da atenção concentrada, existe a flutuante, a distribuída e a difusa. A estas modalidades, Sollier e Drabs juntaram mais duas, indispensáveis na indústria: a expectante e a vigilante. Por sua vez, a atenção vigilante recebe a designação de latente quando se manifesta durante o sono, como no caso dos guardas da noite, dos enfermeiros ou enfermeiras, que devem despertar a horas determinadas ou com a produção de certos ruídos (Dr. Paul Sollier et José Drabs: *L'étude pratique de l'attention*, in *Revue de la Science du Travail*, 1930).

Devemos confessar que não nos parece fácil pôr em prática a idéia de Piorkowski por freqüentemente a mesma profissão requerer mais do que uma modalidade de atenção e, por vezes, ser difícil saber-se qual a dominante. Podemos dar como exemplo o motorista, o aviador e o polícia, em quem, por serem obrigados a notar o que se passa de anormal e estarem prontos para atuar, quando surja qualquer eventualidade, a atenção requerida é ao mesmo tempo expectante e vigilante.

las apresentar várias modalidades. De igual modo, dizer-se que para certa profissão é indispensável uma boa visão, lance de vista, bastante precisão, etc, não tem, da mesma forma, significado. A precisão requerida por uma profissão pode não ser a mesma requerida por outra; o lance de vista que se impõe em dado mister é, por vezes, dessemelhante do necessário para outro, — enfim, o mesmo se verifica com todas as qualidades que se consideram indispensáveis ao desempenho de uma atividade profissional.

Poderemos ilustrar com dois exemplos o que acabamos de expor. Para um trabalho delicado, em que os objetos têm de estar perto dos olhos, torna-se, como é costume julgar-se, necessária uma excelente acuidade visual, sem vidros corretores. Ora, reconheceu-se que os casos de miopia moderada, não progressiva, podem constituir, até, em certos casos, uma indicação favorável para tal trabalho. É que o efeito nefasto dessa forma da atividade sobre os órgãos visuais agravado pelas modificações devidas à senilidade, faz-se sentir muito mais no indivíduo normal do que no míope (79) . Da mesma maneira, ao tecelão, que deve distinguir, quando ocorrem irregularidades na marcha do seu tear, parece dever-se exigir uma boa acuidade auditiva. Mas tal acuidade quer dizer capacidade para perceber leves ruídos no meio do silêncio, quando, afinal, o tecelão tem de distinguir leves ruídos mas no meio dos ruídos produzidos pelos outros teares.

Impõe-se, por isso, que anteriormente a uma análise das profissões se inicie uma análise da estrutura dos atos ergológicos (80), o que, ao que parece, já se começa a realizar (81) .

Por outro lado, temos de reconhecer a existência de uma relação estreita entre a profissão e o meio social, o que leva a considerar a evolução das profissões. Na verdade, o trabalho do operário não se tem conservado constante perante a evolução, tanto técnica, como industrial e até econômica. Por isso, a passagem dos ofícios da Idade Média para a grande indústria que se lhe seguiu, bem como as profundas transformações da indústria moderna, mostram, eloqüentemente, que não são as profissões que se subordinam às aptidões, mas, antes pelo contrário, são as aptidões que se subordinam às profissões. Deste modo, tem de se pôr de parte a idéia corrente do indivíduo só ser apto para uma determinada profissão, como o significado da palavra *vocação* leva a supor, para se considerar um novo aspecto: o da existência, em cada indivíduo, do que poderemos cha-

(79) R. Bonnardel: *Vision et professions*.

(80) O adjetivo ergológico formou-se de ergologia, termo criado pelo Dr. Paul Solier, que significa, segundo a sua origem grega, ciência do trabalho.

(81) Consulte-se a *Psicologia dei trabajo profesional*, de Alejandro Chleusebairgue, 1934.

mar uma certa *plasticidade profissional*. A existência desta *plasticidade* foi também posta, largamente, em evidência pelas exigências das indústrias de guerra, especialmente a aeronáutica, pela necessidade premente de uma produção de aviões em larga escala, o que determinou a mobilização de grande número de operários de outras indústrias. Da mesma forma, a colocação dos inválidos de guerra em novas profissões em harmonia com a sua invalidez igualmente vem confirmar a sua existência.

Interferindo, sem dúvida, nesta *plasticidade*, temos os *fenômenos de transferência* (82), — fenômenos estes ainda mal conhecidos —, e que dizem respeito à perícia adquirida numa dada atividade se repercutir noutra ou noutras atividades. A importância do conhecimento de tal *transferência* é manifesta, não só para aprendizagem de um ofício, como para a deslocação de qualquer operário de uma espécie de trabalho para outra e muito especialmente para a O. P. Admitida inicialmente em psicologia e, sobretudo, em pedagogia, é conhecida por várias designações: *disciplina mental, disciplina formal, transferência do treino, treino formal e recíproco melhoramento na aprendizagem*.

A designação mais corrente é a de *disciplina formal*, preferentemente usada em pedagogia, e que traduz a possibilidade de o treino de uma função mental afetar a eficiência de outras funções mentais, ou a prática em qualquer disciplina de ensino repercutir-se no rendimento de outras disciplinas afins ou não afins. Com as experiências de James (83) e, principalmente, com as de Thorndike e Woodworth (84), a *teoria da disciplina formal* recebeu rude golpe, o que originou a realização de grande número de investigações com o fim de confirmar, — pelos partidários —, ou refutar, pelos adversários —, os princípios daquela teoria. Hoje ela é aceita dentro de certos limites e em determinadas circunstâncias.

No caso da transferência de a perícia adquirida, com movimentos locais, por parte do corpo humano, se efetuar para outra parte do mesmo corpo, toma o nome, atribuído por Scripture, de *educação cruzada*. É o caso de esta transferência se fazer de uma mão para

(82) As experiências sobre a transferência são bastante numerosas e têm incidido sobre: a memória, a aprendizagem sensorio-motriz, os juízos discriminativos, a gramática, a aritmética, o latim, a geometria, a boa apresentação dos trabalhos escolares, etc. Ao leitor curioso que se interesse por este assunto aconselhamos a consulta ao segundo volume da obra de Edward L. Thorndike, intitulada *Educational psychology*, volume II: *The psychology of learning*, 1930.

(83) W. James: *Principles of psychology*, 1891.

(84) Thorndike and Woodworth: *The influence of improvement in one mental function upon the efficiency of other functions*, citado por Edward L. Thorndike, in *Educational psychology*, volume II: *The psychology of learning*, 1930.

a outra, referida, entre outros, por Ewert (85), ou do pé para a mão ou vice-versa, como mostrou Bray (86) ou ainda de um olho para outro e de uma mão para a outra quando esta se acha paralisada, conforme os resultados das experiências de Lashley (87) .

As primeiras experiências sobre a *educação cruzada* foram realizadas em 1858, por Volkmann; seguem-se-lhes as de Fechner, também no mesmo ano, as de Scripture, em 1894, as de Woodworth, em 1898, etc. Mais recentemente, Cox apresenta o resultado das suas investigações e estuda a questão na sua obra *Manual skill, its organization and development*, publicada em 1934. No entanto, todos estes estudos incidem sobre formas manifestamente simples e analíticas da transferência. Ora, entre as atividades profissionais devem indubitavelmente existir formas complexas dessa transferência, que poderemos denominar *transferência profissional*, e que de igual modo estão presentes no conjunto da aprendizagem profissional. E como, segundo Cox (88), a transferência dos efeitos da aprendizagem torna-se tanto mais extensa quanto maior cuidado houver em acompanhar os exercícios de uma explicação verbal, que ensine a maneira de trabalhar e aprender, melhor se compreenderá o que no decorrer deste trabalho já frisamos: a importância que este fenômeno reveste não só para o ensino técnico como também para a O. P. Infelizmente, tanto a *plasticidade* como a *transferência profissionais* são mal conhecidas, o que não quer dizer que as ponhamos de parte.

Por outro lado, segundo Léon Walther (89), quanto às carreiras liberais, devem-se formular duas questões:

1.º — Qual a possibilidade do indivíduo seguir uma profissão liberal?

2.º — Dada essa possibilidade, para qual das profissões liberais esse indivíduo é suficientemente dotado?

No primeiro caso, é a *inteligência geral* que decide: quanto mais inteligente fôr, tanto maiores possibilidades tem de seguir uma carreira liberal. No segundo, o conhecimento da profissão liberal para que é especialmente dotado um indivíduo, deve ser feito através das

(85) P. H. Ewert: Bilateral transfer in mirror drawing, in *The pedagogica! Seminary*, 1926.

(86) C. W. Bray: Transfer of learning, in *Journal of Experimental Psychology*, 1928.

(87) I. K. S. Lashley: Studies of cerebral function in learning VI. The theory that synaptic resistance is reduced by the passage of the nerve impulse, in *Psychological review*, 1924.

(88) J. W. Cox: op. cit.

(89) Léon Walther: L'orientation professionnelle vers les carrières libérales et ses bases psychologiques, in *Revue Philosophique*, ns. 7 e 8, de 1933, e *Orientation professionnelle et carrières libérales*, 1936. Há tradução espanhola.

atitudes em lugar das aptidões. A razão está em as *aptidões gerais*, que neste caso se reduzem à inteligência geral, determinarem o êxito nessas profissões, ao passo que as *aptidões especiais* quase não intervêm por se compensarem e se substituírem, entre si, com grande facilidade: Já com as outras carreiras são as *aptidões especiais*, isto é, as *profissionais*, que levam o indivíduo ao sucesso profissional, mas em harmonia com as suas inclinações. É, pois, a *inteligência geral*, por um lado, e as *atitudes* bem pronunciadas, por outro, que, para Walther, levam ao triunfo numa profissão superior bem determinada.

Em face da importância da *atitude* para o indivíduo e para a sua orientação na vida social, é por ela que se deve começar a investigação quando se trata de O. P.

As *atitudes*, tanto intelectuais como afetivas, caracterizam-se por uma estabilidade relativamente grande e uma oposição marcada às influências e obstáculos externos. Por vezes, acontece que um indivíduo apresenta quebra de interesse por uma profissão, o que não quer dizer que a essência da atitude tivesse sido afetada. Outras vezes, elas não se revelam claramente, fato este que pode levar a interpretações erradas. Por isso, como as *atitudes*, até ao presente, só são acessíveis à observação, esta deve ser cuidadosa e demoradamente feita.

Dadas as dificuldades, por nós expostas, que encontra a O. P. na sua atuação, não se pense que a julgamos desnecessária por imprática. Pelo contrário, defendemos a necessidade de se procurar vencer, tanto quanto se possa, todas essas dificuldades, — o que não se nos afigura de todo impossível, — pelas vantagens reais que nos advêm dos seus serviços. É com o auxílio da O.P. que se poderá reduzir a delinqüência infantil, combater a instabilidade profissional, proporcionar a alegria e contribuir para se alcançar a felicidade, isto é, fazer obra de higiene mental.

Foi para obstar à vagabundagem, mas muito particularmente à delinqüência infantil, que Parson organizou em Boston, no ano de 1908, como sabemos, o primeiro instituto de O. P. Já no ano anterior, o Dr. Healy havia fundado, em Chicago, o Instituto Psicopatológico do Tribunal da Infância para ir em auxílio da infância delinqüente. É, pois, com justa razão, que Meili (90) afirma que a aproximação destas duas datas mostra bem a mais estreita, a mais íntima relação entre esses dois domínios: o da higiene mental e o da O. P.

(90) M. Richard Meili: Hygiène mentale et orientation professionnelle, in L'hygiène mentale des enfants et adolescents, 1943.

A instabilidade profissional é, antes de mais, uma manifestação flagrante de uma escolha inadequada da carreira. Dentro da higiene mental, conhece-se a ação nefasta dessa errada escolha na evolução normal da vida humana. Na verdade, ela determina um psiquismo que leva, as mais das vezes, a perturbações de ordem vária, destacando-se um nervosismo geral, capaz de degenerar em fadiga nervosa, sempre de temer; a um acentuado sentimento de inferioridade, e, não raro, a conseqüências mais graves, como favorecer a eclosão de psicopatias ainda em germe ou já latentes.

Tal estado de espírito vai, naturalmente, agravar o já de si diminuído e inferior rendimento e qualidade do trabalho, que trazem como conseqüências, tanto a freqüente mudança de lugar como de profissão do indivíduo e a dificuldade em empregar-se. De igual modo, os acidentes de trabalho devem levar à suspeição de uma errada escolha de carreira, havendo todas as probabilidades de ela se transformar em realidade, quando aqueles se repetirem. Per isso, defendemos que todo aquele que sofreu mais do que um acidente, — excluídos os motivados por causas fortuitas, como incêndios, desabamentos, etc, ou técnicos, como explosão de caldeiras ou de motores, rupturas de máquinas, etc. — , deve ser cuidadosamente observado para se verificar se, de fato, é um *desadaptado profissional*, a fim de, em caso afirmativo, mudar de trabalho ou seguir outra profissão.

Ora, esta nossa maneira de ver vai de encontro à lei de Marbe, defendida por autoridades no assunto. Mesmo assim, não deixamos de, modestamente, expor aquela nossa idéia.

Marbe deduziu a sua lei dos dados estatísticos fornecidos pelas companhias de seguros de vida e contra acidentes e nela se estabelece uma predisposição individual para os acidentes, quer dizer, a possibilidade dos sinistros aumentarem na medida em que fôr maior o número de acidentes já sofridos pelo indivíduo. Giese (91) cita esta lei e diz: "a freqüência dos acidentes não depende das bases objetivas da probabilidade de sofrer acidentes a massa humana, mas sim das afinidades subjetivas dos indivíduos... Esta predisposição depende, também, da raça." Apresenta depois vários dados tendentes a confirmar esta afirmação. Igualmente E. Schreider publicou um trabalho, cujo título nos dispensa de qualquer comentário, por ser de sobeja eloqüente: *Facteurs physiologiques et psychologiques de la prédisposition aux accidents*.

(91) Fritz Giese: Psicotécnica, traduzido do alemão por Miguel Gonzalez, 1933.

Em 1936, Lahy e Korngold (92) organizaram dois grupos de trabalhadores, um formado por 200, já sinistrados várias vezes, e outro, de 300, que não tinham sofrido qualquer acidente, para procurar as diferenças características dos dois grupos, quando submetidos ao mesmo trabalho. Só notaram diferenças, que se traduziram numa inferioridade de rendimento do primeiro grupo, em relação ao segundo, quando lhes foi imposto um ritmo diferente ou um tempo limitado no trabalho. Para estes autores, é pela "impossibilidade de se adaptar a uma rapidez imposta ao trabalho ou a um ritmo diferente daquele que é natural ao indivíduo, que se reconhece a propensão para os acidentes."

Mas propensão, quer dizer, tendência natural para alguma coisa, por isso, não é facilmente compreensível como se possa ter tendência para se ser sinistrado. Os acidentes, excluídos, claro está, os imputáveis a causas fortuitas ou técnicas, só se dão quando se está desatento, quando falta a destreza manual, quando a memória é deficiente, enfim, quando as aptidões requeridas pelo trabalho exigido não estão em harmonia com as que possui o operário, e, como tal, existe um *desajustamento profissional*. No caso de ajustarem perfeitamente as condições do trabalho às aptidões dos trabalhadores, isto é, quando se escolher bem a profissão, o acidente não tem possibilidades de existência. E note-se que as próprias experiências de Lahy e Korngold vêm corroborar a nossa tese. A circunstância de a modificação das condições de trabalho evidenciar a inferioridade do grupo dos sinistrados, só quer dizer que os trabalhadores que o formavam não reuniam todas as aptidões requeridas pela profissão. A prova afigura-se-nos excelente para diagnosticar se o indivíduo está, na verdade, perfeitamente adaptado à profissão.

Como conseqüência do exposto, repetimos: os sinistrados em quem se registre mais do que um acidente, devem ser observados nos institutos de O. P. para lhes serem indicados, caso se verifique que tinham errado a profissão, — e estamos convencidos de que assim deve suceder —, novos trabalhos ou novas profissões. Depois se verificará se a lei de Marbe se cumpre. *O acidente repetido é, pois, um verdadeiro sintoma de errada escolha de profissão, ou seja de um desajustamento profissional.*

Quando, pelo contrário, se dá uma boa orientação profissional, ou surge, como dizem os americanos, "the right man in the right job", a alegria espalha-se-lhe no rosto. Esta alegria traduz o sentimento do dever cumprido, a satisfação de uma adequada aplicação

(92) J. M. Lahy et S. Korngold: Recherches expérimentales sur les causes psychologiques des accidents du travail. 1936.

de todas as energias espirituais, que fazem brotar a confiança, tonificam a vontade, robustecem todas as energias vitais, e tornam possível resistir, mesmo vencer, a série de maiores ou menores dificuldades que surgem com freqüência no decurso da vida. E, visto que a felicidade resulta, em grande parte, da perfeita adaptação e integração do indivíduo no meio social, e como um dos fatores principais dessa adaptação e integração é o desempenho cabal da sua profissão, que só se atinge quando bem escolhida, podemos dizer que uma boa O. P. contribui para se alcançar essa felicidade.

Apesar de tudo, estamos firmemente convencidos, — como aliás já tivemos ocasião de referir —, de que é possível vencer, pelo menos em parte, as dificuldades por nós apontadas. As razões determinantes de tal atitude filiam-se, em grande parte, nas duas experiências levadas a efeito pelo City of Birmingham Education Committee, que são, na verdade, de bom augúrio. Os resultados da primeira experiência foram publicados em 1932, os da segunda em maio de 1940 e em novembro de 1944 (93). A primeira experiência teve por fim explorar a possibilidade e o valor do emprego dos métodos psicológicos na O. P. dos escolares. Para tanto, organizaram-se dois grupos:

No primeiro, a O. P. assentava nos métodos psicológicos ou predominantemente científicos, — grupo experimental —, e, no segundo, em métodos tradicionais ou predominantemente empíricos, — grupo de verificação. Nesta investigação, participaram 328 estudantes, dos quais 281 foram acompanhados, durante dois anos, desde o início da sua vida profissional.

Aquela instituição, impressionada com os resultados obtidos, resolveu fazer uma nova experiência em maior escala. E, assim, na publicação de maio, refere a experiência, — que não é mais do que um relatório preliminar da que foi publicada em 1944 —, feita em 820 estudantes, que foram vigiados, logo após a sua colocação, durante dois anos, e em 281 durante quatro. Os resultados foram sensivelmente concordes com os da primeira experiência.

Na publicação de novembro de 1944, o número de estudantes acompanhados durante os dois primeiros anos na carreira escolhida é de 1693, e, durante os primeiros quatro, de 608. O resultado, quanto à estabilidade nas profissões, sumariza-se do seguinte modo:

(93) Não conhecemos a primeira publicação, mas, como as outras duas, que a seguir mencionamos, relatam as suas conclusões, torna-se desnecessária a sua consulta. Eis os títulos das duas obras: *The value of vocational tests as aids to choice of employment*, second report of research by E. Patrícia Allen and Percival Smith, May 1940, e *Scientific vocational guidance and its value to the choice of employment work of a local education authority*, report of research, by E. Patrícia Ilunt and Percival Smith, November, 1944.

56% dos escolares, que seguiram a carreira indicada pela O. P., conservaram-se nela durante os dois primeiros anos após a saída da escola, e 46% mantiveram-se no decurso dos primeiros quatro anos, ao passo que no grupo de verificação a estabilidade não passou de 37% e 27%, respectivamente; só 11% dos que não seguiram as indicações dadas pela O. P. conservaram-se na profissão, tanto no decorrer dos dois primeiros anos como nos primeiros quatro.

Quanto à qualidade do trabalho produzido, que foi classificado de *muito satisfatório*, *satisfatório* e *pouco satisfatório*, eis os resultados que, por comodidade, vão discriminados em dois quadros:

PRIMEIRO GRUPO OU EXPERIMENTAL

Acompanhados durante	Classificação	Que seguiram o conselho da O. P.	Que não seguiram o conselho da O. P.
Dois anos	Pouco satisfatório	5%	19%
		64%	67%
	Muito satisfatório	31%	14%
Quatro anos	Pouco satisfatório	4%	15%
	Satisfatório	65%	62%
	Muito satisfatório	31%	23%
SEGUNDO GRUPO OU DE VERIFICAÇÃO			
Acompanhados durante	Classificação	Que seguiram o conselho da O. P.	Que não seguiram o conselho da O. P.
Dois anos	Pouco satisfatório	10%	9%
		70%	63%
	Muito satisfatório	20%	28%
Quatro anos	Pouco satisfatório	7%	6%
		70%	57%
	Muito satisfatório	23%	37%

Os resultados por nós sumariados mostram exuberantemente a possibilidade de se usar a O. P. com certo proveito, desde que **ela** assente em métodos o mais possível científicos. E, visto a manifesta importância desta experiência, por ter sido realizada com um número bastante elevado de pacientes, ou seja, uma amostra suficientemente válida e representativa (94), vamos entrar em alguns pormenores.

Na experiência importa conhecer como se fêz a O. P. em bases científicas, como se verificou a sua superioridade em relação aos métodos geralmente usados, — o que já atrás referimos —, e, finalmente, as sugestões que dele ressaltam. A O.P. foi baseada numa série de testes, tanto de inteligência como de várias modalidades de habilidade (verbais e não verbais); escalas gráficas de temperamento; metucioso exame médico e visitas de inquérito à habitação dos estudantes.

Naturalmente, as sugestões que decorrem desta metuculosa e bem orientada experiência visam o aperfeiçoamento das técnicas e estabelecimento de um programa mais adequado de O.P. E, assim, como se verificou a possibilidade de fazer-se uma O.P. de caráter científico dos alunos que terminaram os seus estudos desde que as escolas dessem a sua colaboração, sugere-se a criação de cursos de treino nos métodos da psicologia experimental, nomeadamente no capítulo dos testes, para professores selecionados do ensino secundário, de forma a assegurar-se posteriormente a presença de, pelo menos, um em cada escola. A estes professores ser-lhes-ia cometido o encargo de aplicar testes nos períodos mais próprios da vida dos estudantes e de organizar fichas onde seriam lançados os resultados obtidos com os testes e todas as informações de ordem psicológica e de ordem geral que digam respeito ao seu desenvolvimento.

É com base nessas fichas que na devida altura se poderá auxiliar as decisões que cada aluno deve tomar no respeitante à orientação dos seus estudos. E, finalmente, ao findar a vida escolar, um técnico do Juvenile Employment, depois de estudar as fichas dos alunos, em colaboração com o reitor e com aqueles professores, assentam na O. P. a dar a cada aluno.

Reconhecem, ainda, os autores do trabalho em questão ser natural haver testes por ventura mais adequados do que aqueles que empregaram. Impõe-se, portanto, a organização de novos testes de-

(94) Rui Carrington da Costa: Possibilidades de predição do aproveitamento escolar dos alunos do primeiro ano dos liceus, separata dos Liceus de Portugal, 1941.

vidamente aferidos, que possam preencher mais cabalmente essa função. Como, porém, não basta só conhecer as aptidões das crianças, mas ter inteiro conhecimento das condições exigidas pelas várias profissões e ainda conhecer a análise dos processos que as mesmas envolvem, — o estudo das crianças e análise das profissões são inseparáveis, por isso que se completam.

Das dificuldades apontadas e das experiências relatadas, verifica-se que a O. P. deve assentar num estudo cuidadoso e acurado da criança, por só assim os conselhos dados pela O. P. se tornarem profícuos. Nestes termos, é durante a vida escolar que se podem colher com mais proveito todos os elementos necessariamente capazes de dar uma melhor garantia do conhecimento das crianças.

É curioso que a descoberta não é nada nova. Já os educadores do século XVIII se pronunciaram a favor de uma observação sistemática e cuidada, durante a escolaridade, como o melhor meio de se atingir um conhecimento mais perfeito da criança. Friedrich August Wolf, por exemplo, na sua obra *Ueber Erziehung, Schule, Universitat* (95), fornece indicações, assaz curiosas, quanto ao tratamento individual a dar aos escolares, nomeadamente aos que pretendiam seguir cursos universitários. Para isso, traça o esquema de uma espécie de registro, para cada estudante, onde se deviam consignar as aptidões, a aplicação e precisão no trabalho, a estrutura moral e o rendimento escolar referente a cada disciplina do currículo. F. H. Chr. Schwarz, no seu livro *Die Schulen* (96), é bem preciso quanto à necessidade do conhecimento integral da natureza do escolar, e passa à realização prática, dando, em 1808, a *primeira ficha de observação escolar que se conhece*. Esta *Schultabelle* engloba as características dos estudantes, condensadas por Schwarz em três pontos essenciais:

- 1.º — Sua disposição natural;
- 2.º — Seu estado presente, e
- 3.º — Seu progresso.

Vem de longe, como acabamos de ver, a idéia de as verdadeiras atitudes e aptidões só se poderem realmente conhecer através das reações espontâneas, e, por isso, em ambiente natural. Claro que na escola tradicional e, infelizmente, ainda na maioria das escolas de hoje, onde a criança é, na sua atuação escolar, essencialmente receptiva, não é possível observá-la na sua espontaneidade. O mesmo já

(95) Citado por Léon Walther, in *Orientation professionnelle et carrières libérales*, 1936. Há tradução espanhola:

(96) Léon Walther: op. cit.

não ocorre na escola ativa (97), por tal observação se tornar praticável e os seus professores estarem especialmente preparados para uma cuidada observação psicológica. Temos de reconhecer a necessidade imperiosa de a escola receptiva se ir transformando em escola ativa.

Agora já pode compreender-se por que caiu em desfavor o antigo método da O. P., que consistia numa série de provas realizadas num ambiente de laboratório e que, por se obterem com uma aparelhagem delicada, se julgava que diagnosticavam com precisão a carreira que a cada um se impunha. No entanto, a crença no valor das provas laboratoriais tem, para nós, como aliás todas as coisas, a sua explicação.

Na O. P. procura-se indicar ao paciente a carreira que melhor se adapta às suas possibilidades, quer dizer, parte do indivíduo para a profissão. Já na seleção profissional, ou S. P., procura saber-se se o paciente possui os necessários requisitos requeridos para uma dada carreira, ou seja, parte-se da profissão para o indivíduo. Como tal, a função da S. P., por mais limitada, torna-se de mais fácil execução e, conseqüentemente, está mais avançada no sentido de, por meio dela, obterem-se resultados plenamente satisfatórios, como no caso das profissões de relojoeiro, condutor de locomotivas, guarda-freio e motorista. Nestas três últimas profissões, como se torna indispensável um poder de reação pronta e exata da parte de quem se propõe segui-las, a ausência desse poder é motivo de exclusão imediata. Deste modo, um curto exame circunscrito a este campo evidenciará imediatamente se o paciente é ou não apto para tais profissões. Semelhantes sucessos, tanto no que dizem respeito aos misteres, como às profissões industriais, deviam ter tido larga influência naquela crença.

Não queremos com o exposto dizer que subscrevamos as palavras de Kolodnaya, — que Chleusebaigue considera como acertadas —, de que num futuro próximo a aparelhagem psicométrica não passará de um objeto de museu (98) ; mas sim que a exagerada con-

(97) Para os menos iniciados nas questões pedagógicas, recortamos das conclusões dum relatório apresentado ao Congresso de Higiene Mental, efetuado em Paris, no ano de 1922, o que se segue:

"A escola deve ser ativa, isto é, mobilizar a atividade da criança. Ela deve igualmente ser um laboratório em vez de um auditório... Esta nova maneira de encarar a escola e a educação implica uma mudança completa na formação dos professores de todos os graus. Tal preparação deve ser acima de tudo psicológica" (Dr. Ed. Claparède: *L'education fonctionnelle*, 1931, de que há tradução brasileira e espanhola).

(98) Kolodnaya: *Compte-rendus de Ia Vlleme Conférence Psychotécniqne*, 1933, citado por A. Chleusebaigue in *Orientación Profesional. Fundamentos y teoria*, 1934.

fiança nas provas laboratoriais, predominantemente mecânicas, tem em O. P. um valor precário.

Por outro lado, na América do Norte, começou-se a compreender que, se havia toda a vantagem em orientar os estudantes na escolha da carreira, não fazia sentido que não se fizesse o mesmo no que diz respeito aos estudos. Foi Kelley (99), em 1914, o primeiro a focar este novo aspecto da orientação, que é conhecido por Orientação Educacional, ou O. E. (Educational Guidance) (100). Note-se que esta expressão já tinha aparecido em 1912, num editorial da revista *Elementary School Teacher* (101) com o significado do auxílio que pudesse ser prestado aos estudantes, pela escola, orientando-os para um trabalho mais consentâneo com as suas aptidões.

É fácil apreender a existência de relações estreitas entre a O.E. e a O.P. Assim, as profissões mais complexas ou mais qualificadas implicam estudos mais prolongados, pelo que tem de fazer-se uma escolha dos cursos que a elas correspondam. Mas onde haja escolha a fazer, há sempre lugar para uma *orientação* que neste caso será a *educacional*, apresentando-se por isso, como o primeiro passo para a O. P. Podia objetar-se que, afinal, a O. E. não tem razão de existir. Na verdade, autores, há como por exemplo Cõhen (102), que partem das cinco instituições, — lar, escola, igreja, indústria e Estado — para considerar cinco aspectos da O. P. : o social, o educacional, o moral, o industrial e o cívico.

Quanto a nós, preferimos seguir a idéia de Myers (103), que, apesar de reconhecer a existência da íntima relação entre a O.E. e a O.P., julga de toda a vantagem fazer-se a destriça entre elas, por, umas vezes, predominarem fins de ordem profissional, e, outros, de ordem educacional. Completemos a nossa maneira de ver, procurando delimitar o campo da O.E. Para nós, a sua ação desenvolve-se no sentido de auxiliar os estudantes na escolha dos estudos mais adequados à utilização das suas aptidões, mas que melhor satisfaçam as necessidades do seu desenvolvimento.

(99) Truman Kelley: *Education Guidance*, 1914, citado por Lourenço Filho, in *Orientação Educacional*, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.º 13, de julho, 1945.

(100) A tradução de *Educational Guidance* é *Orientação Educacional*, forma esta usada pelos brasileiros. No entanto, os franceses e os belgas preferem *Orientação Escolar* — Roger Gal: *L'orientation scolaire*, 1946, e Mme. E. Nihoul-Fox: *Echos de l'Officiel: orientation scolaire en France*, in *Archives Belges des Sciences de l'Education*, octobre 1937. Veja-se a opinião autorizada do Prof. Lourenço Filho sobre a tradução a dar ao vocábulo "vocational", in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n.º 13, de julho, 1945.

(101) Lourenço Filho: op. cit.

(102) I. J. David Cõhen: *Principies and practices of vocational guidance*, 1929.

(103) George E. Myers: *Principies and techniques of vocational guidance*, 1941, o Lourenço Filho in op. cit.

Como era natural, a experiência mostrou plenamente que o cabal rendimento escolar não era só função das qualidades exigidas aos estudantes e bem assim à escola, ao horário, ao professor, ao programa, aos métodos, pois se lhes tinha de juntar a de adaptação aos estudos. Ora, esta adaptação consegue-se por meio de uma adequada O.E., e esta é, como já dissemos, uma escolha. Naturalmente, impõe-se uma grande variedade de cursos bem articulados entre si, que tornem possível essa atitude.

Não se pense, no entanto, que esta solução depende somente da escola ou do legislador. Aquela variedade traduz não só o "adiantamento", como muito bem diz o eminente pedagogo Prof. Lourenço Filho, "das técnicas pedagógicas e dos conhecimentos que lhe servem de base, mas, muito especialmente das condições da vida social e econômica, que na organização educacional se refletem (104)".

É de boa prática, por auxiliar poderosamente a O.E., a atitude seguida nalguns países de, afora das disciplinas comuns e obrigatórias do ensino instituírem outras livres, sob a direção de mestres competentes, nas quais os estudantes podem satisfazer os seus gostos, as suas inclinações e fazer prova das suas aptidões. O trabalho, por elas requerido pode realizar-se em grupos ou individualmente e nele é que os estudantes reconhecem a necessidade de aperfeiçoar as suas técnicas, que tanto podem ser intelectuais como manuais. Na América do Norte, em 1942, já existia um bem montado serviço de orientação, que abrangia aproximadamente um terço das suas escolas secundárias. Nos Estados do sul, os serviços eram menos completos e numa proporção menor que os do extremo leste e os dos Estados do oeste, que atingiam mais de 40% (105).

As possibilidades de uma orientação, como já atrás dissemos, refletem "muito especialmente as condições da vida social e econômica". Ora, no Brasil, vinha-se acentuando não só uma intensa organização do trabalho nos vários ramos da atividade, mas ainda um desenvolvimento industrial de certo vulto. Conseqüentemente, o número de profissões aumentou e, por igual forma, os serviços especializados e qualificados por elas determinados. Tal fato não podia deixar de se fazer sentir na instrução.

Esta atmosfera excepcionalmente propícia foi bem sentida, o que não é de admirar por o Brasil se vir afirmando cada vez mais um país progressivo em matéria pedagógica, a que tem sabido dar feição prática digna de nota e de admiração. E, assim, é promulgada a lei orgânica do ensino secundário, de 9 de abril de 1942, ou a

(104) Lourenço Filho: op. cit.

(105) *Review of Educational Research*, abril de 1945, citado por Lourenço Filho.

lei Capanema (106), como é vulgarmente conhecida, que torna obrigatória, no seu artigo 80, fazer-se a O.E. nos estabelecimentos de ensino secundário.

Devemos dizer, no entanto, que a França já tinha realizado um ensaio de O.E. em 1937. Verificado um acréscimo de população liceal que ia além de 72%, aumento este que preferentemente atingia a seção A, — predomínio das humanidades clássicas —, com a agravante de elevado número de alunos não conseguirem a carta de curso, resolveu o governo, para obtemperar a tais inconvenientes, dividir o ensino liceal em três seções com um ano vestibular de estudos em classe de orientação (107). As seções eram a clássica, a moderna e a técnica, e os alunos ingressavam em qualquer delas, confoime as tendências e as aptidões reveladas naquela classe de orientação. Esta experiência de O. E., iniciada em 1937-1938, e que se estendeu pelo ano de 1938-1939, foi, infelizmente, prejudicada com o advento da última guerra, e, — porque não dizê-lo? —, por falta de preparação técnica dos que nela intervieram, o que não permitiu tirar conclusões definitivas.

Julgamos, pois, ser o Brasil o primeiro e único país em que a O.E. é obrigatória. No tocante à O.P., já a França o tinha feito pelo Decreto-lei de 24 de maio de 1938. No seu artigo primeiro, prevê a criação em cada departamento, ou grupo de departamentos, de um secretariado de O.P., e no seu artigo quinto a criação, em cada departamento, de centros de O.P., tanto obrigatórios como facultativos. Mais adiante, no seu artigo oitavo, pode ler-se:

"... après le délai de trois ans, ... aucun enf ant âgé de moins de dix-sept ans, ne pourra être employé dans une des entreprises visées à l'article 9 (108) s'il n'est muni d'un certificat, délivré gratuitement par le secrétariat d'orientation professionnelle sur attestation des centres publics ou prives d'orientation professionnelle."

Também no Brasil, em 1942, por Decreto-lei de 16 de junho do mesmo ano, se estabelece que os aprendizes a admitir na indústria

(106) Assim denominada por, ao tempo, sobraçar a pasta da Educação o Dr. Gustavo Capanema.

(107) Sobre o assunto leia-se o curioso artigo Atualidades pedagógicas — A classe de orientação em França, publicado nos ns. 103 e 105 da revista Labor, de novembro e dezembro de 1939 e 1940, da autoria do Prof. Oliveira Guimarães. Eis algumas revistas francoesas que abordaram também o assunto: Le Bulletin de l'Institut National d'Orientation Professionnelle de novembro e dezembro de 1937; L'Information Pédagogique de novembro-dezembro de 1947; vários números de Pour l'Ere Nouvelle de 1937, 1938 e 1939 e Esprit, ns. 62 e 63, de 1937.

(108) Eis as empresas enumeradas no artigo 9.º: industriais, comerciais (tanto de caráter industrial como comercial) públicas ou privadas, e bem assim as sociedades cooperativas, as sociedades de caução mútua, de crédito marítimo mútuo, os bancos populares e certas empresas concessionárias.

devem ter, pelo menos, 14 anos de idade; possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional ou haver terminado o ensino primário; ter a aptidão física e mental comprovada por processos científicos de S. P. para a atividade que desejam seguir, e, caso a S.P. não lhes seja favorável, procurar-se-lhes-á a atividade mais adequada às suas qualidades e aptidões, servindo-se, para tanto, da O.P.

Tudo concorre, portanto, para que a escola seja um auxiliar valioso e imprescindível da O.P., o que a orienta para a idéia inicialmente posta pelos ingleses e americanos, — como tivemos ocasião de referir no decorrer deste trabalho. Mas, dentro desta tendência, temos de considerar duas correntes: a que defende dever ser a O.P. feita exclusivamente na escola, e a que se limita a considerar a escola como simples auxiliar dos organismos especializados.

Pronunciou-se contra a primeira corrente o Segundo Congresso Internacional de Psicotécnica aplicada à Orientação Profissional e à Organização Científica do Trabalho, realizado em Barcelona, no ano de 1921, como resultado da discussão das comunicações apresentadas por Otto Lipmann e J. Ruiz Castella. Eis as conclusões:

1.º — "A escola não pode praticar a O.P.;

2.º — A O.P. necessita da colaboração da escola" (109) .

Entretanto, podemos citar, como defensor da primeira corrente, o conhecido e sábio professor de psicologia da Universidade Católica de Milão, Agostinho Gemelli (110) . Considera a impossibilidade de emitir juízos válidos de O.P. quando assentem em provas realizadas no ambiente artificial dos laboratórios, ainda mesmo que se utilize a mais variada e perfeita aparelhagem. Pelo contrário, defende ser o meio mais adequado, o mais propício, e, por isso mesmo, o eleito, para a formulação de tais juízos, a escola, por nela se tornar possível revelarem-se as aptidões, tendências e inclinações próprias de cada indivíduo, quando ela realize um ambiente de vida livre e completa. Para êle, a orientação e a educação são dois aspectos do mesmo fenômeno. Mas em publicação posterior (111), de 1946, enfileira na segunda corrente por ter reconhecido que a escola, por si só, encontra dificuldades tais em desempenhar-se do encargo de orientação, que só com o auxílio de instituições especializadas as poderá vencer. Assim, defende nessa publicação que se devem criar

(109) Segona Conferència Internacional de Psicotécnica Aplicada a l'Orientado Professional i a l'Organització Científica dei Treball, 1922.

(110) A. Gemelli: La psicologia a servizio dell'orientamento professionale **nella scuola**, 1943.

(111) Fr. Agostinho Gemelli: Necessita di attuare in Itália l'orientamento professionale dei giovani e criteri direttivi da seguirsi, estratto dal fascicolo di Luglio-Settembre, 1946, de Revista Internazionale di Scienze Sociali.

institutos ou centros de orientação (112) com o encargo de fornecer material de observação, direção, dados estatísticos, profissionais, etc, às escolas para serem utilizados pelos seus professores. Quer dizer: estes serviços teriam como função auxiliar e completar o serviço orientador da escola.

Mostra-se Gemelli contrário à intervenção do Estado nesses serviços com o fim de os tornar obrigatórios, como se deu na Alemanha, como vimos na França e é corrente na Rússia. As razões que invoca são ponderosas. Parte do princípio de a natureza humana ser particularmente móvel, sobretudo na fase evolutiva, o que não permite formular juízos absolutos; as transformações do caráter apresentarem certa freqüência, motivadas, em grande parte, por influências ambientais; as aptidões nem sempre se revelarem claramente, pelo que julga ser demasiado ousado transformar meras possibilidades em certezas, sobretudo quando estão em causa os destinos humanos. Conseqüentemente, defende que o conselho de orientação não vá além de um simples conselho e que, de forma alguma, se torne uma condição *sine qua non* de ingresso nas profissões. Mas não lhe repugna, contudo, aceitar que o Estado estabeleça um serviço central que unifique os processos, que dê diretivas, etc; mas o que sobremaneira receia são as estatizações. Enfim, pronuncia-se a favor da criação de centros de orientação, tanto oficiais como particulares, disseminados pelo país para colaborarem com as escolas e até com as organizações patronais.

Dentro deste segundo tipo situa-se também o grande pedagogo brasileiro Prof. Lourenço Filho, que cria, como diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, em 1931, o primeiro serviço de O.P. e O.E., ou seja S.O.P. e E., do seu país (113). Uma medida desta natureza não se toma sem que se disponha de pessoal habilitado para a sua realização. Impõe-se, por isso, um pouco de história.

O Serviço de Psicologia Aplicada da Diretoria Geral do Ensino, de São Paulo (114), contava, entre as suas seções, uma relativa à O.P., destinada a fornecer conselhos profissionais e educacionais aos escolares que os solicitassem. Ao mesmo tempo, realizava cursos com o fim de preparar futuros técnicos. Foi com os téc-

(112) Devemos informar que na Itália não há Institutos de O. P. em atividade. O que existe em Roma tem funções propriamente universitárias de investigação científica.

(113) Noemi Silveira Rudolfer: O primeiro serviço de orientação profissional e educacional no Brasil, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.o 13, cie julho de 1945.

(114) Noemi M. da Silveira: Da organização do Serviço de Psicologia Aplicada da Diretoria Geral do Ensino do Estado de S. Paulo, 1932.

nicos daquele serviço que se tornou possível pôr em vigor a S. O. P. e E.

Pensou também o Prof. Lourenço Filho iniciar "classes pré-vocacionais" nas escolas primárias e profissionais para dar a cada estudante o conhecimento do trabalho e das suas aptidões pela sua colocação em situações reais. Tal medida não chegou a efetivar-se por todas as atividades do S.O.P. e E. terem sido interrompidas, em 1932, com a saída do Prof. Lourenço Filho do Departamento da Educação e de D. Noemi da Silveira (115), que, como técnica, dirigia os trabalhos. Tais atividades foram retomadas, em 1933, com a nomeação do Prof. Fernando de Azevedo para Diretor daquele Departamento, que pôs em prática a idéia das "classes prevocacionais" do Prof. Lourenço Filho, mas só nas escolas profissionais. Finalmente, em 1935, o S.O.P. e E. é extinto, por transformação do organismo de que fazia parte.

Em 1936, o ministro Dr. Gustavo Capanema, ao estudar a reorganização do Ministério, alvitra que se crie um Instituto Nacional de Pedagogia, o qual se torna um fato, no ano seguinte, com a lei n.º 378. Pelo Decreto-lei n.º 580, de 1938, este Instituto passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e no seu artigo quarto estatui que êle abrangerá quatro seções técnicas, em que uma delas é de O.P. e S.P. (116). Para seu diretor foi escolhido um dos mais altos valores pedagógicos brasileiros, Prof. Lourenço Filho, que ainda exerce tal cargo e com a maior proficiência.

Como se vê, de há muito que vem preocupando os brasileiros a questão da O.P. e da O.E., o que lhes permitiu ter técnicos competentes para porem em execução a lei Capanema, no que diz respeito à obrigatoriedade da O.E. no ensino secundário.

Em Portugal, a existência do Instituto de Orientação Profissional deve-se à generosidade da benemérita senhora D. Francisca Barbosa de Andrade. Em seu testamento, deixou um valioso legado com a obrigação de fundar-se em Lisboa uma casa de caridade com a denominação de "D. Maria Luísa Barbosa de Carvalho". O então Provedor da Assistência Pública, Dr. Lino Gameiro, teve a feliz idéia de aplicar este legado na fundação do Instituto de O.P., que tomou o nome desta última senhora, conforme o desejo da legatária. Por esta razão, de início, o seu âmbito não ia além de serviços pres-

(115) Esta ilustre pedagoga é hoje professora de Psicologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.

(116) O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividades, separata da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.º 16, de outubro de 1945. Por este trabalho pode aquilatar-se da importância e valor da obra notabilíssima, já levada a efeito por este organismo.

tados às crianças das escolas da assistência pública de Lisboa, como estatuiu o Decreto n.º 11.176, de outubro de 1925 (117). No entanto, a sua esfera de ação foi alargada pela letra de vários decretos. Assim, foi autorizado a prestar os seus serviços aos adolescentes estranhos à Assistência Pública. Começou também a trabalhar com o Ministério da Justiça, obrigando-se a orientar todas as crianças do Tribunal de Infância ou da Tutoria Central de Lisboa, na escolha da carreira e bem assim da formação científica, pedagógica, psicológica e sociológica do pessoal dos Tribunais da Infância.

Tais fatos colocam-nos como o primeiro país que iniciou a O. P. no campo da assistência pública e no de assistência aos menores delinquentes, sujeitos à jurisdição de tribunais especiais. Finalmente, pelo Decreto n.º 14.963, de 24 de janeiro de 1928 (118), passa o Instituto a ficar dependente do Ministério, ao tempo denominado, da Instrução Pública. Esse diploma consigna, além das atribuições expressas na legislação anterior, o encargo de fazer exames de O. P. e de seção mental dos alunos das escolas dependentes não só do Ministério da Instrução como dos outros Ministérios, quando lhe fôr requerido; proceder às investigações necessárias de caráter pedagógico e psicotécnico, nas escolas, com o fim de uma melhor eficiência do ensino; proceder à organização dos serviços de O. P. no País; organizar cursos especiais para a formação de peritos orientadores; proceder a investigações de caráter científico sobre as atividades profissionais e aptidões por elas requeridas e, bem assim, a todos os problemas que digam respeito à organização científica do trabalho nacional.

O primeiro diretor do Instituto foi o Dr. Faria de Vasconcelos, figura prestigiosa, de projeção além fronteiras, que afanosamente diligenciou colocá-lo a par dos seus congêneres do estrangeiro. E, assim, era-lhe "grato dizer, com legítimo e nobre orgulho, que sob o ponto de vista dos aparelhos e instrumentos para o diagnóstico das aptidões e estudo das atividades profissionais, o Instituto de Orientação "Maria Luísa Barbosa de Carvalho" é um dos melhores da Europa" (119). Este mesmo aspecto já tinha sido por êle focado na comunicação apresentada à Quarta Conferência Internacional de Psicotécnica (120), realizada em Paris, no ano de

(117) Publicado no Diário do Governo, n.º 229, de 24 de outubro de 1925, 1.ª série.

(118) Publicado no Diário do Governo, n.º 22, de 26 de janeiro de 1928, 1.ª série.

(119) Faria de Vasconcelos: Organização do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", in Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", n.º I, de abril de 1928.

(120) Faria de Vasconcelos: L'Institut d'Orientation Professionnelle "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", in Comptes-Rendus de Ia IVme Conférence Internationale de Psychotechnique, 1929.

1927, e, dois anos mais tarde, numa conferência por êle proferida no salão nobre da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Desta conferência recortamos o seguinte:

"Para a realização dos exames de orientação e seleção profissionais dispõe o Instituto de 14 laboratórios dotados com a aparelhagem mais moderna que existe, de fabrico alemão, belga e francês" (121).

Ainda que Faria de Vasconcelos manifeste, como acabamos de ver, certa confiança nas provas laboratoriais, isso não o impedia de defender que a "orientação tem de ser encarada sob todos os aspectos, que quanto maior e mais variado fôr o número de documentos colhidos tanto mais segura será e mais apreciáveis serão os seus resultados positivos" (122). Considera de valor os esclarecimentos obtidos através do orientado, dos pais, das escolas, dos exames clínicos, fisiológicos, pedagógicos e dos inquéritos às condições, económicas e técnicas das profissões.

Pronuncia-se contra a prática da orientação na escola, mas é de opinião que se crie, para os professores, cursos especiais de peritos orientadores, para mais tarde atuarem, junto das escolas, como delegados dos serviços de O.P. Além disso, defende a necessidade de tornar conhecidos nelas os princípios da O.P., por meio de folhetos, conferências, etc, e bem assim orientar a atenção dos professores, dos alunos e das suas famílias para a importância e necessidade de uma escolha apropriada da carreira, de uma aprendizagem adequada, de um ensino profissional digno desse nome. A escola forneceria informes sobre o comportamento moral e social dos alunos a orientar, —i informes que seriam consignados numa ficha.

Como considera a aprendizagem de alta importância não só para o indivíduo como para a coletividade, e como verberava a antiga forma de a obter, defende uma pré-aprendizagem. Esta devia situar-se logo que terminasse a escola primária, e tinha como finalidade essencial despertar as aptidões dos alunos e aperfeiçoar a cultura geral adquirida anteriormente. Mas, para isso, já os programas das atividades escolares deviam girar em torno das modalidades do trabalho profissional, de forma a terem um carácter essencialmente ativo e prático. Era neste período que se procederia aos exames clínico, fisiológico e psicológico, tendentes a diagnosticar as aptidões. Seguir-se-lhes-ia um novo período de verdadeira aprendiza-

(121) Dr Faria de Vasconcelos: A obra do Instituto de Orientação Profissional de Lisboa, in Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (1.ª série), 1933.

'122) Faria de Vasconcelos: Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", n.º 1, de abril de 1928.

gem, por isso, metódica, progressiva e cientificamente organizada, administrada em escolas próprias.

Quando a aprendizagem não pudesse ser ministrada na escola, mas na oficina, na fábrica, etc, pretendia que se fizesse um contrato de aprendizagem onde se consignassem, bem explicitamente, os deveres tanto dos patrões, como dos aprendizes, cujo cumprimento seria fiscalizado pelos serviços da O.P. Dada por finda a aprendizagem, tratar-se-ia da colocação, vigilância, amparo e auxílio dos jovens operários por uma nova entidade, a que deu o nome de Bolsa de Trabalho. Esta Bolsa de Trabalho para aprendizes que tivessem feito as suas provas de aptidão profissional no Instituto de O.P., foi objeto de um projeto elaborado, a seu pedido, pelo Dr. Artur de Oliveira Ramos. As suas atribuições, definidas no seu artigo quarto, são as que se seguem:

"1.º — Obter colocação nas carreiras determinadas pelo Instituto de Orientação Profissional para os aprendizes de ambos os sexos;

2.º — Vigiar os aprendizes colocados pela Bolsa;

3.º — Patrocinar os aprendizes colocados pela Bolsa, promovendo o seu bem-estar físico, econômico, moral, intelectual e profissional" (123) .

Apesar do Dr. Faria de Vasconcelos nos dizer que este projeto estava dependente de aprovação superior, julgamos que, infelizmente, nunca se tornou uma realidade.

Este aspecto da fiscalização da aprendizagem é dos mais interessantes, tanto mais que, ao tempo, os Institutos de O.P. só se limitavam a procurar a colocação dos seus orientados. Como vimos, os ingleses já têm um organismo similar.

Também o preocupou a reorganização do ensino técnico e profissional, que, segundo êle, devia assentar numa reforma científica que se adaptasse às exigências da nova produção e aos princípios e métodos da organização científica do trabalho.

Morreu o Dr. Faria de Vasconcelos sem ver realizadas todas as suas aspirações, todos os seus anseios, mas deixou atrás de si uma obra com que se impõe a todos nós. E este homem, a quem os estrangeiros patentearam toda a sua admiração traduzindo as suas obras, referindo-se aos seus trabalhos e citando o seu nome, não teve uma edição portuguesa da obra que o tornou conhecido no estrangeiro e que foi a sua coroa de glória:

(123) Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", n.º 1, de abril de 1928.

Une école nouvelle en Belgique (124) .

Para substituir o Dr. Faria de Vasconcelos no alto cargo de diretor do Instituto de O.P., foi nomeado o professor da Faculdade de Letras, Dr. Oliveira Guimarães. De sobejo conhecido no mundo pedagógico, era a pessoa naturalmente indicada para o desempenho de tal cargo. Logo de início, marca a sua posição em artigo publicado no primeiro número do Boletim do Instituto, saído sob a sua direção. Nesse artigo, intitulado *Evolução e tendências da psicotécnica em Portugal* (125), defende que o trabalho da O.P. devia caber a duas instituições, cujas diretrizes se deviam conjugar criteriosamente. Estas instituições seriam a escola em sentido lato, ou seja, desde a elementar à superior, e os organismos especializados, aos quais competiria verdadeiramente efetuar os serviços da O.P.

À escola caberiam todos os serviços de orientação geral, por ser a instituição "que, nos seus vários graus, exerce a sua atividade durante anos seguidos sobre os mesmos escolares, e, por isso, também pode obtemperar às necessidades de observação contínua, que é condição imprescindível de uma boa análise bio-psicológica" (126), e bem assim por, no fundo, a orientação não passar de um aspecto da ação educativa. É através da vida escolar que o verdadeiro professor poderá descobrir e verificar as qualidades físicas, mentais e características dos seus alunos. E pode ainda auxiliá-los, por outro lado, a descobrir, a tomar consciência, das suas verdadeiras aspirações. Mas a ação do pessoal docente pode ir até descortinar as tendências, inclinações e até, mesmo, de certo modo, favorecer, orientar ou corrigir as que mais se acomodem ou contrariem os destinos profissionais determinados pelas disposições naturais ou pelas condições sociais e econômicas.

- (124) A. Faria de Vasconcelos: *Une école nouvelle en Belgique*. Préface de M. Adolphe Ferrière, 1915. Esta obra, editada pelo Instituto J. J. Rousseau, de Genebra, foi traduzida, que nós saibamos, para alemão, inglês, espanhol, russo e chinês.
- (125) Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", n.º I, II Série, outubro de 1940. Para melhor se apreender o pensamento do Prof. Oliveira Guimarães, consultem-se os seus trabalhos: *Aprendizagem profissional*, *Modernos aspectos da Orientação Profissional* e *Ainda a necessidade da orientação na escola*, publicados nos Boletins do Instituto de Orientação Profissional, ns. 3, 4 e 6; *L'Orientation Professionnelle au Portugal*, in *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, fase. I, de junho, 1942, e *A orientação profissional e sua importância na arrumação da nossa gente*, in II Congresso da União Nacional, resumo das teses da 14. subseção, 1944.
- (126) Oliveira Guimarães: *Evolução e tendências da psicotécnica em Portugal*, in Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", n.º I, II série, outubro de 1940.

Julga mesmo o Prof. Oliveira Guimarães que, em grande número de casos, o professor primário pode, — desde que sumariamente seja capaz de organizar um perfil psicológico simples, que se baseie na sua observação e tenha a prática da técnica dos testes —, formular um conselho de orientação suficientemente válido, pelo menos para indicar a escola que, em continuação, melhor convém ao aluno. Em qualquer dos casos, as observações dos mestres são sempre elementos de valor imprescindíveis para uma futura organização de qualquer processo de orientação que, com fins específicos, se venha a estatuir.

Outra atitude se impõe nas escolas que se seguem à primária, por, neste caso, os serviços de orientação já exigirem o concurso doutras entidades. Assim, a par da observação contínua dos mestres, impõe-se também a observação não menos persistente dos médicos escolares, dos inquéritos da visitadora escolar e da atuação do psicólogo orientador. Aos médicos caberia o estudo somático, fisiológico e clínico dos alunos; a visitadora encarregar-se-ia das visitas de inquérito à habitação dos estudantes para colher informações sobre as suas condições familiares, hereditárias, econômicas e sociais, e, finalmente, ao psicólogo orientador, além de confidente, conselheiro e guia dos estudantes, caber-lhe-iam funções de observação psicológica desses escolares, de cooperação e de coordenação.

Desta forma, a escola junta aos objetivos de formação e seleção, — que sempre lhe foram exigidos e que, diga-se de passagem, se tem mostrado, com certa freqüência, insuficientes na resolução do magno problema da distribuição dos valores humanos pelos vários ramos da atividade —, um novo objetivo de integração da massa discente na tarefa escolar que melhor se acomode às suas possibilidades, tanto de ordem física como de ordem psicológica.

Este primeiro passo da O. P., que, como vimos, é designado por O. E., só pode ser atingido desde que se articule a ação escolar com as necessidades e exigências da vida profissional moderna e o seu pessoal — psicólogos orientadores — tenha uma preparação adequada, tanto teórica como prática, na técnica da observação psíquica. Torna-se, por fim, naturalmente necessário, um plano de ação conjunta capaz de congregiar todos os elementos colhidos pelas várias entidades, no sentido de formular um prognóstico, de certo modo válido, de sucesso profissional futuro.

Aos organismos especializados competiria uma ação complementar de magistério, de recurso e de informação. Como ação de magistério entenda-se a preparação técnica indispensável, não só pelo lado teórico, — princípios —, como pelo lado prático, — métodos —, dos futuros psicólogos orientadores e médicos escolares e industriais. A ação de recurso refere-se "à análise complementar

dos casos difíceis ou o complemento da exploração funcional, quando se tornasse necessário efetuar-lo" (127). E, finalmente, a de informação engloba o estudo estatístico do movimento profissional, com o fim de esclarecer e proporcionar aos educadores e às famílias dos orientados as mais exatas indicações sobre as possibilidades de colocação nas variadas atividades organizadas, e de arquivo e de estudo, das curvas representativas da marcha dos fenômenos sociais, de perfis profissionais, etc.

Em resumo, o Prof. Oliveira Guimarães delineia um processo de orientação dividido em orientação escolar de base e a profissional propriamente dita de completamento e de especificação.

O mesmo professor não se limitou a expor as suas idéias, por isso que procurou, dentro do possível, pô-las em prática por meio de propaganda ativa e influência direta. Está neste caso a primeira tentativa de alargamento dos serviços do Instituto de O.P., pela letra do Decreto n.º 35.402, de 27 de Dezembro de 1945 (128). Este diploma cria a Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, de novo tipo, no Barreiro, e no seu preâmbulo pode ler-se:

"O ensino assumirá também características de orientação profissional e, conseqüentemente, terá em vista despertar e robustecer nos alunos a tendência para a expressão ativa do saber, proporcionar-lhes, através da diversidade dos trabalhos escolares, a experiência pessoal que lhes permita tomar consciência das suas próprias aptidões e, com o auxílio da família e da escola, escolher a carreira futura."

E o seu artigo quarto estatui:

"O Instituto de Orientação Profissional prestará à Escola a cooperação que lhe vier a ser solicitada quanto à organização do ensino a que se refere o artigo anterior."

Sente-se igualmente a sua influência na Proposta de Lei sobre a Reforma do Ensino Técnico Profissional. A sua base III reza assim:

"O ensino assumirá, na medida conveniente, características de orientação profissional", etc, e na base V diz-nos que "com o fim de facilitar aos alunos escolha da carreira futura, poderá o ensino, sempre que daí não resulte inconveniente, desdobrar-se em cursos de base, comuns a diversas profissões, e cursos de especialização" (129).

(127) Oliveira Guimarães: Evolução e tendências da psicotécnica em Portugal, in Boletim do I.O.P. citado.

(128) Diário do Governo, n.º 288, de 27 de dezembro de 1945, 1.ª série.

(129) Proposta de lei n.º 99, Sobre a Reforma do Ensino Técnico Profissional, publicada no Diário das Sessões, n.º 61, de 10 de dezembro de 1946.

É curioso notar que estas interessantes idéias do Prof. Oliveira Guimarães representam uma antecipação do que o Prof. Gemelli propõe no seu último trabalho, já por nós referido. Na verdade, a instituição dos serviços de O.P. nas escolas profissionais, nas de artes e ofícios e bem assim as funções cometidas aos centros ou institutos de O.P., por êle defendidos, coincide com o que é preconizado pelo Prof. O. Guimarães.

Mas a sua influência transcende as esferas oficiais. Nós próprios a sentimos e lógico é inferir que outros a tenham sentido. Foi em virtude da sua propaganda, da sua palavra entusiasmada que melhor compreendemos a necessidade de se organizarem serviços de orientação na escola. E, assim, resolvemos começar a estudar as possibilidades de os levar a efeito no liceu onde exercemos a nossa ação docente. Mesmo, verifica-se, sem que se possa dizer até onde vai a sua influência, que o assunto começa, felizmente, a ser abordado. Podemos citar, a título de exemplo, a *Pedagogia geral*, da autoria do Dr. Mário Gonçalves Viana, que lhe dedica um interessante capítulo.

Já vimos que este importante problema tem sido considerado em vários países e, na França, volta novamente a ser ventilado. É Monod que, em artigo recente, nos diz:

"La repartition des effectifs dans les diverses sections du Second Degré sera faite après observation des élèves, d'où résultera leur orientation. L'orientation est d'abord purement scolaire; elle ne préjuge pas de la profession... L'orientation doit être précédée d'une période d'observation, aussi prolongée qu'il sera nécessaire (probablement les deux années de 6e. et 5e. (130), au cours de laquelle les formes diverses de l'activité de l'enfant seront sollicitées et éprouvées. L'aménagement des diverses sections devra permettre de corriger aisément les erreurs d'orientation et de faciliter les vocations tardives" (131).

Este importante problema vai ter no próximo ano um alcance verdadeiramente internacional, por isso que na 12.^a reunião do Conselho do *Bureau International de l'Instruction Publique*, de Genebra, se deliberou fazer um inquérito, orientado por questionário, junto de todos os Ministérios da Instrução, sobre a ação dos *psicólogos escolares* nas diferentes organizações do ensino (132).

(130) A 6e. e a 5e. correspondem ao nosso primeiro e segundo ano liceal.

(131) C. Monod: La Réforme de l'Enseignement du second degré, in *Europe*, n.º II, de novembro de 1946. Veja-se também o artigo de Roger Gall *Renaissance de l'éducation française?* in *Esprit* de 1er juillet, 1946.

(132) Douzième réunion du Conseil du Bureau International d'Education, Genève 1946.

Lembremos, finalmente, o exemplo magnífico dado por nossa nação irmã, o Brasil, ao instituir o O.E. no curso secundário, com a lei Capanema.

Mas, como dissemos, a O.E. é, acima de tudo, uma escolha que só se torna possível quando haja variedade de cursos que se articulem entre si e "de modo especial", como diz o Prof. Lourenço Filho, "entre grande número deles e o primeiro ciclo do ensino secundário", sem o que "não há lugar para a orientação educacional" (133). Ora, esta verdade devia estar bem presente no espírito dos autores das reformas de ensino e no de todos quantos nelas tenham de intervir. Julgamos, por isso, oportuno, por estarmos em maré de reformas, — discute-se na Assembléia Nacional a do Ensino Técnico Profissional e fala-se novamente na do Ensino Liceal —, sugerir a necessidade premente da intervenção, em todas as reformas escolares, do diretor do Instituto de O.P. E, como o problema O.E. *versus* O.P. é o problema básico de toda a reforma do ensino, por interferir em todos os setores da vida da nação, quer eles sejam econômicos, sociais, políticos ou morais, façamos um esforço e pensemos a sério na sua solução, dentro das possibilidades que nos oferece a nossa vida econômico-social.

SELEÇÃO DE PESSOAL: SEUS OBJETIVOS E SEUS PROBLEMAS (*)

MURILO BRAGA
Diretor do I.N.E.P.

O desenvolvimento da ciência e a revolução industrial do século XIX impuseram a todos os povos problemas muito complexos. Entre eles, os decorrentes das transformações do capital e do trabalho. Os governos se viram forçados então a colocar a administração pública em termos de *rendimento*. Não seria mais possível conceber-se a administração como máquina emperrada. Seria preciso concebê-la como atividade produtiva.

Foi necessário primeiro que as empresas particulares demonstrassem as vantagens de uma organização em novos moldes para que os governos, à vista dos resultados por elas obtidos, se convencessem da necessidade da revisão de meios e fins. Na verdade, a empresa particular só consegue sobreviver à concorrência dos mercados se sua organização fôr posta em termos de produção eficiente, o que só se alcança de modo pleno, quando se dispõe, além dos demais recursos, de pessoal qualificado com índice de atividade acima da média. Todavia, pessoal desse nível só se obtém mediante rigoroso sistema de seleção, pelo qual somente os mais capazes tenham possibilidades de vencer.

Os governos, entretanto, assim não compreendiam. A administração continuava a conter, ao lado de indivíduos prestantes, grande soma dos que buscavam no emprego público situação menos trabalhosa.

As exigências crescentes do mundo moderno pouco a pouco levaram a administração a pensar de modo diverso e a situar o trabalho em termos de *rendimento*.

Era mister que se traçassem as normas de uma política de pessoal que salvasse o funcionalismo dos cargos estanques para a composição de carreiras em que o *mérito* fosse o fator de acesso; que se

(*) Conferência pronunciada no Palácio Tiradentes, em 1.º de abril de 1941, na série do "Curso de Serviço Público". O A. não fêz qualquer alteração a despeito de ser necessária uma atualização, uma vez que são decorridos dez anos.

estabelecessem quadros fixos e um racional sistema de retribuição; que se fixassem em normas definidas os direitos e deveres; que se organizasse um plano de assistência aos funcionários e às pessoas de sua família; que se criasse, enfim, um sistema de seleção em que apenas os mais aptos fossem os vencedores.

II — O EXEMPLO DE OUTROS PAÍSES

Nos Estados Unidos, durante muitos anos, podemos encontrar arraigado na administração o sistema de filhotismo. Conta-se, por exemplo, que em 1832 Marcy dizia no Senado de Nova York que "aos vencedores pertencem os despojos". Com isso queria êle dizer que os cargos públicos pertenciam aos vencedores e que, portanto, os partidários de grupos eleitorais deveriam ser aquinhoados com os melhores e mais bem pagos empregos. À vitória de qualquer partido seguia-se o período das chamadas "derrubadas". Não havia cargo público que não estivesse sujeito ao filhotismo dominante. Lincoln, por exemplo, dizia, um mês depois de assumir a presidência, que êle muito desejava ocupar-se com a solução dos problemas do Sul dos Estados Unidos, mas que os caçadores de empregos lhe tomavam todo o tempo.

Não era possível a qualquer administração resistir ao "interesse" dos cabos eleitorais e, assim, as partilhas deveriam ser feitas depois de cada eleição.

Durante vários anos, a grande nação americana sofreu o flagelo sem que se encontrasse uma solução moral para o caso. A situação assumiu tal gravidade que um presidente, procurando resolver o problema das "derrubadas" políticas, às quais se opunha, foi assassinado em julho de 1881 por um indivíduo que se dizia revoltado contra as injustiças da administração. Diz um autor que o assassinio de Garfield influiu decisivamente para que em 1883 se tivesse uma lei, pondo cobro aos desmandos a que eram conduzidos os governos eleitos.

Estabeleceu-se, desde então, o que se chama sistema de mérito. Sem dúvida alguma, a sua implantação feriu muito prestígio político obtido pela "capacidade de empregar", e, por isso, certamente, haveria de ser combatido, como foi. Hoje, porém, o *merit system* nos Estados Unidos é um verdadeiro fundamento da administração.

Igualmente na Inglaterra foi violenta e duradoura a luta contra o sistema a que se deu o nome de *patronage system*. Iniciada a luta em 1830, só em 1855, graças ao vigor de Gladstone, foram conquistadas as primeiras vitórias. A luta deveria continuar e, hoje em dia, vencidos todos os obstáculos, a Inglaterra pode orgulhar-se de seu Serviço Civil.

III — OS CONCURSOS NO BRASIL

No Brasil, os concursos também têm a sua história. Possivelmente semelhante à de outros países. Sempre houve tentativas para sua implantação sistemática. Tudo, porém, sem resultados. A máquina eleitoral montada pelos políticos exigia sempre compensações depois das "campanhas memoráveis". Houve, por várias vezes, concursos bem feitos, moralmente conduzidos e a que se seguiam nomeações dentro das classificações. Isso, porém, constituía exceção, porque a regra era não haver concurso.

Nessa passagem, não faremos a história dos concursos. Seria fastidioso. Vamos, apenas, tomar um Ministério, o da Fazenda, para verificar como evoluíram os concursos.

A primeira notícia de concurso, que ali achamos, data da lei de 4 de outubro de 1831, que organizou o Tesouro Público Nacional. Nessa lei, o art. 96 estabeleceu que não se admitiria, a partir de então, para o serviço da Fazenda, pessoa alguma, senão por concurso em que se verificasse ter o pretendente conhecimentos dos princípios de gramática da língua nacional e da escrituração por partidas dobradas e cálculo mercantil, unindo a isso boa letra, boa conduta moral e idade de vinte e um anos para cima. Os casados, em igualdade de circunstâncias, seriam preferidos aos solteiros.

Como se vê, exigia-se, sobretudo, gramática e escrituração e um pouco de cálculo mercantil. E esse fato tem a sua justificativa: não tínhamos escolas em número suficiente para dar aos homens uma preparação adequada. Qualquer exigência maior não tem executabilidade.

Posteriormente, em 1850, a lei n.º 736 estabeleceu que "ninguém seria nomeado para os empregos das diversas estações do Tesouro e tesourarias sem demonstrar, por meio de concurso, que sabia a gramática da língua nacional e escrevê-la corretamente, os princípios da escrituração por partidas dobradas e a aritmética e suas aplicações, com especialidade a redução de moedas, pesos e medidas, o cálculo de descontos e juros simples e compostos. Além disso, deveria ter boa letra, bom comportamento e idade de 18 anos completos. O concurso só poderia ter lugar entre os praticantes e em igualdade de circunstâncias seriam preferidos os que soubessem línguas estrangeiras".

As instruções dessa lei, particularmente interessantes, foram baixadas pelo Decreto n.º 744, de 18 de dezembro de 1850.

No seu art. 2.º estabelecia que ninguém seria praticante sem mostrar, por meio de exame, possuir boa letra e que sabia ao menos os princípios da gramática nacional, as quatro espécies (*textual*), a teoria dos quebrados e frações decimais.

As instruções ainda salientavam preferências entre os candidatos que soubessem escrituração por partidas dobradas. Falava-se, então, em bancas examinadoras compostas de 3 membros, um de escrita e gramática e outro de aritmética para examinar as quatro espécies e teoria dos quebrados e frações decimais e o terceiro para examinar a prática de escrituração por partidas dobradas.

Há minúcias muito sugestivas como esta: começará o exame pela escrita, ditando o examinador em voz alta e escrevendo o candidato alguma passagem de qualquer obra clássica. O que o candidato assim escrever será imediatamente apresentado ao presidente e depois ao examinador, que poderá fazer as necessárias perguntas sobre as diversas partes da gramática.

O julgamento dos candidatos era também explicitamente orientado e as instruções procuravam proteger os examinadores contra as influências dos políticos do Império: "Findos os exames ficarão os examinadores sós e passarão a conferir entre si sobre a aprovação ou desaprovação de cada um dos candidatos; devendo dar por escrito o seu parecer sobre a capacidade de cada um deles, à vista das provas escritas e orais, com as razões em que fundamentarem o juízo que formam sem as notas de aprovação ou reprovação que derem". Alguma coisa, porém, se disfarçava no art. 15, que vale a pena reproduzir: "Concorrendo diversos pretendentes a um mesmo lugar e obtendo todos ou mais de um igual aprovação, será escolhido o *que por outras circunstâncias parecer preferível*. Do mesmo modo se procederá, se fôr mais de um lugar que houver de preencher-se, e superior ao número deles o de candidatos igualmente habilitados".

Em 1859 expede-se um novo decreto, o de n.º 2.343, alterando o de 1850. Nele o concurso para a Fazenda ficou apenas para certos lugares. Um exemplo: "Para o lugar de oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda poderá ser nomeada qualquer pessoa, que para o exercer tenha as precisas habilitações: os lugares, porém, de 1os. oficiais da mesma Secretaria serão dados por acesso aos 2os. oficiais mais hábeis e zelosos pelo serviço, preferindo-se os mais antigos em igualdade de circunstâncias". O artigo 32, porém, estabeleceu o concurso e como condições de ingresso "boa letra e conhecimentos de gramática".

Já agora se fala em redação com acerto e regularidade de "qualquer pela oficial". Os bacharéis do "Pedro II" ficaram isentos de concurso bem como os formados em ciências pelas faculdades e escolas do Império.

Houve em 1860 novo decreto sobre concursos. Já agora se fala em "amanuense", "escriturário", etc. As matérias sobre que versaram as provas vêm mais discriminadas. Pede-se, por exemplo,

em aritmética, aplicação ao comércio, redução a moedas, pesos e medidas, juros simples e compostos, câmbio e suas aplicações. A álgebra passou a existir mas somente até "equação do segundo grau". Pela primeira vez se fala em princípios gerais de geografia e história do Brasil e em tradução correta das línguas inglesa e francesa ou, pelo menos, da última.

A forma de julgamento também sofreu alterações porque esse decreto introduziu o sistema das bolas pretas e bolas brancas: "Terminados os exames, em ato sucessivo, a portas fechadas, os examinadores votarão por escrutínio secreto com esferas brancas e pretas sobre cada uma prova de cada matéria do exame. Recolhidos os votos em uma urna, será esta aberta pelo presidente do concurso para verificar-se o seu resultado". A totalidade de esferas brancas importará a nota de ótimo. O maior número, ou igual, de esferas brancas e pretas a de sofrível. A totalidade ou o maior número de esferas pretas a de reprovado".

Ainda em 1860, um novo decreto tratou dos concursos e pela primeira vez encontramos a "estatística" como matéria das provas. No mais, tudo igual aos regulamentos anteriores.

Em 1863, mais um decreto é baixado, mas as matérias continuam as mesmas. Apenas houve uma redistribuição de acordo com a natureza dos cargos.

Mas o regulamento do Império que nos parece mais bem traçado em matéria de concurso para o Ministério da Fazenda foi o expedido pelo visconde de Ouro Preto em 1889, e esclarecido pelas admiráveis instruções expedidas por Rui Barbosa. Este regulamento tem aspectos realmente interessantes e nele pela primeira vez aparece um programa organizado e explicitamente feito. Os programas de então recebiam o nome de "questionários" sobre os quais deveriam versar as provas. Exigem-se, por exemplo, "noções de direito público interno e externo, organização de leis políticas fundamentais, administrativas e fiscais". Exigem-se conhecimentos sobre as arrecadações das rendas públicas, distribuição, fiscalização das rendas, tarifas, organizações de alfândega, etc.

O julgamento tal como prescreviam as instruções era rigoroso. Estabelecia por exemplo: "na prova escrita o candidato tirará à sorte um dos pontos do programa, o qual será desenvolvido por todos que fizerem exame nesse dia, de modo claro e atendendo-se às disposições legais, que regem a matéria. Cada citação falsa ou falta de citação será considerada como erro; o que cometer mais de 6 erros será inabilitado; a prova que tiver de 4 a 6 erros tirará nota sofrível; a que tiver de um a 3 erros, boa". A nota ótima era reservada para os que não cometessem erro algum. Ainda mais, no julgamento deveriam "ser levados em conta a ortografia e a redação".

Hoje em dia, por exemplo, estranha-se que se fixe, para os concursos, limite máximo de idade. No entanto, nesse decreto ninguém poderia, com mais de 25 anos, ser admitido a concurso de primeira entrância. Não sabemos se essa exigência foi cumprida mas o fato é que ela estava na lei. Pelo exame dos dispositivos dessa lei tem-se a impressão de que havia muita tentativa de fraude ou anulação de concurso. Se não, vejamos. Diz o art. 17 — "A comissão exercerá a maior vigilância a fim de que seja mantida a regularidade do ato. Além das providências que, nesse intuito, entenda conveniente tomar, não permitirá:

- a) que os concorrentes tragam consigo livros, papel ou qualquer objeto que lhes possa auxiliar nas provas escritas;
- b) que se comuniquem com qualquer pessoa, ou saiam de seu lugar durante a prova escrita, salvo se fôr para dirigir-se ao examinador, precedendo permissão do presidente;
- c) que qualquer pessoa se aproxime das mesas em que eles se acham.

"O candidato que, no correr do exame escrito, deixar o seu lugar para outro fim que não seja o mencionado no n.º 2 do artigo antecedente, não poderá concluir a prova, e o que fôr encontrado cometendo fraude será retirado da sala, e perderá o direito de ser admitido em emprego de Fazenda".

Como se pode verificar, o dispositivo das instruções do D.A.S.P. que proíbe, por um ano, nova inscrição do candidato que fraudar, é extremamente benévolo à vista desta forma de punição.

Em 1910 são expedidos novos regulamentos de concurso para provimento da Fazenda. A aplicação dessas instruções é do conhecimento de todos e sobre elas não convém nos determos.

Apenas salientemos que se trata de um esforço isolado. Nunca houve esforço, em conjunto, posto que reconhecido como necessário. É que os políticos, em todos os tempos e em todas as épocas, sempre viram no emprego público a forma mais prática e cômoda de conseguir prestígio. Não era um fenômeno brasileiro: era universal.

IV — O CONCURSO NOS PROJETOS DE ESTATUTOS

A análise dos projetos apresentados aos antigos Congressos Nacionais, para regularização das atividades de pessoal, levará, sem dúvida, à conclusão de que a solução adequada não viria, a despeito, muitas vezes, do idealismo de que se revestia a palavra dos relatores. É que assuntos dessa ordem provocam nas assembléias reações muito complexas, difíceis de serem analisadas neste momento.

O primeiro projeto, o de Justiniano de Serpa, em 1907, parecia não admitir o valor da seleção como o recurso mais idôneo para a escolha dos servidores do Estado. Além de não permitir a vitaliciedade, determinava, em seu art. 2.º, que as primeiras nomeações seriam feitas independentemente do concurso, salvo quanto às disciplinas especiais, exigidas em cada repartição. Exigia, porém, que os pretendentes apresentassem "certificados de exames das matérias indicadas nos regulamentos, prestados em estabelecimentos públicos de ensino, federais ou equiparados".

Mas essa restrição de nada valeria, porque poucos eram os estabelecimentos de ensino que então funcionavam e a política partidária, se o projeto se transformasse em lei, sempre procuraria encontrar recursos adequados para exceções.

Depois desse projeto veio o de Graco Cardoso, quatro anos mais tarde, admitindo, porém, o concurso.

No art. 3.º, prescrevia êle como requisito fundamental para que alguém adquirisse a qualidade de funcionário público federal, a aprovação em concurso, em que o candidato provasse "a cultura inicial, literária, ou literária e técnica, indispensável à função que fosse exercer". Ainda mais: o projeto exigia obediência rigorosa à classificação final (art. 5.º).

O Congresso não considerou também o trabalho e o projeto n.º 77 ficou esquecido nos arquivos da Comissão.

Retomado em 1913 o assunto, Moniz Sodré procurou traçar o esboço de um Estatuto no qual o concurso fosse uma das pedras fundamentais. Na extensa e erudita justificativa com que apresentou o projeto, combatia êle o filhotismo político com estas veementes expressões:

"É mister que se acabe com este regime corruptor e deprimente do favoritismo, segundo o qual os cargos públicos não se adquirem pelo mérito pessoal, nem são o prêmio dos que dão provas de idoneidade moral, de inteligência e de atividade, mas cabem aos que conseguem a proteção do Governo, não raro, após terem feito, como dizia Steeg, "o gracioso ornamento de antecâmaras ministeriais", onde perdem, muitas vezes, os melindres do brio, habituando-se às misérias da adulação, aos manejos da intriga ou às perfídias da calúnia, como meio de afastar competidores e conseguir o triunfo das suas pretensões."

E mais adiante:

"...mas os males, entre nós, não ficam só circunscritos às nomeações e aos acessos. As demissões, o que é muito mais grave, são também feitas ao sabor das paixões políticas e interesses partidários, sem outro intuito senão o de perseguir adversários ou abrir claros ou vagas para satisfazerem-se as exigências do filhotismo e

da cobiça insaciável dos exploradores do Governo. Daí a dispensa em globo, por vezes, de funcionários que, ainda mesmo incompetentes ao serem nomeados, já haviam, no entanto, adquirido provavelmente as necessárias habilitações com o traquejo obrigatório de indivíduos inteiramente inábeis e cegos para o serviço e que, algum tempo depois, quando afeitos às exigências do ofício, não tardarão a ter a mesma sorte, perdendo os respectivos lugares, a fim de ser satisfeita e acomodada a nova chusma de protegidos ineptos que, com a sua manifesta incapacidade e completa inexperiência, vão deservir o Estado, graças simplesmente aos efeitos da influência nefasta e criminosa dos poderosos do dia".

As palavras do antigo parlamentar não foram ouvidas. O representante do povo, ao procurar defender os interesses da coletividade, não encontrou o apoio dos demais representantes do povo e o projeto, seguindo o mesmo destino comum, foi apenas um documento a mais com que se enriqueceu o arquivo do Congresso..

Um ano depois, em 1914, o deputado Camilo de Holanda apresenta o projeto 212 estabelecendo que "Ninguém poderia ser nomeado para qualquer cargo de funcionalismo público, desde o mais ínfimo, sem saber ler, escrever e contar".

Assim, saber, a um tempo, "ler, escrever e contar", seria a condição fundamental para ingresso em qualquer cargo.. . Saber *ler, escrever e contar* era, igualmente, naquela época, condição fundamental para que alguém aspirasse ao título de eleitor. E esse título quase sempre constituiu o "abre-te, Sésamo" dos postos da administração.

Em 1916, o Governo expediu um decreto no qual estabeleceu o concurso como condição necessária. A cada repartição ou serviço caberia o encargo da realização, de acordo com o que fosse fixado nos regulamentos. Tudo ficou sem obedecer a qualquer plano; cada Chefe de Serviço realizaria o concurso como melhor lhe aprobevesse.

A execução da medida decretada só entraria em vigor depois de aprovada pelo Congresso: "O presente decreto só entrará em vigor depois de aprovado pelo Congresso Nacional" (art. 99). O Congresso, porém, nunca se interessou em conhecer do decreto, expedido, sem dúvida, nesse momento em que o executivo julgou ter forças para moralizar o ingresso nos postos do funcionalismo.

Em 1922, a Comissão nomeada pelo Presidente Epitácio Pessoa repetiu a panacéia do projeto de 1914: saber ler, escrever e contar era a condição para o "desempenho de qualquer função pública".

Em 1929, uma outra Comissão organizou o projeto n.º 425, no qual o concurso seria sempre indispensável. Mas o projeto não conseguiu atrair a atenção dos representantes dos interesses da coletividade. Tudo em vão.

Todavia, esses projetos tinham um erro original: cada serviço ou repartição realizaria os concursos dentro das normas variáveis que fixasse. Não haveria, portanto, unidade de planejamento e execução, tão necessária a serviços dessa natureza.

É certo que muitos concursos, ainda nesse regime, foram realizados dentro dos mais sãos princípios de moralidade e de justiça. Essas exceções, porém, não invalidam a tese.

As tentativas de moralização não tiveram resultados práticos gerais. Anteprojetos, projetos, comissões, pareceres, pedidos de vista, emendas, substitutivos, tudo, enfim, foi trabalho em pura perda.

Os critérios gerais, única forma possível para uma sadia política de pessoal, só poderiam vir com uma remodelação de quadros e carreiras do funcionalismo. Foi o que ocorreu com a lei n.º 284, marco inicial do movimento de reorganização administrativa que não devia mais deter-se.

A criação do D.A.S.P., quase dois anos depois, viria dar corpo ao órgão que pudesse centralizar todo o movimento, em continuação à obra iniciada pelo C.F.S.P.C, ao qual coube realizar os primeiros concursos, nessas novas bases.

De então para cá, longo foi o caminho percorrido. Longo em execução e no próprio estudo técnico dos processos de seleção, que iremos agora considerar, de maneira resumida.

V — SELEÇÃO E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS

Concurso significa seleção. Seleção pressupõe diferenciação e hierarquia de indivíduos, pela verificação das capacidades que cada um possa apresentar.

Foi, sem dúvida, o desenvolvimento das pesquisas no campo da biologia e da psicologia, de um lado e, de outro, a sistematização dos estudos de estatística que possibilitaram a determinação do grau das diferenças individuais.

É importante salientar este fato, porque a sua compreensão redime de muitas culpas administradores e políticos de outrora.

Será curioso, também, dizer que o interesse mais acentuado pelo estudo das diferenças individuais começou depois que os astrônomos verificaram erros em suas observações. O problema nasceu do jogo de estrelas... De um para outro observador havia sempre diferença de tempo no registro da passagem de uma estrela pelo *fio de cabelo*, posto em uma das lentes do telescópio.

Foi na Inglaterra, em 1795, que Maskelyne (1732-1811), astrônomo do Observatório Real de Greenwich, verificou, pela primeira vez, inexatidões nos registros feitos por si e seu assistente. Julgando-o incapaz, despediu-o, e o relato do incidente foi feito pelo

próprio Maskelyne no "Greenwich Astronomical Observations".

Lindenaïd, relatando, mais tarde, o fato na Alemanha, despertou a atenção de Bessel (1784-1846), astrônomo alemão, que procurou estudar as causas dos "erros". Conhecedor da fórmula de Gauss para determinar "erros individuais", levou a efeito várias investigações sobre as "diferenças de registros" de um grande número de observadores. Formulou a hipótese de haver em toda observação um *erro pessoal*, e, em 1822, publicando os primeiros resultados de suas pesquisas, concluiu pela existência de uma *diferença individual* ou pessoal em qualquer observação. A esse "erro" de observação, variável de indivíduo para indivíduo, deu o nome de *equação pessoal*.

No entanto, esses trabalhos, que buscaram conhecer o "erro", bem como outros feitos até 1856, não conseguiram determinar se não o "erro relativo". Era um observador, com a sua equação pessoal, verificando a equação pessoal de um outro. Haveria sempre presente um erro experimental. Somente nos meados do século XIX é que se chegou ao sistema cronológico de registrar eletricamente essa diferença. Por essa mesma época floresciam os trabalhos e pesquisas em outros ramos do conhecimento. Mudava-se, por exemplo, a orientação no terreno da psicologia; de estudo racional passou a experimental. Não relataremos aqui como se deu essa transformação; apenas lembraremos os trabalhos de Wundt e de seus discípulos e continuadores. Leipzig tornara-se a Meca da psicologia; os grandes psicólogos dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França foram buscar com o mestre alemão os ensinamentos para a continuação de seus trabalhos. Dentre eles assinalaremos Cattell, que desde o início se rebelou e afirmou ser irreal qualquer psicologia que não buscasse no estudo das "diferenças individuais" a razão de sua existência. É impossível igualmente deixar de assinalar Galton, cujos trabalhos representam a primeira grande contribuição para a análise científica das variações individuais.

Ao lado disso, nas fábricas, para cada tipo de trabalho, havia necessidade cada vez mais de homens que apresentassem certas características. A verificação científica dessas características, dessas *diferenças* era a tarefa que se apresentava aos psicologistas. Desde logo, pequenas provas foram organizadas; experimentações de todo o gênero apareceram e a tarefa apresentada há pouco mais de quarenta anos estava em parte resolvida.

É pacífico que não se pode fazer seleção profissional sem os subsídios da psicologia e da estatística. Em 1905, por exemplo, Lahy fez um estudo sobre a seleção das dactilógrafas. Em 1910, novamente repete a experiência. O mais direto estudo, porém, para o desenvolvimento da pesquisa sistemática neste terreno, é devido a Müns-

terberg, então diretor do Laboratório de Psicologia da Universidade de Harvard. Foi esse psicólogo quem primeiro formulou os problemas e o programa da psicologia profissional e sugeriu experimentações para aplicação do novo conhecimento. No programa de Münsterberg encontramos sugestões para medida da adaptação humana às tarefas profissionais. Organizou êle uma série de testes a fim de verificar entre vários indivíduos aqueles que pudessem mais facilmente se adaptar ao trabalho. Por sugestão da "American Labor Legislation Association" empreendeu uma investigação sobre as causas psicológicas dos acidentes de bondes e, no laboratório, organizou um grupo de testes com os quais procurava medir as capacidades especiais necessárias aos motorneiros. Em 1912, Agostini Gemelli inicia, na Itália, a seleção de aviadores. Em 1913, nos Estados Unidos, Pintner e Thorndike fizeram várias experimentações sobre a seleção para empregos.

De 1916 a 1918, os Estados Unidos empreenderam a maior seleção de pessoal de que temos notícia na história. Formou-se, então, uma comissão de psicólogos, médicos, chefes de serviço, enfim, toda uma equipe para fazer a seleção do pessoal para o exército norte-americano. Um milhão, cento e noventa mil homens foram submetidos a provas.

Depois da guerra, sobretudo, por uma questão de produção e de conquista de mercados, houve grande esforço e ainda mais se desenvolveram os estudos e pesquisas relativas à seleção.

Em 1927, na Europa, já existiam cerca de 300 institutos exclusivamente destinados à orientação e seleção profissional.

No Brasil só agora há uma consciência de que não é possível retardar mais a solução desse problema. É bem verdade que não podemos silenciar as tentativas a respeito, como sejam as do Centro de Seleção de São Paulo na Estrada de Ferro Sorocabana, a de seleção dos aviadores militares, iniciada no Laboratório do Engenho de Dentro, a seleção do pessoal do Instituto dos Industriários e do Instituto de Resseguros do Brasil.

VI — SELEÇÃO E ANÁLISE DA PROFISSÃO

Sem a análise da profissão considerada, a seleção de pessoal não se fará dentro do rigor técnico necessário. Não quer isso dizer, todavia, que sejamos obrigados a retomar a análise sempre que desejarmos fazer um concurso. O que se quer salientar é que o conhecimento da profissão nos seus diferentes aspectos é condição fundamental. Deixamos de fazer o estudo das várias técnicas de análise porque não só fugiríamos ao assunto principal, como também a escassez do tempo não nos permite. Digamos, porém, que o conhecimento da profissão inclui:

- a) o estudo das operações do trabalho, movimentos necessários, posições, máquinas, ferramentas, enfim, tudo que com o trabalhador participe do trabalho;
- b) as condições econômicas, isto é, melhorar o desenvolvimento ou decadência da profissão, possibilidades de colocações, duração de aprendizagem, possibilidades de promoções, enfim, a vida econômica da profissão, ou seja, o *mercado de trabalho*;
- c) análise psicológica do trabalho; inteligência, aptidões e conhecimentos indispensáveis ao exercício da profissão;
- d) contra-indicações do ponto de vista médico.

Por outro lado, devemos ter sempre presente uma classificação das profissões, por seus diferentes níveis ou ao menos um esquema de trabalho que nos facilite situar as atividades da profissão.

Várias classificações têm sido tentadas, todas elas, porém, refletem a orientação pessoal de seu autor. São exemplos as de Lippman, Mira, Baumgarten, Piorkowski.

A deste último psicólogo concebe as profissões divididas em dois grandes grupos. No primeiro grupo estão as não qualificadas, e para as quais bastará um mínimo de inteligência geral. Essas profissões não exigem qualquer aptidão especial, aprendizagem ou formação propriamente dita.

No segundo grupo, denominado de profissões qualificadas, esse autor encontra três variedades:

- a) *profissões especializadas*, que exigem, apenas, um limitado número de capacidades psicofísicas, resistência a fadiga e um nível baixo de inteligência geral;
- b) *profissões intermediárias*, que exigem certo nível de inteligência geral e capacidades especializadas combinadas com reações mecânicas. Nesse grupo incluem-se os dactilógrafos, empregados de secretaria, etc. Julgamos que aí se possa encontrar um subgrupo de *profissões de passagem*, isto é, profissões que conduzem a outras profissões;
- c) *profissões superiores*, que exigem alto nível de desenvolvimento mental e qualificação profissional.

Uma outra classificação a que não podemos deixar de aludir é a proposta por Spielman e Burt, em virtude de procurar situar as profissões segundo os diferentes níveis de inteligência. Segundo esses psicólogos ingleses, as profissões podem ser grupadas em oito classes, admitindo cada uma delas níveis de formação. Baseia-se o trabalho nas pesquisas americanas e nos trabalhos do Instituto de

Psicologia Industrial de Londres. O interesse dessa classificação para nós está em que as profissões do serviço civil inglês aí são encontradas.

Segundo os estudos que vem realizando o I.N.E.P., em colaboração com o D.A.S.P., temos elementos para declarar que em breve nos será possível estabelecer uma classificação considerando as profissões e funções de nosso serviço civil. Estudos dessa natureza não podem ser improvisados. Exigem investigações pacientes e cuidadosas, que não podem ser realizadas em prazos curtos. A experiência brasileira em seleção é de data muito recente. Quer-nos parecer, porém, que já se vai encontrando nela o esforço para atender a uma orientação baseada nos melhores elementos.

VII — SELEÇÃO E ANÁLISE DO INDIVÍDUO

Chegamos, agora, ao ponto mais delicado — as técnicas para conhecimento do indivíduo. Da idoneidade do emprego dessas diversas técnicas e do valor de cada uma resultará, sem dúvida, a boa seleção.

Começemos, por exemplo, pela *entrevista* com o candidato ao emprego. Na entrevista podemos distinguir dois tipos. No primeiro, o entrevistador, depois da conversa, fará o julgamento. No segundo, há um interrogatório dirigido. Qualquer dos dois tipos tem graves defeitos e ambos não são aconselháveis senão em determinados casos de seleção e assim mesmo como recursos supletivos.

Sobre a entrevista, há uma experiência clássica. Harry Hollingworth, procurando verificar o valor da entrevista, pediu que um grupo de chefes entrevistasse 60 candidatos ao mesmo posto. Cada chefe deveria fazer a sua lista na ordem de classificação. O resultado foi o seguinte: um candidato, obteve nas várias listas o 1.º, o 2.º, o 53.º e o 57.º lugares. O candidato que obteve melhores classificações recebeu colocações que iam do 22.º ao 36.º Os piores classificados obtiveram colocações do 6.º ao 57.º.

Como se verifica, os resultados foram os mesmos que seriam conseguidos se tivessem sido colocados os nomes numa urna e retirados à sorte.

Técnicas que conduzem a resultados semelhantes existem muitas. Há autores que admitem a seleção pela "fotografia", pela "escrita", enfim, pela consideração de um sem número de elementos que não podem ser aceitos como científicos. Exemplo típico é o da técnica de Miss Blackford. Segundo essa autora, o tipo louro se desenvolveu nos ásperos climas frios, e o tipo moreno, nos climas tórridos, onde a vida é fácil.

Logo, para ela, o tipo louro terá sempre qualidades positivas, dinâmicas; terá iniciativa, será ativo, amante da variedade, enfim, como na canção do carnaval — "o tipo louro vale um tesouro". Enquanto isso, o tipo moreno tem sempre qualidades negativas. Acontece, porém, que algum moreno procurou verificar a experiência da loura Miss Blackford, e o resultado foi para a sua teoria o mais desastroso: 64% dos morenos examinados tinham traços louros em grau igual aos dos próprios louros e vice-versa.

Deixemos de parte esses recursos de análises e vejamos os que são mais empregados à vista dos resultados probantes que têm apresentado.

Sanidade e Capacidade Física

Recomenda a boa técnica os exames de sanidade e de capacidade física como ponto fundamental na seleção.

Por essas provas, verificam-se condições de duas ordens: as de *sanidade geral* ou boa saúde, e as de *aptidão física*, para a profissão ou carreira desejada. As primeiras são gerais para todos os concursos. O ingresso no serviço público exige ausência de afecções graves ou de predisposições para certas moléstias. Se o candidato é portador de moléstia grave, mesmo em estado inicial (tuberculose, lepra, neoplasia maligna, câncer, Sífilis nervosa, etc.) é desde logo eliminado. E neste ponto o Serviço de Biometria Métrica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos vem prestando relevantes serviços, efetuando, por cuidadosos exames, *diagnósticos precoces*, isto é, esclarecendo a muitos candidatos, que se julgam em saúde perfeita, do seu estado real.

Para cada concurso, em especial, exigem-se depois, condições também especiais, relativamente à ausência de *contra-indicações* para o exercício da profissão ou carreira pretendida. Assim, um candidato a *desenhista* pode ter excelente saúde. Mas, se, acaso, apresenta grande deficiência de visão, é excluído por esta razão especial. Está claro que esse mesmo candidato poderá pretender ser funcionário público, em outra carreira, para a qual a deficiência de visão não se apresente como *contra-indicação*.

As *contra-indicações* são sempre diversas, segundo cada carreira, o que quer dizer que um candidato pode apresentar *contra-indicação* para uma e não para outra. É mesmo do desejo da administração encaminhar e aproveitar, em certos serviços, pessoas que, em virtude de defeitos físicos ou deficiência de certas funções, apresentando, no entanto, cultura e aptidão para determinados trabalhos, não possam encontrar facilmente colocação no comércio ou na indústria. Já algumas provas de habilitação foram abertas, pelo

D.A.S.P., para candidatos cegos, por exemplo. Estudos para certas carreiras estão sendo feitos neste particular, bem como o das *contra-indicações gerais* para cada uma das carreiras, os quais serão oportunamente dados a público, para orientação dos candidatos.

Provas Psicológicas

Às pessoas menos familiarizadas com estes assuntos parecerá inútil o emprego de provas de inteligência e de aptidão na seleção de pessoal. Bastariam provas de conhecimentos, dizem. O problema é que os resultados de pesquisas no terreno científico nem sempre estão ao alcance dos leigos.

Na verdade, o emprego de provas deste tipo é da maior importância e os resultados que apresentam, tanto aqui como no estrangeiro, sobre milhares de candidatos, convencem a qualquer.

O que se torna imprescindível é que a organização dessas provas seja cercada de todos os cuidados exigidos pela boa técnica. Como bem observou Laird, muita gente admite que provas psicológicas sejam perguntas como estas:

"Anatole France é uma cidade de veraneio, um país ou um homem?"

"Mozart foi violinista ou cavalo de corridas?"

Isso, porém, não é teste psicológico. Justamente dessa falsa noção de teste psicológico partiram as críticas de origem popular.

Na verdade, o teste psicológico tem técnica de construção assentada. Ele surge depois de vários estudos e observações. O julgamento para habilitação ou inabilitação não é igualmente arbitrário. Depende do conjunto de qualidades que o próprio grupo examinado possa revelar. Nas provas de inteligência, por exemplo, a exclusão se verifica em relação a um nível mínimo de capacidade, isto é, abaixo do qual é lícito supor que os candidatos à profissão não a possam exercer com eficiência. A proporção dos inabilitados, nessas provas, não se afasta de 16 a 18% do número total de candidatos. As provas referidas não apresentam "charadas" ou "adivinhas"; apresentam apenas questões graduadas e psicologicamente feitas.

Também o mesmo se aplica às provas de aptidão com auxílio das quais procuramos afastar os indivíduos que apresentam *contra-indicações* para o exercício da função.

Sobre a eficiência das provas, muito se pode dizer. Diria, por exemplo, que os melhores trabalhadores apresentam os melhores resultados. Vejamos, dentre centenas que podemos citar, este caso expressivo relatado por Woadsworth:

"Os gerentes de uma grande empresa, que nada sabiam dos resultados dos testes, classificaram o seu pessoal pela ordem da eficiência no serviço. A classificação de acordo com os testes foi então comparada com a classificação dos gerentes em 733 casos. Em 63 por cento dos casos, a ordem de classificação foi idêntica. Em 20 por cento mais, as classificações divergiam apenas de um lugar. Por exemplo, "o terceiro lugar nos resultados dos testes", em vez de ser terceiro lugar na lista de eficiência, era o "quarto". Embora o acordo não fosse completo, houve duas indicações expressivas. Uma delas foi que os gerentes, que nada sabiam dos resultados dos testes, reconheceram quase sempre as mesmas diferenças de habilidade dos trabalhadores indicados pelos resultados dos seus testes de inteligência. A outra foi uma "orientação de eficiência" baseada nos resultados dos testes. Dentro de limites aceitáveis, os melhores trabalhadores foram em geral aqueles que tinham resultados mais altos em testes. As exceções se situaram quase invariavelmente em casos de resultados excepcionalmente altos ou baixos, além dos limites ótimos para a profissão."

O emprego de provas psicológicas excessivamente analíticas não é aconselhável. Modernamente, já se restringe o seu uso. Giese, aliás, nos adverte de que é necessário não apelar em demasia para os métodos analíticos:

"Têm fracassado, quase sempre, os métodos que dão mais valor, dentro da orientação teórica da psicologia primitiva, aos exames elementares dos *sentidos*; *primeiro*, porque a sensibilidade por si mesma tem uma importância secundária: só raramente, em problemas especiais, chega a ter algum valor; *segundo*, porque precisamente na esfera dos sentidos (golpe de vista, sendo cromático) é onde, sem dúvida, influi consideravelmente o exercício, a prática; *terceiro*, porque se perdem os conjuntos de estrutura psicologicamente fundamentais do examinando."

Sobre as provas analíticas em seleção outra também não é a opinião de um dos maiores especialistas em seleção, o padre Agostini Gemelli. De fato, mostra êle que as provas analíticas são mais apropriadas para a orientação profissional e que para a seleção devem ser usadas "provas análogas" nas quais as operações fundamentais são reproduzidas.

Emprega-se também freqüentes vezes a aparelhagem de laboratório para exame psicológico dos indivíduos com resultados probantes. É preciso, porém, que o uso de aparelhos seja feito por psicólogos, porque, do contrário, poder-se-á chegar a uma visão deformada do fenômeno. Os aparelhos apenas registram; a interpretação é do psicólogo. Porque, do contrário, seguindo-se o raciocínio muitas vezes simplista de que na aparelhagem está a verdadeira seleção,

concluiríamos serem os fabricantes de aparelhos os melhores selecionadores. .. Na verdade, os melhores médicos não são os manipuladores de remédios.

A Verificação dos Conhecimentos

A seleção visa pôr "o homem devido no lugar devido". As provas de saúde, de inteligência ou de aptidão excluem de um modo geral, tendo em vista as *contra-indicações*. Dizem: "estes não servem". Dos restantes, porém, quais os que melhor servirão... Ora, é claro, dentre os que possuírem os requisitos de saúde, inteligência e aptidão, servirão melhor os que possuírem mais conhecimentos e melhor qualificação profissional.

Na verdade, todas as profissões ou ofícios, por mais elementares que sejam, exigem, para satisfatório desempenho, uma certa aprendizagem. Isto é, durante um período mais ou menos longo, o indivíduo deve exercitar-se em atividades inerentes ao exercício da profissão, ou procurará adquirir certa soma de conhecimentos imprescindíveis ao desempenho da atividade. Exemplifiquemos. Se alguém desejar seguir a profissão de motorista, além de apresentar condições de ordem psicofisiológica indispensáveis, necessitará adquirir o "manejo da direção" e conhecimentos sobre motores, máquinas, e, ainda, assenhorear-se das regras e normas de trânsito.

As condições de ordem psicofisiológicas não são adquiridas pelo exercício. Existem no indivíduo e poderão, mediante certas provas típicas, ser reveladas. A verificação dos conhecimentos é feita com o emprego de outras provas, organizadas segundo técnica assentada e quase que universalmente aceita.

Como tem sido tentada a verificação dos conhecimentos e de que meios se tem lançado mão para avaliá-los?

O primeiro tipo de exame parece ter sido empregado pela primeira vez por Bentley, provavelmente em 1702, no Trinity College, em Cambridge. Os exames práticos foram empregados nas universidades medievais, principalmente nos assuntos de medicina. Os jesuítas, por exemplo, empregavam, no século XVI, exames práticos e orais cuidadosamente preparados.

Todavia, o exame, em sua forma moderna, é um desenvolvimento do século XVIII. O primeiro de que temos notícia foi o "Mathematical Tripos", instituído em 1747. Antes dele, o que dava qualificação individual para o grau era a residência por 4 anos na universidade. O primeiro Tripos modificou essa ordem das coisas.

Em 1772, o reitor do St. John College, em Cambridge, estabeleceu exames.

Antes dos fins do século XVIII os exames foram introduzidos na "Christ Church" por Cyril Jackson e, em 1795, o College Oriel começou a eleger candidatos para a sua sociedade somente pelos resultados dos exames.

Em 1824, em Cambridge, estabeleceu-se o "Classical Tripos" e a esse exame só poderiam concorrer os que houvessem logrado passar pelo "Mathematical Tripos". O Tripos de Educação Moral e das Ciências só vieram depois de 1851.

Oxford reorganizou por essa época os seus exames e estabeleceu o tipo denominado "Moderations", espécie de provas parciais de suficiência, no meio do curso. A partir de então, tanto em Oxford como em Cambridge, os exames tornaram-se obrigatórios.

Na Inglaterra, no século passado, por exemplo, vigorou um pernicioso processo de exames para verificação do rendimento escolar. Uma autoridade do Estado comparecia e verificava por meio de provas a qualidade do progresso dos alunos. Isso fornecia dados para pagamento de "subvenções às escolas elementares".

Nos Estados Unidos há, desde 1871, uma tendência para substituir os exames pelo *sistema de créditos* introduzidos pela primeira vez na Universidade de Michigan. A despeito de largamente aplicado, tem sido muito combatido esse processo.

Um pioneiro esquecido da verificação objetiva dos resultados é o rev. George Fisher (1864) — O trabalho desse educador não tem sido suficientemente considerado. Alguns autores americanos, como Thorndike, julgam que a sua experiência nenhuma influência exerceu nas tentativas dos fins do século passado.

O trabalho de Fisher, porém, representa um grande passo: substituíam-se o arbítrio subjetivo pela graduação objetiva. Realmente, procurando julgar melhor os trabalhos de seus alunos, organizou o seu "scale-book", no qual se encontravam vários espécimes de trabalho dos alunos, aos quais eram atribuídos valores indicadores dos vários graus de eficiência. Essas amostras foram usadas como padrões e com auxílio dos quais se podia graduar o trabalho apresentado.

Segundo Trabue, a tentativa do mestre-escola inglês está rigorosamente de acordo com o que se faz modernamente em medidas educacionais.

Rice é, porém, sem dúvida, a principal figura na reação contra os métodos clássicos e excessivamente subjetivos de avaliar o *rendimento* do trabalho. E o que muito contribuiu para esse fato foi realmente a influência recebida em Leipzig quando trabalhou em companhia de outros psicólogos e educadores sobre a direção de Wundt, então o grande animador do movimento de renovação da psicologia nos fins do século passado. De fato, ao regressar dos es-

tudos que empreendera, Rice admitiu que os métodos objetivos empregados pelos cientistas em outros ramos da atividade humana poderiam ser perfeitamente aplicados aos estudos e pesquisas educacionais.

BAL T no RS

Como superintendente das Escolas de Baltimore no Estado de Maryland no procurou aplicar recursos objetivos a fim de comparar os resultados do ensino nas escolas que empregavam diferentes processos de trabalho. A experimentação que tentou na época não foi resultado de simples capricho, mas nasceu da profunda influência que sobre ela exerciam os trabalhos científicos em outros setores.

Thorndike é, igualmente, um outro renovador. Inicia os seus trabalhos grandemente influenciado por Cattell, e, em 1910, publica a primeira escala de caligrafia, cientificamente organizada.

Outros autores poderiam ser citados, como Stone, Courtis, Mc Cali. Seria fastidioso porque não são os nomes que estabelecem a confiança; são os resultados dos trabalhos que empreendem.

Hoje, em quase todos os países, é ponto pacífico que a verificação dos conhecimentos deve ser feita com o emprego de recursos objetivos.

O exame, entre nós, é uma instituição que necessita passar por ampla reforma, para que possa servir realmente como instrumento de diferenciação dos indivíduos. Salvo algumas exceções, o que temos feito nessa questão é perpetuar a forma clássica da dissertação e das três questões nas provas escritas, quando não nos limitamos a aceitar os resultados de provas orais, realizadas e julgadas numa base exclusivamente de opiniões subjetivas.

É tempo, porém, de dirigirem os administradores a atenção para esse problema, fonte de numerosas e irreparáveis injustiças para não falarmos das proteções que a forma clássica de exames pode permitir.

O defeito não está apenas na forma de conduzir os trabalhos de exame. Há problemas de ordem psicológica a serem apreciados. A nota ou grau não depende apenas do valor intrínseco ou extrínseco da prova. Varia, quase sempre, com as condições momentâneas do julgador.

Reconhecendo os defeitos da prova escrita tradicional, os autores vêm desde os fins do século passado procurando não só aperfeiçoar os critérios de julgamento, por meio de esquemas preparados de antemão, como organizando provas em que a matéria é dividida em seus pontos fundamentais e acessórios, depois do que são formuladas numerosas questões e cujas respostas não serão passíveis de discussão. Infelizmente, para verificação da capacidade dos indivíduos em certas disciplinas, ainda não foi possível encontrar um substitutivo vantajoso da prova que denominamos do tipo

clássico. No concurso para o Instituto dos Industriários, tivemos ocasião de empregar provas objetivas para a seleção do pessoal, graças à confiança de João Carlos Vital, a quem tanto deve a instituição do sistema do mérito no Brasil.

O Presidente da Comissão Organizadora assim se expressa em seu relatório sobre o resultado dos trabalhos:

"Autoridades de renome no ensino, no Rio de Janeiro e em S. Paulo, foram unânimes em reconhecer que, na verdade, nenhum outro processo permitiria a justa medida do avultado número de concorrentes distribuídos no território nacional. Nunca se poderia obter padrão exatamente igual, e um critério de julgamento rigorosamente idêntico, se não houvesse unidade absoluta na elaboração das questões e se essas não fossem redigidas de modo a apresentar uma única resposta ou solução, transformando o julgamento em uma simples contagem de pontos". A experiência foi realizada entre nós. O Instituto dos Industriários exalta a excelência do pessoal selecionado por essa forma. Moços selecionados por meio de provas aparentemente muito simples estão hoje ocupando, graças à capacidade demonstrada nelas e confirmada no trabalho, os postos mais altos da administração daquele organismo paraestatal.

São hoje inumeráveis os trabalhos que demonstram à saciedade a excelência das provas objetivas e as deficiências das provas do tipo clássico.

As primeiras pesquisas que procuraram demonstrar que as notas atribuídas às mesmas provas escritas, feitas em estilo clássico, variavam conforme o julgador, são devidas a Starch e Elliot, ao submeterem a diferentes professores as mesmas provas escritas para que as julgassem. Uma prova escrita de inglês foi submetida a 142 professores de inglês, e observou-se uma variação de notas de 50 a 98 pontos. Ainda mais, 79 dos professores, ou sejam mais de 50% deles, deram nota acima de oitenta, ao passo que os restantes, de 50 a 79. Variação mais probante da falta de objetividade no julgamento se verificou com uma prova de geometria julgada por 115 professores de matemática. De acordo com o que se diz, as provas de matemática são geralmente mais fáceis de julgar do que outras provas, pois se trata nelas de valor numérico e de marcha de cálculo mais uniforme. O que se verificou, porém, com o julgamento da mesma prova por esses 115 professores foi que a graduação variou de maneira inesperada. Realmente as notas para a mesma prova se distribuíram de 28 a 92 pontos.

A experiência não parou nessas duas disciplinas. Também uma prova de história foi submetida ao julgamento de 70 professores de história e a variação de notas foi de 43 a 90 pontos.

Ora, essas experiências nos mostram que o julgamento de prova de matemática, aparentemente fácil de graduar, é tão falho quanto o de história. O mal, portanto, não está na disciplina mas na falta de padrões objetivos.

Pesquisas semelhantes foram realizadas, na França, por Lau-gier, Piéron, Wenberg e outros; na Bélgica, por Decroly e Buyse. Não será preciso trazer outros nomes e outras pesquisas, porque os resultados de experiência dessa natureza podem ser verificados a qualquer momento, sem necessidade de aparelhagem ou material custoso.

Na França, há pouco mais de dez anos, chegou-se a criar um novo termo para designar a técnica de examinar. A expressão é "docimologia", e o "Bulletin" do I.N.O.P. dispõe de uma seção especializada, sob o título de "Crônica docimológica".

Infelizmente, em nosso meio, as novas técnicas de exames vêm encontrando natural resistência criada pelo comodismo ou falta de informação adequada.

Há, porém, críticas fundadas; restrições que têm merecido o exame atento dos que se propõem a esse movimento de renovação. Essas críticas e essas restrições não são as que dominam a crença popular. São de ordem científica e, portanto, só nesse terreno podem merecer exame.

As críticas que freqüentemente temos ocasião de ouvir, no maior número de vezes, partem de pessoas que jamais se abalancaram a pensar no problema ou desejaram empregar alguns instantes na leitura de livro que ao menos vulgarize o assunto. Certa vez, um respeitável personagem combatia os novos processos de exame. Perguntei-lhe, a certa altura, se já havia visto uma prova organizada por essa forma. Respondeu-me que não. E diante da resposta não seria possível convencer o meu opositor. Assim é, na maioria dos casos.

A prova realizada em condições objetivas pode ter defeitos ainda de todo irremovíveis. É obra humana e, portanto, em aperfeiçoamento constante. O facho de luz do homem das cavernas, igualmente, tinha defeitos. Não poderia, porém, ser abandonado, porque era um instrumento de ação. Sua intensidade não poderia igualar-se à da luz do sol. Mas auxiliava o homem a agir. A tocha evoluiu, aperfeiçoada pelo homem.

Assim, também, as provas subjetivas não mediam rigorosamente mas auxiliavam os homens a avaliar grosseiramente. Elas evoluíram, embora ainda não possam traduzir a realidade. Em sua feição moderna, representam nova etapa na evolução dos processos de medir as capacidades humanas. A prova objetiva, portanto, é um instrumento de trabalho: apresenta defeitos. As suas qualidades, todavia,

superam esses defeitos e restrições. Sua evolução e aperfeiçoamento constantes mostram que esse instrumento não pode nem deve ser abandonado, pelo menos enquanto os seus críticos não derem, como esperamos, um substitutivo mais idôneo.

Todavia, é mister que se não confundam *testes*, provas realizadas em condições objetivas, com "charadas", "adivinhas", ou "quebra-cabeças" que freqüentemente aparecem em muitas publicações. Por que, se essas "charadas", "adivinhas" ou "quebra-cabeças" chegam a espantar pessoas que não têm o trato diário com problemas de medidas educacionais, por que, repetimos, não haveriam de horrorizar com mais forte razão os examinadores responsáveis por essas provas?

Essas "charadas", "adivinhas" e "quebra-cabeças" devem ser combatidas porque absolutamente elas não verificam o que se pretende verificar. Nós próprios as combatemos, e, então, todos estamos com a razão: os que supõem, por falta de informação, serem elas técnica de exame, e os examinadores, que vêm, com pesar, em todo esforço e estudo empregados na organização das questões, um tema sugestivo para críticas.

Como bem salienta o professor Piéron, as novas técnicas de exames por testes, em face dos processos clássicos, só apresentam uma diferença fundamental: o controle objetivo da precisão das provas e de seu valor, pela determinação dos coeficientes de fidedignidade, de valor prognóstico, etc. Mas, continua aquele psicólogo, esta técnica é aplicável, em certa medida, às provas clássicas de seleção; e, assim, ela permitirá avaliar a confiança que essas provas merecem e verificar se esta confiança poderá ser aumentada por modificações certamente necessárias.

Ao lado das diversas provas já enumeradas, sempre que necessário e possível, deve colocar-se uma prova de trabalho. Com essa prova verificamos não só o grau de adaptação do indivíduo ao trabalho como também poderíamos diagnosticar certas contra-indicações, o que só é possível na execução real da atividade em causa.

Assim, longe de ficarmos apenas verificando conhecimentos, dirigimos a nossa análise também para o trabalho real a ser executado. As provas desse tipo são muito aconselhadas, sobretudo em profissões como dactilógrafo, contador, etc. Nos concursos do D. A. S. P. elas vêm sendo empregadas com resultados altamente probantes.

Se o nosso sistema de educação já estivesse ampliado de tal modo que qualificasse homens para os diferentes setores, quase que a seleção se deveria orientar apenas para a apuração da capacidade física e da capacidade profissional.

VIII — SELEÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Realmente, a formação profissional está diretamente relacionada com o problema da seleção. A boa seleção só caberia, a rigor, dentro dos quadros profissionais existentes. E todos os sistemas educacionais visam preparar trabalhadores técnicos e intelectuais.

A experiência de outros países vem demonstrando de modo irretorquível que não é possível uma seleção bem feita se o sistema de educação não lhe puder fornecer elementos qualificados.

Infelizmente, a carência de bons profissionais em todos os setores é um fato indiscutível; e, no início da vida política do país, já era igualmente sentida a falta de profissionais. O Conde da Barca, homem de larga visão, criou uma escola, por decreto de 12 de agosto de 1816, pela qual se deveria promover e difundir "a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados, não só aos empregos públicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, indústria e comércio".

O professor Lourenço Filho, mostrando esse grave problema, escreve, em trabalho recente: "Não será preciso salientar a carência sentida, no país, de técnicos para o comércio, para a indústria, para a agricultura, para a administração. O que caracteriza o nosso cenário profissional é a existência de uma escola de diplomados em nível superior, sobrepondo-se a uma grande massa de trabalhadores qualificados, ou semi-qualificados, sem que haja a guiá-los ou a lhes coordenar os esforços, para mais eficiente produção, técnicos médios, agora reclamados na organização de todos os serviços, públicos e particulares. A rápida industrialização do país, as suas necessidades de desenvolvimento econômico e, mesmo, de segurança, impõem, como problema premente, a consideração destes aspectos de organização do ensino, para a produção, em larga escala, dos quadros técnicos necessários."

Como facilmente se depreende dessas palavras, o nosso ensino está a exigir uma ampla transformação, não só para melhor atender às necessidades de nossa vida econômica, como também para se ajustar aos objetivos realistas que lhe traçou a nossa Carta de 1937.

"Segundo o que expressamente determina a Constituição, são funções capitais dos poderes públicos o ensino primário e o ensino prevocacional e profissional — aquele, por "obrigatório e gratuito" (art 130), estes últimos por constituírem "o primeiro dever do Estado, em matéria de educação" (art. 129). A organização que se traçar deverá considerar estes dois pontos, correspondentes, aliás, às duas grandes funções da educação, que são as de *homogeneizar e diferenciar*. Homogeneizar, na base dos instrumentos mínimos de cultura; diferenciar, segundo as aptidões e tendências, para as atividades produtivas, ou seja, para o trabalho" (Lourenço Filho).

Ora, todos sabem que a educação no Brasil sempre sofreu a influência estreita e decisiva dos velhos regimes. Desse modo, a sociedade escravocrata organizou e dirigiu a sua educação, em torno do ideal da formação de uma elite reduzida de aristocratas, a cuja guarda eram confiados não só o governo como a formação e a direção da cultura. Enquanto o povo livre e o elemento servil amainavam a terra e davam início ao artesanato, enriqueciam o tesouro e sustentavam a nobreza, esta ficava divorciada das realidades, preferindo transmitir de geração a geração um tipo de cultura para uso individual.

Mas as profundas transformações sociais deste século exigem, agora, não mais elites fechadas, mas a formação de uma mentalidade de trabalho necessário ao progresso e à segurança das instituições e da própria vida.

O Sr. Presidente Getulio Vargas, sentindo, realmente, a necessidade de transformação nos objetivos da educação, nos mostra que, "no período em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade".

Temos, assim, claramente definido o objetivo da educação nacional: "educação para o trabalho". A Constituição taxativamente prescreve que o "ensino prevocacional e profissional é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado".

Quebram-se, desse modo, as comportas de um intelectualismo que peava o nosso desenvolvimento e procurava manter em nossa evolução a idéia tantas vezes combatida, mas, infelizmente, seguida, de que as profissões que impulsionam a indústria e o comércio são menos compatíveis com a dignidade humana.

Em outro discurso do Sr. Presidente da República, pronunciado em Salvador, ainda mais se robustece o pensamento de que a educação que não conduzir para o trabalho é inidônea, porque de nada nos valerá prosseguir em uma educação que não forme o contingente de técnicos que o Brasil está a exigir.

Exemplo frisante de que necessitamos dar maior amplitude à formação técnica dos indivíduos é a entrevista concedida pelo Presidente da União Geral dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro a "O Globo", estes últimos dias. Diz S.S. : "A idéia da criação de uma escola de prática comercial há muito nos vem preocupando, como um meio de habilitar o candidato a emprego com maiores conhecimentos para que possa êle começar a trabalhar com ordenado mais compensador.

"Temos, como sabe, as escolas comerciais, onde se ministram desde os cursos propedêuticos, que são preparatórios, até o de administração e finanças, que é o mais elevado, nessas escolas, mas a ver-

dade é que os alunos que se formam, com esses cursos, em geral não adquirem conhecimentos práticos que se conjuguem com o saber teórico adquirido, de modo que, não raro, um jovem com um custoso e longo curso de contador, portador de um diploma científico, é obrigado a aceitar emprego de praticante, com ordenado pouco acima do mínimo, forçando-o a um padrão de vida inferior à cultura que possui. Este o objetivo da escola de prática comercial. Completar o ensino teórico ministrado nas escolas".

A carência, porém, de profissionais qualificados para certos ramos, ao menos, não é apenas um problema de nosso país. Transmite-nos, por exemplo, um telegrama de Nova York um fato realmente digno de maior atenção.

Quando os Estados Unidos se decidiram para o rearmamento maciço, a escassez de verbas tornou-se patente e os créditos foram concedidos para sanar este grave problema das *máquinas e ferramentas* para a fabricação de armas, aviões e tanques. Apresentou-se, atualmente, sob caráter agudo, um gravíssimo problema: *a falta de operários especializados para fazer funcionar as máquinas*.

Segundo os últimos recenseamentos, havia ainda há pouco tempo, nos Estados Unidos, mais de sete milhões de desempregados. É verdade que esse número inclui, na sua maioria, gente que não tem profissão, não tem relação alguma com a indústria. "*Não é qualquer trabalhador que pode calibrar canhões; é preciso primeiro aprender a fazê-lo*", dizia um industrial. Por isso, os Estados Unidos decidiram reequipar os homens, fazendo-os passar por escolas especiais, onde adquiram as técnicas indispensáveis de trabalho.

*

* *

No longo período do serviço público brasileiro anterior à lei 284, a seleção inicial, por concurso, dos servidores do Estado, foi apenas uma bela aspiração, cuja aplicação foi sempre marcada de alguns êxitos e de numerosos insucessos. Tão numerosos foram estes que chegaram a gerar a suspeita da falta de idoneidade do sistema. Em geral, o concurso era uma formalidade acadêmica, simples demonstração de respeito a um ideal impraticável, vazia fórmula de decoro externo.

Com a vigência da lei n.º 284, a reorganização do serviço civil, logo iniciada, fêz dos concursos uma das bases essenciais do seu programa de renovação.

Do que foi conseguido neste setor, falam os números na sua irretorquível eloquência. Da timidez dos primeiros resultados, quando o total de inscrições de um ano mal chegava a uma centena, atingimos a animadora situação atual, em que o exercício de 1940 foi encerrado com um ativo de 17.345 inscrições.

Discriminemos: em 1937, houve 140 inscrições; em 1938, 5.748; em 1939, 3.450, e em 1940, 17.345.

É preciso, porém, notar que o aumento das inscrições, a aceleração realmente notável do sistema de concursos, se fez em proporções surpreendentes. Basta observar que o movimento em 1940 foi mais de cinco vezes superior ao de 1939. (*)

Contudo, os números apurados não denunciam apenas esse êxito quantitativo salientado. Permitem, também, conclusões que devem ser levadas ao conhecimento do público, a fim de que melhor se esclareçam os objetivos da política do Governo Nacional, que tem procurado proporcionar a todos os brasileiros oportunidades iguais no Serviço Civil.

Observemos que, pela primeira vez, desde a adoção dos novos rumos administrativos, fazem-se concursos extensivos a vários pontos do território nacional. Esse alargamento da rede dos concursos, em obediência aos imperativos da Constituição que declara os cargos públicos acessíveis a todos os brasileiros, teve o objetivo técnico de elevar o nível de rendimento dos concursos. A realização de concursos em centros tradicionais da cultura brasileira visou à seleção de valores, cujo aproveitamento seria difícil e mesmo impossível, em outro regime que não fosse o do concurso..

Entre as amplas reformas sociais e administrativas postas em marcha pelo Sr. Presidente Getulio Vargas, pode citar-se a da implantação do *sistema do mérito*. Os mais capazes terão os seus postos quando o desejarem; o regime do filhotismo foi afastado. Realiza-se o ideal de Fichte de que "todo talento pertence à Nação e a ninguém cabe o direito de aliená-lo".

(*) As inscrições aos concursos e provas do D.A.S.P. foram as seguintes no período 1937 — 1950:

1937.	140
1938.	5.748
1939.	4.237
1940.	17.364
1941.	29.909
1942.	20.540
1943.	40.468
1944.	48.884
1945.	31.583
1946.	22.565
1947.	9.412
1948.	13.024
1949.	7.691
1950.	16.230

O A. desta Conferência foi diretor da Divisão de Seleção do D.A.S.P., de junho de 1939 a novembro de 1945.

O PROBLEMA DA SELEÇÃO DE ALUNAS PARA AS ESCOLAS DE ENFERMEIRAS (*)

HILDA LOZIER P.

À medida que se eleva o nível da Enfermagem como profissão, torna-se mais importante a adequada seleção das candidatas ao seu exercício. A crescente complexidade da profissão de enfermeira, a base cada vez mais ampla de conhecimentos científicos que exige, o domínio de técnicas cada vez mais precisas e rigorosas que encerra, como também as condições de caráter e personalidade cada vez mais elevadas, sob o ponto de vista ético-social que requer, tornam indispensável uma seleção cada vez mais cuidadosa das candidatas a enfermeiras.

Finalidade da seleção: A adaptação profissional

A seleção deve visar à formação de enfermeiras profissionalmente adaptadas, isto é, jovens que possuam habilidades, interesses e condições de caráter e personalidade exigidos pelo exercício da profissão.

Por outras palavras, a adaptação profissional se concretiza quando coincidem os requisitos e exigências da profissão com as qualidades da candidata. Somente neste caso se conseguem satisfação e rendimento máximo.

Em consequência, o problema da seleção na carreira de Enfermagem é de importância fundamental, pois possibilita a elevação do nível da profissão, permitindo a formação de profissionais mais eficientes.

Por outro lado, uma seleção adequada evita a perda de dinheiro e de tempo e previne a falta de adaptação profissional.

Seleção e orientação profissional

O problema da seleção profissional está intimamente relacionado com o da orientação profissional e pode-se dizer que o primeiro não se resolve sem o segundo, pois, se é certo que o processo de se-

(*) Transcrito do n.º 3, vol. XXX (março de 1951), do "Boletim de Ia Oficina Sanitária Panamericana", Estados Unidos.

leção consiste em escolher, tendo presentes os requisitos e exigências de uma determinada profissão, também é certo que a orientação, ao contrário, parte do indivíduo e suas aptidões, habilidades e características pessoais para indicar-lhe uma profissão; nos dois casos deve-se verificar a coincidência entre a profissão e o candidato. Por outro lado, poder-se-ia dizer que seleção e orientação são duas partes do mesmo processo: processo de adaptação profissional.

A seleção interessa exclusivamente o rendimento; à orientação, o rendimento e a satisfação pessoal, ou seja, a orientação visa à adaptação profissional no seu sentido mais amplo. Como se vê, ambos os processos se completam.

O processo de seleção profissional, portanto, supõe a existência, antes e depois, de um processo de orientação.

No caso particular da Enfermagem, o processo de seleção para ingresso na Escola deveria ser precedido pela orientação, que é função do liceu e que consiste principalmente em fornecer informações sobre as profissões e analisar o indivíduo sob os pontos de vista econômico-social, psicológico, educativo e pessoal.

Sobre esta base se faria a seleção profissional. Isto supõe que cada candidata a uma Escola de Enfermeiras deveria dispor de um expediente ou ficha pessoal que contivesse todas as informações necessárias sobre estudos, condições intelectuais, aptidões, interesses, características da personalidade, etc, e que serviria de base ao processo de seleção e de orientação durante os estudos.

Uma vez realizada a seleção, que em rigor consiste na avaliação, por meio de instrumentos objetivos, válidos e precisos, das condições de inteligência, aptidões e características pessoais das candidatas, levando-se em conta os requisitos e exigências da profissão, deve-se continuar o processo de orientação visando à formação vocacional específica, isto é, à confirmação, na realidade dos estudos e da prática pré-profissional, das aptidões e qualidades manifestadas nas provas de seleção e a sua correção e desenvolvimento para o maior rendimento e a melhor adaptação profissional.

Em todas as universidades e departamentos de educação especial dos países latino-americanos existem hoje especialistas em psicometria. A aplicação das provas de inteligência, personalidade, aptidões, adaptações e interesses estão se realizando em escala crescente; as provas especiais de enfermagem podem ser adaptadas pelos especialistas com o auxílio das diretoras e professoras das escolas. É evidente que elas tomam tempo; mas são valiosas como meios de diagnóstico e de prognóstico na orientação e desenvolvimento da personalidade das alunas de enfermagem.

A seleção das alunas se tem feito até hoje considerando um perfil profissional, isto é, comparando as capacidades das candidatas com o profissiograma da enfermeira. O profissiograma da enfer-

meira é talvez um dos mais difíceis de preparar porque se supõe que a enfermeira deve realizar uma infinita variedade de funções que guardam relação com a vida e saúde do homem. Atualmente existem numerosos profissiogramas; porém, nenhum deles reflete o modelo ideal de enfermeira. Supõe-se, sim, pelo estudo da vida e personalidade de enfermeiras que têm tido êxito em sua profissão, que a enfermeira deve possuir uma qualidade humana que guarde relação com as funções especialíssimas de seu meio social.

É evidente que estas condições ideais não são apreciáveis à primeira vista. Contudo, mediante a aplicação de provas psicológicas, o conhecimento da aluna como estudante secundária, os numerosos dados fornecidos pelos professores e a entrevista da aluna, é possível determinar certas condições naturais úteis para a profissão. Por outra parte, o cultivo de certas atitudes, hábitos e preferências permite preparar as alunas para que possam se enquadrar perfeitamente no perfil profissional. O comprovado até hoje é que as mulheres possuem habitualmente, em potencial, como todos os seres humanos, uma estrutura espiritual e emocional de enfermeiras. Pode ser que o profissiograma apareça como um modelo demasiado perfeito e inaplicável, em verdade, essa é a primeira impressão dos que se têm dedicado a estas investigações; é surpreendente, porém, observar que na vida diária da escola as alunas de enfermagem vão revelando muitas destas qualidades e, se não são perfeitas, pelo menos, são funcionais.

A seguir se apresentam três profissiogramas que contêm em suma os aspectos mais importantes de uma personalidade normal integrada.

i

PROFISSIOGRAMA DA ENFERMEIRA NO CHILE

A. *Requisitos de ordem psico-fisiológica*

1. Saúde excelente;
2. Apresentação e presteza excelentes;
3. Aptidões sensoriais:
 - a) Acuidade visual e auditiva e sensibilidade tátil acima da mediana;
 - b) Acuidade gustativa e olfativa normais;
4. Fatigabilidade ou limite de resistência à fadiga e ao sono acima da mediana;
5. Habilidade motora muito boa, agilidade e destreza digitais bilaterais acima da mediana.

B. *Requisitos de ordem psicológica*

1. Inteligência:

- a) Nível de inteligência: normal,
- b) Tipo de inteligência: rápida e precisa, analítica, intuitiva, metódica, lógica, imaginativa, crítica e espacial,
- c) Memória superior de quantidade e dados clínicos, apreciação do tempo acima da mediana, apreensão viso-auditiva excelente, memória verbal e capacidade de expressão acima da mediana, capacidade para ensinar acima da mediana e habilidade para seguir instruções ;

2. Personalidade:

- a) Condições superiores de adaptabilidade social e de estabilidade emocional; e deve possuir, em grau super-normal — ou acima do mediano — as seguintes qualidades:
 - b) Simpatia humana e serenidade,
 - c) Confiança e segurança em si mesma,
 - d) Responsabilidade,
 - e) Paciência,
 - f) Tato e discrição,
 - g) Laboriosidade e perseverança.
 - h) Pontualidade e exatidão,
 - i) Tendência à ordem e ao asseio,
 - j) Tolerância, imaginação e sagacidade
 - k) Decisão,
 - l) Cooperação,
 - m) Senso do dever e abnegação,
 - n) Dom de persuasão,
 - o) Meticulosidade,
 - p) Espírito de liderança;
3. Grande interesse nos:
 - a) Aspectos científicos e técnicos da profissão,
 - b) Aspectos sociais da profissão.

C. *Requisitos de ordem moral*

1. Veracidade e franqueza;
2. Honradez e lealdade;
3. Senso místico de sua missão;
4. Espírito de serviço;
5. Integridade e, em geral, ideais e valores morais superiores.

D. *Requisitos de ordem educativa*

Bacharelado em Ciências ou Letras.

E. *Outros requisitos*

Além das condições enumeradas, a profissão requer uma personalidade forte, sólida, estável e otimista, capaz de se sobrepôr à miséria, à adversidade e à dor.

Todo este conjunto de requisitos de ordem física, psicológica e moral constitui as aptidões para a profissão de Enfermeira.

As contraindicações precisas deste profissiograma são:

1. Toda enfermidade ou tara que não permita a resistência prolongada à fadiga psicofisiológica, ou que predisponha à enfermidades.

2. Distrofias ou má formação que influenciem na presteza. Deficiências ou inaptidões sensoriais.

3. Acromatopsias, discromatopsias — cegueira ou confusão de cores — hemeralopia (cegueira na penumbra) .

4. Superficialidade e descuido.

PROFISSIOGRAMA DA ENFERMEIRA NA ESPANHA

(*Centro de Psicotécnica de Barcelona*)

1. Trabalho psicofísico.

2. Variável, percepção reacional, verbo-social e especial.

Requer sob o ponto de vista físico: Saúde normal e boa robustez somática, com ausência de defeitos sensoriais, resistência ao sono e à fadiga.

Requer sob o ponto de vista psíquico: Boa aparência e suavidade de movimentos e gestos — maneiras — excelente sociabilidade e discrição, inteligência abstrata normal e boa inteligência verbal; excelente memória de quantidades e dados clínicos, normal apreciação do tempo, excelente domínio emocional, boa nictopis; rapidez e precisão de macro e micro-sinésias do lado direito.

PROFISSIOGRAMA DA ENFERMEIRA NOS ESTADOS UNIDOS

Bingham, depois de consultar especialistas em enfermagem, disse:

"A profissão de Enfermeira exige que seus integrantes possuam as seguintes características:

1. Carinho pelos estranhos, habilidade e tato para trabalhar com e para os demais.

2. Alto grau de inteligência e compreensão com boa educação geral e amplos interesses.

3. Maturidade emocional, estabilidade e auto-contrôle aliado à paciência e senso de humor.

4. Bons hábitos de saúde e aparência pessoal agradável.

5. Integridade de caráter, ideais e moral exemplares, gosto apurado e tolerância.
6. Senso de responsabilidade acompanhado de veracidade e lealdade.
7. Atenção aos detalhes, observar com espírito científico e imparcialmente .
8. Flexibilidade e adaptabilidade.
9. Aparência pessoal asseada e atrativa.
10. Habilidade para ensinar."

TÉCNICA DE SELEÇÃO NO CHILE

A simples enumeração das qualidades que requer o exercício da profissão de Enfermeira revela a complexidade do problema da seleção profissional, pois é preciso medir de forma objetiva e exata as numerosas qualidades e condições mencionadas.

Tem-se reunido um conjunto de instrumentos que satisfazem as condições de validade, precisão e objetividade necessárias para se avaliar as capacidades e qualidades requeridas pelo exercício da profissão .

Entre estas técnicas temos:

1. *Fichas de antecedentes*: Contendo informações sobre o meio cultural e sócio-econômico da aluna:

- a) Estudos e rendimento escolar;
- b) Saúde e capacidade física;
- c) Personalidade da aluna;
- d) Participação de atividades educativas gerais;
- e) Planos vocacionais;
- f) Participação de atividades sociais em seu meio.

2. *Questionário sócio-econômico*: Permite conhecer os recursos e limitação da aluna e seus prováveis problemas.

3. *Autobiografia*: Permite o conhecimento da aluna através de uma relação consciente e ordenada. Usa-se uma norma modificada de Mira y Lopez, que torna possível obter informações de ordem fundamental sobre o desenvolvimento da personalidade e suas possíveis dificuldades de adaptação.

4. *Questionário de adaptação e personalidade*: A prova de adaptação de H. M. Bell permite dar uma idéia relativamente exata das características da personalidade da candidata. Trata dos seguintes aspectos de adaptação: o lar, a saúde, a vida social, emocional e ocupacional. Neste questionário, quando a contagem excede de certos limites em qualquer dos aspectos que se mede, deve ser investigado, por meio das provas de Bernreuter ou de Rorschach, se a candidata possui outras qualidades e uma inteligência superior.

5. *Provas de personalidade de Bernreuter*: Têm por finalidade determinar as tendências à introversão e extroversão, neuróticas, confiança em si mesma e espírito de domínio. Contêm uma série de perguntas relacionadas com cada um dos aspectos da personalidade da examinada.

Sua contagem normal varia entre 0 e 1.

6. *Provas de inteligência*: Devem ser aplicadas pelo menos duas, e visam medir a capacidade intelectual e os conhecimentos gerais da candidata e a qualidade de inteligência que possui. Emprega-se atualmente a Prova de Capacidade Geral do Departamento de Orientação do Ministério da Educação, que foi adaptada especialmente e em que se estabelecem normas de interpretação. Sua contagem normal varia entre 96 e 129. Assinala pontos para os aspectos de inteligência concreta e abstrata.

A prova de inteligência de Meili permite o conhecimento da capacidade intelectual e das qualidades de inteligência em seus aspectos analítico, concreto, imaginativo e abstrato e imaginativo concreto.

7. *Inventário de interesses vocacionais*: Tem por objetivo medir os interesses da candidata nos aspectos: de trabalhos de escritório, mecânicos, artísticos, manuais, agrícolas, humanísticos, científicos, assuntos gerais e artes domésticas. Seus resultados são satisfatórios acima de 27.

8. *Prova de discriminação ética*: Adaptação da Prova de Kohs; contém juízos morais e determina a apreciação moral da candidata. Também pode-se empregar uma prova simples de Mira, especialmente organizada para a seleção de enfermeiras.

9. *Medidas sensoriais*: Empregam-se para determinar o limite de acuidades e fatigabilidade.

10. *Provas para diagnosticar defeitos sensoriais*: Recorrem-se às técnicas médicas da especialidade.

11. *Provas de aptidões profissionais específicas*: Empregam-se as provas de situações de enfermagem e a adaptação de Moss e Hunt.

Entre os instrumentos mais científicos que existem para medir a aptidão para a Enfermagem, está a bateria preparada por Moss e Hunt, que não visa medir o interesse nem a personalidade mas se limita a avaliar as habilidades que indicam a aptidão para aprender o que uma enfermeira deve saber. Este exame, que requer menos de uma hora, consta de sete provas para medir vocabulário científico, compreensão de material impresso, memória visual, memória de conteúdo, compreensão e retenção do teor de um parágrafo estudado e habilidade para compreender e seguir instruções.

12. *Entrevista pessoal*: A entrevista pessoal deve-se basear numa norma que considere os acontecimentos especiais da vida passada da aluna, sua visão do futuro, e os sintomas de reação do caráter. (Anomalias ou defeitos do caráter) .

Estas provas têm sido realizadas com fins de exploração e de nenhuma maneira representam o melhor do que se faz no Chile, têm ainda caráter experimental e as normas sobre esta matéria serão conseguidas somente depois de um mínimo de seis anos e quando todas as escolas as apliquem de forma semelhante. Os resultados que se obtenham, tabulados e analisados cientificamente, poderão apresentar as falhas das provas e técnicas usadas, assim como também as suas vantagens e as conquistas da investigação.

RESULTADOS DAS EXPERIÊNCIAS REALIZADAS NA ESCOLA DE ENFERMEIRAS "CARLOS VAN BUREN"

A experiência de dois anos na Escola de Enfermeiras de Valparaíso tem permitido corroborar as experiências estrangeiras em matéria de seleção de alunas para a profissão.

Tem-se observado que os problemas familiares e econômicos afetam seriamente o desenvolvimento da personalidade da aluna e interferem com grave risco em sua formação profissional na parte acadêmica e na parte técnica.

Por outro lado, o ambiente escolar concorre, às vezes, para acentuar as tendências de introversão das alunas e impede, de certo modo, a adaptação ao meio e à profissão.

Quanto ao que se refere à inteligência, deve-se deixar claro que nenhuma aluna com inteligência inferior ou no limite mínimo do normal tem podido até agora continuar seus estudos de forma medianamente satisfatória e acaba saindo da Escola.

O processo de orientação das alunas tem sido realizado por um psicólogo especializado em assuntos de orientação e com seu auxílio tem-se conseguido determinar a personalidade de algumas alunas e resolver problemas de ordem psíquica que provocam conflitos pessoais ou dificuldades de adaptação social.

A ficha de conduta tem sido considerada levando-se em conta apenas os fatos mais importantes do comportamento das alunas na Escola e nos serviços de prática e as medidas tomadas para corrigi-lo ou estimulá-lo.

DIFICULDADES PARA REALIZAR UMA SELEÇÃO ADEQUADA

Apesar da importância do problema da seleção profissional, não existem ainda processos absolutamente científicos para realizá-la.

Duas são as dificuldades mais sérias neste sentido: uma é a necessidade de se proceder a uma análise completa e exata da profissão — sua natureza, suas características técnicas e as condições psicológicas e fisiológicas que requer para seu exercício e, outra, a necessidade de analisar o indivíduo em seus múltiplos aspectos mediante processos objetivos, precisos e válidos. Como se vê, a seleção profissional supõe a existência de um profissiograma da Enfermagem ou descrição detalhada de todos os requisitos e exigências psicológicos, fisiológicos e técnicos da profissão. Pode-se dizer que semelhante análise ainda não se tem realizado em forma estritamente científica, isto é, as descrições das profissões que existem não são completas e não são tampouco o resultado de investigações objetivas e válidas sobre a matéria. Muito deficiente é ainda, no grau atual de desenvolvimento da psicotécnica, a análise das profissões, pois não consegue defini-las nem caracterizá-las.

Quanto à análise do indivíduo, as dificuldades não são menores, pois é necessário possuir um conjunto de instrumentos e técnicas que permita avaliar de forma objetiva, precisa e válida, as habilidades, aptidões e condições pessoais do indivíduo. Neste terreno, sem dúvida, existem instrumentos e técnicas suficientemente experimentados e que constituem um meio efetivo de apreciação de algumas características e condições pessoais.

Neste caso, o aspecto de mais difícil avaliação é, sem dúvida, o que se refere às aptidões especiais que requer a profissão.

PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Pode-se dizer que a seleção é um processo e os resultados que dela se obtenham devem ser confirmados durante os estudos mediante uma observação cuidadosa e constante da aluna.

Estas observações devem ser registradas em uma ficha especial que deve ser a base da orientação da aluna, visando desenvolver sua personalidade e prevenir a falta de adaptação. Estas observações precisam ser mais freqüentes e cuidadosas durante os meses de provas, a fim de que a decisão tomada, acerca das alunas que devem permanecer e das que se devem retirar, se faça sobre uma base científica e se eliminem, ao máximo, os erros.

A orientação durante os estudos também deve visar à obtenção de maiores interesses e melhores aptidões profissionais e, muito especialmente, à formação ético-social, que constitui a essência e sentido da profissão.

Este processo de orientação deve ser dirigido por uma professora especializada e nele devem colaborar, em maior ou menor grau, todos os professores do estabelecimento.

O processo de orientação requer, para seu desenvolvimento, uma vida escolar rica em oportunidades educativas e sociais de caráter geral; pois sem estas oportunidades não seria possível observar e conhecer a personalidade da aluna em suas múltiplas manifestações e não existiriam, tampouco, os meios de corrigir as deficiências ou falta de adaptação, em geral, nem de desenvolver os diferentes aspectos da personalidade.

A orientação supõe, por outra parte, a existência de programas e métodos que se adaptem às necessidades e interesses das alunas, que favoreçam oportunidades para o trabalho ativo e socializado e para a prática do pensamento reflexivo.

Somente desta forma será possível colimar as finalidades essenciais de um programa de seleção e orientação nas Escolas de Enfermeiras .

RECOMENDAÇÕES

1. A seleção de alunas nas Escolas de Enfermeiras é necessária para desenvolver um programa educacional e profissional compatível com o progresso e exigência de Enfermagem.

2. Somente mediante um programa de seleção pode-se evitar a futura falta de adaptação profissional e os prejuízos morais e econômicos que ela acarreta.

3. A seleção é inseparável da orientação profissional e as Escolas de Enfermeiras devem incluir a função orientadora como parte integrante de seus programas e de sua organização.

4. A seleção e orientação de alunas das Escolas de Enfermeiras requerem enfermeiras especializadas em Psicologia e Orientação e enquanto se preparam estas especialistas devem-se contratar, para este fim, os serviços do Departamento de Orientação do Ministério de Educação.

5. É conveniente também a adaptação e preparação de provas especiais para medir a aptidão profissional em Enfermagem, tarefa esta que deveria ser realizada pelas Escolas de Enfermeiras, com a cooperação de especialistas.

BIBLIOGRAFIA

- Ahelson, Harold H. : Psychological tests and their use; Other devices for investigating personality, Rev. Educ. Res., 1010, Vol. XVIII, N. 1, fevereiro, 1947.
- Berdic, Ralph F. : Factors related to vocational interest, Psychol. Bul., 41: 137-157, março, 1944.
- Bingham Van Dyke, Walter: "Aptitudes and Aptitude Testing", Harper & Bros. Pub., New York, 1937.

- Bixler [K., Genevieve: Research and problems in nursing, *Am. Jour. Nurs.*, 676, Vol. 42, N.º 6, junho, 1942.
- , e Bixler, R. W.: The professional status of nursing, *Am. Jour. Nurs.*, Vol. 45, reimpresso em setembro, 1945.
- Brooks, Esther: The value of psychological testing, *Ab. Jour. Nurs.*, 885, agosto, 1937.
- Buryse, R. : Valor y limites de los tests en psicologia experimental, *Rev., Psicotc, Espana*, 102-111, Vol., N.º 2, janeiro, 1940.
- Cantril, Hadley: The intensity of an attitude, *Jour. Abnormal & Soe. Psych.*, 41: 129-135, abril, 1946.
- Committee on Curriculum: Faculty preparation for Curriculum revision, *Am. Jour. Nurs.*, 717, Vol. 38, N.º 6, junho, 1938.
- Darley, John D., e Anderson, Gordon V. : Aplicacion of personality and character measurement, *Rev. Educ. Res.*, 14: 67-80, fevereiro, 1944.
- Figueiro A., CésãrT La selección orientadora dei aprendiz, *Rev. Psicotecn.*, Madrid, Espana, 200-217, Vol. 11, 1942.
- Good Barr, Scates: "The methodology of educational research", *Appleton Citry.*, New York, 1932.
- Hawkinson, S., e Nellie, R. N. : The outlook in nursing education, *Am. Jour. Nurs.*, 575, Vol. 38, N.º 5, maio, 1938.
- Ibarrola, Ricardo: Influencia de los complejos subconscientes en Ia elección profesional, *Rev. Psicotecn.*, Espana, 204-227, Vol. 11, Ns. 7 e 8, abril-junho.
- International Council of Nurses: "The basic education of the professional nurse". Londres, 1939.
- Mac Phail, Andrew H. : A follow-up, in a testing program, *Am. Jour. Nurs.*, 891, agosto, 1937.
- Mallart, José: La confección de profesiogramas para su aplicación a Ia orientación y orientación profesional. *Rev. de Psicotecn.*, Espana, 228-253, Vol. 1, N.º 2, janeiro, 1940.
- Mira y López, Emilio: L'inventori personal de G. Bernreuter, *Rev. Psicol. et Pedag.*, Paris, França, 54-62, Vol. 3, 1935.
- : Pruehas para el conocimiento de Ia inteligência abstracta, *Rev. Pedag.*, Uruguai, 49-56, Vol. 16, 1931.
- : Una experiência de selección profesional, *Rev. Pedag. & Psic*, Argentina, 1-31, Vol. 2, 1935.
- National League of Nursing, New York: "Essentials of a good school of nursing student personnel", 1945.
- : "Selection of students in nursing education in wartime", *Bulletin* 5, agosto, 1943.
- : "Curriculum Guide for Schools of Nursing", New York, 1937.
- Remmers, H. H., e Gage, N. L. : "Educational measurement and evaluation", *Harper & Bros*, New York, 1943.
- Ros Jimeno, José: Economia y Selección Profesional, *Rev. de Psicotecn.*, Espana, 128-133, Vol. 1, N.º 2, janeiro, 1940.
- Rossi R., Arturo: "Tratado teórico y práctico de Biotipologia y Ortogénesis", Tomo III. Edit. Ireas, Buenos Aires, 1944.
- Schmitz R., Morell: "Preparing the Research Paper", *Farrar & Rinehart*, New York, 1945.
- Taylor G., Effie R. N.: Our responsibility as nurses to our profession, *Am. Jour. Nurs.*, 567, Vol. 38, N.º 5, maio, 1938.

- ravers, Robert M. W. : "Statistical methods related to test construction and evaluation", Univ. Michigan, Ann Arbor, Michigan.
- Williamson, E. G.; Storer, D. R.; e Fiss, B. C. : Testing for nursing aptitude, Am. Jour. Nurs., 893, Vol. 37, N.º 8, agosto, 1937.
- Furdley, Warren G.; Turnbull, Williams W., e Conrad, Herbert S. : Construction, evaluation, and application of intelligence tests, Rev. Educ. Res., Vol. XVII, N.º 1, fevereiro, 1947.
- Winifred, Raphael: Uso y abuso de los tests de selección, **Rev. Psicotec., España**, 195-198, Vol. 11, abril-junho, 1941.

SELEÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE OPERADORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO (*)

J. MACHADO DE MELO JÚNIOR,
ARNALDO R. VASCONCELOS FILHO,
GUARACIABA TRENCH,
JASON RIBEIRO DA SILVA.

A resolução do problema de Trânsito pode ser resumida na consecução de um escoamento fluido, rápido e seguro dos veículos em tráfego.

A fluidez e a rapidez do escoamento dos tipos mais variados e numerosos de veículos que trafegam numa cidade dependem de uma boa engenharia de tráfego, capaz de conseguir um planejamento seguro de circulação e estacionamento de todas as unidades existentes.

A segurança de um escoamento fluido e rápido depende do binômio veículo-operador.

Quanto ao veículo, pode-se dizer que desde há muito a atenção dos técnicos sobre êle se concentra, numa produção contínua e ascendente de melhoramentos de toda a espécie, transformando-o nesta maravilha do século que é o veículo a motor de transmissão hidramática, rápido, potente e seguro.

O operador do veículo, entretanto, não tem sido encarado com o mesmo cuidado e entusiasmo e, apenas, agora, esboça-se um interesse generalizado sobre a sua qualidade, numa transposição para o terreno da indústria dos transportes, daqueles estudos técnicos encetados por autênticos pioneiros da Psicotécnica.

A segurança do trânsito repousa muito mais sobre o Operador do que sobre o próprio veículo, pois o homem pode superar as deficiências ocasionais da máquina.

Necessário se torna, pois, que o Operador de Veículo seja preparado convenientemente para a direção da máquina que lhe fôr confiada e esse preparo pressupõe a aquisição dos conhecimentos necessários, ministrados a um homem em condições de recebê-los, compreendê-los e executá-los com perfeição. Em outras palavras, o homem deve ser selecionado e convenientemente treinado.

(*) Transcrito do n.º 3, volume II (junho de 1950) da "Revista do Serviço Público".

Se isto é verdade para a operação de um veículo comum, agita-se então quando pensamos num veículo de transporte coletivo, onde o seu Operador transporta a carga mais preciosa — vidas humanas.

Mens sana in corpore sano — eis a síntese das qualidades necessárias ao Operador de Veículo para transporte coletivo. Não basta a seleção fisiológica; é necessária a verificação psicológica e é esse, a nosso ver, o aspecto ainda não focalizado, com precisão e clareza, no nosso Código Nacional de Trânsito.

A Psicotécnica subjetiva, isto é, a adaptação do homem ao trabalho, focaliza com rigor a verificação das condições antropopsicofisiológicas do candidato ao exercício de uma determinada profissão e é nesta Ciência que iremos encontrar os princípios norteadores para a seleção de candidatos à profissão de Operador de Veículo de Transporte Coletivo, principalmente Motoristas e Motorneiros.

Passaremos agora ao desenvolvimento da nossa tese sobre o processo que, a nosso ver, deve presidir à seleção e formação dos Operadores para o Transporte Coletivo e que já está sendo aplicado na Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo.

A SELEÇÃO MÉDICA

Na seleção dos candidatos a Operadores de Transporte Coletivo, a verificação das condições antropopsicofisiológicas, ou seja o exame médico, deve preceder às provas psicotécnicas.

A necessidade de um exame médico rigoroso e eliminatório está prevista nos artigos 105 e 106 do Código Nacional de Trânsito, estabelecendo o primeiro deles que:

"O candidato a exame para condutor de veículo deverá ser submetido, antes do exame técnico, a uma junta ou serviço médico oficial, a fim de se verificar se o mesmo satisfaz às condições de sanidade física e mental, admissíveis para o exercício da atividade".

É clara, incisiva e absolutamente segura a orientação e acertada a exigência prevista no artigo citado. Seria entretanto suficiente o exame clínico comumente conhecido, embora tivesse a importância de uma junta ou serviço oficial? A resposta, hoje negativa, tem sido negativa desde há muito. Mira y Lopez, o grande médico e psicotécnico moderno, considera insuficiente ao que êle chama de mero exame clínico.

Entre nós, há já alguns anos, o eminente Professor Roberto Mange, introdutor da Psicotécnica no Brasil, secundado de perto pelo notável Engenheiro ítalo Bologna, chama a atenção sobre a necessidade imperiosa de uma orientação especializada no setor médico quanto à seleção profissional.

Ressaltavam estes pioneiros, desde aquela época, a importância da Medicina do Trabalho, não somente na parte referente a estudos e pesquisas como, ainda, na sua imediata aplicação prática.

Assim, toda a orientação para a seleção, sob o ponto de vista médico, dos operadores de veículos, parte da consideração de dois pontos primordiais: *o homem e o instrumento de trabalho*, objetivados aqui pelo motorista ou motorneiro e pelos veículos ônibus e bonde.

O indivíduo, no sentido exato da palavra, funcionando como um animal superior, comandado pelas suas funções psíquicas, fisiológicas e anatômicas, deverá ser perfeitamente ajustado a determinado tipo de trabalho, apresentando uma adaptação harmônica e uniforme com a máquina. Torna-se, pois, necessário conhecer o trabalho e o indivíduo.

Trabalho, com suas múltiplas definições, encarado sob os mais variados aspectos, nos interessa agora tão-somente sob o ponto de vista médico. É o que atua sobre o homem e suas funções orgânicas, no sentido físico, mecânico ou externo, influenciando a resistência óssea ou músculo-articular, e no sentido psicofisiológico ou interno, chamando à ação os órgãos de nossa economia.

A classificação dos tipos de trabalho, de Mira y Lopez, estabelece três grupos distintos:

- a) *trabalho psíquico*, do tipo predominantemente mental;
- b) *psicofísico*, equilibradamente mental e psicomotor;
- c) *físico*, predominantemente corporal, muscular ou braçal, como vulgar e usualmente o denominamos.

Desde logo se verifica que a função do operador de veículo não é um trabalho predominantemente mental, mas não atinge, também, o extremo oposto do absolutamente corporal. Colocamo-lo na ordem do psicofísico e, como tal, será analisado. Conhecido então o tipo de trabalho, interessa saber da maneira pela qual a sua ação se manifesta sobre o organismo humano.

O médico, conhecendo este organismo, pode, então, avaliar com que intensidade êle reage aos estímulos do trabalho e até que ponto tais solicitações chamam à ação os diversos órgãos e aparelhos deste autêntico motor humano.

Tendo em vista a orientação médica especializada necessária à seleção profissional e antevendo ser o trabalho do Operador de Veículo de Transporte Coletivo do tipo psicofísico, deve-se então

realizar uma análise funcional do trabalho ou, se quisermos, uma análise profissiográfica, que deverá ser completa para dela deduzirem-se, não só os exames médicos necessários como, também, todas as provas de verificação das aptidões psicológicas.

Desde os fins do século passado que os estudiosos e especialistas procuram dar forma e orientação aos profissiogramas, mas, na maioria das vezes, acabavam perdendo-se em um emaranhado confuso, cujo responsável direto seria, na opinião de Mira y Lopez, a falta de sistematização e do controle experimental suficiente. As primeiras tentativas nesse sentido datam de 1875, quando se procurou, nas ferrovias prussianas, instituir a Seleção Profissional. Em 1920 começa a se esboçar na Alemanha o serviço de psicotécnica; o exemplo é imitado na Tchecoslováquia, onde provas psicotécnicas são aplicadas a maquinistas e condutores de automotrizes. Assim, percorrendo a Europa, encontramos na Itália, Dinamarca, França, Inglaterra, Rússia, a preocupação da seleção do fator humano, destacando-se também a Suíça, para depois passar aos Estados Unidos, Canadá, e finalmente Brasil.

Com o desenvolvimento da psicotécnica em diversos países, vários métodos se tornaram clássicos com relação à Análise Profissiográfica, que é a base de qualquer seleção.

As técnicas esquemáticas de Münsterberg e de observação de Lipmann, o método experimental de Moede, o cinesigráfico de Gilbreth, o inquisitivo de Braunshausen, o eclético do Instituto Psicotécnico da Cataluna, são geralmente empregados na análise profissiográfica.

Entretanto, uma das conclusões aprovadas na sétima conferência internacional de psicotécnica realizada em Moscou, em 1931, foi a de que: "o psicotécnico que desejar fazer uma boa análise profissiográfica deverá estudar e observar a profissão, participando dela como ator e nunca como elemento estranho". É necessário viver, realmente, sentindo pessoalmente aquela situação que desejamos analisar.

Aqueles que realizam a análise profissiográfica devem se transportar para o local onde a profissão tem o seu campo de ação. Aí tudo é visto com acurado cuidado, com paciente e criteriosa observação. Notam-se desde as menores e mais grosseiras, até às mais sutis e dedicadas das solicitações.

Já nesta primeira fase, observando o veículo, suas características e suas exigências com relação ao indivíduo que o opera, nota-se que nem todos são os que, com segurança, podem desempenhar tal função. É a questão do ajuste perfeito de que se falou. Já preciso adaptar-se o veículo ao homem; porém, como nem sempre isto é possível, procura-se então ajustar o homem à máquina. Nota-se, por exem-

pio, que existem veículos cujo assento é alto e afastado do volante. Há indivíduos cuja estatura não lhes permite alcançar comodamente os pedais, impedindo, assim, que o mesmo execute, com perfeição e segurança, as manobras de desembrear e frear. Outros veículos são por demais pesados, ressaltando, desde logo, que um indivíduo com pequena força física jamais poderá dirigi-los com precisão.

Pela observação inicial chega-se à conclusão de que cada profissão apresenta suas características próprias que podem ser tanto de ordem geral como específica. Destacam-se, assim, características-específicas de determinados veículos que, existindo em uns, não aparecem em outros. Há pontos específicos, digamos assim, que devem ser considerados com toda a atenção de quem executa a análise. Cada veículo constitui, por si só, um problema e cada candidato à sua direção deverá ser a solução do mesmo.

Transformando-se no próprio motorista ou motorneiro, o analista observa e executa a operação do veículo, colhendo dados para a análise profissiográfica.

Desde o instante em que se entra no veículo, até que o mesmo transite entre os mais variados obstáculos que surgem a cada instante nas vias públicas de uma grande cidade, sente-se que, desde o cérebro até ao arcabouço ósseo e músculo-articular, cada uma das diversas partes do motor é chamada à ação. Cada órgão ou aparelho é solicitado com maior ou menor intensidade, concluindo-se que uns são de capital importância, outros de relativa e finalmente ainda outros de pouca importância para a profissão.

Aos poucos o profissiograma vai se delineando, vai tomando forma e pode-se, resumindo em linhas gerais, estabelecer o esquema seguinte:

OPERAÇÕES

I

Locomoção e posturas diversas.

II

Verificações visuais e auditivas.

III

Atuação em situações reais de trânsito.

IV

Direção do veículo com noção de responsabilidade da função e da segurança dos passageiros.

V

Realização geral do trabalho.

Desta análise profissiográfica são retiradas as indicações e contra-indicações sob o ponto de vista antropopsicofisiológico **para a** função de operador de veículo de transporte coletivo.

FUNÇÕES

I

Ação músculo-ósseo-articular com harmonia e coordenação de movimentos.

II

Ação integral dos órgãos dos sentidos visual e auditivo.

III

Contribuição neuropsíquica. Atenção vigilante e distribuída.

IV

Traços favoráveis da personalidade.

V

Gozo de perfeita saúde.

Exemplificando com as indicações e contra-indicações para motoristas de ônibus:

INDICAÇÕES

I

Ausência de lesões orgânicas de quaisquer dos órgãos ou aparelhos, principalmente: Circulatório, Digestivo e Nervoso.

II

Robustez física. Capacidade de esforço muscular. Medidas dinamométricas boas, principalmente do membro superior esquerdo.

III

Integridade física e funcional dos membros superiores e inferiores.

Coordenação de movimentos.

IV

Calma. Equilíbrio nervoso. Taquipsiquismo e Taquipragia. Tendências caracterológicas favoráveis.

V

Acuidade Visual. Admissão (vista desarmada) : 15/10 A.O. — 6/10 O.P. Revisão: (tolerada correção com uso obrigatório de lentes). 13/10 A.O. — 5/10 O.P. Senso cromático perfeito. Normalidade na visão de penumbra e na readaptação após ofuscamento. Campo visual íntegro.

VI

Acuidade auditiva A. O. — 15% — O.P. — 20%. Perfeita localização e discriminação dos sons.

CONTRA-INDICAÇÕES

I

Doenças orgânicas; obesidade, varizes, varicocele, hérnias, hemorróidas. Predisposição aos acidentes cardíacos, digestivos e nervosos.

II

Fraqueza orgânica e fraqueza muscular.

III

Redução dos membros ou qualquer defeito físico incompatível com a função: reumatismo crônico. Moléstias da pele, principalmente as localizadas nas mãos: hiperidrose palmar.

IV

Impulsividade. Irritabilidade. Hiperemotividade. Hipersensibilidade para ruídos. Alcoolismo. Epilepsia. Neuroses e psicoses em geral.

V

"Déficit" visual. Tendência às moléstias da vista (blefarites-conjuntivites-tracoma-queratites, etc). Lesões do fundo do olho. Dis-cromatopsia. Anormalidade na visão de penumbra ou na readaptação após ofuscamento. Campo visual anormal.

VI

"Déficit" auditivo. Tendência às moléstias do ouvido: (otoes-clerose, otites crônicas, etc.) .

Segundo estas normas, deverá o candidato ser examinado. A ficha médica deve conter, pois, alguns dados cujas pesquisas fogem à rotina dos exames médicos comuns e que serão pesquisados sistematicamente. Destacam-se: a visão de penumbra e a readaptação após ofuscamento, a pesquisa do senso cromático, do campo visual e da audiometria, feitas obrigatoriamente; incluem-se, também, nesses exames, a verificação da sensibilidade térmica, dolorosa, tátil, barestésica e esteriognóstica, assim como a dinamometria, para todos os candidatos.

Estabelecida a análise profissiográfica e dela deduzidas as indicações e contra-indicações antropopsicofisiológicas que devem estar contidas na ficha do exame médico e, finalmente, examinados os candidatos à função de Operador de Veículo, indaga-se: todos os candidatos aprovados no exame médico, isto é, que satisfizeram ao esquema das indicações e contra-indicações, estão igualmente aptos para a profissão? Aptos sim, porém não igualmente. Existem as diferenças naturais dos organismos humanos.

Para a objetivação da classificação individual do candidato será conveniente que cada dado clínico seja interpretado dentro da lei dos grandes números, isto é, que seja usada uma curva de Gauss, traçada com resultados obtidos de uma amostra representativa dos prováveis candidatos à função selecionada. (Na C.M.T.C. traçou-se uma curva com os resultados dos exames de 1.000 candidatos e os padrões: superior, médio e inferior para cada resultado do exame médico, são obtidos com o uso do desvio padrão dos valores em torno da média) .

Obtida pela curva de Gauss a classificação de cada dado clínico em boas, regulares ou más condições, traça-se um perfil de Rosso-limo, onde, num relance, aparece o resultado global do exame antropofisiológico do candidato. Na interpretação final do perfil, deve o médico levar em consideração a relatividade já apontada da solicitação de cada órgão ou aparelho para a função examinada.

Os candidatos classificados em más condições, isto é, portadores de perfil inferior, devem ser rejeitados para a operação de veículos de transporte coletivo.

A SELEÇÃO PSICOLÓGICA

Verificadas as condições antropofisiológicas do candidato a operador de unidade de transporte coletivo e sendo elas satisfatórias para o exercício da função, inicia-se a segunda fase do processo seletivo, constituída do exame das Aptidões Psicológicas.

Assim como da análise profissiográfica foi extraído um quadro de indicações e contra-indicações médicas, assim, também, a natureza das Aptidões Mentais é deduzida daquela análise. Há certos traços psíquicos sistematicamente pesquisados em todos os processos de seleção para Operador de Veículos, desde o processo pioneiro de Münsterberg até o atual da American Transit Association (ATA), passando pelas seleções de motorneiros de Tramm (na Alemanha), da "Clínica do Trabalho" (Milão — Itália), Lahy (França) e Viteles (Estados Unidos) e pelas de motoristas de Moede e Pierkowski (Alemanha) e de Mira y Lopez (Espanha).

Esta pesquisa é de capital importância, pois não se deve proporcionar treinamento em uma função a quem não tem aptidões para ela. É sabido que a Capacidade, isto é, o exercício prático e efetivo da profissão, é constituída sinteticamente de Aptidão + Treino e será, portanto, medíocre quando faltar um dos termos deste binômio, principalmente quando houver ausência ou deficiência da Aptidão requerida para a função, pois não se cria um traço psicológico primário, e Aptidão é "a disposição natural, inata, que predispõe à aquisição de uma capacidade".

A medida das Aptidões qualificadas pela análise profissiográfica do Operador de Veículo de Transporte Coletivo deve ser realizada, *a priori*, através dos testes psicotécnicos que, segundo a definição do seu criador, Francis Galton, é "um trabalho ou uma tarefa destinados a verificar, de um modo sensível e rápido, o valor de uma ou mais aptidões". Evidentemente a exteriorização de uma aptidão pode ser melhor conseguida através de uma prova de trabalho que, no caso de um motorista ou motorneiro, seria um exame prático no volante ou no *controler*. Esta verificação *a posteriori* da aptidão, sendo de uma precisão muito maior, é geral e ordinariamente conseguida "à custa de sangue e dinheiro", na expressão dramática do grande Mira y Lopez.

Torna-se, pois, necessário estabelecer, através de testes, a intensidade das Aptidões, cuja natureza foi definida pela análise profissiográfica da função de Operador de Veículo de Transporte Coletivo.

Entre as Aptidões Mentais de grande importância para a profissão ora estudada, situam-se as chamadas reações psicomotoras. O Operador de um veículo, encontrando inesperadamente um obstáculo estático ou dinâmico, outro veículo ou um pedestre, toma uma decisão agindo sobre os freios, sobre o sistema de transmissão, sobre o volante, sobre a buzina, acionando um de cada vez ou todos a um só momento. Desde a percepção do obstáculo até à reação do motorista, decorre um tempo, que, perante a circunstância mencionada e naquele momento, é apreciável, avançando o veículo como se o obstáculo não existisse. A aptidão aí envolvida é a reação psicomotora a estímulo visual, cujo valor é medido pelo tempo decorrido entre o aparecimento do estímulo (obstáculo que se apresenta ao Operador do veículo), e a resposta do mesmo. Este tempo de reação varia com a natureza do estímulo, com o tipo de resposta exigida, mas, principalmente com os indivíduos, sendo que, geralmente, o estímulo exigindo reação, não se apresenta isolado e único, de uma maneira simples, mas num conjunto de outros incidentes da via pública, devendo o Operador do Veículo realizar uma verdadeira escolha, reagindo de uma maneira específica a cada estímulo determinado.

Se atentarmos para os tempos da reação psicomotora a estímulo visual, obtidos no "National Institute Of Industrial Psychology", de Londres, verificaremos que eles oscilam entre $3/4$ e $1.1/4$ de segundo (em São Paulo a média individual obtida é bem melhor, cerca de .25 e .50). Um veículo operado por um homem com tempo de reação igual a 1 segundo, correndo a 60km/hora, percorrerá cerca de 17 metros depois que o seu Operador viu um obstáculo e reagiu freando, isto se o sistema de freios estiver funcionando com 100% de eficiência; geralmente a eficiência média dos freios é de 45%, e assim, a 60 km/hora, freará o veículo depois de um percurso de 28 metros, que, somados ao percurso executado pelo veículo enquanto o seu Operador toma a decisão de frená-lo, perfazem a distância considerável de 45 metros!

O que se acentuou sobre a importância da reação psicomotora a estímulo visual, se estende naturalmente para a reação a estímulo auditivo, uma vez que são inúmeros os estímulos sonoros que aparecem no tráfego da via pública solicitando uma reação psicomotora adequada e pronta do Operador do Veículo. As pesquisas têm demonstrado que o homem é mais rápido no reagir aos estímulos sonoros do que aos visuais.

Evidentemente a excelência das reações psicomotoras aos estímulos visuais auditivos está condicionada à integridade sensorial, já verificada preliminarmente pelos exames médicos dos aparelhos visuais e auditivos nos seus múltiplos aspectos de acuidade, senso

cromático, perímetro, penumbra e deslumbramento, para a visão e acuidade, discriminação e localização de sons, para a audição.

A lista das Aptidões para o bom exercício da função de Operador de Veículo de Transporte Coletivo deve incluir as reações psico-sensoriais de avaliação de espaço em largura e profundidade, assim como pesquisa da avaliação de velocidades relativas, que, num Gabinete de Psicotécnica, serão medidas por perceptotaquímetros, estereoscópios e tacodômetros.

Na bateria de provas para a pesquisa das Aptidões necessárias ao exercício da função estudada, deve figurar um teste para a determinação do nível mental, ou seja a avaliação do que comumente se chama "inteligência", que, no dizer de Stern, "é a capacidade de enfrentar e resolver situações novas". O grau de desenvolvimento mental irá aparecer claramente na formação do Operador por ocasião do seu treinamento nas unidades em tráfego.

Torna-se necessária, também, uma pesquisa sistemática da personalidade do candidato, principalmente quanto aos traços caracterológicos. Sendo esta parte da Psicologia de aplicação delicada e menos difundida entre nós, geralmente é suprida com informações obtidas em entrevistas pessoais e completada com os antecedentes profissionais e mesmo criminais.

O resultado da pesquisa de todas as Aptidões envolvidas na Operação de Veículos será transcrito, prova por prova, num perfil psicotécnico, que, analogamente àquele já traçado para o exame médico, mostra a posição do candidato em cada teste, retirada de uma curva de Gauss traçada com uma amostra representativa de candidatos à mesma função.

A interpretação do perfil global das Aptidões, ou seja, a classificação do candidato, pode ser feita em cinco categorias (superior, médio-superior, médio, médio-inferior e inferior) e deve, quem classifica, ponderar, ao menos subjetivamente, as provas em relação umas às outras, parecendo razoável dar-se realce às de nível mental e reação psicomotora.

Na C.M.T.C. são eliminados os candidatos classificados em categorias inferior e médio-inferior, sendo aproveitados os médios, médio-superiores e superiores.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Vencidas as duas etapas iniciais do processo de seleção dos operadores de veículos de transportes coletivos, o candidato habilitado passa, então, por um processo de Formação correspondente à função para a qual foi selecionado, a fim de receber o treinamento adequado.

Tendo em vista a natureza das funções e a intensidade das solicitações dos serviços do tráfego, para renovação e ampliação dos quadros de pessoal, necessário se torna que a formação profissional assuma um caráter essencialmente prático, objetivo e individual. Contrariando os métodos tradicionais do ensino coletivo, através de classes ou grupos de alunos, a formação profissional para os serviços de transportes deve ser encarada sob o ponto de vista do indivíduo, uma vez que cada candidato se apresenta como um problema que implica uma solução especial e diferente.

Somente uma formação profissional racionalmente organizada e tecnicamente orientada poderá produzir operadores perfeitamente aptos com um tempo de aprendizagem relativamente curto.

Considerando-se que, na prática, a seleção e a formação profissional não podem agir separadamente, todas as indicações fornecidas pela seleção, sobre os diversos carterísticos das aptidões pesquisadas, têm grande importância e são, mesmo, indispensáveis para a execução do processo de formação.

Esta se desenvolve baseada nos resultados obtidos por aquela, procurando, tanto quanto possível, aproveitar as condições favoráveis de cada um, para o desenvolvimento da aprendizagem, assim como para a constatação do seu progresso específico, através de observações prolongadas e repetidas.

Sendo duas funções semelhantes quanto às qualidades e aptidões requeridas, especialmente as de tipo psico-sensorial e psicomotor, na prática, as funções de motorista e motorneiro diferem, em vista da diversidade de movimentos, posição, etc. inerentes à direção de um ônibus e de um bonde, respectivamente.

Essas diferenças fundamentais entre o trabalho a ser executado por uns e por outros implicam, necessariamente, uma diversidade de métodos de aprendizagem, tanto mais acentuada quando se constata que os candidatos a motorista são, já, portadores de Carta Nacional de Habilitação fornecida pela Diretoria do Serviço de Trânsito, ao passo que os candidatos a motorneiro somente recebem a sua Carta de Habilitação na própria Empresa, depois de convenientemente preparados. É fora de dúvida que, quanto aos conhecimentos específicos dos sinais de trânsito e à própria experiência do tráfego urbano, os candidatos a motorista levam, inicialmente, considerável vantagem em relação aos candidatos a motorneiro.

O princípio fundamental em que se baseia toda a aprendizagem, tanto para os motoristas como para os motorneiros, e o estabelecimento de movimentos habituais, automatizados de tal maneira que toda a atividade profissional possa ser executada sem demasiado esforço e de maneira uniforme. O estabelecimento desses hábitos profissionais, essencialmente ativos, forma o que se poderá chamar

"uma atividade habitual", diametralmente oposta à rotina, porque exprime tendência ao aperfeiçoamento contínuo.

Passaremos, em seguida, a considerar, de per si, cada uma dessas funções, através dos processos específicos de formação profissional :

MOTORISTAS DE ÔNIBUS

1. *Formação Inicial:*

Todos os candidatos, conforme já ficou dito, são portadores de Carta Nacional de Habilitação expedida pela DST e habilitados sob o ponto de vista médico e psicotécnico, mas a experiência profissional de cada um, especialmente no que diz respeito ao serviço de ônibus, é completamente desconhecida. Por esse motivo, compete, de início, a Formação, tomar conhecimento do grau de experiência profissional dos candidatos, antes de qualquer iniciativa referente à execução do plano de treinamento, através do que se poderá chamar de um "Exame de Capacidade".

Tal exame deve ser realizado, preferentemente, em ônibus pequeno (27 lugares) e terá a duração necessária, variável conforme o candidato, para o perfeito conhecimento das qualidades e deficiências apresentadas. De acordo com o resultado, o candidato será ou não encaminhado ao treinamento.

A primeira etapa do treinamento, que consiste apenas num ajustamento inicial, deverá ser vencida, ainda, num ônibus pequeno e poderá constar do seguinte:

a) instruções teóricas sobre o funcionamento do veículo (características do motor, mudanças de marchas, uso dos freios, etc.) ;

b) treinamento inicial com o veículo em marcha, para correção dos movimentos defeituosos e estabelecimento dos movimentos normais reclamados pela função;

c) instruções e recomendações técnicas sobre cuidados e deveres do motorista.

Deste ponto em diante, começa o treinamento propriamente dito, o qual poderá ser dividido em duas fases distintas, correspondendo cada uma delas a um tipo diferente de ônibus com Instrutores especializados:

1.^a FASE: Treinamento em ônibus pequeno, de câmbio universal, obedecendo ao seguinte programa:

a) *Marcha Moderada* — Em locais de trânsito pouco intenso, o candidato passará a executar movimentos coordenados entre a embreagem e o câmbio, para as mudanças de marchas, de acordo com a rotação do motor.

b) Paradas — Em situações tão reais quanto as de serviço, o candidato passará, em seguida, a executar uma série de "paradas" e "saídas" suaves, sem solavancos, observando rigorosamente as determinações de paradas com a porta traseira exatamente em frente ao ponto de embarque, com o ônibus a uma distância aproximada de 20 centímetros do meio-fio, evitando, tanto quanto possível, que a porta dianteira fique colocada em frente a uma árvore ou sobre uma poça de água, dificultando a descida dos passageiros. Depois de uma série de exercícios semelhantes, respeitando as condições estabelecidas, o candidato passará, então, a executar:

c) Manobras — Previamente estabelecidas e em locais escolhidos. Neste ponto o candidato passará a executar exercícios de marcha à ré, com curvas à direita e à esquerda, além de manobras de acostamento entre balizas, para o treinamento de embarque de passageiros em locais onde existam faixas para o estacionamento de outros veículos.

d) Rampas — O principal objetivo deste treinamento, feito em rampas com aclives e declives, consiste em familiarizar o candidato com situações de "paradas" e "saídas", sem o menor recuo do veículo. Completando esse treinamento, o candidato fará, também, exercícios de paradas sem o auxílio dos freios, empregando, apenas, reduções de marcha.

e) Trânsito — Concluindo o treinamento nesta primeira fase, o candidato fará o percurso de um itinerário determinado, com as respectivas paradas, em todos os pontos de embarque e desembarque, simulando a entrada e saída dos passageiros.

2.^a FASE: Treinamento em ônibus de tamanho maior, com condições de funcionamento mais difíceis de serem satisfeitas, compreendendo exercícios diurnos e noturnos:

a) Treinamento diurno — O programa a ser desenvolvido nesta segunda fase deverá ser idêntico ao executado na primeira. Manobras, paradas, rampas etc, serão novamente vencidas pelos candidatos até que estejam perfeitamente familiarizados com o novo tipo de ônibus.

b) Treinamento noturno — A inclusão do treinamento noturno, como uma das etapas da formação do motorista de ônibus, tem por finalidade habituar o candidato ao tráfego com luzes, tanto externas (dos outros veículos) como internas (do próprio veículo), cujas condições de trabalho diferem, razoavelmente, das do tráfego diurno. Além das indispensáveis recomendações sobre os sinais luminosos de trânsito, todas as instruções referentes ao procedimento dos motoristas nos cruzamentos com as ruas e com outros veículos, em locais de trânsito intenso ou moderado, através de ruas farta-

mente iluminadas ou escuras, deverão ser transmitidas aos candidatos, visando habituá-los a anunciar a sua passagem com lampejos dos faróis.

c) *Trânsito* — Concluído o treinamento, como etapa final, será o candidato colocado em local de grande intensidade de trânsito, para o ajustamento completo dos diversos movimentos requeridos pela função e, sistematicamente, ministrados durante o período de aprendizagem.

Exame Final — Perante o Instrutor e um dos Técnicos encarregados da formação profissional, o candidato devidamente treinado deverá submeter-se a um Exame Final, que consistirá na execução, em local previamente escolhido, de manobras, reduções de marchas, paradas, acostamentos etc, sem que seja tolerado o menor erro ou descuido.

Durante todo o treinamento, realizado em pequenos períodos de 20 minutos e registrados em folhas especiais, o candidato deverá receber, sistematicamente, dos diversos Instrutores, todas as instruções referentes ao comportamento individual durante as horas de serviço, tratamento a ser dispensado para com o público, apresentação pessoal, disciplina, etc, assinando finalmente um verdadeiro compromisso em que declare que cumprirá as instruções recebidas em benefício da coletividade.

Desse momento em diante o candidato deixará de ser um aprendiz para se tornar um motorista, consciente das próprias responsabilidades, podendo, por conseguinte, ser designado para os serviços de transportes coletivos, preferivelmente, numa "linha" de pouco movimento, onde ficará em observação por um período não inferior a trinta dias.

2 — *Treinamento Especializado:*

Completando um mínimo de noventa dias de experiência profissional e tendo o motorista cumprido satisfatoriamente as diversas atribuições que lhe foram designadas, poderá, então, conforme o caso, submeter-se a um treinamento especializado, para os serviços em tipos de ônibus de comprimento maior, e características diferentes de operação, cujo trabalho se apresenta dentro de condições mais suaves, embora exija maior rigorismo de ordem técnica.

O treinamento especializado, como é óbvio, requer certas e determinadas condições, conforme o tipo de veículo a que se destina, porém as suas linhas mestras podem ser resumidas no seguinte:

1.^a *etapa* — Instruções sobre o mecanismo do novo veículo, incluindo características do motor, instalações elétricas, posição do motorista em relação ao eixo dianteiro, etc;

2.^a *etapa* — Início do treinamento em local previamente escolhido, de pouco movimento, para transferência e ajustamento ao novo veículo, dos movimentos empregados na função;

3.^a *etapa* — Treinamento de paradas, curvas e manobras, inclusive balizas, visando à automatização dos movimentos segundo a capacidade de ajustamento individual;

4.^a *etapa* — Continuação do treinamento em locais de trânsito mais intenso, para o aperfeiçoamento dos movimentos automatizados;

5.^a *etapa* — Ajustamento integral de cada motorista aos requisitos que demandam o funcionamento de novo veículo, através de exercícios sistematizados de todos os movimentos assimilados durante o treinamento;

6.^a *etapa* — Exame final, perante o Instrutor e um Técnico encarregados da formação profissional, para verificação da aprendizagem.

Durante todo o treinamento, nova ênfase deve ser dada quanto ao tratamento que o motorista deve dispensar ao público, cuidados e deveres profissionais, zelo pelo material de serviço, disciplina, relatórios de acidentes, etc.

MOTORNEIROS

1. *Formação Inicial:*

Somente deverão candidatar-se à função de motorneiro os condutores com algum tempo de experiência profissional, nesta última função. Esta exigência tem a grande vantagem de aproveitar, para a formação do motorneiro, toda a experiência adquirida pelo candidato, como condutor de bondes, não somente quanto às ocorrências do tráfego, tais como sinalização, paradas, chaves elétricas, etc, como, também, quanto aos conhecimentos do próprio veículo que, a pouco e pouco, o condutor vai adquirindo durante a sua vida profissional.

Submetido às provas de seleção, o candidato habilitado deverá iniciar, então, um período de treinamento, em local apropriado, dotado de certas e determinadas instalações necessárias à execução do programa de aprendizagem. Tais instalações podem ser: um bonde fixo, com os dispositivos de controle, alavancas, freios, letreiros, etc, em perfeito funcionamento, além de quadros murais ilustrativos de sinalização de tráfego, passagens de nível, chaves elétricas, etc.

Contando-se com esses recursos, pode ser desenvolvido o seguinte plano de formação:

a) instruções preliminares sobre as partes essenciais do bonde: *controler*, freios, interruptores, chaves de trilhos, circuitos ou isoladores de seção, além de sinais de paradas, sinais convencionais de tráfego e pequenos defeitos, facilmente reparáveis, dos motores;

b) instrução geral sobre o funcionamento do bonde, com exercícios realizados no bonde fixo, através do manejo do *controler*, diferentes tipos de freios, leitura do manômetro de ar comprimido, uso de chave de reversão, etc.;

c) viagem de instrução geral, para a fixação dos conhecimentos ministrados no item acima, acompanhados os candidatos por um Instrutor encarregado desse serviço;

d) prática na rua, em condições reais de tráfego, durante o tempo que se fizer necessário. Nesta etapa o candidato será sempre acompanhado de um motorneiro-instrutor, devidamente selecionado e formado para esse fim;

e) exame completo (teórico e prático) a ser realizado por examinadores da Diretoria do Serviço de Trânsito da Capital, para a expedição da respectiva Carta de habilitação, de conformidade com o que preceitua o Código Nacional de **Trânsito**.

Para a execução do plano descrito linhas acima, verificou-se na C.M.T.C. serem necessários, em média, 25 dias, distribuídos pelos diversos itens, segundo a capacidade de adaptação e de aprendizagem de cada candidato.

Com referência ao item (d), do plano descrito, todo o treinamento será executado em pleno tráfego, em períodos diurnos e noturnos, destacando-se, para cada candidato, um bonde e um motorneiro-instrutor.

2. *Treinamento especializado:*

Quando se trata da operação de tipos especiais de bondes, como, por exemplo, daqueles que não utilizam o sistema de freio manual, necessário se torna que os operadores destinados a esse serviço sejam racionalmente orientados e treinados, dentro de um plano objetivo que possibilite o conhecimento de todas as particularidades do novo veículo, para a perfeita execução da tarefa, dentro das indispensáveis precauções de segurança.

Esse treinamento, essencialmente prático e especializado, deverá ser executado por motorneiros devidamente selecionados, já com experiência profissional em tipos comuns de bondes e cuja folha de serviços não acuse um número elevado de acidentes de tráfego.

Quanto à realização do treinamento, propriamente dito, diversos cuidados devem ser observados, tais como:

- a)* conhecimento perfeito das características de funcionamento das instalações elétricas do novo veículo;
- b)* exercícios iniciais com o veículo em marcha, em local de pouco movimento e com a presença de um Instrutor devidamente habilitado ;
- c)* paradas e saídas, repetidas até a eliminação completa dos movimentos incorretos, causadores de movimentos bruscos;
- d)* ajustamento final, em local de trânsito intenso, para verificação da eficiência do aprendizado e eliminação de possíveis imperfeições ;
- e)* preleção sobre os cuidados e deveres profissionais, zelo a ser demonstrado pelo material de serviço, tratamento a ser dispensado para com o público, apresentação pessoal, disciplina, etc.

APLICAÇÕES DA PSICOLOGIA: ORIENTAÇÃO ESCOLAR, ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, SELEÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (*)

JOSÉ MALLART

1. A PSICOLOGIA EXPERIMENTAL, PONTO DE PARTIDA DA PSICOLOGIA APLICADA

Tem aumentado consideravelmente, nos últimos tempos, a curiosidade pelos conhecimentos psicológicos. A novela, o teatro e o cinema, apresentando graves problemas humanos e indicando soluções baseadas na psicologia, têm levado inclusive à massa popular o desejo de conhecer os mecanismos da vida intelectual e afetiva.

Na realidade, está sendo ultrapassada a fase de simples curiosidade e nosso país entra noutra fase de verdadeiro interesse prático no conhecimento das aplicações que a ciência psicológica pode ter na solução de numerosas dificuldades que a vida nos apresenta constantemente, tanto em suas formas individuais como nas coletivas. Este interesse se manifesta também quando se recordam os valores históricos nacionais na busca de orientações que permitam ligar nossa atuação presente com as dos vultos mais preclaros do passado. Com efeito, são citados e estudados agora, talvez mais que em seu tempo, os filósofos e naturalistas que séculos atrás se aprofundaram nos mistérios do psíquico, principalmente, tratando de aplicar à educação e a outros fins os conhecimentos que conseguiram a este respeito.

Assim são mencionados e analisados, para não citar senão os nascidos em nossa terra, os trabalhos de Sêneca (século I), de Rodrigo Sánchez de Arévalo (1404-1470), de Juan Luis Vives (1492-1540) e de outros que estudaram o problema das diferenças de capacidade individual, o problema de maior transcendência na vida prática. Assim se esgotou em pouco tempo a edição comparada da célebre obra de Huarte "Examen de Ingenios para las Ciências",

*) Transcrito do n.º 2, vol. I, da "Revista de Psicologia y Pedagogia Aplicadas", da Espanha.

prefaciada e cuidadosamente anotada por Rodrigo Sanz (Biblioteca de Filósofos Espanhóis, Madrid, 1930, em dois volumes, LXXVIII — 467 págs.) .

Não poderia eu abordar o tema da aplicação da psicologia à orientação escolar e profissional e à seleção de pessoal sem lembrar que o médico Juan Huarte, no século XVI, em nossa terra, já indicara o caminho que agora começamos a palmilhar aplicando o método diferencial ao estudo psicológico. Não falemos das aplicações que proponho fazer de um modo coercitivo, porque ainda agora, ao fim de quase quatro séculos, não nos atreveríamos levá-las à prática. São as indicadas no prefácio dirigido a Felipe II nestes termos: "avia de aver diputados en Ia república, hombres de gran prudência y saber, que en Ia tierna edad descubriessen a cada uno su ingenio, haciéndole estudiar por fuerça Ia sciencia que le convenia, y no dexarlo a su elección".

Por que tardamos tanto em poder examinar com precisão as aptidões dos indivíduos, não para lhes impor mas sim para lhes aconselhar o curso e a profissão que mais concordem com aquelas? Simplesmente porque a psicologia teve de mudar de métodos de investigação. Teve de partir dos fatos, em vez de derivar silogisticamente de premissas que eram meras hipóteses; teve de partir da observação sistemática e da investigação para conseguir conhecimentos cuja solidez permitisse aplicações práticas. Graças a isto, temos processos psicométricos que permitem determinar com uma exatidão até agora desconhecida as diversas capacidades individuais e predizer, de certo modo, rendimentos pedagógicos e profissionais; graças a isto, dispomos de meios de diferenciação qualitativa com que estabelecer grupos tipológicos e caracterológicos a que se podem adaptar a organização do ensino e as aprendizagens; graças aos resultados da investigação, as técnicas escolares podem ser submetidas a uma sistematização que, de modo apreciável, aumente sua eficácia.

Enquanto não se converteu em ciência experimental, a psicologia não pôde ser aplicada por mais que sentissem muitos sábios, em séculos anteriores, a necessidade de conhecer os homens para influir sobre eles, dirigi-los, educá-los ou integrá-los numa atividade onde pudessem conseguir satisfação e eficiência.

Pelos estudos dos fenômenos do comportamento humano diante dos estímulos do exterior ou do interior da pessoa; por se ter classificado, contado e medido as reações dos seres humanos em múltiplas situações fisiológicas, em diferentes circunstâncias de ambiente e em diversas manifestações da individualidade, tem-se descoberto que o conjunto vital que constitui cada indivíduo não permite estudar a vida psíquica sem levar em conta que se baseia em órgãos e que está em estreita relação com as funções da vida física.

Analisando precisamente as repercussões que na vida física têm os fenômenos da vida anímica e vice-versa, estudando a íntima relação que guarda a constituição somática com as linhas do comportamento dos indivíduos, com as reações destes nos seus esforços de acomodação ao meio, com o modo de praticar os atos dirigidos a determinados objetivos, com o modo de alcançar os fins biológicos, sociais, morais, etc, chegou-se à conclusão de que o constitucional está baseado nas caracterizações psíquicas e que seu estudo contribui grandemente para proporcionar elementos para o conhecimento da vida psíquica. Assim se tem podido apreciar melhor as diferenças existentes entre os indivíduos. Estas diferenças, postas em correspondência com os diferentes modos de viver e com a grande diversidade de modalidades profissionais, nos anunciam a possibilidade de uma adaptação social que permita a cada indivíduo viver e se desenvolver muito satisfatoriamente. Mas isto só se conseguirá mediante minucioso estudo do que cada indivíduo pode dar por si mesmo e se, de acordo com este estudo, os indivíduos são convenientemente dirigidos e ajustados ao seu trabalho.

2. ADAPTAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL DIRIGIDOS

A metodologia experimental, convertendo a psicologia em uma ciência de fatos objetivos, mensuráveis, e permitindo comparar rigorosamente as modalidades apresentadas pelos fenômenos psíquicos nos diversos indivíduos e nos diferentes momentos do mesmo indivíduo, logrando, até certo ponto, que o psicólogo aprecie, não somente o qualitativo que diferencia os fatos psíquicos para qualificar os homens que os praticam, mas consentindo também que se meça o quantitativo, lhe permite atuar sobre suas capacidades e suas manifestações intelectuais empregando fatores regulares de influência. O emprego do método experimental é que tem contribuído para que a psicologia possa ser realmente aplicada. Assim, ela já é aplicada extensamente à aprendizagem, à seleção e classificação de alunos e aprendizes, à orientação destes, ao encaminhamento dos jovens para os diversos tipos de formação e de trabalho, à seleção de candidatos a empregos e serviços, à adaptação dos trabalhadores e profissionais de todas as categorias e ramos, à preparação de ambientes e situações favoráveis para determinados fins, à ordem social e a outras esferas de interesses de onde a requerem as necessidades da conduta dos homens e da harmonização de comportamentos.

A experiência não só tem dado caráter científico aos métodos psicológicos, não só tem criado uma técnica de laboratório, mas deu lugar ao nascimento da psicotécnica, isto é, a psicologia aplicada aos mais diversos fins práticos.

Os métodos psicotécnicos não são precisos como os da técnica empregada pelo químico ou pelo engenheiro mecânico. Por serem aplicados a processos biológicos, assemelham-se mais à técnica do médico e do cirurgião, mas em nosso século parece um contrassenso gastar enormes somas de dinheiro em instalações industriais mecânicas, em moderníssimos meios de transporte, em delicados instrumentos de defesa, se se descuidam das possibilidades de um aproveitamento eficaz dos homens que os farão funcionar, se se dispõem dos fatores intelectuais e afetivos que o pessoal trabalhador possui ou que constituem o segredo do modo de reagir dos grupos humanos.

Impressiona a qualquer um que tenha compreendido o grande número de possibilidades oferecidas pela psicotécnica contemplar como, em muitos estabelecimentos e empresas, os homens, mesmo supondo maior gasto com o pessoal do que com as instalações e as máquinas, freqüentemente recebem menos atenção que estas e tenham seu trabalho menos organizado cientificamente que o delas, de acordo com as capacidades e exigências humanas.

Os laboratórios de psicotécnica a serviço da indústria e das necessidades públicas vão se tornando dia a dia mais numerosos. Na Espanha mesmo, não só cresce o número de escolas que admitem e classificam psicotênicamente seus alunos, como o de empresas que organizam cientificamente a seleção de seu pessoal. Agora já se trata de sistematizar, diminuindo consideravelmente os períodos de aprendizagem. Graças a isto o desenvolvimento do automobilismo em nosso país tem-se verificado com menos vítimas humanas e menores perdas materiais do que em outros países. Algumas empresas de transporte espanholas, e mesmo várias de nossas indústrias, aproveitam os benefícios das provas psicofisiológicas de admissão de trabalhadores, e começam a se conhecer os resultados obtidos pelo estudo experimental dos movimentos do trabalho, assim como da racionalização da aprendizagem. Mas a renovação do sistema formativo e seletivo para o aumento da eficiência no trabalho deve ser iniciada na escola primária.

É importante observar que não somente os ensaios de laboratório, mas também as aplicações das empresas, demonstram que as provas psicofisiológicas de aptidão realizadas com os trabalhadores já em serviço, ao mesmo tempo que permitem selecionar os mais aptos para executarem determinados trabalhos novos graças ao conhecimento de suas qualidades, podem ensinar a estes operários, com grandes precisão e rapidez, a melhor maneira de realizar seus movimentos, fazendo-os evitar os habituais erros, dando-lhes as instruções de forma mais adequada à sua maneira de ser e de reagir, interessando-os a encontrar o caminho do máximo aproveitamento de suas energias e a evitar a fadiga, assinalando o ritmo pessoal, individual, conveniente em cada fase da aprendizagem, e logo, também, o

ótimo individual de cada tarefa feita habitualmente, determinando os limites entre os quais o trabalho aprendido não seja demasiado lento nem demasiado rápido para o indivíduo e para a qualidade da obra.

Vemos, pois, que os exames psicológicos dos indivíduos quando já se fêz o estudo (também psicofisiológico) dos trabalhos e serviços, além de determinarem as pessoas potencialmente mais aptas para os lugares propostos, permitem reduzir consideravelmente os esforços e o tempo de aprendizagem. Isto tem validade desde a iniciação profissional primária.

Entre as primeiras realizações desta paralela aplicação da psicologia feitas na Europa, no que se refere ao processo de seleção de pessoal completado pela aprendizagem, estão as dirigidas por Lahy, há mais de um quarto de século. A classificação psicotécnica de escolares, visando principalmente separar os anormais e dar-lhes um ensino especial, iniciou-se com Binet e Simon, também na França, há mais de meio século.

Igualmente se aperfeiçoou a obra de seleção de pessoal com a reaprendizagem da condução de veículos de motor mecânico (como o disposto na Compagnie des Transports en Commun de la Région Parisienne) e com a formação profissional sistematizada dos operários, como a preparada pelo mesmo Lahy, à base de observações e experiências, com os retificadores de canhões (na fábrica de armas de Herstal, Bélgica), uma especialidade para a qual, muito dificilmente, se encontravam trabalhadores, porque a aprendizagem durava vários anos e a remuneração não compensava tanto esforço. Pois bem, da mesma maneira que os condutores de veículos de motor mecânico causaram muito menos acidentes e pouparam às empresas vultosos gastos de material, inclusive de gasolina, os métodos científicos de aprendizagem aplicados a um pessoal selecionado, sobretudo por suas aptidões naturais, permitiram que uma aprendizagem de anos fosse reduzida a algumas semanas.

Lahy, que não deixou nunca de lado os problemas pedagógicos em seus laboratórios psicotécnicos a serviço da indústria, dos transportes e da Marinha de Guerra, foi um dos primeiros a demonstrar com fatos que, ao submeter à mesma ciência psicológica experimental elementos para a aplicação de seus princípios e de seus métodos na vida industrial e profissional, não só as beneficia, como do mesmo modo as aplicações profissionais e industriais abrem à ciência psicológica e à fisiologia horizontes que mudam por completo as antigas idéias referentes ao homem como ser ativo, e que prometem melhores soluções para os problemas humanos.

3. A PSICOLOGIA APLICADA À ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

Tenho procurado apresentar algumas atividades em que o emprego da psicologia, pela proximidade e limitação dos fins, ainda com não poucas complexidades nos meios técnicos, é mais fácil, nas tarefas de adaptação dos indivíduos e dos grupos à vida profissional e social, com objetivo de deter agora nossa atenção na esfera de maior complicação prática, o que constitui o tema principal deste artigo: a orientação profissional.

É bem conhecido que a orientação profissional não é somente um problema psicológico: são conhecidos aspectos fisiológicos postos em evidência pela necessidade de acomodar as capacidades físicas dos trabalhadores às exigências também físicas dos trabalhos; são observados importantes aspectos sociais enquanto se considera que são muitos os indivíduos que se colocam apressadamente, pela necessidade de comer, obrigados a aceitar os postos que primeiro se lhes oferecem, sabendo mesmo que não têm aptidões naturais para ocupá-los; são vistos de relance na orientação aspectos econômicos enquanto se consideram as conveniências de determinados ramos pletóricos de profissionais desviarem parte da corrente de candidatos, para que sejam aumentadas outras correntes deficitárias para novas atividades que prometem bom desenvolvimento. Contudo, a psicologia aí está para ajudar a solucionar esses problemas e, às vezes, é tal sua irradiação, que muitos deles são psicofisiológicos, psico-sociais e psico-econômicos.

A orientação escolar tem de ser uma orientação essencialmente funcional; sua finalidade consiste em procurar, mediante o adequado ajustamento dos alunos, o máximo rendimento dos esforços docentes, em conseguir para a vida posterior do indivíduo e dos grupos, por meio de seu encaminhamento desde o período de maior intensidade formativa, completa eficiência e superioridade de satisfações. Seus meios se baseiam no conhecimento dos alunos e, por outro lado, no conhecimento das necessidades profissionais e sociais que podem ser atendidas pela escola.

Na realidade, a orientação do escolar não pode ser muito diferente da orientação do ex-aluno que deve continuar estudando e progredindo por toda sua vida. Toda orientação de pessoas para uma existência proveitosa deve constituir uma integração de atividades diversas visando resolver problemas distintos de eficiência e valorização de capacidades latentes numa combinação de pontos de vista diversos, mas orientados pelos fins de desenvolvimento individual e de progresso na correspondente organização social. Nas relações com delicados fatores intelectuais e emotivos constantemente se tem que recorrer ao domínio da psicologia.

Nos períodos e nos lugares que apresentam um grande desenvolvimento econômico e, portanto, que necessitam empregar novo pessoal, em vez de se pensar que as fáceis ambições toleram desperdício de energias humanas, torna-se imprescindível cuidadosa orientação escolar e profissional a fim de se levar ao trabalho as pessoas que melhor possam aproveitar a conjuntura que se oferece à aquisição de novos bens. Deve-se insistir em que tal aproveitamento de conjuntura não se faria sem se utilizar intensamente os conhecimentos psicológicos para dirigir e ajustar os homens de modo que, tanto quanto possível, empreguem devidamente seu potencial, fazendo com que se ajuste muito bem o conjunto de capacidades individuais às exigências dos trabalhos e serviços.

No caso contrário, quando, por motivo de crise econômica ou de término de serviços ocasionais, se tem excesso de pessoal, convém estudar a possibilidade de transferência dos trabalhadores e empregados que deverão ocupar outras funções ou ramos de atividade suscetíveis de desenvolvimento. É de se lamentar que não haja sido convenientemente divulgado o grande trabalho de readaptação de ex-combatentes que se tem realizado nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países depois da última grande guerra. Nestes casos também, além de um conhecimento das profissões com deficiência de pessoal, que mais precisam de trabalhadores ou menos suscetíveis de crises, convém conhecer com perfeição as aptidões físicas e psíquicas requeridas pela profissão e apresentadas pelo indivíduo. Além disso, inclusive nos períodos de equilíbrio, a técnica da orientação profissional, procurando que cada indivíduo encontre seu adequado lugar, tem que ter também visão ampla e nítida da situação do indivíduo em seu meio ambiente e da situação das atividades sociais no espaço econômico-geográfico e no tempo.

Alguma coisa semelhante poderíamos dizer sobre a orientação escolar. Toda falta de adaptação a um regime escolar ou de ensino e, ainda, todo retardamento pedagógico deve levantar suspeitas sobre a possível existência de anormalidades de nível intelectual ou de caráter, ou sobre alguma incapacidade específica para o regime escolar ou para o tipo de ensino que recebe o aluno. Estes casos se dão em numerosos alunos de bacharelado, de faculdades e de escolas profissionais. Alguns deles vêm a nossas consultas de orientação profissional, outros são atendidos por incipientes serviços de psicologia ou psicotécnica que funcionam em certas escolas ou em íntima relação com elas. Mas supõe-se que são numerosíssimos os casos de alunos inadaptados, que, além de perderem o tempo, não progridem.

O exame psicológico realizado quando os estudantes passam de um período escolar para outro facilita grandemente a orientação para os graus e ramos de ensino que oferecem maiores probabilidades de êxito para cada tipo de aluno. O resultado desse exame tem

de ser tão convincente para os diretores de escola como para as famílias, as quais já se vão convencendo, pouco a pouco, de que as carreiras chamadas liberais e o bacharelado aspirados por elas não devem ser senão para os que tenham um nível intelectual superior, e de que todas as profissões requerem alguma aptidão específica que nem todos os indivíduos possuem.

4. RESULTADOS DA SELEÇÃO PARA INGRESSO NOS CENTROS DE FORMAÇÃO ESCOLAR DE TRABALHADORES

Acabamos de comemorar, na Espanha, o vigésimo aniversário do aparecimento de instituições pertencentes a uma grande constelação que se formou aqui em consequência da promulgação do Estatuto de Formação Profissional em 21 de dezembro de 1928. O interessante desta coincidência, tratando-se de etapas no desenvolvimento da formação profissional, é que o referido Estatuto espanhol reuniu os centros de formação profissional (desenvolvidos com o objetivo principal de fortalecer a economia e de ampliar as possibilidades de preparação e acesso dos trabalhadores) com as recentes instituições de Orientação Profissional e Psicotécnica.

Essa reunião permitiu dar um grande passo para a fundamentação científica e para a eficiência dos citados centros de formação profissional. Os grupos de alunos que têm sido encaminhados para esses centros pelas Oficinas-Laboratórios de Orientação Profissional ou que têm sido selecionados psicotênicamente apresentam rendimento maior que os demais. Quando, premida pelas circunstâncias econômicas das famílias (que têm afastado da escola profissional ou pré-profissional muitos jovens que precisam ajudar aos pais com seu pequeno salário de aprendiz), uma escola tem vagas e, portanto, não pode selecionar seus alunos, a classificação psico-técnica deles facilita também o trabalho docente.

Este é um feliz resultado que a experiência espanhola oferece à Iberoamérica e ao mundo. Não nos pode satisfazer o desenvolvimento (quase impetuoso faz vinte anos) alcançado na Espanha pelos serviços de orientação e seleção escolar e profissional de base psicotécnica; têm acontecido neste período muitos fatos que determinaram momentos de estacionamento e, mesmo, de retrocesso. De qualquer modo, creio que, a este respeito, seguimos bom caminho.

Pouco se tem realizado em outro importantíssimo setor da sistematização do ensino profissional, sem dúvida porque apenas existiam precedentes em outros países e, ainda agora, nos países mais adiantados se está começando. Refiro-me à utilização de processos de trabalho simplificados graças ao estudo dos movimentos e do tempo e ao emprego de métodos de aprendizagem psicofisiológica e psicofisiologicamente sistematizados.

O Estatuto confiou às mesmas instituições de Orientação Profissional e Psicotécnica uma importante função no que se refere a investigações sobre possível aumento do rendimento de trabalho e melhoramento nos métodos de Formação Profissional e Aprendizagem. O artigo IX do 2.º capítulo deste Estatuto especificava a missão que os Institutos de Orientação e Seleção Profissional, hoje chamados de Psicotécnica, deviam realizar quanto a investigações de psicologia industrial orientadas para o estudo científico de métodos de aprendizagem, de organização de trabalho, de aumento do rendimento do trabalho e demais problemas de ordem técnica relacionados com êle. Este empreendimento foi iniciado com entusiasmo, mas a realização adequada ultrapassava as possibilidades materiais das novas instituições que se destinavam a este fim. Previa-se a colaboração de centros de estudo e aplicação de organização científica do trabalho e, com efeito, estabeleceu-se uma relação íntima com o Comitê Nacional de Organização Científica do Trabalho, com o Centro de Aperfeiçoamento Profissional do Trabalhador e com a Oficina Central de Documentação Profissional. O trabalho em conjunto com estes órgãos não foi estéril, pelo contrário. Fizeram-se estudos, algumas pessoas prepararam-se para aplicações posteriores. Mas teve que ser criado o Instituto Nacional de Racionalização do Trabalho, que já tem em atividade um Departamento de Organização Científica do Trabalho, para que se abram as possibilidades de realização próxima, em grande escala, de aprendizagem baseadas em estudos de tempo e movimento de trabalho e na conseqüente simplificação sistemática das operações profissionais.

Sem se considerar terminada a feliz etapa que na sistematização da aprendizagem industrial do trabalhador espanhol representa a aplicação do Estatuto de Formação Profissional de 1928, inicia-se uma nova etapa de racionalização e metodização da aprendizagem. O funcionamento do Instituto Nacional de Racionalização (dependente do Patronato Juan de Ia Cierva, Consejo Superior de Investigaciones Científicas), em relação com os centros de ensino profissional e com as oficinas das empresas, permite orientar a preparação prática da juventude espanhola pelos caminhos da investigação e da procura constante de melhoramentos nos processos e nos métodos de trabalho para a obtenção de sucessivas economias do esforço humano aplicado. Desejo também para todas as nações do ramo ibérico esta nova etapa que agora iniciamos, porque julgo que é necessário palmilhá-la para elevar consideravelmente nosso tipo de vida, esse nível de existência que em numerosas zonas geográficas e sociais torna-se insuficiente para que o comportamento humano logre um fundamental acordo com a moralidade e com as virtudes cívicas.

5. RESULTADOS DO TRABALHO DAS ATUAIS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Não é pequeno o trabalho realizado atualmente pelas escolas profissionais que, às vezes sem oficinas ou campos de aplicação, difundem conhecimentos científicos aplicáveis ao trabalho e mostram as conveniências de medi-lo, quando não iniciam no rigor do método científico por meio do laboratório. Já é muito que inúmeros alunos das escolas elementares de trabalho, graças ao esforço docente, tenham podido atingir os graus médios e superiores da técnica. Os centros que na Espanha chamamos escolas de trabalho são pequenas universidades de trabalhadores industriais, onde, não só se ministram ensinamentos de aplicação geral ampla em diversas ocupações e em diversos graus da hierarquia profissional, mas também oferecem aprendizagem prática de técnicas específicas em diversos ofícios fundamentais para cada localidade ou comarca. As escolas elementares têm diversos graus de formação: Aprendiz adiantado, Terceiro Oficial ou Ajudante, Segundo Oficial, Primeiro Oficial e Mestre. As escolas superiores possuem cursos mais adiantados, outorgando os graus de Auxiliar industrial e Técnico ou Especialista industrial em diferentes especialidades. Além de uma grande transcendência econômica, a multiplicação destes centros tem uma notável importância para a paz social.

Se considerarmos o grau mais elementar do ensino determinado pelo Estatuto Espanhol de Formação Profissional, o das Escolas de Formação Profissional, o das Escolas de Orientação Profissional e pré-aprendizagem, vemos que se encontrou uma solução para que os jovens que não se iniciaram devidamente nas oficinas de produção e que seriam vítimas da especialização prematura, aprendam teórica e praticamente as técnicas fundamentais da indústria, para edificar sobre elas uma formação de base ampla. A idade para ingresso é 14 anos, ou antes, caso os candidatos tenham o desenvolvimento físico e intelectual suficiente; os alunos passam metade do tempo em atividades técnicográficas (geometria, desenho linear, trabalhos de croquis, interpretação de planos) e a outra metade é dedicada às atividades de oficina, iniciando-se no trabalho sistematizado tecnicamente preparado, com croquis marcados e provisões de tempo para a realização das operações. Também o aluno, na oficina ou em sua ficha de trabalho, tem que anotar suas observações acerca da realização deste e sobre as ferramentas empregadas, etc. Isso já significa uma preparação muito valiosa para a sistematização e precisão que exige a indústria moderna. Desde o primeiro curso das escolas de orientação profissional e pré-aprendizagem, apesar dos alunos passarem uns dois meses em cada uma das diversas oficinas da escola (carpintaria, ajuste mecânico, latoaria, forja, eletri-

cidade, etc.) são também iniciados na prática do trabalho de acordo com o plano de estudos organizado.

Já é muito ter um grupo de trabalhadores que não se contenta em trabalhar a olho, porque está acostumado a usar o calibrador e os instrumentos de medida usuais. É muito vantajoso que se realizem trabalhos de grande precisão; que se saibam aplicar conhecimentos de Física e de Química; que muitos trabalhadores se tenham tornado verdadeiros técnicos e mestres na realização de trabalhos bem acabados, não só nos ofícios que dependem da medida, das máquinas e da coordenação técnica, como também nos de artesanato (cerâmica, joalheria, escultura, encadernação e decoração de livros, etc.) em que nossas escolas de artes e ofícios conseguem maravilhas. Contudo, é necessário progredir muito mais no setor dos métodos de trabalho, no que até hoje apenas têm sido considerados a economia do esforço e do tempo da realização: urge, além de se preocupar com o objetivo do trabalho, realizá-lo cientificamente para que o trabalhador consiga mais eficiência em sua tarefa, cansando-se menos.

6. OBJETIVO DE NOVA ETAPA

A grande renovação que se há de produzir e já se iniciou, no terreno da formação profissional, apresenta três partes principais:

1.^a) Estudo para a determinação dos movimentos, das posições, das atitudes e maneiras de execução mais econômicas em cada ofício ou ocupação.

2.^a) Descoberta dos meios pelos quais se podem aprender mais rápida e facilmente as maneiras de execução consideradas como melhores para a economia energética humana.

3.^a) Orientação e seleção dos escolares que pretendem ingressar no ensino médio.

No que se refere à primeira parte, o essencial é aplicar-se a cada caso particular princípios gerais como os seguintes:

1. Na mudança do repouso para o trabalho e deste para o descanso tem que se obedecer à lei da inércia, evitando mudanças repentinas.

2. Quando se tem que trabalhar com as duas mãos, estas devem começar e terminar seus movimentos no mesmo instante. Obtém-se o máximo rendimento quando ambas as mãos harmonizam seus movimentos sem ficar nenhuma delas desocupada ou dependente da outra em todo o curso da operação. A sujeição de peças por uma das mãos para que atue sobre elas a outra mão, deve ser evitada tanto quanto possível, graças ao emprego de sujeições mecânicas.

3. Nos trabalhos em que se alternem as duas mãos, não se deve deixar ambas inativas ao mesmo tempo, exceto nos períodos de descanso. A interrupção de um movimento implica em gasto de energia e o mesmo se dá com o seu reinício.

4. Os movimentos dos braços devem realizar-se simultaneamente em direções opostas e simétricas, em vez de seguirem a mesma direção. Quando os braços (ou as mãos somente) realizam movimentos simultâneos em direções contrárias e simétricas, facilitam o automatismo e o hábito, diminuindo o esforço da vontade e a tensão nervosa.

5. Os movimentos automáticos são mais rápidos, fáceis e exatos que os atentamente dirigidos ou "controlados". Convém facilitar o automatismo dos movimentos depois que se tenham determinado quais são os mais econômicos e eficazes.

6. Sendo o mesmo nos movimentos simultâneos e nos alternativos, o ritmo facilita a automatização e abrevia o tempo de aprendizagem. O ritmo é essencial para a realização cômoda e rápida de qualquer operação que se tenha de tornar habitual. Os trabalhos têm de ser organizados de maneira que permitam um ritmo fácil e natural sempre que seja possível.

7. Os movimentos das mãos devem ser reduzidos ao mínimo que permita realizar satisfatoriamente a operação que os determina. Os movimentos, a fadiga e, sobretudo, os tempos são reduzidos, desdobrando-se as operações complexas em operações elementares, sendo estas realizadas sucessivamente em séris homogêneas, sempre que não se possa formar uma série "harmoniosa" de movimentos.

8. O trabalho humano, físico ou psíquico, deve ser reduzido a um mínimo e substituído ou auxiliado por meios mecânicos, sempre que tenha de ser realizado por esforço muscular ou possa ser automático. As mãos têm, tanto em altura como em extensão horizontal, sua zona ótima de atividade.

9. Os movimentos em linha curva contínua são preferíveis aos realizados em linha reta, pois que obrigam a mudanças de direção muito pronunciadas. Um movimento suave, de realização cuidadosa e precisa, não deve seguir a outro que tenha exigido exercício forte do mesmo grupo de músculos.

10. As séries de movimentos não devem ter mudanças bruscas. Cada movimento deve passar ao seguinte o mais suavemente possível, como se este fosse uma continuação ou uma consequência dele, ou seja sem que exija um novo esforço de vontade.

11. Convém dividir o esforço simultânea ou sucessivamente, segundo os casos, entre todas as partes do corpo. Contudo, a melhor sucessão de movimentos é a que permite empregar com menos frequência e em menor número a participação do tronco e dos membros

inferiores e a que se limita à participação das mãos sem movimento dos braços. O rendimento ótimo, considerado como máximo de eficiência combinado com o mínimo de fadiga, obtém-se quando, observados os princípios anteriores, se limitam os movimentos aos dedos e às mãos.

12. O grau de aptidão ou de habilidade individual e a qualidade de esforço são os únicos fatores que fazem variar a duração e a eficiência dos movimentos, quando há iguais condições de execução. As diferenças de aptidão natural e de disposição para trabalhar bem têm de ser levadas em conta em todas as simplificações de trabalho e em todos os ensaios realizados com o fim de tornar os ofícios em conjuntos funcionais harmônicos.

No que diz respeito à aprendizagem, tem-se observado que a mesma análise de movimentos elementares feita com o fim de simplificar as operações do ofício serve, em grande parte, para estabelecer as diversas fases pelas quais o aprendiz há de passar. A divisão do trabalho em operações parciais, e ainda em movimentos elementares, torna-se fundamental para estabelecer um processo gradual de aprendizagem.

As operações de que se compõe toda atividade têm de ser aprendidas sucessivamente, combinando-se logo cada operação nova com as anteriores, procurando-se que o aprendiz possa assimilar cada uma das operações particulares como mais uma aquisição que se integra ao conjunto anterior, evitando-se, dentro do possível, todo o fracionamento que não permite se dar conta do papel que desempenha a parte dentro do todo. Em cada etapa de sua formação o aprendiz não deve fazer mais que uma operação nova, com o que se simplifica o esforço, se evitam movimentos desnecessários e se diminui o tempo total da aprendizagem.

Não se deve aprender novas operações sem que as anteriores estejam suficientemente assimiladas e mesmo culminadas com um entrosamento firme dos novos hábitos.

Deve-se procurar não repetir nenhum movimento inadequado, já que todo movimento feito duas vezes tende a se tornar habitual. Procura-se a automatização e o ritmo como meios de economia de energia psicofísica, mas se deve pôr o máximo cuidado em que o ritmo e os automatismos sejam os mais acertados. A rapidez do ritmo se ajustará à maneira de ser de cada indivíduo.

As etapas da aprendizagem têm que ser o complemento sucessivo uma das outras, e é bom que em cada uma delas se estabeleça relação estreita com o conjunto ou com a finalidade do trabalho.

Com o objetivo de estimular o interesse do aprendiz, deve-se procurar que este encontre por si mesmo, com ajuda indireta, os movimentos, o ritmo e as atitudes mais convenientes na operação nova. Isto também constitui um bom meio para desenvolver o hábito da in-

vestigação que há de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos processos profissionais.

A princípio, o aprendiz tem que trabalhar vagarosamente, para ir aumentando de velocidade à medida que vai adquirindo segurança de movimentos, até chegar a um alto grau de automatização que evite esforço e fadiga.

Por tratar-se de exemplos, não se deve estender esta relação de regras, que em outro lugar já expus mais amplamente. Se acrescento que estes métodos permitem aprender, em poucas semanas, ofícios para os quais agora se exigem anos de aprendizagem e também simplificar trabalhos que assim reduzem consideravelmente seu tempo de execução, é bastante para se avaliar a grande tarefa que se impõe às instituições de formação profissional que queiram continuar sendo tão úteis como o têm sido até hoje. Na realidade é uma tarefa que não está fora das possibilidades de nossos povos de origem ibérica e espero que nos lancemos decididamente a ela. O primeiro passo consiste em formar os mestres de iniciação profissional primária e os de aprendizes, iniciando-os nas aplicações da ciência do Trabalho. Calcule-se o que significaria conseguir imediatamente que os trabalhadores e artesãos e, desde logo, os professores de oficina de nossas escolas profissionais, conhecessem e praticassem ao menos os princípios anteriormente esboçados; julgue-se quanto valeria fazer com que os alunos convidados para contramestres e capatazes na indústria fossem, desde cedo, habituados à sistematização científica e ao rigor de métodos de trabalho que transmitiriam a seus subordinados. São coisas que estão ao alcance dos meios ibero-americanos, posto que nossos povos contam com centros como o Instituto Nacional de Racionalização do Trabalho, de Madrid, e o Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho, de São Paulo, Brasil.

É desejo de um grupo de espanhóis, técnicos em organização do trabalho, que em todo nosso mundo ibero-americano se aprendam todas as atividades profissionais de modo que, ao executá-las, além da perfeição da obra já alcançada e que tende a melhorar, se consigam a eficiência, a comodidade de execução e a economia ótima, como meio para se conseguir que todas as produções nacionais encontrem fácil saída nos mercados externos e gozem de bom conceito.

Quanto à terceira parte da nova etapa que em breve se há de atingir, de momento nos limitaremos a assinalar o erro de se iniciar o ensino essencialmente específico numa idade (10 anos) em que, normalmente, faz falta, em vez dessa, uma formação geral ampla; a necessidade de se separar desse ensino, chamado "universitário", os moços que não tenham, em média, um nível intelectual superior, e a conveniência de orientar, de acordo com suas aptidões, os candidatos para qualquer dos tipos de bacharelado.

Documentação

PLANO CULTURAL INTERAMERICANO (*)

TRISTÃO DE ATAÍDE

PRINCÍPIOS GERAIS

Entre 10 e 25 de setembro reúne-se no México o Conselho Cultural Interamericano, que ora se funda, conforme as determinações da Carta de Bogotá (1948). Essa Carta, que ficou sendo como que a primeira Constituição do interamericanismo, criara três Conselhos Consultivos da Organização dos Estados Americanos: o Conselho Interamericano de Jurisconsultos, com sede no Rio; o Conselho Interamericano Econômico e Social, com sede em Washington, junto à União Panamericana, e o Conselho Cultural Interamericano, que ora se funda e que provavelmente irá ter como sede a própria cidade do México, digo provavelmente, porque a decisão sobre a sede só será tomada no decorrer dessa primeira reunião de setembro.

As finalidades desse Conselho, como órgão consultivo da O. E. A., estão consubstanciadas no art. 73 da Carta, que assim se exprime:

"O Conselho Cultural Interamericano tem como finalidade promover as relações amistosas e o entendimento mútuo entre os povos americanos, para fortalecer os sentimentos pacíficos que têm caracterizado a evolução americana, mediante o estímulo do intercâmbio educativo, científico e cultural".

Como essa mesma Carta, em seu art. 88, determina que o chefe do Departamento Cultural da União Panamericana seja o Secretário Executivo desse Conselho, preparei para essa primeira reunião um plano de ação cultural interamericana, que ora submeto aos meus caros leitores do Brasil, em partes, como explicação sumária do que anda procurando fazer, em Washington, este seu companheiro dominical.

* * *

(*) O presente trabalho foi publicado no "Diário de Notícias", de onde o transcrevemos.

Ao lançar as bases de algumas sugestões ao Conselho Cultural Interamericano, para o estabelecimento de um plano geral de ação para o futuro próximo, o Departamento de Assuntos Culturais da União Panamericana deseja esclarecer, bem nitidamente, o que julga serem — a América, a Cultura e o Conselho que ora se vai fundar.

América

Entende por América, não uma soma de países que seguem isoladamente o seu destino, nem tão pouco um continente uno e indivisível, que deva enquadrar rigidamente a sua marcha para o futuro dentro de uma armadura uniforme e padronizada. A América é uma unidade orgânica. É, pois, uma unidade de civilização, que se convencionou chamar de Ocidental ou Atlântica, para mostrar que não está separada da Europa ou da África ou mesmo da Ásia ou da Oceania, pois faz parte de um conceito mundial de humanidade e de civilização. Mas é, ao mesmo tempo, uma pluralidade social, pois encerra, do Canadá à Patagônia, entre os dois Oceanos que a banham, uma verdadeira variedade de tipos de civilização, que ao menos se pode reduzir a quatro: o franco-americano, o anglo-americano, o hispano-americano e o luso-americano. E todos marcados pela influência, maior ou menor (1) do elemento indígena autóctone, representando, por vezes, como no México ou no Peru, admiráveis tipos de civilização pré-colombiana; (2) do elemento africano; e (3) do elemento europeu ou asiático.

Ao estabelecer qualquer plano de ação cultural devemos, pois, considerar os seguintes elementos:

a) a unidade do gênero humano que faz com que o homem americano seja antes e acima de tudo universal;

b) a unidade do continente americano, que faz com que o homem americano possua certos traços histórico-psicológicos comuns, de norte a sul, de leste ao oeste, quaisquer que sejam os diferentes povos e os diferentes países;

c) a variedade do continente americano, tanto racial, como histórica, econômica e educativa, que faz com que o homem americano seja uma realidade muito complexa, tanto individual como social-mente considerada.

Cultura

O Departamento de Assuntos Culturais da União Panamericana entende por cultura não apenas um capítulo ou um setor da formação e da atividade humana, mas todo o homem, como tal, em sua formação integral.

Entende por cultura, não apenas um adorno da inteligência humana, mas a própria estrutura da vida humana e da civilização, considerada, especialmente, em sua proporcionalidade geral de órgãos e de funções.

Entende por cultura, não apenas uma elevação aristocrática do homem isolado ou de algumas classes privilegiadas, mas a sociedade inteira, dos seus elementos mais modestos aos seus elementos mais destacados.

Entende por cultura, não uma sucessão de estágios de formação, começando agora pelos mais elementares e só progressivamente chegando aos superiores, mas um desenvolvimento simultâneo dos graus mais elementares, como dos graus mais complexos da ilustração do povo, de modo a realizar realmente um crescimento orgânico e equilibrado.

Esse conceito integral de cultura, fugindo a toda compartimentação exagerada, tanto no tempo como no espaço e na natureza da formação humana total — impedindo por exemplo que se separe a formação literária da formação social, ou as campanhas de alfabetização do estímulo à cultura superior mais especulativa — deve igualmente ser levado em conta ao formularmos um plano geral de ação cultural, por mais modesto que seja.

Conselho Cultural Interamericano

O Departamento de Assuntos Culturais da União Panamericana, na base do que está formulado na Carta de Bogotá e no consenso dos que a idealizaram, considera que o Conselho Cultural Interamericano, dentro de uma concepção sadia do que seja a América e do que seja a Cultura, poderá vir a ser o Parlamento Cultural de toda a América em que se ponha a cultura a serviço da Paz, da Liberdade e da Justiça, se não tiver ilusões exageradas sobre a exequibilidade imediata da era nova com a qual todos sonhamos e estiver disposto a trabalhar com os olhos colocados muito adiante e muito acima das angústias e das contradições presentes, mas com os pés firmemente assentes na terra e recordando que o ótimo é inimigo do bom.

O Conselho Cultural Interamericano, como órgão técnico consultivo do Conselho da Organização dos Estados Americanos, está em condições de exercer, com o decorrer dos anos, uma ação decisiva sobre o progresso geral de toda a América. Poderá ensinar ao mundo, como as maiores revoluções político-sociais, as únicas realmente criadoras, são obras da inteligência livre e do espírito sutil e não da violência individual ou coletiva, dos sistemas sociais rígidos e uniformes ou das místicas isolacionistas ou coletivistas. Mas, para isso, deve sempre ser guiado pelas exigências da realidade e não pelo calor da fantasia.

Devemos recordar que se trata de agir no campo da cooperação internacional e que, em hipótese alguma, devemos transpor esses limites, entrando indevidamente no campo da ação nacional de cada governo e, muito menos, tomar deliberações que impliquem numa intromissão em setores que nos são vedados, por sua própria natureza.

Quando recomendamos a realização de campanhas, de intercâmbios, de publicações, de seminários, temos sempre em mente a cooperação entre os países e o conhecimento recíproco do que se está fazendo em um país e possa servir para o que outros projetem fazer. Sempre que uma nação espontaneamente pedir a nossa cooperação, devemos estar preparados para a dar, mas nunca invadir a seara alheia ou tomar iniciativas que possam parecer indiscretas ou precipitadas.

Não é nossa tarefa legislar ou nos substituímos aos legisladores de cada país e apenas incentivar a cooperação recíproca entre os vários países da América, facilitando o conhecimento que uns devem ter dos outros.

Devemos ainda recordar que nossa tarefa não é a de fazer as coisas por nós mesmos, em geral, especialmente quando se trata de campanhas de âmbito continental — como a da luta contra o analfabetismo, que é a maior campanha em que se tem empenhado o Departamento Cultural da U. P. — e sim a de recomendar aos governos que tomem a si essas tarefas reputadas essenciais.

Sempre que, nos programas de ação do Conselho Cultural Interamericano, entretanto, houver a exigência de novos gastos, está previsto, no projeto de Estatutos aprovado pelo Conselho da O. E. A., que o Secretário Geral da Organização deve ser previamente consultado, a fim de informar se, no orçamento, há fundos disponíveis para tais projetos ou se se justificam pedidos de novos fundos.

Dentro desses conceitos gerais do que sejam a unidade e a pluralidade do continente americano; do que seja a cultura como um todo orgânico e equilibrado; da natureza do Conselho Cultural, como um órgão técnico, ao mesmo tempo amplíssimo em sua visão de futuro e modesto em suas realizações práticas imediatas — passamos a considerar, de modo sumário, alguns pontos concretos de ação metodizada, para o Conselho Cultural Interamericano.

Essa ação metodizada deve ainda atender aos obstáculos mais imediatos que vai encontrar. São dois esses obstáculos, segundo pensa o Departamento de Assuntos Culturais:

- 1 — as barreiras culturais entre os países americanos; e
- 2 — o desnivelamento cultural entre as camadas sociais nos diferentes países.

São dois problemas gerais de toda a América. Vivemos isolados uns dos outros, desconhecendo-nos mutuamente. E a distância entre camadas sociais é, por vezes, considerável, embora variando de país a país ou, na mesma nação, de zona a zona de cultura.

Todo método de ação cultural deve, pois, ter em mente a necessidade primacial de combater esses dois males, o isolacionismo e o desnivelamento culturais. Temos de pugnar por um conhecimento melhor uns dos outros e, portanto, de promover os meios de uma intercomunicação mais efetiva entre as nações e os conjuntos de cultura. Devemos, ao mesmo tempo, procurar elevar o nível cultural muito baixo de grande parte das populações americanas, de modo a que o homem americano possa constituir uma unidade na variedade e não uma variedade na contradição. Trata-se de dar a todos os homens, de todas as camadas sociais, não o mesmo índice de cultura ou um posto obrigatório na colmeia, como o seria em uma sociedade totalitária, mas as condições sociais e culturais suficientes para viverem com dignidade, — o homem, sua família e seus grupos de extensão social, como deve ocorrer numa sociedade democrática, de homens verdadeiramente livres.

Quatro princípios gerais, pois, quanto aos meios e aos fins, nos devem guiar, ao traçar um plano geral de ação: os de *unidade* e de *diversidade*, no plano dos fins, e os de *comunicação* e de *elevação*, no plano dos meios.

* * *

São os seguintes, ao ver do Departamento de Assuntos Culturais, os pontos principais a serem considerados pelo C.C.I. em sua primeira reunião:

- 1 — a organização de sua estrutura e de seu funcionamento;
- 2 — a criação e atuação da Comissão de Ação Cultural, que será o órgão permanente do Conselho, no intervalo de suas reuniões, provavelmente bienais, e nas relações com o Departamento de Assuntos Culturais;
- 3 — as atividades culturais do Departamento, já iniciadas ou planejadas;
- 4 — a ação futura do Conselho Cultural Interamericano e da Comissão de Ação Cultural, em conexão com o Departamento de Assuntos Culturais da União Panamericana e com o Conselho da Organização dos Estados Americanos.

Esses quatro pontos se reduzem a três etapas:

- 1 — a organização jurídica do Conselho e da sua Comissão de Ação Cultural;

2 — o prosseguimento das atividades já iniciadas pelo Departamento de Assuntos Culturais, especialmente no campo da educação;

3 — o delineamento dos planos futuros, nesse e em outros campos.

A primeira é, sem dúvida, a mais importante e imediata, pois se trata de fixar as próprias bases institucionais sobre as quais se vai levantar o edifício e no qual vão operar, para o futuro, as crescentes atividades desse órgão.

A segunda se segue à primeira, como a função acompanha o órgão. Há funções já iniciadas e de grande vulto, como a campanha interamericana contra o analfabetismo e em prol da educação fundamental dos adultos. Essas campanhas necessitam de um impulso coletivo e formal, nessa primeira reunião, de todos os governos do Continente a fim de que os trabalhos iniciados nesses pontos fundamentais recebam uma consagração geral e tenham nova animação por toda parte.

E, finalmente, como a cultura é um todo coexistente e não sucessivo, essas campanhas de elevação do nível cultural das camadas mais abandonadas das populações americanas têm de ser acompanhadas por medidas que estimulem a cultura superior e vençam as barreiras que ainda encontra geralmente, nos meios sociais americanos.

Não são três etapas sucessivas a serem realizadas em três épocas distintas. São setores da mesma atividade global, no campo da cultura, separados apenas pela natureza da própria atividade: a construção do edifício, o prosseguimento do que já se iniciou e o delineamento de novos planos. Prioridade não significa substituição.

Quanto ao primeiro ponto não cabe nesta parte e sim em outra do Programa Geral da reunião. Nesta, o que nos toca é delinear os contornos do programa coletivo a ser desenvolvido, dentro dos princípios gerais acima referidos.

PROGRAMA DE AÇÃO

Dividimos esse programa em quatro capítulos:

I — Educação;

II — Ciência;

III — Artes e Letras;

IV — Sugestões para o futuro.

I — Educação

A educação tem de ser considerada, não apenas em um de seus setores, mas em todos eles, desde que tenhamos de Cultura o con-

ceito orgânico acima estabelecido. Sendo assim, pode o Conselho tomar em consideração cinco aspectos gerais do problema educativo:

- a educação primária;
- a educação profissional;
- a educação secundária;
- a educação especializada;
- a educação superior.

Educação Primária

Quanto à educação elementar ou primária, três pontos devem ser formalmente focalizados:

I — a intensificação da campanha interamericana contra o analfabetismo infantil;

II — a campanha pela educação fundamental dos adultos analfabetos ;

III — a campanha para impedir o reanalfabetismo.

Em outro documento de trabalho, cuidadosamente preparado pela Divisão de Educação do Departamento Cultural, se desenvolve amplamente esse tema e se propõem as bases para promover uma campanha continental e intensificar as campanhas nacionais, para extirpar o analfabetismo e lograr a educação primária e universal, gratuita e obrigatória, em um prazo limitado. É um trabalho perfeitamente exequível e que o continente americano deveria empreender em bloco, dando assim ao mundo um exemplo, único e histórico, do que seja um *team work* entre os povos, mais útil do que nunca para os novos rumos que desejamos imprimir à evolução pacífica da humanidade.

A campanha contra o analfabetismo infantil tem de ser concomitante com a campanha contra o analfabetismo dos adultos, ainda considerável na América Latina. Os seminários, organizados pela Divisão de Educação do Departamento de Assuntos Culturais, em anos anteriores, já delinearão nitidamente as modalidades gerais e mesmo a formulação analítica e concreta desse trabalho, também exequível, embora de grande vulto. É mister toda a energia e toda a fé cívica e cultural dos homens públicos de todos os países americanos, para que essas campanhas alcancem resultados práticos eficientes.

É certo que saber ler, escrever e contar não dá, por si só, moralidade, seja individual seja social, nem felicidade. A Alemanha de Hitler possuía o menor dos índices de analfabetismo e, no entanto, desencadeou, no mundo, a maior das catástrofes modernas. E o mesmo acontece com a Rússia, onde as campanhas contra o analfabetis-

mo não têm impedido, nem no tempo dos czares brancos nem no tempo dos vermelhos, a organização totalitária da sociedade que degrada a personalidade humana.

Mas não é menos certo que o homem não tem direito à ignorância e, ao contrário, tem o dever de se instruir. E a instrução não se completa sem a alfabetização, como a alfabetização, por sua vez, só se completa com a educação. Por isso as campanhas contra o analfabetismo e pela educação fundamental dos adultos têm adquirido tal vulto que a UNESCO, em sua recente reunião de Paris, como que concentrou, nesse ponto, a sua atuação universal, atribuindo-lhe, pelo menos, uma absoluta prioridade.

Essas campanhas, porém, serão inúteis, se não considerarmos que a instrução sem a educação é contraproducente. E não considerarmos, além disso, que a educação tem de ser de todos os graus e naturezas, a saber, física, intelectual, moral e espiritual. E se não considerarmos ainda que as campanhas em favor da elevação do nível pedagógico têm de andar combinadas com as de elevação do nível econômico-social do povo. Assim como não se pode separar -a literatura da sociedade, com maior razão não se pode separar a instrução e a educação de um povo, da elevação do nível de suas condições de vida econômica e política. O progresso tem de ser um *conjunto* e uma ação *concomitante* sob pena de redundar em regressos lamentáveis e catastróficos.

Focalizamos, de modo especial, esse setor, porque nele é que as atividades do Departamento Cultural mais se vêm intensificando nos últimos anos. Suas iniciativas necessitam, agora, atingir a meta a que miravam, com o apoio enfático e decisivo do Conselho Cultural Interamericano, em sua primeira e histórica reunião.

Educação Profissional

Três pontos também devem ser encarados nesse setor:

- 1 — campanha pela extensão da educação técnico-profissional no campo das atividades industriais;
- 2 — campanha idêntica no campo das atividades agrícolas;
- 3 — troca de trabalhadores.

Trabalho análogo ao que foi feito para a educação elementar vem sendo empreendido pela Divisão de Educação no campo da educação técnico-profissional. O baixo rendimento do trabalho, nos países latino-americanos, é, certamente, uma das causas da pobreza coletiva nesses países. Ora, a pobreza coletiva, longe de ser como a pobreza individual (não a miséria) um elemento possível de elevação moral, é um obstáculo a todo progresso individual ou social. Apurar, pois, o rendimento do trabalho e, com isso, a produtivi-

dade e o bem-estar geral, é uma das finalidades mais úteis dessas campanhas de educação técnico-profissional, tanto para o trabalhador urbano como para o rural.

Outro ponto que merece atenção, por parte do Conselho, é o da troca de trabalhadores. Entende-se, por isso, a extensão aos trabalhadores manuais da mesma política que se tem seguido, com tanto êxito, em relação aos estudantes. É mister trazer os trabalhadores de zonas mais atrasadas para passarem períodos e receberem instrução em zonas de trabalho mais adiantado. A objeção apresentada é, naturalmente, que esses trabalhadores não voltarão mais às zonas atrasadas e com isso se expatriarão, não concorrendo para o seu progresso e tornando-se focos de insurreição. Há resposta a todas essas objeções, mas não nos podemos estender de mais. Limitemo-nos a dizer que o número desses desenraizados será mínimo, em comparação com o dos que voltarão mais preparados para trabalhar melhor, pois o apelo da terra é quase sempre maior do que o apelo do progresso material. Concorrerão, assim, para aumentar o nível de rendimento do trabalho, impedindo as revoluções violentas e operando reformas sociais necessárias e desejáveis.

Educação Secundária

Eis alguns pontos que podemos considerar em relação a este tipo de educação:

1 — a necessidade de estender, à educação secundária, os mesmos conceitos que hoje prevalecem no campo da educação primária, a saber, a gratuidade e a universalidade;

2 — como conseqüência do princípio anterior, a necessidade de diversificar os programas, de modo que a educação secundária satisfaça as necessidades da educação geral básica, forneça os estudos preparatórios para a Universidade e dote, aos que não possam seguir os cursos profissionais universitários, de uma preparação adequada para a vida;

3 — a necessidade de reformar os programas de educação geral básica para alcançar equilíbrio proporcional entre a formação humanista, a científica e a cívica;

4 — a necessidade de criar a profissão de professor de ensino secundário, bem como os institutos e programas para o formar;

5 — a necessidade de equiparar por analogia e não por univocidade, os cursos secundários dos vários países, facilitando o intercâmbio de estudantes e, ao mesmo tempo, de tornar flexíveis os programas de modo a atender aos diferentes níveis culturais do Hemisfério ;

6 — a necessidade de convênios culturais entre os países americanos, que facilitem o aproveitamento recíproco dos cursos como elemento essencial de luta contra o isolacionismo cultural;

7 — a necessidade de desenvolver os estudos de história e de cultura interamericana, nos cursos secundários de todos os países americanos, como elemento para romper as barreiras internacionais.

Educação Especializada

Há certos problemas educativos especializados que necessitam de uma atenção especial por parte do Conselho, como seja, por exemplo, a educação dos índios. Em uns países americanos, como o México, a Bolívia, o Paraguai ou o Peru, são problemas fundamentais. Em outros existem apenas em forma rudimentar.

Educação Superior

Os problemas práticos que mais estão exigindo a ação do Conselho Cultural e da Comissão de Ação Cultural, neste ponto, são a nosso ver os seguintes:

- 1 — a validação dos cursos universitários e tecnológicos;
- 2 — a troca de professores, estudantes, trabalhadores e técnicos;
- 3 — o desenvolvimento do Departamento de Estudos Interamericanos, em todas as Universidades do Hemisfério.
- 4 — os encontros, seminários e intercâmbio interuniversitários.

Cada um desses pontos merece atenção especial. Temos de cuidar da cultura superior ao mesmo tempo que da cultura primária e não depois dela. As duas estão intimamente ligadas. No plano superior é que se formam os mestres. E sem mestres nada se fará no campo dos estudos elementares.

Há, por isso, uma urgência tão grande em cuidar da cultura superior como da primária, da secundária ou da técnico-profissional. O primeiro dos pontos indicados é como no que tange ao ensino secundário, o de vencer as barreiras internacionais, provocadas por um nativismo incompatível com os ideais de uma comunidade interamericana. Convênios intergovernamentais que facilitem o aproveitamento de cursos superiores, feitos em Universidades e estabelecimentos do mesmo nível cultural e da mesma honestidade pedagógica, em todos os países, é uma necessidade que se impõe.

Outro é o de aumentar as trocas de professores, alunos, trabalhadores manuais e técnicos. Esse intercâmbio, já iniciado há muito, necessita ser amplamente desenvolvido, de modo que o progresso técnico-profissional de certos países, como os Estados Unidos ou u

Canadá, possam aproveitar à rotina e ao atraso de grande parte dos países latino-americanos, ao passo que o alto nível espiritual e humanista das populações latino-americanas, mesmo as mais atrasadas culturalmente, seja de utilidade para a formação moral e religiosa do homem de países culturalmente mais adiantados. Somos povos complementares uns dos outros — especialmente os latino-americanos em face dos anglo-americanos — e só a troca recíproca de professores, alunos, trabalhadores e técnicos, operada em grande escala, poderá fazer com que as nossas qualidades complementares se interpenetrem e sirvam umas às outras. Não há, propriamente, povos adiantados e povos atrasados na América. Há povos de tipos diferentes, mas complementares, de civilização. E concorrer para que esses tipos de civilização se aculturem é um dos imperativos de uma campanha global e intensa de elevação cultural] da civilização atlântico-americana.

CIENCIAS E LETRAS

II — *Ciência*

A Divisão de Filosofia, Letras e Ciências do nosso Departamento se subdivide, em sua parte científica, em duas seções: Ciências Sociais e Ciência e Tecnologia.

Ciências Sociais

A Seção de Ciências Sociais foi estabelecida em julho de 1948, como parte integrante do Departamento de Assuntos Culturais e ficou responsável por um programa visando ao desenvolvimento das ciências sociais, especialmente nos países latino-americanos. A área de competência foi estabelecida depois de um estudo cuidadoso das atividades das mais recentes organizações interamericanas e inclui os seguintes campos de ação: sociologia, em seus vários aspectos; antropologia cultural e etnologia; psicologia social, geografia humana, estudos da opinião pública; ciências políticas e administração pública.

As principais tarefas nas ciências sociais, tais como foram definidas, nesses últimos três anos, foram: 1) apoiar o desenvolvimento dos aspectos científicos e técnicos dessas disciplinas, com acentuação particular dos recentes progressos em metodologia e conceitos; 2) estabelecer a ligação entre instituições de ciência social e cientistas sociais, por meio de publicações informativas; 3) encorajar a aplicação dos resultados das ciências sociais e de suas pesquisas a problemas específicos. As pesquisas sociais, em caráter científico, podem fornecer resposta a muitos problemas quotidianos,

como a muitas indagações científicas de largo alcance, em terrenos como o problema da habitação rural, da organização da comunidade, da educação dos operários ou do desenvolvimento e planejamento de áreas regionais.

Ciência e Tecnologia

Quanto à seção de Ciências Naturais e Tecnologia, também foi feito um esforço no sentido de atender às necessidades do desenvolvimento científico na América Latina. A seção foi estabelecida em novembro de 1949 e sua finalidade é estabelecer um entendimento mais íntimo e uma troca melhor de informações entre homens de ciência, bem como grupos e instituições científicas em todas as Américas. Além disso, procura a seção estender os conhecimentos das mais recentes descobertas, no terreno das ciências naturais e da tecnologia, a áreas cada vez maiores das populações americanas. Sendo a ciência um fator cada vez mais importante em todos os negócios humanos, como a cultura geral — a participação democrática e a compreensão do maior âmbito possível de grupos de população se consideram como essenciais neste setor, se quisermos formar uma comunidade internacional americana, realmente livre e inteligente. O meio principal, através do qual tanto os círculos científicos como o público em geral são informados a esse respeito, é o *Boletim de Ciência e Tecnologia*. Contém traduções e resumos de contribuições de valor na literatura científica em toda a América.

Como auxílio para os próprios homens de ciência, iniciou-se um "serviço de consultas técnicas", que fornece informações especializadas em problemas específicos a muitos consulentes na América Latina. Quando a seção fornece respostas a essas consultas, procura, por sua vez, consultar os maiores homens de ciência nos Estados Unidos ou em outros países da América. Outros serviços são fornecidos a homens de ciência pela preparação e publicação de uma série de monografias técnicas, como sejam a "FM Broadcasting" ou "Isotopes as tracers in Plants", etc.

Como um critério geral, a seção procura acentuar, em seus trabalhos, tudo o que seja de valor prático para as nações latino-americanas; indica os mais importantes progressos feitos recentemente nos diferentes campos de sua especialidade, e informa sobre o desenvolvimento das ciências em cada país da América.

Compete agora ao C.C.I. traçar as linhas gerais de um plano que, — dentro das possibilidades limitadas da União Panamericana, mas em face das possibilidades ilimitadas dos governos americanos, — facilite, a esses, não só elevar o nível cultural de suas populações, mas ainda imprimir à sua política social um cunho acentuadamente

marcado pela realidade de nossas condições sociais — um cunho, portanto, autenticamente científico.

Tanto em um como em outro campo, o das ciências sociais e das ciências naturais, o Departamento submete à Comissão respectiva que fôr organizada, na reunião do México, um documento de trabalho contendo as idéias e normas gerais de um plano de ação que julga ser conveniente estabelecer para o bom funcionamento desse setor de atividade do Conselho Cultural Interamericano e da Comissão de Ação Cultural.

III — *Artes e Letras*

Música e Artes Visuais

Desde 1941, por iniciativa do Departamento de Estado dos Estados Unidos, foi estabelecido um Centro Interamericano de Música, na União Panamericana, para servir como sua Divisão de Música. O trabalho relativo às artes visuais foi, por muitos anos, levado avante pela Divisão de Cooperação Intelectual. Em 1948 foram essas duas atividades reunidas em uma só Divisão. Seus objetivos são os seguintes: (1) promover o programa de entendimento interamericano, de cooperação e de paz, da União Panamericana, nos pequenos mundos da arte e da música profissional, e (2) amparar o desenvolvimento desse programa, por esses meios, através do vasto mundo de toda a comunidade americana.

Em música, a acentuação tem sido em *projetos de organização* como, por exemplo: 1) a formação de uma organização internacional de música, tal como o Conselho Internacional de Música (em cooperação com a Unesco); 2) a formação de organizações nacionais de música, tais como as Associações de Músicos Educadores no Chile, no Peru, em Guatemala e em outros lugares (em cooperação com a Conferência Nacional de Músicos Educadores); 3) a publicação, por editores norte-americanos, de música da América Latina (em cooperação com a Conferência acima mencionada, que já resultou na publicação de mais de 200 títulos separados).

Tanto em música como em artes visuais, *projetos de produção* também são importantes, como por exemplo: 1) a formação dos ramos respectivos da Biblioteca Comemorativa de Colombo; 2) a publicação de monografias, bibliografias, catálogos e resumos, com respeito à música e à arte latino-americana; 3) a preparação de concertos de música de toda a América e a exposição de artistas latino-americanos.

Durante os anos da guerra um extenso programa de troca de pessoas foi levado avante pela Divisão. Foram obtidos fundos do governo norte-americano e de Fundações particulares. Infelizmente

esses fundos já não são mais fornecidos para as artes. Um membro da Divisão visitou, durante três longas viagens, cada uma das 20 capitais ao sul de Washington. Os laços de amizade e de compreensão mútua, assim firmados, geraram mais contatos entre as diferentes nações do que aqui podemos mencionar.

Filosofia e Letras

Estas seções, como o nome indica, visam desde a sua fundação, em 1948, fornecer elementos para um conhecimento mais efetivo das diferentes literaturas americanas, bem como do pensamento filosófico dos diferentes países.

Para isso foram criadas duas coleções, "Escritores da América" e "Pensamento da América", que visavam conter "a parte mais valiosa da expressão literária e do pensamento filosófico, social e político de América". Como dizia ainda a nota explicativa das duas coleções: "Nessas séries se recolherão páginas belas, hoje esquecidas, e se agruparão aqueles escritos que, por seu valor estético, pela originalidade de suas teses ou pela importância de suas informações, constituem o tesouro de nosso patrimônio cultural. As obras aparecerão em seu idioma original e em traduções, para sua mais ampla difusão. Em princípio, os volumes serão concebidos em forma antológica ou monográfica, precedidos sempre pelos estudos necessários para situar o autor ou compreender mais cabalmente o tema por êle exposto. Copiosa bibliografia, se possível exaustiva, aumentará a importância de cada volume".

Nessas duas séries, realizando cabalmente os propósitos de seus idealizadores, já apareceram obras de grande valor, que têm fornecido, aos estudiosos dos assuntos interamericanos, bem como a todos os homens de cultura e particularmente aos estudantes e professores das Universidades norte-americanas, onde se tem cultivado cada vez mais o interesse pela América Latina ou vice-versa — uma documentação e uma informação, que até hoje faltavam.

Já foram publicados nessa série volumes como "Educação e História", de Justo Sierra, preparado por Ermilo Abreu Gomez; "Hacia el Futuro", de Cario Arturo Torres, pelo mesmo; "Precursores del Modernismo", por Arturo Torres Rioseco, e "Machado de Assis" e "Joaquim Nabuco", ambos por Armando Correia Pacheco. Dois volumes dessa série se acham em vias de impressão: o "Ruben Dario", de Abreu Gomez, e o "Graça Aranha", de Armando Pacheco, havendo vários outros para serem editados.

Também tem sido publicada outra série, de alta divulgação em pequenos volumes, sob o título "Semblanzas Literárias", mimeografada em nossas próprias oficinas.

Na série "Pensamento de América", há vários volumes como "A filosofia latino-americana contemporânea", por Anibal Sanchez Reulet, Chefe da Divisão de Filosofia, Letras e Ciências, que está preparando, por sua vez, um volume de idêntica natureza sobre a filosofia norte-americana contemporânea: "Ensaístas do Brasil", por Armando Pacheco. Na série "Filosofia da América, estão programados os seguintes volumes: "A filosofia norte-americanas", de Elisabeth Flower; "A filosofia no México", por Luís Villoro; "A filosofia no Peru", por Augusto Salazar Bondy.

SUGESTÕES PARA O FUTURO

Tanto no campo da educação como no das ciências, tanto no das letras como no das artes, acreditamos que o Conselho Cultural Interamericano poderá ter em mente quatro problemas capitais, que correspondem aos meios mais adequados para a elaboração de um plano geral de cooperação cultural entre os povos americanos:

- 1 — o das publicações;
- 2 — o da legislação;
- 3 — o dos contatos;
- 4 — o das instituições.

1 — *Publicações*

Em três categorias poderemos distribuir as atividades relativas a uma ação cultural interamericana em matéria de publicações:

- a) livros;
- b) revistas;
- c) bibliotecas.

a) *Livros*

O Departamento de Assuntos Culturais vem desenvolvendo, desde a sua fundação, um plano de publicações que tende a ampliar-se, mas que vem lutando com a falta de verbas suficientes nos orçamentos para esse gênero essencial de atividades. Não desejamos sobrecarregar estas informações com uma exposição minuciosa dessas publicações. Basta dizer que quatro novos critérios foram estabelecidos para orientar, de ora avante, essas publicações:

1) atribuir uma importância maior às atividades atuais dos escritores vivos de todo o continente, em vez de atender apenas aos vultos do passado;

2) acentuar o estudo de temas que envolvam zonas culturais supra-nacionais, como, por exemplo, o estudo do "Romantismo na América Latina", do "Positivismo na América do Sul" ou da "Novela Norte-Americana";

3) publicar obras que concorram para o conhecimento global das letras americanas, como Guias, Dicionários ou Histórias, que envolvam grupos de nações ou zonas culturais;

4) acentuar o trabalho de tradução dos clássicos das diferentes literaturas em outras línguas, ou dos livros modernos de maior valor literário.

Em todas essas atividades o critério a seguir deverá ser sempre:

1 — o de procurar fazer aquilo que outros não possam fazer ou não tenham feito;

2 — o de procurar um entendimento com instituições particulares, Universidades ou editores que assumam, em cooperação com a União Pan-Americana, a responsabilidade dessas publicações.

Essa atividade bibliográfica da União Pan-Americana tem sido até hoje pequena, se bem que em geral valiosa, dada a responsabilidade continental e mesmo universal de uma instituição como esta. E' absolutamente indispensável aumentar essas atividades. Mas, para isso, embora levando em conta os critérios acima apontados, de nunca nos substituírmos às atividades particulares e de nunca repetirmos o que outros hajam feito, é necessário que a União Pan-Americana sirva de entidade estimuladora de atividades bibliográficas interamericanas, de modo a concorrer para atuar, pelo livro, sobre a consciência de todas as classes sociais, bem como de todas as idades e capacidades culturais.

Qualquer plano no sentido de estender essas publicações, aumentando as verbas respectivas no orçamento da Organização dos Estados Americanos, será de apreciável vantagem para os ideais de uma instituição como o Conselho Cultural Interamericano que vai ser o órgão técnico e consultivo, nesse terreno, da O. E. A.

b) Revistas

Mais ainda do que o livro, é a revista um instrumento ideal de ação cultural.

Quatro tipos de revistas devem ser levados em consideração para corresponder a esse dinamismo indispensável:

1 — os boletins informativos

2 — as revistas de bibliografia;

3 — as revistas de cultura;

4 — os digestos ou revistas de revistas.

Os primeiros são órgãos informativos que algumas seções, como a de Ciências Sociais e a de Ciências Naturais e Tecnologia, bem como a Divisão de Música e Artes Visuais, publicam, para levar, de uns a outros países, notícias das respectivas atividades em questão.

No terreno da bibliografia, foi fundada a "Revista Interame-

ricana de Bibliografia", que procura responder à exigência de uma informação objetiva e, quanto possível, atual e completa das atividades bibliográficas de todo o continente.

Quanto às revistas de cultura, estão ainda em projeto, mas nada de mais necessário do que uma "Revista Interamericana de Educação" ou uma "Revista Interamericana de Cultura Geral".

Finalmente, acha-se em vias de iniciação a revista "Panorama Cultural Americano", que visa refletir, periodicamente, por meio de publicação selecionada, o que de melhor aparece nas numerosas revistas culturais de todo o Continente, reproduzindo artigos, com notas bibliográficas apropriadas, no respectivo idioma de sua publicação.

Toda recomendação do C.C.I. no sentido de serem intensificadas essas atividades poderá refletir favoravelmente no seu melhoramento progressivo, que agora se debate contra a exigüidade de meios para a sua publicação.

c) *Bibliotecas*

Nossa biblioteca, que tem o nome de "Biblioteca Comemorativa de Colombo", vem exercendo, desde a sua fundação, em 1900, uma tarefa crescente de informação e documentação, para o grande esforço continental de cooperação interamericana. De 7.000 volumes que possuía em 1900, passou a biblioteca a 150.000 volumes, que atualmente possui, selecionados pelo critério de autores e temas americanos. Recebemos mais de 2.000 periódicos diferentes, por ano, e desenvolvemos amplamente nesses locais de leitura os nossos serviços de consulta. A Biblioteca da União Panamericana é hoje uma das mais completas "americanas" de toda a América e constitui um instrumento de trabalho indispensável. A multiplicação de outras bibliotecas do mesmo tipo, em cada país, em contato com a nossa, será de valor incalculável para a rede de esforços comuns no sentido de se conhecer melhor e se aproximar cada vez mais a cultura continental.

Em documento de trabalho à parte, apresenta o Departamento a sua contribuição para qualquer plano que vise desenvolver esse capítulo tão importante de uma ação cultural eficiente e continental. A realização próxima do Congresso de Bibliotecas Públicas em São Paulo, patrocinada pela O.E.A., pela UNESCO e pelo governo brasileiro, será um marco nesse campo de atividades.

2 — *Legislação*

O C.C.I. poderá igualmente influir, de modo decisivo, já agora não mais junto a O.E.A., mas junto aos governos das nações

americanas, para orientar, em cada país, a legislação nacional no sentido de estimular e facilitar todas as atividades, no terreno da Cultura, que concorram para o ideal de um interamericanismo vigilante.

Como exemplo de atividades nesse sentido, poderemos mencionar as seguintes:

a) convênios culturais, bilaterais ou multilaterais entre as várias nações do continente, a exemplo do que, em 17 de outubro de 1950, foi assinado entre os Estados Unidos e o Brasil;

b) facilidades alfandegárias para a importação de livros;

c) facilidades de remessas postais de livros e revistas;

d) facilidades de câmbio para compras de livros, assinaturas de revistas e importação de papel para a impressão de publicações;

e) equivalência de cursos secundários e superiores, entre escolas e universidades do mesmo tipo nos vários países americanos;

f) facilidades para revalidação de diplomas;

g) garantias recíprocas de direitos autorais, por meio de um convênio geral entre os países americanos;

h) defesa do patrimônio cultural da América no terreno das letras, inclusive a conservação e comunicação recíproca, por microfilmagem, de arquivos e bibliotecas;

i) adoção, em todas as legislações nacionais, de medidas protetoras de direitos dos mestres de todas as categorias, e dignificadoras da profissão magisterial;

j) idênticas disposições, relativas a cientistas, escritores e artistas em geral, a saber, a todos os que concorram para enriquecer o patrimônio cultural do continente e o seu dinamismo eficiente.

CONCLUSÃO

Propondo algumas sugestões para o futuro, dividimo-las em quatro tipos: 1) o das publicações; 2) o da legislação; 3) o dos contatos, e 4) o das instituições.

Da vez passada falamos dos dois primeiros tipos de sugestão.

Para concluir, falaremos agora dos dois últimos.

3 — *Contatos*

Mais importante ainda do que as publicações e a legislação, em qualquer plano de ação cultural, é o problema dos contatos. Só a aproximação efetiva entre os nacionais dos diferentes Estados americanos poderá tornar viva a letra morta dos convênios ou das publicações. É mister promover os encontros pessoais entre cidadãos de diferentes países interessados nos problemas culturais. Para isso

poderá o Conselho Cultural Interamericano, segundo pensa o Departamento, promover uma política de aproximação e contatos pessoais, entre os meios culturais dos diferentes países, por diversos processos, entre os quais salientamos os seguintes:

1) Organização de congressos e seminários especializados, no campo da educação, da ciência e da cultura, que, a título de exemplificação, poderiam ocupar-se com os seguintes temas, além de outros a serem lembrados:

Educação	Educação secundária
	Formação de professores
	Cooperação entre as Universidades
	Elevação da vida rural
	Educação indígena
	Edifícios e material escolar
	língua nacional
	Ensino da línguas estrangeiras
	matemáticas
Cultura	Museus
	Arquivos
	Bibliotecas
	Teatro
	Rádio e Cinema
	Televisão
	Imprensa
Editores e Livreiros	
Ciência	Ciências naturais
	Ciências sociais
	Ciências históricas
	Ciências filosóficas

Esses seminários especializados, no campo da educação, da cultura e das ciências, a exemplo dos seminários de educação elementar e profissional já realizados, bem como dos de problemas sociais, seriam convocados sucessivamente em vários países, por acordo entre a O. E. A. e os respectivos governos, no sentido de promover um entendimento maior entre todos os países da América, em problemas culturais, no mais amplo sentido da expressão, de modo a atuar sempre, no duplo sentido de vencer as barreiras do isolamento e contribuir para o levantamento intelectual, moral e espiritual das populações.

2) Organização de missões culturais em caráter permanente ou periódico, de uns a outros países, ou de uma a outra área de cultura.

Junto à criação de Departamentos de Estudos Interamericanos, em todas as Universidades, essas missões seriam um elemento de contato e conhecimento recíproco insubstituível.

3) fundação de cátedras especializadas de estudos interamericanos nos estabelecimentos de ensino secundário e superior.

4) intensificação, já apontada, da troca de professores, alunos, trabalhadores e técnicos, pelo aumento, em número e em valor, das bolsas de estudo.

5) Organização de cursos intensivos em grandes centros universitários, para permitir, com mais facilidade, essa troca de estudantes, professores e trabalhadores manuais.

6) Entendimento com organizações confessionais de cultura e especialmente com as Igrejas, cujo campo de ação em matéria educativa é considerável e primacial em toda a América, no sentido de uma colaboração mais íntima para objetivos comuns de elevação espiritual da cultura em todo o continente, de modo a evitar dois males, iguais e contrários — o sectarismo fanático e o agnosticismo naturalista .

4 — *Instituições*

' Sempre que um conjunto de atividades similares adquire, na prática, suficiente importância, surge naturalmente a necessidade de reuni-las em uma instituição, que lhes permitirá desenvolver-se na base de um sentido permanente e orgânico que não lograriam alcançar se atuassem de modo isolado e sucessivo. Não realizar, portanto, a concretização dessas atividades de caráter estável, é entregá-las necessariamente ao destino das coisas descoordenadas: desaparecerem rapidamente depois de um curto período de entusiasmo ou falsa vitalidade.

O perigo contrário é o de pretendermos criar instituições, antes que as atividades existam ou na esperança de que a função nasça do órgão. É um artifício tão contraproducente quanto o de não criar a instituição, quando as atividades preexistem.

De necessidades ditadas pelo fatos, por exemplo, é que nasceram instituições como o "Instituto Pan-Americano de Geografia e História" ou a "Repartição Sanitária Pan-Americana". O Conselho Cultural Interamericano poderá encarar, quando oportuno, a fundação de novas instituições de tipo análogo. Assim, um Centro de Altos Estudos Interamericanos", como o ideou a Divisão de Filosofia, Letras e Ciências, no qual "intelectuais especializados dos diferentes países americanos — homens de ciência, pensadores, educa-

dores, profissionais, técnicos e artistas — possam reunir-se, durante certo período do ano, para discutir problemas de sua competência. Os temas variariam cada ano e se trataria, quanto possível, de que correspondessem às necessidades mais atuais e urgentes da educação, da ciência, da técnica, da cultura, da economia, etc, de toda a América".

Outra dessas instituições poderia ser o "Centro Interamericano de Bibliografia", tal como o dispôs a Conferência de Montevideu em 1933.

Outro ainda poderia ser um Conselho ou Instituto Interamericano de Música, para a intensificação constante do intercâmbio musical entre as nações americanas, em cooperação com a Divisão de Música e Artes Visuais da União Panamericana e o Conselho Internacional de Música estabelecido há três anos pela UNESCO.

Um "Instituto Interamericano de Estudos Sociais ou de Ciências Sociais" poderia ser um centro importante de observação de fatos sociais e de pesquisas objetivas, bem como de informações no campo das ciências sociais, que seriam da mais alta importância para uma política interamericana, baseada nos fatos e não na fantasia ou em dados incompletos.

Outras instituições que correspondessem a atividades já existentes e a necessidades reais, como um "Centro de Pesquisas Folclóricas" deverão, pouco a pouco, surgir para dar estabilidade e coordenação a esforços que, tantas vezes, se perdem pela sua dispersão e falta de amparo.

Nenhuma dessas instituições, entretanto, poderá ser criada, sem que sua necessidade seja amplamente justificada e sem que o secretário geral e o Conselho da O.E.A. sejam previamente ouvidos. A multiplicação dessas instituições seria a sua morte prematura.

* * *

A recente Conferência da UNESCO em Paris aprovou, unanimemente, uma resolução apresentada pela Delegação norte-americana, sustentando de novo, com a maior ênfase, "a importância central das artes", para um programa geral de paz e progresso pela cultura. As artes visuais e musicais, como a própria cultura, não constituem simples ornamentos ou acessórios de luxo. As artes são tão essenciais para a cultura, como esta para a vida política ou econômica, e, portanto, para o bem-estar e progresso geral dos povos.

Nesse sentido, um programa de intensificação da vida artística continental, que luta sempre com tantas dificuldades pela falta de recursos e de compreensão, deve ser naturalmente uma das preocupações do Conselho Cultural Interamericano. Podemos apontar,

exemplificativamente, para alguns planos do Departamento de Assuntos Culturais, que submetemos à apreciação do Conselho Cultural Interamericano:

No campo da música:

1 — Estimular a preservação de tradições locais, nacionais e regionais, do povo, bem como a música e a dança populares, juntamente com os costumes, os instrumentos e os vestuários a elas ligados;

2 — Disseminar a informação relativa à atividade musical do Novo Mundo e de toda a parte, que seja do interesse dos povos americanos;

3 — Estimular, promover e coordenar a troca de pessoas e material de importância para o desenvolvimento da arte musical entre os vários países;

4 — Estimular a inclusão de todas as formas de música na educação geral e a troca de pontos de vista sobre os vários métodos de educação musical;

5 — Estimular o estudo das condições econômicas e sociais do músico e do compositor, bem como das sociedades musicais de profissionais ou amadores;

6 — Estimular a cópia, a publicação e a disseminação das obras musicais, junto às facilidades para sua apresentação;

7 — Estimular a organização de festivais musicais, congressos, competições, etc, tanto regionais como internacionais;

8 — Estimular a organização profissional dos músicos, como dos compositores, intérpretes, professores de música, etc, tanto sob a forma de entidades nacionais como de seções de organizações internacionais;

9 — Criar uma organização especializada interamericana de música, para funcionar como um corpo regional dentro da estrutura geral do Conselho Internacional de Música, recentemente fundado pela UNESCO, da qual existem atualmente 12 pessoas, entre membros individuais e delegados, representando nove repúblicas americanas, a saber: Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Peru, Estados Unidos, México, Uruguai e Venezuela.

No campo das artes visuais:

1 — Aplicar às artes visuais, bem como aos artistas e às associações a elas ligados, tudo aquilo que lhes forem aplicáveis do programa, acima estabelecido, para a música;

2 — Facilitar a livre circulação de obras de arte;

3 — Elaborar filmes de caráter artístico e histórico interamericano;

4 — Organizar festivais cinematográficos interamericanos e prêmios para estimular a fabricação de filmes de alto valor artístico e moral;

- 5 — Organizar exposições circulantes de artistas representativos das diferentes culturas americanas;
- 6 — Organizar congressos e festivais folclóricos em cada país;
- 7 — Defender o patrimônio artístico, histórico e arqueológico do Continente.

* * *

Eis aí, srs. membros da primeira reunião do Conselho Cultural Interamericano, alguns dos princípios gerais e das sugestões particulares com que o Departamento de Assuntos Culturais deseja colaborar em vossos trabalhos.

Não vê o Departamento que seja desejável ampliar este plano de ação conjunta. Nossa tarefa, assim nos parece, ao menos, deve ser espontaneamente limitada para que tenha eficiência. Não adianta ter projetos exageradamente ambiciosos se não temos meios de os executar.

Se concentrarmos nossas atividades em alguns campos de ação claramente delimitados e procurarmos tirar todo o efeito possível dos recursos de que já dispomos, mormente pela capacidade e zelo de muitos membros do Departamento, poderemos ampliar a eficácia dos nossos planos de ação, sem cairmos no terreno da fantasia.

Devemos ter sempre em mente que o Conselho Cultural Interamericano gozará de tanto maior prestígio em toda a América e poderá ter uma ação tanto mais eficaz quanto mais atue dentro dos limites das exigências reais e das possibilidades efetivas.

Eis aqui, por conseguinte, srs. membros da primeira reunião do Conselho Cultural Interamericano, um ponto de partida e um instrumento inicial de trabalho para as vossas sábias deliberações.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE JULHO DE 1951

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

3 — É publicada a Ata de 14 de abril de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 6.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

3 — É publicada a Portaria número 247, de 26/6/951, do Ministro da Aeronáutica, que dispõe sobre aprovação "por média" e exames de cadetes do ar e oficiais-alunos da Escola de Aeronáutica.

4 — É publicada a Ata de 19 de abril, de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 7.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

4 — É publicada a Portaria n.º 36, de 25/6/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que designa secretário e professores para o Curso Normal de formação de professores de surdos-mudos.

5 — É publicada a Resolução n.º 390, de 21/7/948, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que autoriza o Presidente do Instituto a entrar em entendimentos que permitam a construção imediata do Palácio do Silogeu.

5 — É publicada a Ata de 23 de abril de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 8.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

5 — É publicada a Ata de 28 de abril de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 9.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

5 — É publicada a Portaria número 246, de 26/6/951, do Ministro da Aeronáutica, que aprova as instruções para admissão à Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

6 — É publicada a Ata de 3 de maio de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 10.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

6 — É publicada a Ata de 8 de maio de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 11.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

6 — É publicada a Portaria número 64, de 2/7/951, do Ministro do Trabalho, que cria o Curso sobre a teoria de cabos e linhas de transmissão, a ser ministrado em três aulas.

7 — É publicada a Portaria número 4/7/951, do Ministro da Educação, que aprova os programas para o ensino de História Geral e do Brasil dos ciclos Ginasial e Colegial.

7 — É publicada a Ata de 10 de maio de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 12.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

9 — É publicada a Ata de 16 de maio de 1950, do Conselho Nacional de Educação, relativa à 13.^a Sessão da 1.^a Reunião Ordinária de 1950.

10 — É publicada a Lei número 1.390, de 3/7/951, que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

10 — É publicada a Resolução n.º 397, de 21/7/948, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que determina providências relativas à publicação do "Vocabulário Brasileiro de Estatística".

10 — É publicada a Resolução n.º 398, de 21/7/948, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que fixa objetivos à "Revista Brasileira dos Municípios".

10 — É publicada a Resolução n.º 399, de 22/7/948, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que encarece ao Ministro da Educação a criação de Cursos Superiores de Estatística e formula sugestões.

11 — É publicada a Portaria n.º 262, de 6/7/951, do Ministro da Aeronáutica, que dispõe sobre os Escoteiros do Ar.

12 — É publicada a Resolução n.º 401, de 23/7/950, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que recomenda a publicação das "Sinopses Estatísticas Municipais".

12 — É publicada a Portaria n.º 111, de 30/6/951, do Diretor do Instituto Rio Branco, que baixa instruções para os exames finais do segundo ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

12 — É publicada a Portaria n.º 675, de 2/7/951, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Revisão dos Programas de Concurso de Habilitação à matrícula nas Escolas da Universidade Rural, assinadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

12 — É publicada a Portaria n.º 681, de 2/7/951, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Aradores e Tratoristas, assinadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

13 — É publicado o Decreto n.º 29.741, de 11/7/951, que insti-

tui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

14 — É publicada a Lei número 1.391-A, de 10/7/951, que declara de utilidade pública a "Sociedade Internacional de Direito Social".

14 — É publicada a Lei número 1.391-B, de 10/7/951, que abre, pelo Ministério da Educação, crédito especial de Cr\$ 5.700.000.00, para os fins que especifica:

(Cr\$ 2.500.000,00, como subvenção à Universidade da Bahia, para manutenção de sua Faculdade de Direito);

(Cr\$ 1.600.000,00, para a Universidade de Porto Alegre);

(Cr\$ 1.600.000,00, para a Universidade da Bahia).

14 — É publicado o Decreto n.º 29.738, de 9/7/951, que aprova o regulamento do Salão Nacional de Belas-Artes de 1951.

14 — É publicada a Portaria n.º 709, de 28/6/951, do Ministro da Educação, que institui os Cursos de Formação de Professor e Inspetor de Cegos do Instituto Benjamin Constant.

14 — É publicada a Portaria n.º 722, de 2/7/951, do Ministro da Educação, que muda a denominação do Ginásio Municipal de Monte Aprazível, no Estado de São Paulo, para Ginásio Dom Bosco.

17 — É publicada a Portaria n.º 112, de 12/7/951, do Diretor do Instituto Rio Branco, que aprova o Programa do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

17 — É publicada a Portaria n.º 614, de 10/5/951, do Ministro da Educação, que dispõe sobre programas do ensino secundário.

18 — É publicado o Parecer de 13/7/951, do Departamento Administrativo do Serviço Público, que dispõe sobre faltas ao serviço para efeito de demissão.

18 — É publicado o Parecer de 11/7/951, do Departamento Administrativo do Serviço Público, que dispõe sobre concessão de

licença, após o término de uma licença de 24 meses, a funcionária casada com servidor que, contemplado com uma bolsa de estudos, obteve autorização para ausentar-se do país.

18 — É publicado o Aviso número 450, de 17/7/951, do Ministro da Guerra, que prorroga para o ano de 1952 o prazo para entrada em execução das exigências de idade para matrícula nas Escolas Preparatórias.

18 — É publicada a Portaria n.º 60, de 4/7/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que modifica o Regulamento do Curso Normal, de formação de professores de surdos-mudos, expedido pela Portaria n.º 26, de 15 de junho de 1951.

18 — É publicada a Portaria n.º 61, de 4/7/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que expede Instruções Complementares que passarão a fazer parte integrante do Edital de Inscrições ao concurso de habilitação necessário às matrículas na 1.ª série do Curso Normal, de formação de professores de surdos-mudos, publicado no "Diário Oficial" de 19/6/951.

18 — É publicada a Portaria n.º 62, de 4/7/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que fixa em 50 o número de matrículas ao Curso Normal, de formação de professores de surdos-mudos.

19 — É publicada a Lei número 1.392, de 11/7/951, que estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes, aprovados em exame de habilitação para ingresso em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares.

19 — É publicada a Portaria n.º 162, de 18/7/951, do Ministro da Guerra, que aprova as Instruções para realização do controle esfigmométrico nas inspeções de saúde dos candidatos à matrícula

na Escola de Educação Física do Exército.

19 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 1-51, de 25/6/951, do Keitor da Universidade do Brasil, que dispõe sobre cartões para estudantes lotados nos restaurantes da Universidade do Brasil.

20 — É publicada a Lei número 1.398, de 16/7/951, que autoriza o Instituto Hahnemanniano do Brasil a transferir à Escola de Medicina e Cirurgia parte do terreno e prédio sito à rua Frei Caneca n.º 94.

20 — É publicado o Decreto n.º 29.782, de 19/7/951, que altera dispositivos do Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n.º 25.648, de 11 de outubro de 1948.

20 — É publicado o Decreto n.º 29.783, de 19/7/951, que altera alguns dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto número 21.111, de 1/3/932, e estabelece novas normas para a execução dos serviços de radiodifusão e radiocomunicação em território nacional, complementares das estipuladas naquele regulamento.

21 — É publicado o Decreto n.º 29.795, de 19/7/951, que dispõe sobre a Tabela única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

23 — É publicada a Portaria n.º 153, de 19/7/951, do Diretor da Casa da Moeda, que institui o Curso Supletivo Especial para Aprendizes da Casa da Moeda, e aprova as instruções reguladoras do seu funcionamento.

24 — É publicada a Lei número 1.396, de 13/6/951, que dá nova redação ao art. 49 do Código Brasileiro do Ar.

24 — É publicada a Portaria n.º 732, de 11/7/951, do Ministro da Educação, que expede os programas de Ciências Naturais, Geografia Geral e do Brasil, Caligrafia, Dactilografia, Prática de Escritório e Escrituração Mercan-

til e de Economia Doméstica e respectivas instruções metodológicas, para o Curso Comercial Básico.

24 — É publicada a Portaria n.º 273, de 20/7/951, do Ministro da Aeronáutica, que dispõe sobre o Curso de Oficiais Intendentes da Escola de Aeronáutica.

24 — É publicada a Portaria n.º 274, de 20/7/951, do Ministro da Aeronáutica, que altera a redação dos ns. 1, 2, 3 e 4 do artigo 57 da Portaria n.º 158, de 19/8/949, que trata do pessoal da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

25 — São publicadas as Instruções para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, expedidas em 20/7/951, pelo Ministro das Relações Exteriores.

25 — É publicada a Portaria n.º 113, de 23/7/951, do Diretor do Instituto Rio Branco, que expede Instruções para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

25 — É publicada a Portaria n.º 762, de 16/7/951, do Ministro da Educação, que concede reconhecimento ao Curso Ginásial do Ginásio Itaocara Limitada, com sede em Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro.

27 — É publicado o Decreto n.º 29.813, de 26/7/951, que suprime o parágrafo único do artigo 131 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, aprovado pelo Decreto n.º 22.392, de 31/12/1946, e dá nova redação ao art. 147 do mesmo regulamento.

27 — É publicado o Parecer de 23/7/951, do Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público, que dispõe sobre normas do direito de petição.

31 — É publicada a Portaria ns 66, de 13/7/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que aprova as instruções destinadas a regular o concurso de habilitação para matrícula à 1.ª série do Curso de Formação de Professores de Surdos-Mudos.

31 — É publicada a Portaria

ns 67, de 23/7/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que permite aos servidores do Instituto frequentarem as três séries do Curso Normal, de formação de professores de surdos-mudos.

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, DOS ESTADOS E DOS TERRITÓRIOS

2 — É publicada a Lei número 1.027, de 30/6/951, do Estado do Ceará, que confirma a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao crédito especial destinado ao Instituto Salesiano de N. S. Auxiliadora da cidade de Baturité.

2 — São publicados os Atos de 27/4 e 5/5/951, do Governador do Estado do Ceará, que transferem, respectivamente, cadeira e escola.

3 — É publicado o Decreto n.º 2.156, de 2/7/951, do Estado do Rio Grande do Norte, que transfere Escolas Isoladas.

3 — São publicadas as Portarias ns. 789 e 791, de 23/6/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que suspende o ensino em escolas dos municípios de Magé e Cambuci.

3 — São publicadas as Portarias ns. 792 e 793, de 23/6/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que transferem escolas no município de Itaperuna.

3 — São publicados os Decretos ns. 63, 64 e 65, de 22/6/951, do Estado de Santa Catarina, que transferem Cursos de Alfabetização nos municípios de Cainhã, Crisciúma e Biguaçu.

4 — São publicadas as Portarias ns. 944 a 951, de 3/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transferem cadeiras de Escolas e Grupos Escolares.

5 — São publicados os Decretos ns. 2.157, 2.158 e 2.159, de 4/7/951, do Estado do Rio Gran-

de do Norte, que transferem escolas nos municípios de Luis Gomes, Mossoró e Currais Novos.

5 — É publicado o Decreto número 27, de 3/7/951, do Estado de Sergipe, que abre crédito especial à Secretaria da Justiça e Interior, destinado a auxiliar a instalação da Faculdade de Direito de Sergipe.

5 — São publicadas as Leis números 461, 462, 463, 464, 465 e 466, de 22/6/951, do Estado de Santa Catarina, que autorizam a aquisição de áreas de terras, por doação, nos municípios de Rio do Sul, Itaiópolis, Bom Retiro e Taió, destinadas à construção de escolas rurais e grupos escolares.

6 — É publicada a Portaria número 1.239, de 4/7/951, do Estado do Espírito Santo, que suspende a admissão de novos "docentes de emergência".

6 — É publicado o Decreto número 3.982, de 5/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria um terreno destinado à construção de um prédio escolar, no município de São João de Meriti.

6 — São publicadas as Leis números 467 a 477, de 22/6/951, do Estado de Santa Catarina, que autorizam a aquisição de áreas de terras, por doação, nos municípios de Rodeio, Canoinhas, Palhoça, Timbó, Brusque, Araquari, Itajaí, Concórdia e Rio do Sul, destinadas à construção de escolas rurais e grupos escolares.

7 — É publicada a Lei n.º 1.233, de 6/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que cria cinquenta cargos de professor de ensino pré-primário e primário, a serem lotados em escolas que funcionarão em prédios construídos com o auxílio do "Fundo Nacional de Ensino Primário".

7 — São publicados os Decretos ns. 163, 173 e 176, de 20, 29 e 29 de junho de 1951, do Estado de Goiás, que transferem escolas isoladas nos municípios de Jaraquá e Goiás.

8 — É publicado o Decreto número 174, de 29/6/951, do Estado de Goiás, que transforma em Escolas Reunidas a Escola Isolada do Povoado de Paulópolis, no município de Goiás.

9 — São publicadas as Leis números 479, 480 e 485, de 2/7/951, do Estado de Santa Catarina, que autorizam a aquisição de áreas de terras, por doação, nos municípios de Canoinhas, Concórdia e Guaramirim, destinadas à construção de escolas rurais.

10 — São publicadas as Portarias ns. 967 e 968, de 9/7/951, da Secretaria da Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transferem cadeiras de escolas.

10 — É publicada a Portaria n.º 973, de 9/7/951, da Secretaria da Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transfere professores do Ensino Supletivo, acompanhados dos respectivos cursos.

10 — É publicado o Decreto n.º 596, de 9/7/951, do Estado do Espírito Santo, que suprime 60 cargos de professor de concurso.

11 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 18, de 9/7/951, do Diretor do Departamento de Educação Complementar, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre o uso da Bandeira Nacional e execução do Hino Nacional.

11 — É publicado o Ato, de 12 de março de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere escola no município de Massapê.

11 — É publicada a Portaria número 978, de 10/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transfere cadeira de escola.

11 — É publicado o Decreto n.º 3.986, de 10/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria terreno no lugar "Caramujo", no município de Niterói, destinado à construção de um Grupo Escolar.

11 — É publicada a Portaria n.º 798, de 4/7/951, da Diretoria

de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que faz cessar os efeitos da Portaria n.º 391, de 12 de abril de 1950, que suspendeu o ensino em escola do município de Barra do Piraí.

11 — É publicada a Portaria n.º 799, de 4/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que transfere escola no município de Barra do Piraí.

11 — É publicada a Portaria n.º 8.021, de 4/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que determina passe a funcionar em regime de Grupo Escolar a Escola de Mussurepe, município de Campos.

11 — É publicada a Portaria n.º 806, de 4/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que suspende o ensino em escola do Município de Rio Bonito.

11 — É publicado o Decreto n.º 3.589, de 10/7/951, do Estado de Minas Gerais, que outorga mandato ao Curso Normal Regional "Nossa Senhora das Graças" de Areado, para ministrar o ensino normal do 1.º ciclo.

12 — É publicado o Decreto n.º 1.324, de 27/5/951, do Estado do Ceará, que abre crédito especial para pagamento de honorários aos professores da Faculdade de Ciências Econômicas.

12 — É publicado o Ato de 15 de fevereiro de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere escola no município de Ipuéiras.

12 — É publicada a Portaria n.º 982, de 11/7/951, da Secretaria da Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transfere Cursos de Alfabetização dos municípios de Paudalho, Salgueiro e Arcoverde.

12 — É publicado o Decreto n.º 3.987, de 11/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que destaca 39 cargos de professor para constituírem a lotação de diversas es-

colas criadas pelo Decreto número 3.910, de 26/1/951.

12 — É publicado o Decreto n.º 3.988, de 11/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que extingue três escolas existentes no município de Duque de Caxias, em virtude da criação do Grupo Escolar "Duque de Caxias".

13 — É publicada a Resolução n.º 16, de 11/7/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que estabelece os períodos de férias escolares nos Cursos Primários Supletivos e de Continuação e Aperfeiçoamento.

13 — É publicada a Resolução n.º 17, de 11/7/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que institui, no Departamento de Educação de Adultos, o Setor de Recreação Artística Popular.

13 — É publicado o Ato de 6 de julho de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere escola no município de Quixeramobim.

13 — É publicada a Portaria n.º 986, de 11/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transfere cadeira de escola.

13 — É publicada a Portaria n.º 1.329, de 12/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado do Espírito Santo, que suspende, durante o segundo semestre do ano letivo em curso, a designação de novos professores de Trabalhos Manuais para estabelecimentos de ensino primário.

13 — É publicado o Decreto n.º 177, de 2/7/951, do Estado de Goiás, que transfere Escolas Isoladas no município de Posse.

14 — É publicada a Portaria n.º 990, de 13/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que localiza os Inspectores Regionais de Ensino nas Zonas Escolares.

14 — É publicada a Portaria n.º 806, de 10/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que torna sem efeito a

portaria n.º 789, de 28/6/951, que suspendeu o ensino em escola do município de Magé.

14 — É publicado o Decreto número 3.591, de 13/7/951, do Estado de Minas Gerais, que cria um Grupo Escolar na cidade de Diamantina.

15 — É publicada a Portaria n.º 999, de 14/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transfere curso de Ensino Supletivo do município de Buíque para o de Orobó.

15 — São publicados os Atos de 30/6/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado do Rio de Janeiro, que cassam e concedem subvenções a diversas escolas.

15 — São publicadas as Portarias ns. 827 e 828, de 10/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que transferem escolas no município de Itaperuna.

16 — É publicada a Lei n.º 593, de 11/7/951, do Estado do Maranhão, que cria escola no município de Viana.

17 — É publicado o Decreto n.º 3.991, de 16/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria terreno no município de Nilópolis, necessário à construção de um Grupo Escolar.

17 — É publicada a Portaria n.º 351, de 16/7/951, da Secretaria de Educação, do Estado de Minas Gerais, que dá a denominação de "Professora Júlia Kubitschek" ao Grupo Escolar da cidade de Diamantina, criado pelo Decreto n.º 3.591, de 13/7/951.

17 — É publicado o Decreto n.º 180, de 9/7/951, do Estado de Goiás, que torna sem efeito o Decreto n.º 171, de 25/6/951, na parte que concedeu subvenção ordinária ao Ginásio "Presidente Roosevelt".

17 — São publicados os Decretos ns. 181, de 9/7/951, 183, 184 e 185, de 10/7/951, do Estado de Goiás, que transferem escolas iso-

ladas nos municípios de Goiás, Palmeiras de Goiás e Buriti Alegre.

18 — É publicado o Ato de 12 de abril de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere escola no município de Ubarajara.

18 — É publicada a Portaria n.º 483, de 19/6/951, do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que designa o Professor Primário Maria Blandina de Sousa para exercer as funções de Correspondente Oficial daquele Departamento com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

18 — É publicada a Portaria n.º 842, de 12/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que suspende o ensino em escola do município de São João da Barra.

18 — É publicada a Portaria n.º 847, de 12/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que transfere escola no município de São João da Barra.

19 — É publicada a Lei número 594, de 14/7/951, do Estado do Maranhão, que cria duas escolas isoladas em Vitória do Meariço e uma em Pindaré-Mirim.

19 — É publicada a Lei número 400, de 17/7/951, do Estado do Piauí, que abre crédito especial para auxílio ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Piauí, na representação do XIV Congresso Nacional de Estudantes, a realizar-se no Rio de Janeiro.

19 — São publicados os Atos de 5, 14 e 16/3/951, e 26/4/951, do Governador do Estado do Ceará, que transferem escola e cadeiras nos municípios de Santa Quitéria, Sobral e Fortaleza.

19 — É publicada a Portaria n.º 1.008, de 17/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que localiza cadeira em escola do Município de Gravata.

19 — É publicada a Lei número 1.200, de 19/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que aprova o Termo de Acordo Especial entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado, para a construção de 25 prédios destinados a escolas situadas na zona rural.

19 — São publicados os Decretos ns. 3.993 e 3.994, de 18/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declaram de utilidade pública e desapropriam terrenos nos municípios de Teresópolis e São João da Barra, necessários à construção de prédios escolares.

19 — É publicado o Decreto n. 3.995, de 18/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que eleva à categoria de Grupo Escolar, com a denominação de "Barão de Palmeiras", a escola de "Werneck", no município de Paraíba do Sul.

19 — É publicado o Decreto ns 3.996, de 18/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que cria li escolas, que funcionarão em prédios construídos com o auxílio do Fundo Nacional do Ensino Primário.

19 — É publicado o Regulamento do Ensino Primário no Estado de Goiás.

20 — É publicada a Portaria n. 466, de 19/7/951, do Prefeito do Distrito Federal, que designa comissão para estudar o plano de instalação da Universidade do Distrito Federal e propor as medidas preliminares necessárias à sua execução.

20 — É publicado o Ato de 8 de junho de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere escola do município de Redenção para a cidade de Sobral.

20 — É publicada a Lei número 1.113, de 19/7/951, do Estado de Pernambuco, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de vinte e quatro milhões, cento e trinta e oito mil, sessenta cruzeiros e oitenta centavos, distribuídos por diversas dotações do Orçamento vigente.

20 — É publicada a Lei número 1.114, de 19/7/951, do Estado

de Pernambuco, que autoriza a concessão de um auxílio de Cr\$ 20.000,00 a uma Delegação de Estudantes Secundários.

20 — É publicada a Circular n.º 51.002, de 19/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado do Espírito Santo, que dá orientação inicial aos novos Delegados de Ensino.

20 — É publicado o Decreto ns 3.997, de 19/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que institui, no Serviço de Difusão Cultural, a Comissão Executiva das Missões Educativas Rurais.

20 — É publicada a Lei número 492, de 12/7/951, do Estado de Santa Catarina, que autoriza a aquisição de uma área de terras, por doação, no município de Canoinhas, destinada à construção de um Grupo Escolar.

20 — É publicada a Lei número 490, de 18/7/951, do Estado de Santa Catarina, que cria a Escola Normal de Mafra.

21 — É publicado o Ato número 2.409, de 20/7/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que abre o crédito autorizado pela Lei n.º 1.113, de 19/7/951.

21 — É publicado o Ato número 2.410, de 20/7/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que abre o crédito autorizado pela Lei n.º 1.114, de 19/7/951.

21 — É publicada a Portaria n.º 1.016, de 19/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transfere cadeira no município de Seríta.

22 — É publicada a Portaria n. 1.018, de 19/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que localiza cadeira de escola do município de Manissobal.

22 — São publicadas as Portarias ns. 1.027, 1.031 e 1.032, de 20/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transferem cadeiras de escolas.

22 — É publicada a Portaria n.º 1.363, de 18/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do

listado do Espírito Santo, que classifica os Grupos Escolares do Estado.

23 — São publicados os Atos de 5/2/951, do Governador do Estado do Ceará, que transferem escolas dos municípios de Icó e limoeiro do Norte.

25 — É publicada a Lei número 1.116, de 24/7/951, do Estado de Pernambuco, que dispõe sobre a abertura de crédito destinado ao custeio das passagens dos representantes da União dos Estudantes de Pernambuco ao XIV Congresso Nacional dos Estudantes.

25 — É publicado o Decreto n.º 3.993, de 24/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria terreno no município de São João da Barra, necessário à construção de uma escola primária rural.

25 — É publicada a Portaria n.º 856, de 18/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que determina volte a funcionar em dois turnos escola do município de São Gonçalo.

25 — É publicada a Portaria n.º 857, de 18/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que permite o funcionamento em dois turnos da escola do município de Barra do Piraí.

25 — É publicada a Portaria n.º 864, de 18/7/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que suspende o ensino em escola do município de Barra do Piraí.

25 — São publicados os Decretos ns. 74, de 30/4/951; 187, 188, 189 e 190, de 14/7/951; 191, 192, 193, 194 e 195, de 16/7/951, do Estado de Goiás, que transferem escolas isoladas em municípios do do Estado.

26 — É publicada a Lei número 596, de 20/7/951, do Estado do Maranhão, que cria uma escola pública no município de Bequimão.

26 — É publicado o Ato número 2.461, de 25/7/951, do Estado de Pernambuco, que abre o crédito autorizado pela Lei número 1.116, de 24/7/951.

26 — É publicada a Portaria n.º 1.384, de 25/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado do Espírito Santo, que permite o estágio de professores responsáveis pelos Clubes Agrícolas e dos regentes de escolas rurais do município de Santa Teresa, na Semana Ruralista Feminina.

27 — É publicada a Portaria n.º 1.065, de 27/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que transfere curso vago de alfabetização, do município de Jatinã.

27 — É publicada a Portaria n.º 1.077, de 27/7/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que transfere cadeira do município de Seretânia, para o de Arcoverde.

28 — É publicado o Parecer do Conselho Técnico da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre as cadeiras de física e de química.

28 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 19, de 27/7/951, do Diretor do Departamento de Educação Complementar, da Prefeitura do Distrito Federal, que baixa o regulamento do X Campeonato Intercolegial de Desportos.

28 — É publicado o Ato de 12 de maio de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que torna sem efeito Ato de 21/3/951, que transferiu cadeira no município de Sobral.

28 — É publicado o Ato de 13 de julho de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere escola no município de Sobral.

28 — É publicado o Ato de 13 de julho de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere cadeira no município de Sobral.

28 — É publicado o Decreto n.º 4.001, de 27/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que denomina "Dr. Adino Xavier" o Grupo Es-

colar de Alcântara, no município de São Gonçalo.

28 — É publicado o Decreto n.º 4.002, de 27/7/951, do Estado do Rio de Janeiro, que denomina "Senador Alfredo Neves" a escola construída com auxílio do Fundo Nacional do Ensino Primário, na Fazenda dos Ipês, no município de Cachoeiras de Macacu.

28 — São publicados os Decretos ns. 196 e 197, de 17/7/951, do Estado de Goiás, que transferem escolas isoladas nos municípios de Nerópolis e Tocantínópolis.

31 — É publicado o Decreto s/n., de 28/7/951, do Estado de Sergipe, que designa membros do Conselho Estadual de Cultura.

31 — São publicados os Decretos ns. 66-A e 66-B, respectivamente, de 22 e 23/6/951, do Estado de Santa Catarina, que criam cursos de alfabetização.

31 — São publicados os Decretos ns. 68, 69 e 72, de 16/7/951, do Estado de Santa Catarina, que transferem escolas nos municípios de São Francisco do Sul, Araquari e São Francisco do Sul, respectivamente.

31 — São publicados os Decretos ns. 70 e 73, de 16/7/951, do Estado de Santa Catarina, que transferem escolas da cidade de Jaguaruna para o município de Tangará.

31 — É publicado o Decreto número 71, de 16/7/951, do Estado de Santa Catarina, que transfere escola do município de Florianópolis para o de Lajes.

31 — É publicado o Decreto número 74, de 16/7/951, do Estado de Santa Catarina, que manda cessar o funcionamento de curso de alfabetização da cidade de Brusque.

31 — É publicado o Decreto n.º 75, de 16/7/951, do Estado de Santa Catarina, que transfere Curso de Alfabetização da cidade de Brusque para o município de Porto Belo.

31 — É publicado o Decreto n.º 76, de 16/7/951, do Estado de Santa Catarina, que transfere

Curso de Alfabetização no município de Bom Retiro.

31 — É publicado o Decreto n.º 78, de 19/7/951, do Estado de Santa Catarina, que cria Escolas Reunidas no município de Curitiba-banos.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 — É publicada a Lei n.º 47, de 28/6/951, do Município de Aracaju (Sergipe), que denomina "Oscar Nascimento" a escola criada pela Lei n.º 40, de 11/4/951.

1 — É publicado o Ato n.º 10, de 21/3/951, do Município de Sapucaia (Rio de Janeiro), que transfere de localidade escola municipal.

1 — É publicado o Ato n.º 16, de 30/4/951, do Município de Sapucaia (Rio de Janeiro), que transfere de localidade escola municipal.

1 — É publicado o Ato n.º 88, de 14/5/951, do Município de São Gonçalo (Rio de Janeiro), que extingue dois cargos de professor.

3 — É publicada a Lei número 1.275, de 28/6/951, do Município do Recife (Pernambuco), que restaura, no presente exercício, a subvenção anual concedida à Escola Gilberto Freire.

3 — É publicada a Lei número 1.276, de 28/6/951, do Município do Recife (Pernambuco), que concede um auxílio aos componentes da Embaixada de Engenheiros que vai ao sul do país, em missão de estudo.

3 — É publicada a Lei número 1.287, de 30/6/951, do Município do Recife (Pernambuco), que concede auxílio à Embaixada de Acadêmicos de Medicina, que irá ao Rio Grande do Sul tomar parte nos debates científicos que terão lugar naquele Estado.

3 — É publicada a Lei número 1.289, de 30/6/951, do Município do Recife (Pernambuco), que concede auxílio à Embaixada Médico-Cultural, que se destinará ao Rio e São Paulo, em missão de estudos.

4 — É publicada a Lei número 1.307, de 3/7/951, do Município do Recife (Pernambuco), que abre crédito para auxiliar a ida de uma turma de terceiranistas da Faculdade de Direito, da Universidade do Recife, para estágio em estabelecimentos congêneres, no sul do país.

4 — É publicada a Deliberação n.º 3, de 2/5/951, do Município de Saquarema (Rio de Janeiro), que cria a Biblioteca Municipal.

4 — É publicada a Deliberação n.º 5, de 2/5/951, do Município de Saquarema (Rio de Janeiro), que cria três escolas municipais.

10 — São publicadas as Leis ns. 1.321 e 1.324, de 5/7/951, do Município do Recife (Pernambuco), que concedem auxílios, respectivamente, ao Círculo Operário do Recife e ao Educandário da Imaculada Conceição, para fins educacionais.

10 — É publicada a Lei número 1.338, de 5/7/951, do Município do Recife (Pernambuco), que concede uma subvenção anual à Escola Noturna Don Giordano.

12 — É publicada a Resolução n.º 163, de 29/11/950, do Município de Nilópolis (Rio de Janeiro), que dispõe sobre o ensino municipal.

16 — É publicada a Lei número 280, de 14/5/951, do Município de Fortaleza (Ceará), que cria o cargo de Médico Assistente de Educação Física e Higiene Escolar, no Quadro do Funcionalismo Municipal.

17 — É publicado o Decreto n.º 68, de 2/4/951, do Município de Araruama (Rio de Janeiro), que cria mais dez cargos de professor.

17 — É publicada a Portaria n.º 42, de 18/5/951, do Município de Araruama (Rio de Janeiro), que transfere escola por falta de casa.

19 — É publicada a Resolução n.º 19, de 30/10/949, do Município de Cabo Frio (Rio de Janeiro), que especifica a aplicação de renda relativa a imposto majorado.

20 — É publicado o Decreto n.º 45, de 15/6/951, do Município de Cambuci (Rio de Janeiro), que aprova a tabela de extranumerários mensalistas, referente à Educação Pública.

22 — É publicado o Decreto n.º 354, de 20/7/951, do Município do Recife (Pernambuco), que abre crédito especial para pagamento de subvenção anual concedida a Escola Gilberto Freire.

31 — É publicada a Lei n.º 4, de 6/6/951, do Município de Magé (Rio de Janeiro), que autoriza o Prefeito a tomar as necessárias providências no sentido da criação e instalação, na sede do município, de um estabelecimento de ensino denominado "Ginásio Municipal de Magé".

IV — NOTICIÁRIO

4 — Noticia-se a instalação, pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, de mais um estabelecimento de ensino gratuito, em Coelho Neto (Distrito Federal), com a denominação de Ginásio Coelho Neto.

5 — Noticia-se ter sido julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho, em sua etapa preliminar, o dissídio coletivo dos professores de ensino secundário, primário P de artes do Rio de Janeiro.

7 — Noticia-se a realização da V Reunião dos Delegados Estaduais de Ensino Supletivo, tendo sido aprovada, pelo Sr. Presidente da República, uma Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Educação, baseada nos trabalhos dessa Reunião.

10 — Noticia-se que será instalado a 22 de agosto próximo, nesta capital, o I Congresso Brasileiro de Folclore.

15 — Noticia-se ter-se instalado ontem, em São José dos Campos, a I Conferência Nacional de Estudos sobre Articulação do Ensino Médio e Superior.

17 — Realizou-se, de 5 a 10 do corrente, em Salvador (Bahia), o IV Congresso Nacional de Estudantes Secundários, com a parti-

cipação de quinze Estados da Federação.

18 — Noticia-se estar o Ministério da Educação e Saúde empenhado em difundir o cooperativismo entre estudantes e professores, com o fim de facilitar a aquisição do livro escolar.

21 — Noticia-se, do Rio Grande do Norte, ter o Professor Severino Bezerra de Melo assumido ontem o cargo de Diretor do Departamento de Educação.

22 — Noticia-se ter sido criado o Instituto Católico Brasil-Bélgica, com a finalidade de estreitar os laços de simpatia intelectual e moral entre o pensamento católico das duas nações.

22 — Noticia-se do Recife (Pernambuco) o encerramento, ontem, do Curso Intensivo de Formação de Diretoras de Grupos Escolares do Interior do Estado, com a entrega dos diplomas a 68 professoras aprovadas.

25 — Noticia-se já existirem 32 ginásios, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, funcionando gratuitamente em 12 Estados da Federação.

27 — Noticia-se ter sido instalado a 25 último o IV Congresso Inter-Americano de Educação Católica, com a presença de mais de mil educadores católicos de todos os países americanos e alguns europeus.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE AGOSTO DE 1951

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1 — É publicado o Decreto n.º 29.815, de 27/7/951, que aprova e manda executar o Regulamento da Escola Naval.

1 — É publicado o Decreto n.º 29.832, de 1/8/951, que dispõe sobre a revisão das Tabelas únicas de Extranumerários mensa-listas dos diversos Ministérios.

2 — É publicada a Portaria número 15, de 17/7/951, do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, que baixa as Instruções n.º 1, sobre a concessão de auxílios pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

4 — É publicada a Lei número 1.401, de 31/7/951, que muda a denominação da cadeira de História Econômica, do Curso de Ciências Econômicas, para História Econômica e do Brasil, e desdobra o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

8 — É publicada a Lei número 1.403, de 6/8/951, que dispõe sobre a transladação para o Rio de Janeiro dos despojos mortais da Princesa Isabel e de seu esposo, Conde d'Eu.

8 — É publicado o Decreto número 29.831, de 31/7/951, que concede autorização para funcionamento do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

8 — É publicado o Decreto número 29.857, de 6/8/951, que modifica os artigos 2.º, 13 e 15 do Regimento do Serviço de Assis-

tência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto n.º 16.575, de 11/9/944.

8 — É publicada a Portaria n.º 819, de 1/8/951, do Ministro da Educação, que designa Comissão Especial para reexaminar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, originário de mensagem do Governo passado.

8 — É publicada a Circular número 3, de 25/7/951, do Diretor da Diretoria de Ensino Secundário, que dispõe sobre a regularização da situação de professores atualmente em exercício, sem o competente registro.

9 — É publicado o Decreto número 29.850, de 6/8/951, que aprova o Regulamento da Comissão Nacional de Alimentação.

11 — É publicada a Deliberação n.º 67-51, de 30/7/951, do Conselho Nacional de Desportos, que estabelece normas para a transferência de atletas pertencentes às entidades desportivas, em geral.

13 — É publicado o Decreto número 29.870, de 10/8/951, que introduz alteração no Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras.

14 — É publicada a Portaria n.º 86, de 9/8/951, do Ministro do Trabalho, que cria, na Divisão de Construção do Instituto Nacional de Tecnologia, o Curso de Tecnologia e Construção de Máquinas.

16 — É publicado o Decreto número 29.882, de 13/8/951, que autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um

terreno situado no município de Machado, Estado de Minas Gerais, destinado à instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola.

16 — É publicada a Portaria n.º 113, de 6/8/951, do Diretor do Ensino Comercial, que dispõe sobre o Curso Fundamental da Educação para aperfeiçoamento dos inspetores do ensino comercial, com exercício no Distrito Federal.

16 — É publicada a Portaria n.º 40, de 16/7/951, do Diretor do Instituto Benjamin Constant, que regulamenta os cursos de Formação de Professor e Inspetor de Cegos.

17 — É publicada a Portaria n.º 116, de 13/8/951, do Diretor do Instituto Rio Branco, que baixa instruções sobre a frequência no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

17 — É publicada a Portaria n.º 117, de 13/8/951, do Diretor do Instituto Rio Branco, que dá nova redação ao item I da Portaria n.º 113, de 23/7/951, que dispõe sobre a frequência no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata.

17 — É publicada a Portaria n.º 839, de 9/8/951, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso Feminino de Formação Rural, assinadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

17 — É publicada a Portaria n.º 71, de 9/8/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que considera o Curso Normal, de formação de professores de surdos-mudos, como uma das unidades do regulamento do ensino para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

17 — É publicada a Portaria n.º 298, de 10/8/951, do Ministro da Aeronáutica, que aprova as instruções para admissão à Escola de Aeronáutica.

18 — É publicada a Portaria n.º 836, de 10/8/951, do Ministro de Educação, que designa Comissão para elaborar o plano de uma

campanha de caráter cívico e educativo, a ser empreendida pelo Ministério da Educação e Saúde.

21 — É publicada a Portaria n.º 25, de 13/7/951, do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que expede instruções reguladoras da concessão e distribuição de Bolsas de Estudo, para os cursos a se iniciarem no corrente exercício.

22 — É publicada a Lista Parcial n.º 7, da Comissão Nacional ao Livro Didático, que traz a relação dos livros didáticos julgados, como de uso autorizado.

23 — É publicada a Portaria n.º 95, de 14/8/951, do Ministro do Trabalho, que cria, na Divisão de Indústrias Químicas Orgânicas do Instituto Nacional de Tecnologia, o Curso de Introdução a Química das Proteínas, e dispõe sobre seu funcionamento.

25 — É publicado o Aviso número 554, de 24/8/951, do Ministro da Guerra, que dispõe sobre qual o tempo de serviço a que são obrigados a prestar em Corpo de Tropa os alunos desligados dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

28 — São publicadas, pela Diretoria do Ensino Naval, as Instruções para a admissão ao Colégio Naval no ano de 1952.

29 — É publicada a Portaria n.º 27, de 24/8/951, do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, que baixa as Instruções sobre prestação de contas das pessoas ou instituições beneficiadas com auxílios ou bolsas para estudos ou pesquisas.

30 — É publicado o Decreto n.º 29.929, de 28/8/951, que concede subvenção à Confederação Brasileira de Desportos Universitários, para o exercício de 1951.

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, DOS ESTADOS E DOS TERRITÓRIOS

1 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 39, de 31/7/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Dis-

trito Federal, que dispõe sobre os resultados, por série e por matéria, da primeira prova parcial.

1 — É publicada a Lei número 1126, de 31/7/951, do Estado de Pernambuco, que concede um auxílio para a reconstrução da "Escola Padre Félix Barreto", no município de Bezerros.

1 — São publicadas as Portarias ns. 885, 886 e 887, de 27/7/951, do Diretor da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que transferem escolas.

2 — É publicado o Decreto número 3.595, de 31/7/951, do Estado de Minas Gerais, que transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas "Joaquim Nabuco", de Divinópolis.

3 — É publicado o Ato número 2.547, de 2/8/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que abre o crédito especial ao Externato São José, do município de São José do Egito, autorizado pela lei n.º 1.115, de 23/7/951.

3 — É publicada a Portaria número 1.420, de 2/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado do Espírito Santo, que designa as Comissões Municipais de Educação dos Municípios de Itapemirim e Espírito Santo.

3 — É publicado o Decreto número 4.006, de 2/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que cria oito funções de Monitor de Educação Física, no Serviço de Educação Física.

4 — É publicado o Decreto número 807, de 25/7/951, do Estado do Maranhão, que faz doação às Irmãs Terceiras Capuchinhas de um prédio para funcionamento dos seus departamentos administrativos e da Escola de Enfermagem "São Francisco de Assis".

4 — São publicadas as Leis números 1.045 e 1.047, de 28/7/951, do Estado do Ceará, que abrem créditos adicionais ao Instituto de Educação.

4 — É publicado o Ato número 2.555, de 3/8/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que abre o crédito especial au-

torizado pela Lei n.º 1.126, de 31/7/951, para a reconstrução da "Escola Padre Félix Barreto", no município de Bezerros.

5 — São publicados os Programas dos Exames de Admissão à primeira série do curso ginásial do Ginásio Estadual do Instituto Pedagógico "Rui Barbosa", em Aracaju, Estado de Sergipe.

6 — É publicada a Lei número 1.044, de 28/7/951, do Estado do Ceará, que autoriza a abertura do crédito especial para pagamento das despesas de localização e fiscalização dos prédios de construções rurais concedidas pelo Governo Federal ao Estado do Ceará.

7 — É publicada a Lei número 612, de 2/8/951, do Estado do Maranhão, que concede auxílio para conclusão do Grupo Escolar de Icatu.

7 — É publicada a Lei número 613, de 2/8/951, do Estado do Maranhão, que autoriza a abertura de crédito especial para conclusão e equipamento do Grupo Escolar de Vitória do Baixo Mea-
rim.

7 — É publicada a Lei número 615, de 2/8/951, do Estado do Maranhão, que abre crédito especial para auxílio à Casa do Estudante Pobre do Piauí.

7 — É publicado o Decreto número 2.310, de 6/8/951, do Estado do Paraná, que aprova a série funcional de professores extranumerários mensalistas, da Secretaria de Educação e Cultura.

C — É publicada a Lei número 1.131, de 7/8/951, do Estado de Pernambuco, que autoriza a abertura de crédito suplementar a várias consignações do atual orçamento.

8 — São publicadas as Portarias ns. 1.173, 1.174, 1.175, 1.175, 1.177, 1.178 e 1.182, de 7/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transferem cadeiras de escolas.

8 — É publicado o Decreto número 2.312, de 7/8/951, do Estado do Paraná, que concede au-

xílio à Escola de Arte Dramática de São Paulo.

8 — É publicado o Decreto Legislativo n.º 215, de 1/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que aprova o convênio entre o Estado e a direção do Arsenal de Guerra de General Câmara, a respeito da encampação dos serviços do Ginásio General Câmara.

8 — É publicado o Decreto Legislativo n.º 216, de 1/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que aprova o convênio a ser celebrado entre o Estado e o município de Livramento para a encampação de grupos escolares naquela cidade.

9 — São publicadas as Instruções gerais para as provas de promoção e conclusão do curso primário em 1951, do Serviço de Verificação do Rendimento Escolar, do Estado de Pernambuco.

9 — É publicada a Lei número 1.517, de 9/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que altera o Lei n.º 1.225, de 30/11/951, a fim de isentar as professoras estaduais da taxa de turismo.

9 — É publicado o Decreto número 1.847, de 9/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que dá denominação a Escola Isolada.

10 — São abertas, por ato de 8 de agosto de 1951, do Diretor do Departamento de Educação do Estado do Piauí, as inscrições às Bolsas de Estudo concedidas pelo INEP.

10 — É publicado o Ato número 2.645, de 9/8/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que abre o crédito autorizado pela lei n.º 1.131, de 7/8/951.

10 — São publicadas as Portarias ns. 1.197, 1.198, 1.200 e 1.202, de 9/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transferem cursos vagos do ensino supletivo.

10 — É publicada a Portaria n.º 1.221, de 9/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transfere cadeira de escola.

10 — É publicado o Ato de 6 de agosto de 1951, do Secretário

de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que concede subvenção a escola do município de Campos.

11 — É publicada a Lei número 623, de 3/8/951, do Estado do Maranhão, que abre crédito especial destinado às despesas de conservação, remodelação e obras de alvenaria em imóvel do Estado, localizados no município de Barra do Corda.

11 — É publicado o Ato número 2.656, de 10/8/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que inclui na classificação dos Concluintes dos Cursos de Especialização, de que trata o artigo 481 do Regulamento do Ensino Primário, as professoras habilitadas pelos Cursos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

11 — É publicado o Decreto n.º 602, de 10/8/951, do Estado do Espírito Santo, que dá a denominação de "Professora Inah Verneck" às Escolas Reunidas de Aquidaban, da cidade de Cachoeiro do Itapemirim.

11 — É publicado o Decreto n.º 603, de 10/8/951, do Estado do Espírito Santo, que transforma escolas isoladas do município de Cachoeiro do Itapemirim em Grupos Escolares.

11 — É publicado o Decreto n.º 604, de 10/8/951, do Estado do Espírito Santo, que abre crédito especial para o pagamento do auxílio concedido à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — Seção do Espírito Santo.

11 — É publicada a Lei número 1.261, de 10/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que abre crédito especial para pagamento das despesas com admissão de extranumerários contratados para o Ensino Pré-Primário e Primário.

11 — É publicada a Lei número 1.518, de 9/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que altera a classificação de cargos do Quadro Suplementar da Universidade do Rio Grande do Sul.

11 — São publicadas, no Estado de Goiás, as Instruções aos candidatos a Bolsas de Estudo no

INEP, constantes da Portaria número 25, do referido Instituto.

12 — É publicada a Lei número 1.262, de 11/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que concede isenção de impostos a um imóvel destinado à construção de um Colégio.

12 — É publicado o Ato de 11 de agosto de 1951, do Governador do Estado do Rio de Janeiro, que designa o Secretário de Educação e Cultura para assinar, com o Ministério da Educação e Saúde, os termos de acordo para construção de unidades escolares no território fluminense, por força do Auxílio Federal do Ensino Primário.

14 — É publicado o Decreto número 517, de 11/8/951, do Estado de Alagoas, que transfere cadeira isolada e dá outras providências.

14 — É publicada a Portaria n.º 1.447, de 9/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado do Espírito Santo, que altera as gratificações de função dos Diretores de Grupos Escolares.

14 — São publicados os Atos de 8/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado do Rio de Janeiro, que cassam subvenções concedidas a escolas particulares.

15 — São publicadas as Portarias ns. 1.245 e 1.246, de 14/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que transferem cadeiras de escolas.

15 — É publicada a Lei número 1.266, de 13/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que muda a denominação de escola primária localizada no município de Carmo.

15 — É publicada a Lei número 1.267, de 13/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que muda a denominação de estabelecimento agrícola do município de Niterói.

15 — É publicada a Lei número 477, de 26/1/951, do Estado de Goiás, que cria, na Secretaria de Estado da Educação, o Serviço de Clubes Agrícolas Escolares.

16 — São publicados os Atos de 16 e 27/3/951, do Governador do Estado do Ceará, que transferem escolas.

16 — São publicados os Decretos ns. 1.862, 1.863, 1.865 e 1.866, de 16/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que dão denominações a Grupos Escolares.

16 — É publicado o Decreto número 1.864, de 16/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que transfere de localidade Escola Isolada, no município de São José do Norte.

17 — É publicada a Ordem de Serviço no 42, de 16/8/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre as providências a tomar no caso de existência de turma vaga.

17 — São publicados os Atos de 15-2, 27-3, 7 e 27-4, 31-5 e 1 e 10 de agosto de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transferem escolas.

17 — É publicada a Lei número 709, de 16/8/951, do Estado de Minas Gerais, que revigora a autorização constante da Lei número 612, de 2/9/950, referente à construção do prédio da Escola Normal Oficial de Uberaba.

17 — É publicado o Edital da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado do Espírito Santo, com as Instruções reguladoras da concessão e distribuição de Bolsas de Estudo pelo I.N.É.P.

17 — É publicado o Decreto número 4.009, de 16/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria terreno no município de São Fidélis, destinado à construção de uma escola primária rural.

17 — São publicados os Decretos ns. 212, 214, 215, 216 e 217, de 7/8/951, do Estado de Goiás, que transferem escolas isoladas.

17 — É publicado o Decreto número 213, de 7/8/951, do Estado de Goiás, que torna sem efeito a transferência de escola isolada do município de Corumbáiba, para o de Vianópolis.

18 — É publicada a Resolução n.º 24, de 17/8/951, do Prefeito do Distrito Federal, que regulamenta o Salão Rural de Belas-Artes do Distrito Federal.

18 — É publicada a Resolução n.º 25, de 17/8/951, do Prefeito do Distrito Federal, que institui, no Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação, o Conselho de Jornalistas.

18 — É publicado o Ato de 1 de fevereiro de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere cadeira de escola.

18 — São publicadas as Portarias ns. 1.265 e 1.266, de 17 de agosto de 1951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que, respectivamente, transfere e localiza cadeira de escola.

18 — É publicada a lei número 1.268, de 16/8/951, do Estado de Rio de Janeiro, que denomina "Salgado Filho" o Grupo Escolar a ser construído no bairro da Engenhoca, no município de Niterói.

18 — É publicado o Decreto número 4.010, de 17/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara que a escola criada pelo Decreto n.º 3.671, de 2/6/950, no município de Nova Iguaçu, achase instalado na localidade de Jaceruba e não na de São Paulo, como constou do referido decreto.

18 — São publicadas as Portarias ns. 921, de 7/8/951, 943, 944 e 948, de 14/8/951, do Diretor da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que transferem escolas vagas.

18 — São publicadas as Portarias ns. 1.273 e 1.274, de 18/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado de Pernambuco, que localizam cadeiras de escolas.

19 — É publicada a Lei número 1.548, de 14/8/951, do Estado de Alagoas, que transforma em cargos de provimento efetivo os cargos em comissão de Preparadores de Física, Química e Histó-

ria Natural do Colégio Estadual de Alagoas e do Colégio Moreira Silva.

20 — É publicada a Lei n.º 1.063, de 10/8/951, do Estado do Ceará que concede isenção do imposto de selo aos alunos dos estabelecimentos oficiais do ensino do Estado.

20 — São publicados os Atos de 17/8/951, do Governador do Estado do Ceará, que transferem escolas.

21 — É publicada a Lei número 604, de 20/8/951, do Distrito Federal, que isenta do imposto de selos de diversões os circos e teatros que derem espetáculos próprios para crianças nas condições que indica.

21 — São publicadas as Informações n.º 8, de 20/8/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, do Distrito Federal, que determinam participação da Secretaria Geral de Educação e Cultura na "Semana Antialcoólica".

21 — É publicado o Decreto n.º 608, de 20/8/951, do Estado do Espírito Santo, que autoriza a Secretaria de Educação e Cultura a propor, no próximo mês de setembro, promoções de professores primários para provimento de cargos existentes nas classes superiores da carreira.

21 — É publicado o Decreto n.º 609, de 20/8/951, do Estado do Espírito Santo, que transforma as escolas do Préventório "Alzira Bley", em Escolas Reunidas, com a denominação de "Professor Dr. Sousa Araújo".

21 — É publicada a Portaria ns 1.501, de 20/8/951, do Secretário de Educação e Cultura, do Estado do Espírito Santo, que permite o afastamento, até seis dias, aos professores e funcionários subordinados à Secretaria de Educação e Cultura, que visitarem Vitória na primeira quinzena de setembro.

21 — É publicada a Lei número 669, de 20/8/951, do Estado do Paraná, que denomina "Giná-

sio General Plínio Tourinho" o estabelecimento de ensino secundário de Joaquim Távora.

21 — É publicada a Lei número 671, de 20/8/951, do Estado do Paraná, que denomina "Ginásio Estadual Joaquim Pereira de Macedo" o Ginásio Estadual de Cambará.

21 — É publicada a Lei número 672, de 20/8/951, do Estado do Paraná, que autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra Metropolitana de Curitiba o prédio onde funciona o Grupo Escolar de Guaratuba.

21 — É publicado o Decreto n.º 1.920, de 20/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que declara de utilidade pública e desapropria um imóvel necessário à construção dos edifícios públicos destinados à Reitoria, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.

21 — É publicado o Decreto n.º 206, de 28/7/951, do Estado de Goiás, que transfere escola isolada no município de Formosa.

21 — É publicado o Decreto s/n., de 2/8/951, do Estado de Goiás, que nomeia o Diretor da Divisão de Ensino do Segundo Grau para exercer o cargo de Secretário de Estado da Educação, enquanto durar o afastamento legal e temporário do respectivo titular.

22 — É publicada a Portaria n.º 965, de 17/8/951, do Diretor da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que transfere escola no município de Mangaratiba.

22 — É publicada a Portaria n.º 968, de 17/8/951, do Diretor da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que eleva de quarta a terceira categoria o Grupo Escolar do Município de Paraíba do Sul.

22 — É publicada a Lei número 498, de 14/8/951, do Estado de Goiás, que abre crédito especial para ocorrer às despesas com uma

comissão de alunos da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, que irá ao Rio de Janeiro tratar da equiparação da referida Faculdade.

23 — É publicado o Ato do Secretário de Educação, do Estado de Minas Gerais, que transfere para o Grupo Escolar "Dom Beneditinos", da cidade de Mariana, as Escolas Reunidas da mesma cidade.

24 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 23, de 23/8/951, do Diretor do Departamento de Educação Complementar, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre a "Semana Antialcoólica".

24 — É publicado o Decreto n.º 3.607, de 23/8/951, do Estado de Minas Gerais, que declara de utilidade pública terreno para ampliação do Grupo Escolar "Helena Peña", de Belo Horizonte.

24 — É publicada a Lei número 1.274, de 22/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que cria cargos de professor de ensino pré-primário e primário.

24 — É publicada a Lei número 1.277, de 22/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que dá a denominação de "Dr. Luciano Pestre" ao Grupo Escolar, a ser construído no bairro do Caramujo, município de Niterói.

24 — É publicado o Decreto n.º 1.960, de 20/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria um Grupo Escolar no município de Marcelino Ramos.

24 — É publicada a Lei número 497, de 14/8/951, do Estado de Goiás, que dispõe sobre a doação de lotes de terreno à Sociedade Feminina de Instrução e Caridade.

24 — É publicado o Decreto n.º 222, de 14/8/951, do Estado de Goiás, que torna sem efeito a transferência da Escola Isolada da Fazenda Pianco, município de Anápolis, para a Fazenda Paciência, município de Petropolis de Goiás.

25 — É publicada a Resolução n.º 18, de 23/8/951, do Secretário

Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que altera o art. 8.º da Resolução n.º 13, de 23/6/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, que dispõe sobre a Comissão Municipal de Belas-Artes.

25 — É publicada a Resolução n.º 19, de 23/8/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que cria, no Departamento de Educação de Adultos, o Setor de Relações Públicas.

25 — É publicada a Lei número 714, de 24/8/951, do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a doação de bens à União, para os fins da lei federal n.º 1.254, de 4/12/950.

26 — São publicados os Decretos ns. 202, 204, de 24/7/951; 226 e 227, de 14/8/951; 231, 232, 233, 234, 235, 236 e 237, de 18/8/951, do Estado de Goiás, que transferem escolas.

26 — É publicado o Decreto ns 223, de 14/8/951, do Estado de Goiás, que torna sem efeito transferência de escola no município de Vianópolis.

27 — É publicado p Quadro da matrícula do Ensino Particular, no Distrito Federal, referente ao mês de junho de 1951.

27 — É publicado o Ato de 30 de junho de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que transfere cadeira de Grupo Escolar.

28 — São publicadas as Instruções n. 9, de 27/8/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõem sobre as festividades do "Dia da Árvore".

28 — São publicadas as Instruções n.º 10, de 27/8/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que regulam o estágio de médicos, dentistas, enfermeiros, visitantes sociais, nutricionistas e alunos da última série das respectivas Escolas e Faculdades Oficiais ou reconhecidas, nas dependências do Departamento de Saúde Escolar da Escola da Se-

cretaria Geral de Educação e Cultura.

28 — É publicado o Ato de 6 de julho de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que anexa escola da cidade de Maranguape ao Instituto dos Pobres, da mesma cidade.

28 — É publicado o Decreto ns 4.015, de 27/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria terreno no município de Silva Jardim, necessário à construção de uma escola primária rural.

28 — É publicado o Decreto n. 4.016, de 27/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria terreno no município de Casimiro de Abreu, necessário à construção de um Grupo Escolar.

28 — É publicada a Portaria n.º 984, de 23/8/951, do Diretor da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária, do Estado do Rio de Janeiro, que permite passe a funcionar em regime de Grupo Escolar a Escola de Japuiba, município de Cachoeiras de Macacu.

29 — São publicados os Atos de 20/7/951, do Governador do Estado do Ceará, que transferem cadeiras de escolas.

29 — É publicado o Ato de agosto de 1951, do Governador do Estado do Ceará, que torna sem efeito transferência de escola do município de São Benedito.

29 — É publicada a Lei número 1.282, de 27/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que denomina "Major Franca" a escola rural construída na Fazenda Belavista, no município de Natividade de Carangola.

29 — É publicada a Lei número 1.283, de 27/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que denomina "Ilídio Valentim de Moraes" a escola rural construída na localidade de Santa Rita do Prata, município de Natividade do Carangola.

30 — É publicado o Ato de 5 de maio de 1951, do Governador

do Estado do Ceará, que transfere escola no município de Icó.

30 — São publicados os Atos de 31/7/951 e 29/8/951, do Governador do Estado do Ceará, que Transferem cadeiras de escolas.

30 — É publicada a Lei número 1.284, de 28/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que retifica nome de instituição beneficiada com verba orçamentária.

30 — É publicado o Decreto número 2.427, de 29/8/951, do Estado do Paraná, que cria grupos escolares nos municípios de Jaguariaiva, Panaraguá, Guarapuaiva, Malé e Londrina.

30 — É publicado o Decreto número 238, de 20/8/951, do Estado de Goiás, que dispõe sobre a organização de cadastro escolar do Estado, e dá outras providências.

31 — É publicada a Lei número 605, de 29/8/951, do Distrito Federal, que considera de utilidade pública, como instituição de assistência social, a "Fundação Bela Lopes de Oliveira".

31 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 44, de 30/8/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que declara, em aditamento à Ordem de Serviço n.º 43, que, nas relações dos melhores alunos do ano letivo de 1950, deve figurar apenas um nome para cada série, seguido do respectivo endereço.

31 — É publicada a Lei número 1.287, de 30/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que denomina "Amanda Velasco" o Grupo Escolar que está sendo construído na Vila Ipiúba, município de São Gonçalo.

31 — É publicada a Lei número 1.288, de 30/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que revoga as Leis ns. 70, de 5/1/948; 620, de 4/11/949; 747, de 27/12/949; 898, de 14/6/950, e 934, de 29/7/950, que autorizam o Poder Executivo a conceder, anualmente, subvenções e auxílios às entidades que mencionam.

31 — É publicado o Decreto número 4.018, de 30/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que destaca sete cargos de professor de ensino pré-primário e primário, dos que forem criados pela Lei n.º 1.274, de 22/8/951, a fim de integrarem a lotação dos municípios de Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Pedro d'Aldeia e Vassouras.

31 — É publicado o Decreto número 4.019, de 30/8/951, do Estado do Rio de Janeiro, que cria escolas primárias nos municípios do Cambuci e Itaperuna.

31 — É publicado o Decreto número 2.271, de 28/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio ao Círculo Operário Porto Alegrense, para difusão da cultura artística.

31 — É publicado o Decreto número 2.272, de 28/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Associação Rio Grandense de Música, de Santa Maria, para difusão da cultura artística.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 — É publicado o Decreto número 1.022, de 26/7/951, do Município de Fortaleza (Ceará), que aprova o Regimento Interno do Ginásio Municipal de Fortaleza.

14 — É publicada a Lei número 196, de 13/8/951, do Município de Vitória (Espírito Santo), que concede ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia do Espírito Santo o auxílio de dez mil cruzeiros.

17 — É publicado o Decreto s/n., de 10/7/951, do Município de Barra Mansa (Rio de Janeiro), que cria uma escola mista diurna na Fazenda Bocaina.

18 — É publicada a Resolução n.º 6, do Município de Cantagalo (Rio de Janeiro), que concede subvenções.

21 — É publicada a Lei número 199, de 10/8/951, do Município de Teresina (Piauí), que transfere escolas, extingue e cria

cargos, e dá outras providências.

22 — É publicada a Declaração n.º 91, do município de Itaguaí (Rio de Janeiro), que autoriza o Prefeito a conceder, anualmente, subvenção ao Ginásio Fernando Costa.

22 — É publicada a Deliberação n.º 149, de 30/6/951, do Município de Vassouras (Rio de Janeiro), que concede subvenção anual ao Ginásio Barão do Pati.

22 — É publicada a Deliberação n.º 155, de 18/7/951, do Município de Vassouras (Rio de Janeiro), que autoriza o Prefeito a permutar terrenos até perfazer a área necessária à construção do Grupo Escolar do distrito de Governador Portela.

22 — É publicada a Resolução n.º 71, de 1/8/951, do Município de Silva Jardim (Rio de Janeiro), que abre crédito especial para pagamento da contribuição do município na construção das escolas estaduais construídas com o Fundo Nacional de Educação.

28 — É publicada a Lei n. 73, de 13/8/951, do Município de Assai (Paraná), que abre crédito especial para atender a diversas despesas, inclusive à construção de um Grupo Escolar.

IV — NOTICIÁRIO

1 — Realizou-se no Ministério da Educação e Saúde o ato de assinatura do acordo entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, para a execução dos serviços da Campanha de Educação de Adultos, naquele Estado, durante o ano de 1951.

3 — Noticia-se a instalação da Comissão incumbida dos primeiros estudos para a concretização da Universidade do Distrito Federal.

3 — Noticia-se que "The British Council" acaba de conceder seis bolsas de estudos a brasileiros que queiram especializar-se nas Universidades, Colégios e Centros de Pesquisas do Reino Unido.

4 — Encerrar-se-á, hoje, em sessão solene, o IV Congresso Inter-Americano de Educação Católica.

10 — Noticia-se que será prestada homenagem ao professor Frederico Carpenter, com a inauguração, a 14 do corrente, do seu busto, em uma das salas do prédio em que tem sede a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

11 — Noticia-se a aprovação, pelo Ministro da Educação e Saúde, das Instruções para o funcionamento, no corrente ano, dos cursos de aperfeiçoamento para o magistério das escolas primárias e normais de todo o país, mantidos pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

17 — Noticia-se, de São Paulo, que foi iniciado, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, um movimento no sentido de se inslaular, neste Instituto Superior de Ensino, o regime da carreira do professorado universitário.

17 — Noticia-se que, no ano passado, funcionaram, no Estado do Maranhão, cerca de 730 cursos de ensino supletivo, com o auxílio do Governo Federal.

29 — Continuam intensas as atividades do I Congresso Brasileiro de Folclore.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE SETEMBRO DE 1951

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1 — É publicado o Aviso n.º 578, de 30/8/51, do Ministro da Guerra, que fixa o número de vagas para matrículas no Colégio Militar, em 1952.

4 — É publicada a Portaria número 923, de 29/8/951, do Ministro da Educação, que dispõe sobre aulas de extensão cultural no Colégio Pedro II.

5 — É publicada a Resolução ns 426, de 7/7/949, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que registra pronunciamento sobre um projeto de criação da primeira Colônia-Escola brasileira.

6 — É publicada a Portaria n.º 936, de 31/8/951, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Indústrias Rurais Caseiras, assinadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

10 — É publicada a Lei número 1.424, de 4/9/951, que declara de utilidade pública o Instituto Cultural ítalo-Brasileiro, de Campinas, no Estado de São Paulo.

10 — É publicada a Resolução n.º 431, de 8/7/951, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que formula apelos relativamente à regularização dos registros escolares tanto oficiais como privados.

II — É publicada a Resolução n.º 424, de 6/7/949, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de

Estatística, que consigna os padrões que a Estatística da Educação já pode fornecer para aferir a capacidade, a eficiência e o rendimento do ensino primário fundamental comum.

11 — É publicada a Portaria n.º 949, de 5/9/951, do Ministro da Agricultura, que dispõe sobre a distribuição do tempo dos trabalhos escolares nos estabelecimentos de ensino agrícola e estabelece normas.

12 — É publicada a Portaria n.º 88, de 24/8/951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que permite sejam matriculados no Curso Normal de formação de professores de surdos-mudos, no corrente ano, todos os candidatos classificados no concurso de habilitação.

13 — É publicada a Portaria n.º 926, de 3/9/951, do Ministro da Educação, que expede os programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e História Administrativa e Econômica do Brasil e respectivas instruções metodológicas, para os cursos técnicos de comércio.

14 — É publicado o Decreto n.º 29.976, de 12/9/951, que torna público o depósito dos instrumentos de aceitação, por parte de vários países da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

17 — É publicado o Decreto n.º 29.997, de 14/9/951, que dispõe sobre o preenchimento, em caráter provisório, de função de extranumerário-mensalista.

18 — É publicado o Decreto n.º 29.974, de 10/9/1951, que modifica o Brasão da Academia Militar das Agulhas Negras.

18 — É publicado o Decreto n.º 29.969, de 10/9/1951, que aprova e manda adotar o Toque de Cometa Indicativo do Colégio Militar.

18 — É publicada a Resolução n.º 436, de 9/7/1951, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, que fixa normas para a divulgação de dados estatísticos provisórios, no país e no estrangeiro.

18 — É publicada a Resolução n.º 439, de 9/7/1949, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, que formula considerações sobre a cooperação Intergovernamental e, em particular, sobre a Convenção Nacional de Educação e Saúde.

19 — É publicada a Portaria n.º 976, de 13/9/1951, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento de cursos avulsos destinados a bolsistas da Organização das Nações Unidas, assinadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

19 — É publicada a Portaria n.º 89, de 24/8/1951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que altera o Regulamento do Curso Normal, de formação de professores de surdos-mudos, expedido pela Portaria n.º 26, de 14 de junho de 1951.

22 — É publicada a Portaria n.º 91, de 13/9/1951, do Diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que aprova as diretrizes relativas aos Corpos Docente e Discente do Curso Normal, de formação de professores de surdos-mudos.

26 — É publicado o Decreto n.º 30.006, de 24/9/1951, que altera a lotação das repartições do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para transferir professor do Ensino Primário.

27 — É publicada a Resolução n.º 11/9/1950, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Es-

tatística, que traduz o aplauso do Conselho à realização do XIII Congresso Brasileiro de Esperanto.

27 — É publicada a Resolução n.º 451, de 11/9/1950, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, que formula apelo em prol do ensino obrigatório dos preenchimentos dos livros e questionários do Regimento Escolar.

27 — É publicada a Portaria n.º 204, de 21/9/1951, do Ministro da Guerra, que aprova as insígnias do Comando da Academia Militar das Agulhas Negras.

29 — É publicada a Resolução n.º 459, de 12/9/1950, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, que formula um apelo à instalação da Primeira Colônia-Escola baiana.

29 — É publicada a Resolução n.º 461, de 12/9/1950, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, que exprime votos sobre o Seminário Inter-americano de Alfabetização e Educação de Adultos.

TI — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, DOS ESTADOS E DOS TERRITÓRIOS

1 — É publicado o Decreto n.º 2.241, de 28/8/1951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio para aperfeiçoamento cultural.

1 — É publicado o Decreto n.º 2.273, de 28/8/1951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio ao Instituto Municipal de Belas-Artes de Santa Maria.

1 — É publicado o Decreto n.º 2.274, de 28/8/1951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio ao Teatro do Estudante de Porto Alegre.

1 — São publicados os Decretos de ns. 2.275 a 2.281, de 28 de agosto de 1951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concedem auxílios para difusão cultural e artística.

1 — É publicado o Decreto n.º 2.282, de 30/8/1951, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria

escolas reunidas no município de porto Alegre.

1 — São publicados os Decretos de ns. 2.283 a 2.294, e de 2.296 a 2.300, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concedem auxílios para aperfeiçoamento e difusão cultural e artística.

1 — E' publicado o Decreto n.º 2.295, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 ao Orfeão Rio Grandense, para a temporada lírica popular de Porto Alegre.

1 — E' publicado o Decreto n.º 2.302, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Associação Estudantil, de Encruzilhada do Sul.

1 — E' publicado o Decreto n.º 2.302, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio para construção de monumento a Júlio de Castilhos, na cidade do mesmo nome.

1 — São publicados os Decretos ns. 2.306, 2.309, 2.311, 2.312, 2.313, 2.314, 2.315, 2.316 e 2.317, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concedem auxílios a várias instituições estudantis, centros acadêmicos e revistas universitárias.

1 — E' publicado o Decreto n.º 2.319, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Comissão Estadual de Folclore, da capital.

1 — E' publicado o Decreto n.º 2.321, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Revista do Ministério Público.

1 — E' publicado o Decreto n.º 3.322, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio à Sociedade de Engenharia, de Porto Alegre.

1 — E' publicado o Decreto n.º 2.323, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio ao Instituto Geológico La Salle, de Canoas.

1 — São publicados os Decretos de ns. 2.324 a 2.335, de 30 de agosto de 1951, do Estado do

Rio Grande do Sul, que concedem auxílios às Associações Culturais e Centros Acadêmicos.

1 — São publicados os Decretos ns. 2.337, 2.339 e 2.340, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concedem auxílios ao Instituto Histórico e Geográfico, à Sociedade de Agronomia e à Academia Sul Rio-Grandense de Letras, respectivamente.

1 — São publicados os Decretos ns. 2.341, 2.342, 2.344 e 2.345, de 30/8/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concedem auxílios a escolas, federação de estudantes e Instituto de Cinema Educativo.

3 — São publicados os Decretos de ns. 2.350 a 2.361, de 30 de agosto de 1951, do Estado do Rio Grande do Sul, que concedem auxílios a associações, centros culturais e difusão da cultura artística.

4 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 8, de 28/8/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que manda divulgar, entre os alunos das escolas primárias, que o Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) mantém um curso vocacional para menores de 12 a 14 anos de idade, que tenham completado a 4.ª série primária.

4 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 46, de 3/9/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que instala em várias escolas, a título de experiência, turmas de recuperação constituídas por crianças que não apresentam rendimento satisfatório na aprendizagem inicial da leitura e escrita, nem mesmo conseguindo integrar-se nos grupos infantis.

4 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 47, de 3/9/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre retorno de aluno à classe de-

pois de afastado da escola por motivo de doença.

4 — É publicada a Portaria n.º 11, de 25/8/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que estabelece condições para provimento dos cargos do magistério primário.

4 — São publicadas as Portarias ns. 991, 992, 993 e 994, de 27 de agosto de 1951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária do Estado do Rio de Janeiro, que transferem, escolas de diversas localidades.

4 — É publicada a Portaria n.º 988, de 27/8/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária do Estado do Rio de Janeiro, que eleva de categoria o Jardim de Infância "Julia Cortines".

4 — É publicado Edital de 31 de agosto de 1951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que abre inscrição para as bolsas de estudo instituídas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

5 — É publicada a Lei número 1.150, de 4/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que concede auxílio de Cr\$. 50.000,00 à União dos Estudantes de Comércio do Estado.

5 — São publicadas pelo Departamento de Educação do Estado de Minas Gerais as instruções que regulam a concessão de bolsas de estudo para os cursos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

6 — São publicadas as Instruções n.º 11, de 5/9/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, que regulam a participação da Secretaria Geral de Educação e Cultura na Campanha de combate à mendicância e amparo à velhice e infância desamparadas.

6 — É publicada a Portaria n.º 1.470, de 5/9/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que transfere de município a cadeira de Pré-Orientação Profissional.

6 — É publicada a Lei número 1.296, de 4/9/951, do Estado do

Rio de Janeiro, que isenta de imposto o terreno a ser adquirido para ampliação do Colégio Figueiredo, Costa.

6 — É publicado o Ato de 31 de agosto de 1951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que cassa subvenção concedida a escola particular no município de Duque de Caxias.

G — É publicado o Decreto número 243, de 31/8/951, do Estado de Goiás, que transfere escola isolada no município de Anápolis.

7 — São publicadas as Portarias ns. 1.471 e 1.472, de 6/9/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que transferem cadeiras de diversos municípios.

7 — É publicada a Portaria n.º 595, de 1/9/951, do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que divide em distritos o Estado e designa inspetores escolares.

8 — São publicados os Decretos ns. 2.365 e 2.366, de 6/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que transferem escolas isoladas e grupo escolar, respectivamente.

8 — É publicado o Decreto número 2.367, de 6/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria escola isolada no município de Porto Alegre.

9 — É publicada a Nota de 20 de setembro de 1951, da Diretoria de Educação do Estado de Alagoas, que abre inscrições para a prova de seleção de candidatos às bolsas de estudo, concedidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Rio de Janeiro, e transcreve a Portaria n.º 25, de 13/7/951, do Diretor do INEP, que expede instruções para distribuição das referidas bolsas e para os cursos a se iniciarem.

9 — É publicado o Decreto número 3.610, de 8/9/951, do Estado de Minas Gerais, que abre à Secretaria das Finanças o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, para aquisição de terreno destinado à construção da Escola Normal Oficial de Uberaba.

9 — É publicado o Decreto número 3.612, de 8/9/951, do Estado de Minas Gerais, que abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito de Cr\$ 800.000,00, para a construção da Escola Normal Oficial de Uberaba.

11 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 49, de 10/9/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre o "Concurso de Linguagem", instituído pelos Diretores da Revista "O Ensino".

11 — É publicada a Lei número 1.165, de 10/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio ao IV Congresso Nacional de Jornalistas.

11 — É publicado o Decreto n.º 520, de 6/9/951, do Estado de Alagoas, que transfere cadeira isolada mista, e dá outras providências.

11 — São publicados Atos de 4/9/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que cassam subvenções concedidas à escola particular e noturna e curso noturno, nos municípios de Macaé e Duque de Caxias.

12 — É publicada a Ordem de serviço n.º 50, de 11/9/951, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre as turmas de adaptação que revelarem condições de aproveitamento, capazes de levá-los a cursar com eficiência a 1.ª série.

13 — É publicada a Lei número 1.168, de 12/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que autoriza a construção de prédio destinado a Grupo Escolar na vila de Engenho do Meio.

13 — É publicado o Decreto número 2.370, de 13/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria escola isolada no município de Lajeado.

14 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 25, de 12/9/951, do Diretor do Departamento de Educação Complementar, da Prefeitura

do Distrito Federal, que dispõe sobre a comemoração do "Dia da Arvore".

14 — É publicada a Lei n.º 347, de 13/9/951, do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, que eleva o número de cargos de professor primário.

14 — É publicada a Portaria n.º 303, de 18/9/951, do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, que determina a realização de provas de habilitação para professores classes A e A-2, e dá outras providências.

15 — São publicadas as Portarias ns. 1.551 e 1.552, de 14 de setembro de 1951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que transferem cadeiras de diversos municípios.

15 — São publicadas as Portadas ns. 1.016, 1.017, 1.019 e 1.021, de 12/9/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária do Estado do Rio de Janeiro, que transferem escolas em diversos municípios.

15 — São publicadas as Portarias ns. 1.018 e 1.020, de 12/9/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária do Estado do Rio de Janeiro, que anulam as Portarias ns. 634, de 25/5/951, e 22, de 22/2/949, que, respectivamente, transfere escola de município e suspende o ensino em escola de Paraíba do Sul.

15 — É publicada a Lei número 698, de 14/9/951, do Estado do Paraná, que autoriza abrir, à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição do prédio do Ginásio da Associação de Ensino Novo Ateneu, da cidade de Cornélio Procopio.

15 — São publicadas as Portarias ns. 20, de 20/8/951, 21, de 21/8/951, e 22, de 24/8/951, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde do Estado de Goiás, que designam comissões para exame nas obras de prédios escolares rurais, em diversos municípios.

15 — São publicados Decretos ns. 248, 249, 250, 251, 252, 253,

254 e 255, de 31/8/951, do Estado de Goiás, que transferem escolas isoladas em diversos municípios.

15 — São publicados Decretos ns. 257, de 3/9/951, e 260, de 1/9/951, do Estado de Goiás, que tornam sem efeito transferências de escolas isoladas.

16 — É publicada a Lei número 1.181, de 15/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que autoriza a concessão de Cr\$ 50.000,00 à embaixada universitária da Escola de Belas-Artes, que segue para a Europa, em viagem de estudos.

16 — É publicado o Decreto de 13/9/951, do Estado de Sergipe, que designa diretor das Escolas Reunidas de Santo Amaro das Brotas.

16 — É publicado o Decreto de 13/9/951, do Estado de Sergipe, que designa diretor de Grupo Escolar da cidade de Itabaiana.

16 — É publicado o Decreto nº 4.026, de 15/9/951, do Estado do Rio de Janeiro, que dá denominação a escola no município de São Fidélis.

18 — É publicado o Ato número 3.080, de 17/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que abre crédito especial de Cr\$ 50.000,00, em vista da autorização contida na Lei n.º 1.181, de 15 de setembro de 1951, para auxílio à embaixada universitária da Escola de Belas-Artes.

18 — É publicado o Decreto nº 2.374, de 17/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que abre crédito especial à Secretaria de Educação e Cultura, para aquisição da biblioteca do professor Delfim de Mesquita Barbosa.

19 — São publicadas as Portarias ns. 1.557 e 1.558, de 18 de setembro de 1951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que transferem cursos vagos em diversos municípios, para facilitar a execução do plano do ensino supletivo.

19 — É publicado o Decreto n.º 3.620, de 18/9/951, do Estado de Minas Gerais, que cria um grupo escolar da cidade de Bambuí,

denominada "Dr. Antônio Tôrles".

19 — É publicada a Lei número 1.537, de 19/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que autoriza a abertura de crédito especial para despesas de excursão de estudos da Faculdade de Farmácia e Odontologia, de Pelotas, e da outras providências.

20 — São publicadas as Portarias ns. 1.570, 1.571 e 1.581, as duas primeira de 18/9/951, e a terceira de 19/9/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que localizam cadeiras em diversos municípios.

20 — É publicada a Portaria n.º 1.574, de 18/9/951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que transfere cadeiras no município de Serra Talhada.

20 — É publicada a Portaria n.º 1.026, de 14/9/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária do Estado do Rio de Janeiro, que transfere escola no município de Bom Jesus do Itabaiana.

21 — São publicadas as Instruções s/n., de 13/9/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que regulam os exames e as promoções nos Cursos de Continuação e Aperfeiçoamento, do Departamento de Educação de Adultos.

21 — É publicada a Lei número 1.199, de 20/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que autoriza o Poder Executivo a auxiliar com Cr\$ 50.000,00 a Primeira Semana de Estudos Jurídicos, realizada no Recife.

21 — É publicada a Lei número 1.201, de 20/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que reconhece como órgão de classe a Associação Pernambucana dos Servidores Públicos.

21 — É publicada a Lei número 71, de 20/9/951, do Estado de Minas Gerais, que abre, à Secretaria do Interior, o crédito especial de Cr\$ 337.400,00, para des-

pesas com a Escola de Reforma Antônio Carlos.

21 — É publicada a Lei número 725, de 20/9/951, do Estado de Minas Gerais, que revigora para o corrente exercício o saldo do crédito aberto pelo Decreto número 3.276, de 13/4/950, para conclusão das obras da Granja Escola Caio Martins.

21 — É publicada a Lei número 2.298, de 19/9/951, do Estado do Rio de Janeiro, que isenta de impostos terreno situado no município de Petrópolis, adquirido pela União das Operárias de Jesus, para instalação de educandário infantil e colônia de férias.

22 — É publicada a Ordem de Serviço n.º I, de 21/9/951, do Chefe do Instituto de Readaptação de Menores, da Prefeitura do Distrito Federal, que regula a assistência médico-dentária aos menores internados.

22 — É publicada a Lei número 730, de 21/9/951, do Estado de Minas Gerais, que prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto n.º 3.112, de 3 de agosto de 1951, à Secretaria de Educação e Cultura.

23 — É publicado o Ato número 3.144, de 22/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que abre o crédito especial de Cr\$ 50.000,00, em vista da autorização contida na Lei n.º 1.199, de 20 de setembro de 1951, destinado a auxiliar a Primeira Semana de Estudos Jurídicos.

23 — É publicada a Lei número 731, de 22/9/951, do Estado de Minas Gerais, que prorroga a vigência do crédito aberto à Secretaria da Educação, pela Lei número 385, de 17/8/49.

23 — É publicada a Circular S-35, de 20/9/951, do Estado do Rio de Janeiro, que dá instruções reguladoras da concessão de matrículas gratuitas em institutos particulares.

25 — É publicada a Portaria n.º 195, de 24/9/951, do Governador do Estado de Alagoas, que designa professores para a co-

missão encarregada de elaborar o Código de Educação.

25 — É publicado o Decreto número 2.376, de 24/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que renova concessão de bolsa de estudo.

26 — É publicada a Lei número 619, de 24/9/951, da Prefeitura do Distrito Federal, que concede autonomia ao Teatro Municipal, nas condições que menciona.

26 — É publicada a Lei número 620, de 25/9/950, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre a Comissão Artística e Cultural do Teatro Municipal.

26 — É publicado o Ato número 3.173, de 25/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que designa professor para a cadeira de História do Brasil, do curso noturno, do Colégio Estadual de Pernambuco.

27 — São publicadas as Instruções n.º 13, de 26/9/951, do Secretário Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, que regulam a Exposição de Desenho Infantil, promovida pelo Departamento de Educação de Adultos •

27 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 55, do Diretor do Departamento de Educação Primária, da Prefeitura do Distrito Federal, que dispõe sobre um Curso para Akelás de Lobinhos do Ar, organizado pela Federação Brasileira de Escoteiros do Ar.

27 — São publicados os Atos ns. 3.184 e 3.185, de 26/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que nomeiam professores para municípios do Estado.

27 — São publicadas as Portarias de ns. 1.626 a 1.630, de 26 de setembro de 1951, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que designam professores para escolas típicas rurais, na execução do plano de ensino supletivo.

28 — É publicada a Instrução Especial n.º 8, de 25/9/951, do Secretário Geral de Administração, que regula o Concurso n.º 18, de

provas e títulos, para provimento em cargos isolados de Professor de Curso Primário Supletivo, padrão J, do Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal.

28 — É publicada a Instrução Especial n. 12, de 26/9/951, do Secretário Geral de Administração da Prefeitura do Distrito Federal, que regula o Concurso n.º 23, para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Bibliotecário, do Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal.

28 — É publicado o Ato número 3.193, de 27/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que prorroga o comissionamento de professora do Serviço de Música e Canto Orfeônico, a fim de terminar curso de aperfeiçoamento de piano, junto ao Ministério da Educação e Saúde.

28 — É publicada a Portaria n.º 1.651, s/d., da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, que elogia o Serviço de Música e Canto Orfeônico pela prova de eficácia dada através do Concurso de Canto Orfeônico.

28 — É publicado o Aviso n.º 4, de 27/9/951, da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que recomenda ao professorado do Estado a comemoração da "Semana da Criança".

28 — É publicada a Lei número 1.556, de 27/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que abre crédito especial na Universidade do Estado, Escola de Engenharia, e dá outras providências.

28 — É publicada a Lei número 1.560, de 27/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que autoriza a abertura de créditos suplementares no Departamento Estadual de Estatística, e dá outras providências.

28 — É publicado o Decreto n. 2.379, de 27/9/951, do Estado do Rio Grande do Sul, que, de acordo com a Lei n.º 1.560, de 27/9/951, abre créditos suplementares no Departamento Estadual de Estatística, e dá outras providências.

29 — É publicada a Lei número 733, de 26/9/951, do Estado de Minas Gerais, que abre, à Secretaria da Educação, crédito especial de Cr\$ 114.713,80.

29 — É publicada a Portaria n.º 1.057, de 25/9/951, da Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária do Estado do Rio de Janeiro, que suspende, por falta de frequência legal, o ensino na escola de "Dorândia", no município de Barra do Piraí.

30 — São publicados os Atos ns. 3.205 e 3.206, de 29/9/951, do Governador do Estado de Pernambuco, que nomeiam professores para municípios do Estado.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 — É publicada a Lei n.º 230, de 31/8/951, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Minas Gerais), que autoriza despesas, operações de crédito, abertura de créditos especiais, emissão de títulos, liberação de apólices, e da outras providências, em relação a educação e cultura, saúde pública e assistência social, etc.

25 — É publicada a Resolução n. 171, de 31/8/951, da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, que faz doação de terreno ao Estado do Rio de Janeiro, para construção do Grupo Escolar de Mesquita.

26 — É publicado o Decreto n.º 30, de 8/9/951, da Prefeitura Municipal de Teresópolis (Estado do Rio de Janeiro), que declara de utilidade pública terreno destinado à construção de grupo escolar.

IV — NOTICIÁRIO

1 — Em Sergipe inicia-se a "Semana da Pátria", na qual serão feitas, em todos os estabelecimentos de ensino do Estado, por iniciativa do Departamento de Educação, preleções sobre o fato histórico da nossa independência.

1 — Os estudantes de Sergipe aderem à Semana de Ação Social.

14 — Foi assinado, no Ministério da Educação e Saúde, acordo com o Estado do Piauí, para serviços da Campanha de Educação de Adultos, ficando o Estado obrigado a instalar 500 cursos de ensino primário supletivo.

21 — Noticia-se, de Belo Horizonte, que o Governador de Minas Gerais concedeu uma pensão vitalícia ao Professor Basílio de Magalhães.

22 — Instala-se, em São Paulo, o V Congresso Nacional de Esta-

belecimentos Particulares de Ensino.

23 — Noticia-se que a contribuição da UNESCO para o Brasil, no campo da assistência técnica, durante o corrente ano, eleva-se a 115 mil dólares, recebendo o nosso país equipamentos, especialistas, professores e bolsas de estudo.

27 — No encerramento do Primeiro Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em Buenos Aires, foi constituída a Associação Latino-Americana de Sociologia.

31 — Encerra-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore.

INFORMAÇÃO DO PAÍS

ALAGOAS

Durante o ano de 1950, funcionaram no Estado de Alagoas, por conta do governo federal e sob a orientação do Ministério da Educação e Saúde, nada menos de 580 cursos de ensino primário supletivo para adolescentes e adultos. Foram criados mais de 30 cursos, dos quais 13 no interior e 17 na capital, de maneira que todos os municípios já estão, agora, contemplados com os serviços da Campanha da Educação de Adultos.

O número de matrículas elevou-se a 21.177, distribuídas pelo primeiro ano 16.716 e pelo segundo 4.461, sendo promovidos 7.680 alunos em vista do aproveitamento verificado.

Além das classes custeadas mediante auxílio federal, numerosas outras foram mantidas pelas municipalidades e pelo governo estadual, denotando o crescente interesse despertado pela Campanha.

Houve, também, distribuição de material didático adequado, inclusive nove projetores, com os respectivos "diafilmes", para ensino visual.

BAHIA

Em entrevista concedida à imprensa, o prof. Solon Guimarães, diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde, declarou o seguinte:

"O ensino industrial não está a carecer de reformas, mas de reajustamento. Em seus moldes modernos, tem nosso ensino menos de dez anos; claro, pois, que está em fase experimental.

Quanto ao resultado destes poucos anos de experiência, é que precisamos ver o que deve permanecer e o que convém seja motivo do reajustamento para nova experimentação.

Os diversos cursos industriais básicos dividem-se em nada menos de vinte e cinco. Nem todos eles, evidentemente, poderão ter a mesma complexidade. Entretanto, todos têm um currículo de 4 anos. Assim, por exemplo, se iguala um curso de corte e costura, com um de mecânica de máquinas ou de aparelhos elétricos. É preciso rever este ponto e o estamos fazendo. Iremos, ao mesmo tempo, aumentar o número de operários qualificados com uma despesa consideravelmente menor.

As disciplinas que compõem os cursos não serão modificadas. Urge, porém, redistribuí-las, de molde a assegurar aos alunos, que não chegam a concluir os 4 anos, uma quantidade de conhecimentos que os capacitem no exercício de uma das monotécnicas do curso, ou melhor, lhes proporcione conhecimento de um ofício.

Igualmente seja-lhes oferecida uma cultura geral na base de profundidade em proporção com o número de anos que frequentaram a escola.

Humanidades em programas concêntricos e ofícios em distribuição por série.

Prevemos muito maior eficiência para os alunos com a conseqüente vantagem da rápida absorção pela indústria. Mais depressa atingiremos os nossos objetivos.

Estamos com o propósito de, no próximo ano, e o faremos, criar cursos intensivos, no Rio, para os alunos Concluintes de cursos, em todo o Brasil. Estes alunos serão recrutados, por seleção, para os cursos da mecânica de automóvel, eletricidade, carpintaria naval e um ou dois mais, ainda não especificados. Eles se comprometerão a voltar a seus estados como futuros instrutores de

cursos regionais das mesmas técnicas, e de que são tão carentes nos Estados do norte.

Estamos levando a cabo o primeiro curso, no gênero, instituído no Brasil, o de orientadores do ensino industrial. Foi, inicialmente, promovida rigorosa seleção, em todo o Brasil. Finda esta, classificamos 21 candidatos, que desde agosto estão sob o regime do curso, com 8 horas diárias de trabalho, com sentido profundamente prático e no qual colaboram 23 professores. Se vitoriosos os candidatos, ao final do curso, em março, serão indicados para as escolas de nossa sede, como colaboradores eficientes das suas diretorias, na solução dos problemas da Escola.

Medida de profundo alcance pedagógico e de não menor importância no encaminhamento dos artífices para a indústria.

As escolas artesanais constituem assunto de palpitante interesse para o ensino e para o desenvolvimento de nossa indústria, e, além do mais, medida de amparo aos desamparados filhos do interior do nosso Brasil.

Estas escolas que, por lei, terão cursos, no máximo, de dois anos, serão instaladas nas cidades do interior e os ofícios nela ensinados serão de acordo com o seu desenvolvimento social e econômico.

Já fizemos um estudo completo do assunto e apresentamo-lo ao Sr. ministro, que o está apreciando para julgá-lo.

Nele se articulam três ensinos: o industrial, o supletivo e o primário. Três, pois, as diretorias interessadas. É assunto, por isto, a depender de suas disponibilidades financeiras.

Previmos a construção, em cinco anos, de 500 escolas, devidamente equipadas, ministrando três cursos, cada. 500 doações de equipamentos e material didático para outras escolas que tais cursos queiram ministrar e 500 auxílios para material didático, para outras tantas instituições.

Mesmo aprovado que seja, por S. Exa., em princípio, teremos a batalha financeira no entendimento com

as outras diretorias, precisamente, as prósperas e ricas, pelas vultosas verbas de que dispõem. Temos esperanças seguras de que venceremos, com o que propusemos, ou com o que se acertar, porque, afinal, o que pretendemos é servir ao Brasil. Queremos a vitória da idéia: escolas artesanais, criadas na lei, mas não construídas, nem em funcionamento.

Já visitamos todas as escolas do Brasil em todas as capitais sediadas, nos diversos Estados. Conversamos com seus mestres, reunimos, no Rio, seus diretores. Já conhecemos suas vidas, seus ambientes, seus problemas, sua luta. Mais que tudo: vitórias, derrotas, virtudes e vícios. A síntese do que vimos se traduz em termos de confiança, num reajustamento salutar, onde não é do dinheiro a mais que precisamos, nas escolas de nossa sede, mas da efetivação daquelas medidas a que já aludimos. As verbas já satisfazem. As novas escolas estão se construindo,

Despesas mais avultadas precisamos para as escolas artesanais por cuja construção e funcionamento pugnamos e S. Exa. o Sr. Ministro é e se envaidecerá de ser o primeiro.

Os cursos pedagógicos constituem outro assunto importante previsto na lei e de que estamos cogitando no sentido de fazê-los funcionar, no próximo ano: a formação do professor do ensino industrial".

DISTRITO FEDERAL

Ao assinar a Portaria que aprovou os novos programas das diversas disciplinas do curso secundário, o Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Ernesto Simões Filho, teve oportunidade de dar a seguinte entrevista à imprensa:

"A necessidade, por um lado, de aliviar os deveres escolares que congestionam os atuais programas de ensino secundário, e, de outro, atribuir maior elasticidade e rendimento à sua execução, tantas vezes reclamada, quer pelos educadores, quer por alunos e seus pais, levou o Mi-

nistério da Educação a estudar a conveniência de proceder a uma revisão da matéria neles contida, de modo a possibilitar o desenvolvimento racional de suas finalidades educativas.

O objetivo fundamental desse trabalho consistiu, pois, em eliminar dos programas atualmente em vigor os excessos aludidos, reduzindo a prolixidade dos conhecimentos alinhados na estruturação das diversas disciplinas, que tornava penosa a tarefa didática. Ao mesmo tempo, verificava-se o flagrante desajustamento desses programas com o nível de assimilação da população escolar, cujas faculdades intelectuais, ainda mal desabrochadas, não a habilitavam a abranger a enorme soma de deveres e atividades de aprendizagem oferecidas ao seu conhecimento.

Com efeito, a simples análise desses aspectos tornava evidente a necessidade de serem os programas vigentes imediatamente revistos, para uma simplificação mais adequada ao desenvolvimento subjetivo dos alunos e de forma a comportar certa plasticidade, a fim de ajustar-se às diferenciações regionais e às conveniências do melhor rendimento do ensino ministrado pelos docentes.

A realização desse trabalho trouxe em resultado a correção das falhas, dos excessos e da rigidez observadas na estruturação inicial das disciplinas que constituem aquele ramo do ensino. Procurou-se estabelecer, na organização e coordenação dos novos programas, um roteiro disciplinador, isto é, um "programa mínimo" necessário ao desenvolvimento eficiente dos trabalhos escolares do currículo secundário, respeitadas, evidentemente, as modernas normas metodológicas que informam o sistema educacional de nosso país.

Executada com a presteza que as circunstâncias estavam a exigir para a solução pronta e definitiva do problema, a elaboração dos novos programas de ensino secundário obedeceu ao seguinte plano:

a) numa fase preliminar, os Professores apresentaram um anteprojeto de programa da respectiva disciplina;

b) em seguida, os professores das disciplinas afins verificaram a coordenação entre os diversos programas;

c) posteriormente, todos os programas foram remetidos a uma comissão de três professores catedráticos incumbidos de verificar a uniformidade de critério;

d) outra comissão de catedráticos examinou a parte de redação; e

e) finalmente, foram os programas, com o parecer dessas duas comissões, unanimemente aprovados pela Congregação do Colégio Pedro II, em sessão realizada a 12 de setembro do ano corrente.

Houve, como se vê, a preocupação de selecionar a matéria, tendo-se em vista a sua maior plasticidade, de modo a torná-la rigorosamente compatível com a capacidade de compreensão e discernimento do estudante.

Dentro dessas idéias, torna-se oportuno destacar as modificações introduzidas nos programas a seguir relacionados:

"Português — No programa de Português houve redução de matéria teórica para evitar que os professores fossem obrigados a sacrificar aquela que deve estar no primeiro plano: — a leitura explicada, com todos os exercícios proveitosos a que dá ensejo. É preciso não esquecer que a leitura inteligente de textos bem escolhidos, além de atender a fins educativos, é a melhor fonte de conhecimentos do idioma e o melhor curso de elocução e estilo.

As noções de português histórico passarão a ser ministradas, elementarmente, na 1.^a série do curso colegial, quando os alunos já contam quatro anos de familiaridade com o latim.

O ensino da literatura não consistirá, como acontece atualmente, em notícias e indicações, mais ou menos inúteis, de obras e autores; os mo-

vimentos literários serão tratados, a propósito da apreciação dos modelos mais expressivos, com espírito de investigação e de crítica.

Francês — Nas duas primeiras séries ginasiais houve redução de assuntos destinados à conversação, à leitura e aos exercícios gramaticais. Na terceira e na quarta séries houve grande simplificação da parte gramatical. No curso colegial a simplificação mais importante consistiu em reduzir ao mínimo a parte de literatura.

Inglês — Os novos programas de inglês apresentam as seguintes inovações:

a) fixação numérica do vocabulário básico que o aluno deverá adquirir no curso ginasial: cerca de duas mil palavras;

b) seleção desse vocabulário, baseada na sua utilidade e freqüência, de acordo com os recentes trabalhos sobre o assunto (Thorndike, Horn, Palmer, West e Francett);

c) aquisição metódica de vocabulário passivo por meio de leitura suplementar intensiva;

d) supressão do estudo de história da literatura inglesa;

e) inclusão no programa da 2.^a série do 2.^o ciclo de assuntos científicos para aquisição de terminologia técnica.

Espanhol — Houve supressão de alguns capítulos da parte de gramática, a qual foi reduzida ao essencial. A parte de história literária que, anteriormente, pela escassez de tempo, se transformava em mera resenha de autores e obras, foi eliminada.

Latim — As principais modificações feitas nos novos programas de latim consistiram em reduzir ao mínimo o número de clássicos recomendados para a leitura e a tradução. Em nenhuma série há mais de dois autores: — um prosador e um poeta.

Justamente porque CÍCERO é o mestre da língua latina, como RUY o é da nossa, foi dada importância predominante às suas obras.

No programa antigo toda a literatura latina, incluída até a cristã, estava distribuída pelas três séries do curso clássico. Os professores eram obrigados a ministrar aos alunos informações literárias de autores dos quais os discípulos nunca leram um período sequer. Esse defeito foi corrigido nos novos programas, que se limitam a exigir conhecimentos literários dos autores estudados na respectiva série, dando maior importância aos da época de Augusto.

Matemática — A estruturação maleável dos novos programas permite o seu desenvolvimento de acordo com eventuais conveniências, ao contrário dos antigos que, não chegando a traduzir um plano analítico para o ensino, dificultavam as acomodações, muitas vezes impostas por várias circunstâncias.

Os primeiros traços característicos dos novos programas de matemática são os seguintes:

a) acentuada simplicidade em sua apresentação, ao contrário dos antigos que, principalmente no curso científico, continham exagerada inclinação para a teoria e a abstração, exigindo até ensinamentos inacessíveis a alunos do curso secundário;

b) unidade na discriminação da matéria;

c) perfeita coordenação com os programas das disciplinas afins, como desenho e física;

D) permite que se proceda ao ensino mais no sentido educativo do que no sentido simplesmente informativo e superficial.

Desenho — Nos novos programas os conhecimentos foram distribuídos numa seriação natural, rigorosamente compatível com o desenvolvimento da criança e atendendo ao interesse subjetivo da primeira idade, e, posteriormente, à motivação científica.

A matéria foi distribuída em todas as séries, de modo que permita aos discentes contínuo aprendizado do desenho a mão livre e do desenho

com Instrumento, diferentemente dos programas antigos, em que essa matéria era apresentada sem atender ao necessário espírito de interpenetração.

Os programas antigos apresentavam-se no curso colegial com objetivo único de preparar alunos para o exame vestibular, em lugar de complementar a educação iniciada no curso ginásial.

A preparação adequada dos alunos para a vida, condicionada ao meio social e intelectual em que vivam, está completamente satisfeita no programa proposto, porque nele, com grande flexibilidade, se estabelece um mínimo, mas não se limita o máximo que o professor possa realizar em função da respectiva turma.

Todo o conteúdo do programa proposto está ajustado ao conjunto de conhecimentos adquirido anteriormente pelos alunos nas diversas disciplinas do curso secundário. O programa anterior exigia conhecimentos de disciplinas, como a matemática, que somente são ministrados em séries posteriores.

Geografia — Não houve modificação sensível na matéria do curso ginásial. As reduções mais importantes verificaram-se nas três séries do curso colegial.

Física — A disposição da matéria nos novos programas obedece às finalidades do ensino secundário, ao contrário dos antigos, que apresentavam uma disposição mais adequada ao ensino superior.

Além disso, os novos programar, estão coordenados com os das outras disciplinas, o que não acontecia com os antigos, que obrigavam o ensino de óptica na 1. série, antes de serem ministrados aos alunos conhecimentos de trigonometria.

Química — Houve simplificação no programa da 2. e 3. séries do curso científico e no do curso clássico, tendo-se em vista a impossibilidade de serem cumpridas muitas das exigências constantes dos antigos programas".

Para a execução de todos esses programas no decorrer do próximo ano letivo, serão publicadas, dentro de poucos dias, as instruções metodológicas destinadas a orientar o trabalho docente, acompanhadas dos planos de desenvolvimento que os mesmos terão no estabelecimento padrão do sistema brasileiro daquele nível de ensino, isto é, o Colégio Pedro II.

Ao prestar à imprensa estas informações, torna-se oportuno esclarecer que procuramos, ao promover essa iniciativa, dar cumprimento às soluções que esboçamos, por ocasião de nossa investidura neste alto posto do governo da República, entre as quais, no setor atinente à instrução popular, o descongestionamento dos programas de ensino secundário se nos afigurou de consideração inadiável na ordem geral dos problemas educacionais subordinados à nossa esfera de ação e dentro dos compromissos assumidos na sua campanha política e renovados na mensagem inaugural enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Getúlio Vargas".

MINAS GERAIS

O Dr. Odilon Behrens, secretário da Educação, a propósito do transcurso do "Dia do Professor", dirigiu ao professorado mineiro a seguinte Proclamação:

"Neste dia que vos é consagrado, quero enviar-vos, professora mineira, em nome do Governador Juscelino Kubitschek e em meu próprio nome, esta sincera mensagem de simpatia e apreço.

Hoje, mais do que nunca, a escola primária constitui um valioso aparelho da democracia.

É um grande lar, sem fronteiras, e o seu teto acolhedor se estende até onde houver crianças para ensinar e dirigir.

No mundo inquieto e tumultuoso erige-se como refúgio, onde se completam ou se substituem os cuidados do lar paterno.

É na campanha humanizadora da escola primária que avulta, professora mineira, o papel soberbo de quem dedica a sua vida à tarefa magnífica da educação.

Envio-vos os meus cumprimentos calorosos e inclino-me respeitoso **ante** a nobreza e magnitude da vossa sagrada missão. Que ela, hoje mais do que ontem e muito menos do que amanhã, se realize, em ritmo ascendente, pelos altos destinos da grande Pátria brasileira".

RIO DE JANEIRO

O governador Amaral Peixoto pronunciou o seguinte discurso, por ocasião da cerimônia de formatura da turma de professorandas de 1951, do Liceu Nilo Peçanha, de que foi o paraninfo:

"Senhoras professoras:

Sempre tive para mim que a cerimônia da colação de grau de professoras não é uma festa social, mas uma cerimônia cívica, que participa de uma consagração religiosa. Essa impressão ainda mais se acentua neste momento, quando sois chamadas, senhoras professoras, mais do que em qualquer época da história humana, ao desempenho de uma grave atividade política, qual a de ajudardes a manter unidas, espiritualmente, as gerações presentes, com o objetivo de preservar o futuro.

O diploma que vos confere o direito do exercício de uma profissão, a profissão de ensinar, não seria diferente de outro qualquer diploma se não estivesseis chamadas ao exercício de um sacerdócio, que é o vosso, de educadoras do povo. Quando ingressastes na escola de formação de professores, definistes a vossa posição espiritual na sociedade. Gonhecendo a exata situação do magistério, em meio de tantas atividades melhor recompensadas, não afastastes da escolha de vossa carreira o princípio do sacrifício, que está na base mesma de todo sacerdócio civil ou religioso. Assim, entre tan-

tas profissões lucrativas escolhestes a que menores vantagens vos traria, ainda que soubesseis ser ela a que se reveste de maior dignidade no mundo moderno. Deixai, portanto, que me congratule, sinceramente, convosco.

Vendo-vos, aí, em vossos lugares, entre os lampejos da fé no **futuro**, que transluzem de vossos olhos, e os entusiasmos incontidos pelo cumprimento da primeira parte da missão que vos impusestes, é que compreendo o sentido de uma frase de Daniel-Rops, num estudo que escreveu em favor da constituição de uma nova aristocracia: "Nosso mundo se mostra sem alma, **mas** a verdade é que ainda há santos". Eu, para explicar a minha admiração pelo vosso esforço e pela vossa sagrada impaciência de cooperar na salvação deste mundo, ébrio de violência e desatinos, modificaria a frase de Daniel-Rops, e escreveria que o nosso mundo se mostra às vezes sem alma, mas a verdade é que ainda há heróis. É nesta conta exata que vos tenho. Sabeis que não ides encontrar no início de vossa nobilitante carreira as facilidades com que justamente sonhamos, mas que caminhos cheios de urzes trilhareis para cumprirdes com o vosso magnífico apostolado. Vossa presença, jovens mestras, é reclamada pelas populações do interior, e, como vosso paraninfo, não cumpriria conscientemente o meu dever, neste magnífico instante, se não vos concitasse às renúncias ao conforto das cidades, a fim de mostrar aos nossos pequeninos patrícios, habitando as regiões afastadas, e àqueles que, na idade adulta, ainda precisam de vosso estímulo e de vossos ensinamentos, que, em verdade, há mais luz nas vinte e cinco letras do alfabeto do que em todas as constelações do firmamento, como já o disse inspirado poeta. Porque sei que compreendeis todo o largo sentido de vossa missão, é que sois senhoras de minha gratidão, como ser humano que sou, e da minha admiração, como

homem público. Devo, então, dizer que não errastes ao me escolherdes para vosso paraninfo, pois, se sabieis que não poderia ser maior a honra que me ireis conferir, tinheis, igualmente, a certeza de que, como vosso paraninfo, eu seria testemunha avisada e veraz de vossa dedicação à cultura, de vossa capacidade de trabalho, de vossos altos propósitos cívicos, como, também, o necessário protetor que vos ajude nas dificuldades com que ides deparar no início de vossa vida pública, uma vez que um paraninfo outra coisa não é, na vida civil, senão o padrinho da linguagem popular, o que ajuda no esparzimento das águas lustrais, e o que protege nos percalços e nas desventuras.

O Governo, que eu represento pela vontade da maioria do povo desta terra, não esquece o que a sociedade fluminense deve ao seu ilustre professorado, os penosos deveres que lhe tem imposto, e a pouca retribuição que lhe tem dado. Mas, sempre estive preocupado com os problemas de vossa classe, pretendendo dar-lhes definitiva estrutura, reorganizando os vossos quadros, melhorando os vencimentos que se lhes atribuem, com o intuito de compensar, de qualquer modo, o muito que vos devemos com o pouco que podemos. O interesse que ponho em dar solução assentada, justa e humana aos vossos problemas pessoais e vossas reivindicações coletivas, só encontra limitações nas disponibilidades do Tesouro, quando as demais classes de servidores públicos sofrem e reclamam, também, as conseqüências dos desajustamentos econômicos, que são uma das grandes calamidades deste período perturbado que atravessamos.

O mundo atinge, neste momento, uma alta fase de progresso na sua capacidade de trabalho, cientificamente organizado. É prodigioso o que a técnica já realizou, nos diversos setores das atividades práticas, para maior defesa da vida e conforto do ser humano. Precisamos fazer

com que o maior número possível desses benefícios incida sobre a maior quantidade possível de pessoas, chamadas a usufruí-los, pela elevação dos padrões da existência, por mais sadia e abundante alimentação, hábitos cada vez mais úteis de higiene, difusão mais intensa da instrução pública para os filhos, que lhe abram possibilidades em todas as carreiras, desde que demonstrem real capacidade para exercê-las. Os governos, para atenderem a tantas questões cruciais como estas, precisam, realmente, do apoio do professorado, a classe intelectual apta a exercer influência mais imediata sobre as populações, de cuja existência quotidiana participa, e cujas tendências políticas e espirituais conhece de sobejo. Esse apoio para ser útil há de ser vivo, entusiasmado, animado, flamante, sem o que os objetivos do Estado podem truncar-se, vindo, então, a constituir-se um corpo sem conteúdo espiritual, uma instituição sem espírito, sem rumo e sem sentido. Esta é a grande função do professor na esfera social. ajudar a reposição de nossa velha civilização em suas bases eternas, que lhe advêm da doutrina cristã, cuja tábuca de valores morais e espirituais se empenham por negar e confundir os filhos das trevas. Cabe-vos sustentar a verdade de que a doutrina cristã se deve, essencialmente, a modificação progressiva dos usos e dos costumes, que se vão humanizando à proporção que se impregnam do espírito evangélico. Não será negando o cristianismo que poderemos criar para os homens de amanhã o sistema de vida que queremos compor para eles, a fim de que fruam em paz as conquistas da ciência e as certezas da fé. Encarando os fatos como eles se apresentam, no decurso da história humana, verificamos que os usos e os costumes, as instituições e as leis se vão fazendo, com o decorrer dos tempos, mais acessíveis ao homem comum, cujo advento histórico define e determina todas as preocupa-

ções políticas desta época que estamos vivendo.

Grande e áspera é a missão que trazeis, minhas prezadas patrícias, para a vida pública, implicando enormes compromissos morais com a sociedade, ao vos fazerdes mestras de educação pública, a quem cabe orientar e instruir a mocidade destes dias, estonteada ao surto de doutrinas perversas, solicitada por tendências e teorias diversas e divergentes, de cuja definitiva coordenação deveis encarregar-vos num momento excepcionalmente trágico para a humanidade, quando forças poderosas começam a mover-se umas contra as outras, numa constante ameaça de destruição a tudo quanto aprendemos a respeitar e valorizar no mundo.

A humanidade precisa de Professôres. De verdadeiros professores. que orientem e eduquem para o bem. Como vosso paraninfo, uma certeza íntima me diz que vós não nos decepcionareis; e como vosso paraninfo me cumprirá, também, dizer-os que tudo quanto estiver em mim farei por realizar para que possais cumprir o vosso glorioso destino, a que vos chamam a nossa pátria e a humanidade.

Senhoras professoras:

Não aceitei a investidura que me conferistes como se ela fosse uma galanteria. Aceitei-a como um ato de crença em vós, pois que em vós, como simples cidadão, senão como chefe do governo, deposito ardentes esperanças de que permanecereis, através de todas as possíveis vicissitudes que possais deparar em vossas carreiras, dignas do impulso inicial que vos levou à profissão que escolhestes, para o serviço do povo.

Aceitai, assim, com as minhas saudações, os votos que faço para que permaneçamos unidos nos dias porvindouros, nesta mesma linha de conduta, em benefício dos interesses da sociedade brasileira, que nos cumpre orientar e resguardar".

RIO GRANDE DO SUL

Deverá realizar-se de 19 a 26 de janeiro próximo, em Porto Alegre, o V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. E o seguinte o temário escolhido para o referido conclave:

I — A Formação Moral e Cívica na Escola (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário de Pernambuco).

II — A Orientação Vocacional o Profissional do Educando (Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Secundário do Distrito Federal).

III — A Articulação do Ensino Médio e Superior (Conclusões da I Conferência Nacional de Estudos sobre a Articulação entre o Ensino Médio e o Superior realizada na cidade de São José dos Campos) (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário do Estado do Rio).

IV — Situação e Problemas do Ensino Superior de Iniciativa Particular (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário de São Paulo).

V — Cooperação Econômica do Poderes Públicos com o Ensino Particular (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário de São Paulo).

VI — A Integração da Escola na Comunidade Social (Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino Secundário da Bahia e de Alagoas).

VII — Situação dos Problemas do Ensino Comercial de Iniciativa Particular (Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino Comercial de São Paulo e do Distrito Federal).

VIII — Da Iniciativa Particular no Ensino Primário e Normal (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal de Minas Gerais).

IX — Formação Profissional dos Professôres (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Ceará).

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

ARGENTINA

Por decreto de 27 de março do corrente ano, a duração dos estudos do ciclo superior das escolas normais argentinas foi reduzida de três para dois anos, enquanto a duração do ciclo de ensino fundamental continuará a ser de três anos. Das vinte e duas disciplinas que constituem o programa do 4.º e do 5.º ano, oito apresentam um caráter essencialmente profissional: pedagogia, didática prática, didática especial, exercícios práticos de ensino, história geral da educação, política escolar e organização escolar nacional, psicologia geral e psicologia pedagógica. O número de horas semanais consagradas a estas disciplinas é de 12 no 4.º ano e de 14 no 5.º ano. O horário prevê 32 horas, de aulas por semana.

EQUADOR

Um dos acontecimentos pedagógicos mais notáveis do ano foi a comemoração do cinquentenário das escolas normais "Juan Montalvo" (para rapazes) e "Manuela Cafiizares" (para moças). Nesta ocasião a revista "Educación", editada pelo Ministério da Educação, reiniciou sua circulação que estava interrompida desde 1948 e dedicou uma parte do número 122 à obra das duas escolas normais de Quito.

FRANÇA

Quando se realizaram as Jornadas nacionais de estudos sobre a psicologia escolar, em Grenoble, de 19 a 22 de dezembro de 1950, as teses mais importantes que foram

apresentadas trataram da psicopedagogia da aprendizagem da leitura e do cálculo. Os psicólogos se esforçaram por demonstrar o mecanismo dos "automatismos de base" que intervêm na aprendizagem dessas ciências e técnicas e suas dificuldades. Eles basearam o resultado de suas observações em hipóteses de pesquisas sobre as dificuldades de visão, audição, articulação, capacidade de abstração, compreensão, síntese, e em ligação com os conhecimentos da patologia e das anomalias da evolução psicológica. Foram estabelecidas, também, certas modificações de procedimentos e de métodos mais diferenciadas segundo o tipo e a evolução dos indivíduos.

ÍNDIA

O Parlamento votou recentemente uma lei transformando em universidade nacional, chamada *Viswabharati*, a famosa instituição educativa fundada em 1922 pelo poeta Rabindranath Tagore, em Santiniketan, perto de Calcutá. Esta instituição havia sido criada como universidade internacional "para o estudo do espírito humano e de suas realizações sob os diversos aspectos da verdade, considerados os diferentes pontos de vista". O primeiro ministro Nehru, atual reitor da universidade, declarou que o governo indiano facilitará seu desenvolvimento segundo sua própria orientação e segundo o espírito e o pensamento do grande poeta e filósofo. Ao mesmo tempo, *Viswabharati* continuará a cultivar a instrução rural, as obras sociais, o ensino doméstico e outras atividades consideradas importantes no plano nacional.

INGLATERRA

O primeiro colégio escocês de teatro foi inaugurado recentemente em Glasgow. O Departamento Escocês de Educação aprovou os cursos projetados e encarregou a importância de formar educadores para este ramo de ensino. A Universidade de Glasgow deu igualmente seu apoio ao novel estabelecimento, que se tornará parte integrante da Academia Real Escocesa de Música. B certo que o valor educativo do teatro foi, enfim, reconhecido na Escócia. Assim o prova o "Relatório do Conselho Consultivo de Ensino Secundário", que se exprime nestes termos: "Não existe nenhuma atividade escolar, a não ser a representação de uma peça de teatro, que reúna no mesmo nível todos os valores da educação nova. Ela concita todas as seções da escola e as une numa mesma tarefa, pois que a literatura, as ciências sociais, a arte, a música, a dança e a ciência da eletricidade, assim como a aula de costura e a de trabalhos manuais, são todas requisitadas para um fim único. A parte intelectual e a parte prática, as aspirações artísticas e a habilidade manual têm a mesma importância".

ITÁLIA

Uma lei promulgada em 1942 já previa a criação de centros especiais de pesquisas didáticas com o fim de favorecer o estudo, a experiência e a difusão dos novos métodos de ensino, mas a guerra e os acontecimentos políticos que se seguiram impediram a sua instalação. O problema foi reexaminado por ocasião do recente inquérito nacional para a reforma escolar e, de acordo com a proposta da Comissão de Inquérito, foi criado, anexo ao Ministério da Instrução Pública, uni-

órgão central de consultas, com a denominação de *Consulta Didattica Nazionale*. A nova instituição ficou encarregada de dar as diretrizes técnicas conforme o espírito da reforma escolar e de promover, manter e coordenar as atividades iniciadas nas diferentes partes do país para se realizar a reforma.

PERU

Por um decreto de 9 de agosto do corrente ano, a duração do ensino primário foi reduzida de seis para cinco anos. Este período de escolaridade não compreende o ano chamado "Classe de transição" que serve de ligação entre o jardim de infância e a escola primária. Após os considerandos do decreto, justificase esta medida afirmando que o 6.º ano não era mais que uma recapitulação dos estudos realizados nas séries precedentes, que esta redução dos estudos representa uma economia sensível e que os professores encarregados deste 6.º ano ficarão disponíveis para as escolas rurais de que tanto precisa o país.

SUÉCIA

Em consequência de uma proposta do Comitê Sueco de Estudos Médicos, decidiu-se introduzir um novo sistema de seleção de estudantes a partir do outono de 1952. Para a seleção serão levados em conta simultaneamente o certificado de maturidade e os resultados do exame psicológico. As vagas serão concedidas aos candidatos que possuam um bom certificado de maturidade e que tenham obtido maior número de pontos no exame psicológico. Este sistema será aplicado primeiramente na Faculdade de Medicina, mas será provavelmente estendido às outras faculdades que disponham de grande número de vagas.

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS

SELEÇÃO DE REVISORES DE IMPRENSA

Constava dos planos do Setor de Psicologia Aplicada do Instituto de Administração a elaboração de provas para seleção de revisores de imprensa. Para isso já tinha entrado em entendimento com algumas empresas editoras desta Capital. Aguardava-se apenas o término de alguns trabalhos que estavam absorvendo a atenção dos técnicos do Setor. Foi quando decidiu a empresa editora da "Folha da Manhã" realizar concurso para seleção de revisores. Solicitada a colaboração do Instituto, atendeu-se ao pedido; o) elaborando bateria de testes de aptidão e b) aplicando e avaliando as provas.

As condições em que se ia trabalhar eram, sem dúvida, precárias, quer quanto à eficiência da seleção, quer quanto às oportunidades de estudo de prova para seleção de revisores, objetivo principal do Setor, nesse caso. Todavia, para os interesses da empresa editora sempre se afigurava melhor o uso de provas tecnicamente orientadas do que o emprego de quaisquer outros processos empíricos; para o Instituto era boa a oportunidade para pré-ensaio de alguns testes, a serem mais cuidadosamente validados e padronizados em futuro próximo.

A bateria de provas foi aplicada exclusivamente a candidatos do concurso. Em vista disso, por ora, só nos é permitido o estudo de condições internas da bateria e dos testes componentes. A verificação de validade e o estabelecimento de nor-

mas só mais tarde poderão ser levados a efeito. Trata-se, portanto, de ligeiro ensaio, já entretanto capaz de orientar pesquisas futuras, como se verá ao fim deste relato.

*

O tempo para elaboração das provas foi exíguo — uma semana. A bateria ficou constituída de oito testes, dois dos quais constituíam réplica simplificada do próprio trabalho de revisor. Foram os seguintes:

Teste A: — Cancelamento (dividido em dois subtestes: cancelamento dos A e cancelamento de todos os M e dos N que precedam a consoantes), provavelmente medindo percepção-atenção, pressuposto fator de eficiência em revisão. Ex.:

Cancele todos os a

*apstaghijloitcwavtuaepmnqtru-
manppbetnwapneaok*

Teste B: — Analogias (teste B de adaptação da forma 6 — abreviada, do "Revised Alpha Examination — Atwell and Wells", que está sendo estudado pelo Instituto de Administração, em colaboração com a D. S. da Repartição do Serviço Civil). Ex.:

Marcar, entre as quatro ultimas palavras, a que tem com a terceira a mesma relação que há entre a primeira e a segunda.

*céu — azul : : erva mesa
verde quente grande*

Teste C: — Prova de revisão (simplificação do próprio trabalho

do revisor), consistindo em corrigir cópia — trecho com perto de 300 palavras — mediante comparação com o original lido pelo examinador. Ao examinando competia indicar os erros (diferenças do original) por meio de sinais especiais, conforme se tratasse de *falta de palavra, palavra em excesso* ou *palavra trocada*.

Teste D: — Completamento de palavras, consistindo em reconhecer frases bastante conhecidas — provérbios, etc. — em cujas palavras foram as vogais substituídas por pontos. Ex.:

.rd.m pr.gr.ss. (ordem e progresso)

Teste E: — Vocabulário, consistindo em escolher, dentre cinco palavras, uma que tivesse o mesmo sentido ou quase o mesmo sentido de outra dada. Ex.:

fechado — distante cerrado
aberto longo alto

Teste F: — Vocabulário, semelhante ao anterior (antônimos).

Teste G: — Conhecimentos de português — correção de textos e pontuação de frases.

Teste H: — Prova de revisão (simplificação do próprio trabalho do revisor), consistindo em indicar erros em trecho de cerca de 300 pa-

lavras, mediante leitura silenciosa. Os erros eram de 3 espécies: falta de letra (comissão, em lugar de comissão), letra substituída (dúvida, em lugar de dúvida) e letras sucessivas em ordem inversa (getne, em lugar de gente). Cada tipo de erro devia ser indicado por sinal diferente.

Submeteram-se às provas 284 candidatos. Os resultados brutos foram transformados, teste a teste, em termos de percentagem de acerto, a fim de se eliminar o efeito ponderativo do número diverso de questões em cada teste. A seguir, atribuiu-se peso 1,5 aos testes A, C, H e G, a *priori* considerados mais significativos para o diagnóstico da aptidão. Os resultados finais foram os representados pelo gráfico estampado na pág. 200.

O estudo estatístico de aspectos "internos" da bateria consistiu principalmente em:

a) verificação da fidedignidade — precisão — dos testes, da bateria e dos seguintes conjuntos: A, B, D, E, F e C, H;

b) correlação entre os resultados nos vários testes da bateria;

c) correlação entre os resultados nos conjuntos A, B, D, E, F e C, H.

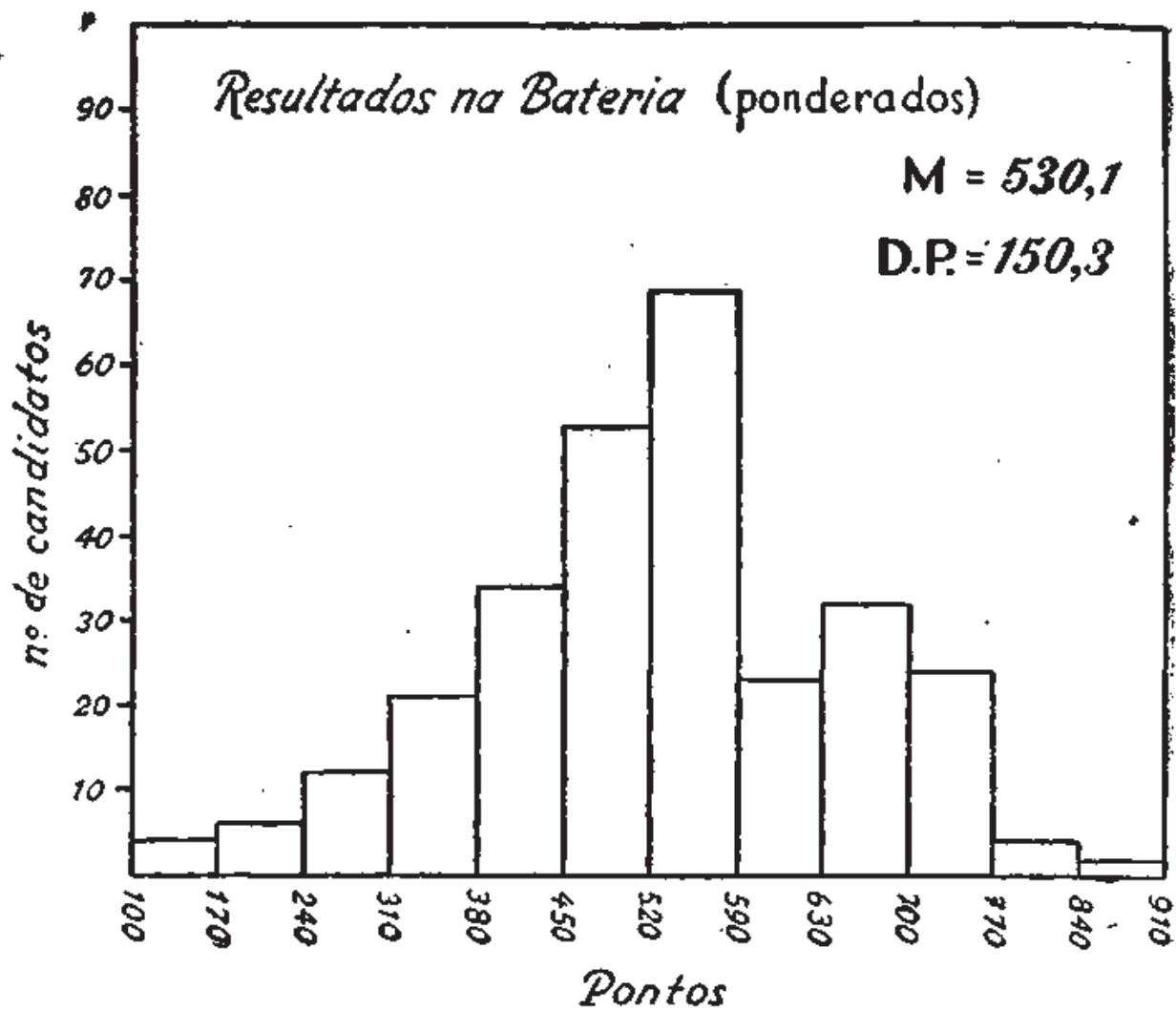
Os coeficientes de precisão obtidos foram os seguintes (processo das duas metades, com correção pela fórmula de Spearman-Brown):

COEFICIENTES DE PRECISÃO

TESTES	A	B	C	D	E	F	G	H	ABDEF	CH	BATER.
rAA	0,92	0,94	0,76	0,84	0,83	0,87	0,86	0,86	0,94	0,86	0,96

Como se vê, os coeficientes de fidedignidade dos testes, dos conjuntos e da bateria são bastante altos.

Os coeficientes de correlação entre os resultados nos vários testes da bateria constam do quadro anexo.



BATERIA PARA SELEÇÃO DE REVISORES DE IMPRENSA

INTERCORRELAÇÕES

TESTES	A		B		C		D		E		F		G		H	
	r	DPr	r	DPr	r	DPr	r	DPr	r	DPr	r	DPr	r	DPr	r	DPr
A	—	—	0,31	0,05	0,21	0,06	0,26	0,05	0,14	0,06	0,29	0,05	0,19	0,06	0,40	0,05
B	0,31	0,05	—	—	0,41	0,05	0,54	0,04	0,33	0,05	0,46	0,05	0,39	0,05	0,54	0,04
C	0,21	0,06	0,41	0,05	—	—	0,43	0,05	0,36	0,05	0,35	0,05	0,31	0,05	0,43	0,05
D	0,26	0,05	0,54	0,04	0,43	0,05	—	—	0,46	0,05	0,47	0,05	0,53	0,04	0,51	0,04
E	0,14	0,06	0,33	0,05	0,36	0,05	0,46	0,05	—	—	0,66	0,03	0,56	0,04	0,42	0,05
F	0,29	0,05	0,46	0,05	0,35	0,05	0,47	0,05	0,66	0,03	—	—	0,45	0,05	0,46	0,05
G	0,19	0,06	0,39	0,05	0,31	0,05	0,53	0,04	0,56	0,04	0,45	0,05	—	—	0,44	0,05
H	0,40	0,05	0,54	0,04	0,43	0,05	0,51	0,04	0,42	0,05	0,46	0,05	0,44	0,05	—	—

As intercorrelações são, em geral, bastante altas, salvo as do teste A com os demais. No conjunto, é o teste H que tem mais altas correlações com os outros. São todas maiores que 0,40. Não conviria, por isso, incluir, numa bateria em que figurasse o teste H, os demais testes — a não ser que a experiência demonstrasse o contrário. *A priori*, deve-se admitir que o teste H, como réplica simplificada do trabalho de revisão, tem boa correlação com o critério, isto é, com a eficiência no exercício da profissão. Por isso, justo é seja considerado como ponto de partida e de referência para a organização da bateria, quando menos nesta fase preliminar. Daí que, verificada aquela hipótese, isto é, verificada uma boa correlação entre o teste H e o critério, poderiam ser eliminados pelo menos os testes A, B, D, E e F. Possivelmente teríamos de conservar o teste C, também réplica simplificada do trabalho, que mediria aspectos da ocupação estranhos ao teste H, seja coordenação áudio-visual. Manteríamos também o teste G, por se tratar de prova de português, de prova de conhecimento e não propriamente de aptidão. A eliminação dos testes A, B, D, E e F não prejudicaria a eficiência da bateria como instrumento de seleção de revisores e, por outro lado, permitiria apreciável economia de material, de tempo e de esforços no processo de seleção — o que é muito de se ter em consideração.

Ê admissível que os testes A, B, D, E e F conjugados meçam aproximadamente os mesmos fatores de eficiência profissional que o C e o H juntos. Isso se evidencia, quando menos nesta primeira experiência, pois que o coeficiente de correlação entre os conjuntos A, B, D, E, F e C, H é igual a 0,72. Corrigida a "atenuação" de r , temos $r = 0,81$.

No futuro, serão nossas pesquisas desenvolvidas no sentido de, com elementos mais seguros, isto é, pelo estudo da validade, verificar-se a possibilidade de redução da bateria

aos testes C, H e G. — RAUL DE MORAIS — (*Revista de Administração*, São Paulo).

ENSAIO DE SELEÇÃO DE OPERÁRIOS SOLDADORES

Já em artigo anterior nos referimos à importância que tem vindo a ser crescentemente atribuída ao fator humano na organização científica do trabalho.

A seleção dos operários e sua respectiva formação, por um lado, e por outro a provisão das condições materiais e de ambiente físico e psíquico em harmonia com a estrutura físico-psicológica do trabalhador, constituem os pilares capitais de tal organização.

São ainda relativamente poucas, entre nós, as empresas que têm tomado em consideração o fator humano no trabalho, dum ponto de vista propriamente científico.

Por tal motivo nos apraz consignar que a Direção do Estaleiro Naval da Companhia União Fabril tenha oficialmente pedido ao Instituto de Orientação Profissional o exame de seleção dos aprendizes da seção de Caldeiraria.

Deste estudo nos encarregou o Diretor do Instituto, Doutor Oliveira Guimarães.

*

Sob a designação geral de operários de caldeiraria são compreendidos: a) caldeireiro de ferro; b) marcador e traçador; c) condutor de máquinas operadoras; d) ferreiro; e) canalizador de ferro, cobre e chumbo; f) caldeireiro de cobre; g) serralheiro civil e latoeiro; h) soldador elétrico; i) soldador oxiacetilênico; j) montador; k) cravador, mandrilador e encaçador.

Esta simples enumeração mostra a variabilidade dos trabalhos executados, os quais exigem da parte dos respectivos profissionais aptidões bastante diferentes que é mister dis-

tinguir, de acordo com os ensinamentos da fisiologia e da psicologia diferencial, anteriormente ao início da aprendizagem.

A seleção profissional representa o primeiro passo para o aumento da qualidade e quantidade da produção e para a satisfação do trabalhador.

É necessário, porém, a fim de não invalidar os resultados satisfatórios que a mesma proporciona, que os aprendizes sejam depois submetidos a uma formação profissional em harmonia também com os requisitos científicos.

Melhorar as condições de aprendizagem dos jovens operários tem sido um dos objetivos da Direção do Estaleiro.

Convencidos de que o ensino empírico da oficina não constitui verdadeira formação, já instituíram para alguns dos seus aprendizes cursos especiais de aprendizagem em que são ministrados conhecimentos técnicos. Exigem, além disso, a todos os aprendizes o completamento do curso da Escola Industrial a fim de adquirirem a cultura geral necessária à valorização de todo o trabalho profissional. Com o intuito de facilitar a consecução deste fim, são destinadas para estudo duas horas do período normal de trabalho.

Entre as várias atividades profissionais referidas deu o Engenheiro Chefe da oficina de Caldeiraria prioridade para estudo psico-técnico à soldadura elétrica e oxi-acetilênica pelos seguintes motivos:

a) Na construção e apetrechamento de navios a soldadura representa uma técnica chamada a desempenhar modernamente um papel cada vez mais largo, o que torna necessário dispor de pessoal habilitado em maior número.

b) É uma das tarefas profissionais cuja qualidade mais diretamente depende da boa aptidão e formação do operário.

O estudo que vamos referir diz, pois, respeito unicamente à seleção de operários soldadores.

1. ANÁLISE DO TRABALHO — A análise do trabalho foi realizada pela observação do trabalho, pela conversa com os próprios operários e mestre da Caldeiraria e pelas informações particularmente úteis que nos forneceu o Engenheiro Chefe da Oficina, quer livremente em conversa quer em resposta ao questionário de Lahy.

Tratando-se duma técnica industrial tão variada e complexa, só estas informações poderiam compensar em parte a ausência de ensaio pessoal de aprendizagem e chamar a atenção para as características de maior relevo a serem observadas, aquelas que constituem as dificuldades características do ofício.

A tão útil descrição do trabalho em termos gerais, como antecedente e esclarecedora da descrição em termos psicológicos, torna-se neste caso impraticável pois essa descrição só a pode comportar um manual especializado.

Limitar-nos-e-mos, portanto, a uma enumeração sumária das feições essenciais do trabalho de soldador executado na Seção.

O soldador elétrico, utilizando o calor do arco elétrico e solda, reúne peças de ferro ou outros metais de bordos aproximados ou preenche espaços vazios de modo a que fique um todo homogêneo.

O soldador oxi-acetilênico, utilizando o calor da chama oxi-acetilênica e solda especial, une peças de ferro e outros metais. Utiliza ainda o poder oxidante do oxigênio e o calor da chama para cortar, aquecer ou fundir partes localizadas de peças de metal.

Os operários nesta oficina dedicam-se exclusivamente a qualquer das especialidades de soldadura.

O trabalho de soldador não é automatizável, exige esforço de atenção voluntária. Requer ainda adaptação a condições novas e não práticas rotineiras e comporta uma bagagem maior de técnica adquirida do que de conhecimentos.

Segundo informações colhidas tanto do Engenheiro como dos próprios operários, o soldador oxi-acetilênico pode não ser bom no arco voltaico e do mesmo modo se dá o inverso.

O trabalho do primeiro é mais variado e requer maior inteligência e cuidado.

O soldador oxi-acetilênico pode utilizar várias técnicas, trabalhar com acetilene a alta e baixa pressão, usar vários tipos de maçarico, vários tipos de metal adicional e, dentro destas variedades, tem de contar ainda com a necessidade de maior ou menor recozimento das peças, segundo a natureza do metal e a sua espessura.

Os trabalhos de soldadura exigem diferentes graus de perfeição e o mesmo se pode dizer relativamente ao corte em diferentes metais.

Na soldadura oxi-acetilênica as duas mãos são utilizadas, a direita segura o maçarico e a esquerda a vareta da solda. O soldador tem de combinar os deslocamentos do maçarico e da vareta da solda, coordenando os movimentos das duas mãos. O deslocamento do maçarico faz-se por um movimento complexo. Na soldadura em cordão o maçarico avança no plano transversal, descrevendo a sua ponta movimentos elípticos ou em V da direita à esquerda e vice-versa ou ainda um movimento retilíneo quando se trata de soldadura em chapa fina. A velocidade do avanço e a amplitude e a frequência das oscilações variam com a qualidade do material a soldar, a sua espessura e preparação.

A mão esquerda quase que encosta a vareta da solda às placas, enquanto a mão direita executa os movimentos descritos, e em seguida levanta-a, para tornar a colocar um pouco mais adiante, enquanto com a mão direita o operário faz novamente os mesmos movimentos.

No caso da soldadura disfarçada o operário coloca com a mão esquerda a vareta da solda a 2 ou 3 milí-

metros acima das chapas e funde os bordos da chapa e a vareta com o maçarico; afasta a vareta da solda e disfarça com um movimento do maçarico mais ou menos circular.

Na soldadura elétrica o braço direito tem em regra um esforço mais intenso; é com este braço que o operário desloca o eléctrodo enquanto a mão esquerda segura a máscara de proteção; só mais recentemente utiliza máscara-capacete, o que lhe dá maior facilidade de movimentos e favorece a manutenção do equilíbrio. Na soldadura elétrica o metal adicional é constituído pelo próprio eléctrodo, que funde ao mesmo tempo que os bordos das peças a soldar ao calor do arco que êle produz. Nesta técnica a mão direita desloca o eléctrodo num movimento de vaivém da direita à esquerda e vice-versa, sempre no mesmo plano vertical.

A solda feita não se distribui nem emenda, o trabalho é mais uniforme.

O soldador elétrico executa soldaduras horizontais em chapas na posição horizontal e vertical, soldaduras verticais, de teto e circulari. Mas pode dizer-se que 80 % dos casos são de soldadura horizontal.

Os movimentos do soldador em qualquer dos processos necessitam de se adaptar na sua forma e na sua velocidade aos dados perceptivos.

E o aspecto do banho de fusão que lhe dá indicações sobre o estado de fusão do metal. Trata-se duma percepção em que intervém a luminosidade, os reflexos corados, a forma e as dimensões da placa luminosa percebida através dos vidros protetores.

Da justeza da percepção deste estímulo complexo e constantemente mutável e da correta adaptação da reacção motriz à mesma, depende a perfeição do trabalho. Quando a velocidade da soldadura é excessiva, há uma deficiência de penetração (o metal base não funde o suficiente para o metal adicional caldear com

êle); quando é demasiadamente lenta, provoca a fusão excessiva do metal base e uma concentração de calor que pode causar deformações. Na soldadura elétrica, além da velocidade, também uma corrente excessivamente forte ou excessivamente fraca provoca os mesmos defeitos. A falta de habilidade ou de cuidado pode também originar a inclusão de escórias no seio do material na soldadura elétrica.

As condições de trabalho que mais podem interessar à seleção são as que passamos a resumir.

Entre os trabalhos da Caldeiraria, o de soldador é considerado, quanto à robustez física, um trabalho semileve, assim como os de caldeireiro de cobre, canalizador de ferro e condutor de máquinas operadoras.

Os indivíduos trabalham em regra de pé, mas por vezes também em posições pouco cômodas, acocorados ou até inclinados com a cabeça em plano inferior. E, por vezes, trabalho perigoso e exige boas condições de equilíbrio, em especial o de soldador elétrico.

Trabalham geralmente ao ar livre, nas várias condições atmosféricas e estão sujeitos a mudanças bruscas de temperatura ambiente. Estão expostos a fortes radiações, sobretudo calóricas, pela proximidade da chama e do arco e contra as quais não há proteção eficaz; estão do mesmo modo expostos a resfriamentos por excesso de transpiração.

Estão ainda sujeitos à projeção de partículas metálicas em fusão, sobretudo os maçariqueiros, que executam corte de material.

Contra estes possíveis acidentes os operários utilizam como meio de proteção luvas de cabedal e aventais e botas isoladoras. A máscara do soldador elétrico, além de proteger a face e o pescoço das partículas metálicas, protege essencialmente os olhos das radiações produzidas pelo arco elétrico, sendo para tal efeito provida de vidros especiais. Estes vidros, por serem mais dispendiosos, são protegidos das projeções

metálicas por um vidro transparente vulgar.

As radiações do arco elétrico também podem produzir afecções dérmicas, leves em geral, e que se evitam com o uso das luvas de cabedal. As radiações da chama oxiacetilênica não produzem afecções dérmicas, mas podem provocar também, ainda que em muito menor grau, o deslumbramento do órgão visual, o que se evita com o uso de óculos de vidro simples corado.

Eles protegem do mesmo modo os olhos contra as projeções de corpos estranhos e por isso o seu uso é obrigatório.

Os óculos ou a máscara condicionam a execução do trabalho em visão crepuscular. A técnica do trabalho determina a alternativa em visão diurna e visão crepuscular.

O soldador elétrico tem de tirar a máscara para substituir os eléctrodos, o que faz em regra com um intervalo de 50 a 120 segundos, tempo que o eléctrodo leva a fundir. A mudança de eléctrodo ocupa um mínimo de 30 segundos.

No que respeita à soldadura oxiacetilênica, o caso mais freqüente é um período de trabalho de 10 minutos em média em visão crepuscular. Os casos extremos são os seguintes: em trabalhos que não desenvolvam grande calor nem exijam esforço físico o operário pode estar horas com os óculos, no caso diametralmente oposto, não está mais de 1 minuto.

É sabido que na soldadura elétrica também se produzem gases, vapores ou fumos em virtude essencialmente da volatilização do produto de revestimento dos eléctrodos e das transformações físicas e químicas dos metais e das pinturas dos mesmos.

Também se podem produzir intoxicações graves pelas emanções de gases, vapores e fumos que se despreendem ao cortar a maçarico peças de metal (restos de barcos) cobertas de pinturas à base de chumbo e seus derivados.

A soldadura de bronze produz vapores bastante tóxicos. Os operários não usam proteção especial para os gases ou vapores e não tem havido intoxicações, o que se explica por trabalharem, em regra, ao ar livre. Em locais bem ventilados também se eliminam facilmente os produtos tóxicos; só em espaços confinados é necessário empregar máscaras com filtros especiais. No caso da soldadura de bronze, os operários tomam leite como preventivo.

Um método correto de trabalho e a observação de todos os cuidados relativos ao manejo dos aparelhos, evita muitos acidentes, tais como a explosão das garrafas de oxigênio, a combustão do tubo de borracha que leva o oxigênio ao maçarico, queimaduras por inflamação devida a fugas no maçarico, tubos, válvulas, etc, queimaduras por má manipulação da chama e por contato com metais quentes ou fundidos.

A análise do trabalho que realizamos, completada com os dados profissiográficos que acerca do mesmo ofício conhecemos, estabelecidos pelo Office International de Bruxelles e pelo Institut de Soudure Autogene, permite-nos expressar quais as aptidões e condições que nos parecem mais necessárias ao bom desempenho da profissão.

Condições físicas requeridas:

Aparelhos circulatório e respiratório em bom estado.

Ausência de propensão à tuberculose e a inflamações das vias respiratórias. Boa capacidade respiratória.

Ausência de propensão a inflamação das mucosas oculares e a inflamações cutâneas.

Integridade funcional dos membros superiores e inferiores.

Ausência de perturbações nervosas e boas condições de equilíbrio.

Em virtude do ambiente extremamente ruidoso em que a profissão é exercida, convém ainda a integridade do órgão de audição.

Características psicológicas:

Do ponto de vista psicológico, podemos considerar as seguintes funções: sensoriais e perceptivas, neuro-musculares, intelectuais, temperamentais e caracterológicas.

1 — *Funções sensíveis e perceptivas:*

a) Perfeita acuidade visual tanto de perto como de longe e tanto em visão diurna como noturna. A função visual tem grande relevo neste ofício e, como o indivíduo tem de trabalhar com vidros protetores para evitar aos olhos o deslumbramento produzido pelo arco e pela chama oxi-acetilênica, a sua visão crepuscular deve ser boa.

b) Boa visão estereoscópica, visto que tem de apreciar com toda a exatidão distâncias em profundidade.

c) Boa percepção de luminosidade, pois tem de perceber exatamente o momento de fusão do metal e sua mistura.

d) Reconhecimento de diferenças de tons, visto que os reflexos corados da placa luminosa do banho de fusão guiam o indivíduo no seu trabalho.

O soldador oxi-acetilênico também reconhece a temperatura da chama e suas características oxidantes ou redutoras pela cor, comprimento e feição da chama.

e) Poder de atenção e fina discriminação visual.

2 — *Funções neuro-musculares:*

a) Perfeita estabilidade de mão.

b) Precisão na execução de trajetórias sobretudo necessária na soldadura elétrica.

c) Poder de coordenação de movimentos das duas mãos, na soldadura oxi-acetilênica.

d) Poder de adaptação motriz a um estímulo visual em movimento.

3 — *Funções intelectuais:*

Devem possuir inteligência prática, pelo menos de nível médio, visto que se trata dum trabalho manual qualificado.

Necessitam de assimilar as explicações recebidas, de compreender os dispositivos técnicos e de capacidade de planejar e juízo crítico para resolver os problemas que a prática apresenta.

4 — *Funções temperamentais e caracterológicas:*

O trabalho exerce-se sempre em estreita relação com os companheiros e o chefe e por tal motivo necessitam os operários de boas condições de sociabilidade e de espírito de cooperação.

Devem ser cuidadosos com o trabalho, consigo próprios e com os companheiros e serem dotados de certo sangue frio para reagirem corretamente em caso de incidentes.

Parecem necessitar de maior paciência, prudência e capacidade de inibição os soldados oxi-acetilênicos.

2. ESCOLHA DA BATERIA PRELIMINAR DE TESTES — Conhecida, portanto, a profissão e estabelecidas as principais características físicas e psicológicas da mesma, procedemos a escolha dos reativos mais apropriados para as determinar.

A exploração das condições físicas fica a cargo do exame clínico. Unicamente instituímos como prova especial a determinação da capacidade respiratória, que é, como prova individual, um dos melhores índices do valor físico do indivíduo.

Descreveremos brevemente os testes utilizados para o estudo dos fatores psicológicos.

A acuidade visual em visão diurna foi avaliada para a visão de longe, a 5 metros, separadamente para cada olho, por meio da escala optométrica de Wecker e Masselon.

A acuidade visual crepuscular foi determinada pela leitura da mesma escala em visão bi-ocular e estando os indivíduos munidos dos óculos verdes, que utilizam para proteção os soldados oxi-acetilênicos. A leitura foi feita imediatamente após a colocação dos óculos, sem período de adaptação, portanto.

Para determinação da adaptação à visão crepuscular, estávamos longe de possuir aparelho adequado.

Tivemos, portanto, de utilizar o aparelho de Ulrich com ligeira modificação.

Durante a primeira fase, em que os olhos são expostos a uma luz brilhante, empregamos uma lâmpada de intensidade muito maior do que a primitiva, 500 watts e uma exposição de 15 segundos.

Imediatamente depois a luz é extinta e mostra-se ao examinado um pequeno objeto-teste em forma de seta, fracamente iluminado. Toma-se conta do tempo que o indivíduo leva para distinguir a orientação desta seta.

O aparelho não nos permite estudar toda a curva de adaptação à escuridão, dá-nos unicamente a velocidade inicial desta adaptação.

Sabemos como as curvas de adaptação de dois indivíduos se podem ainda cruzar ao fim de 20 minutos e como a velocidade do aumento de visão inicial devido a uma sensibilidade crescente dos cones pode não estar em harmonia com o limiar final ou grau de adaptação atingido, devido à sensibilidade dos bastonetes.

Porém, dada a técnica da profissão, na maioria dos casos intervém a visão crepuscular realizada pelos cones, pelo que este aparelho se tornou ainda aproveitável.

A visão estereoscópica foi estudada pelo aparelho de Brabant. Compõe-se essencialmente dum quadro com dois fios verticais tensos móvel ao longo duma régua graduada e no centro da mesma está adaptado um outro fio vertical tenso. O examinado, a distância, pelo jogo de duas cordas desloca o quadro móvel de modo a que os seus fios fiquem no mesmo plano do fio central. Na régua graduada lê-se o desvio cometido que indica a precisão da reação. Fizeram-se seis leituras e considerou-se como valor representativo a média das mesmas.

A percepção da luminosidade, da diferença de tons e de formas representa na ocupação profissional uma percepção sintética, adquirida em grande parte pela aprendizagem.

No nosso exame laboratorial tivemos de proceder ao exame analítico das mesmas, mas, apesar do condicionalismo dos dois atos ser diferente, é absolutamente presumível que o indivíduo privado de certas disposições naturais nunca poderá atingir grande perfeição.

A sensibilidade à luminosidade foi estudada pelo foto-estesímetro de Hering. Compõe-se essencialmente de duas placas igualmente pintadas de branco que se deslocam de modo a fazer variar a sua iluminação.

Dado um certo grau de claridade como padrão numa das placas, o indivíduo tem de deslocar a outra até a considerar igualmente iluminada à primeira. Fizeram-se seis leituras e tomou-se como valor final a média dos desvios cometidos. -

A percepção da diferença de tons deveria ter sido apreciada pelo aparelho de Schulte. Porém, no momento do exame o aparelho não estava em condições de funcionamento e não havia as lâmpadas próprias no mercado. Por tal motivo recorremos a um aparelho de discriminação mnésica imediata de tons, convencidos, porém, de que este fator tem uma menor intervenção na operação da soldadura. O fundamento do aparelho é o seguinte: adiante duma pequena lâmpada elétrica pode-se colocar vários vidros de côr; através duma ocular o indivíduo fixa um determinado tom que é dado como padrão, após o que o comutador é elevado ao zero. O experimentando tem de reproduzir imediatamente o tom observado. As cores utilizadas foram verde, amarelo e vermelho; fizeram-se seis leituras para cada côr e tomou-se como resultado final a média das 18 leituras.

O poder de atenção e discriminação visual foi estudado do seguinte modo: ao examinando são apresentados dois desenhos muito seme-

lhantes, A e B, mas neste último faltam alguns dos traços do desenho A. São estas lacunas que o examinado tem de descobrir e traçar com lápis. Tomou-se conta do tempo e dos erros.

Para apreciar a estabilidade da mão em esforço estático e dinâmico utilizou-se um aparelho cujo fundamento é o seguinte: Numa placa de metal introduzida num circuito elétrico estão abertos alguns pequenos orifícios circulares e várias ranhuras retilíneas, quebradas de curvas.

Para o estudo da precisão das trajetórias a tarefa do indivíduo consistiu em percorrer as ranhuras, com um estilete metálico condutor, sem tocar nos bordos e procurando mantê-lo no mesmo plano vertical. O número de contatos é registrado num contador. Fizeram-se três provas, tomando como valor final a média das duas melhores.

Para apreciar a estabilidade da mão em esforço estático, manteve o indivíduo o estilete fixo durante um minuto num dos pequenos orifícios circulares e tomou-se conta do número de contatos registrados.

O poder de coordenação dos movimentos das duas mãos foi apreciado com aparelho de Schulte, modificado por Farias de Vasconcelos. Numa placa de metal, introduzida num circuito elétrico, está embutida uma substância isoladora em forma de traço irregular. Um estilete metálico condutor é manobrado pelo jogo combinado das duas mãos, de modo a percorrer esse desenho. Os erros são registrados num contador.

Para o estudo da adaptação motriz a um estímulo visual em movimento, utilizamos o relógio de complicação e modificamos a técnica do seu emprego, de modo a transformá-lo numa prova de coordenação visuo-motriz unicamente. Consta essencialmente dum quadrante graduado, sobre o qual gira um ponteiro. Ao examinado foi dada a instrução de premir uma pequena alavanca, no momento preciso em que o

ponteiro passava pelo ponto de referência indicado. Tomou-se conta da precisão e variabilidade das reações.

O nível de inteligência prática foi determinado pelo teste de Alexander, na resolução do qual intervém um fator de inteligência que é um fator de visualização em plano.

A escala de Porteus, tanto no valor global quantitativo, como na análise qualitativa da execução da prova e a observação do comportamento do indivíduo no teste anterior, permitiram-nos colher os principais dados sobre a personalidade dos examinados.

3. GRUPO EXPERIMENTAL. — Depois de requerida ao Instituto de Orientação Profissional a sua intervenção na seleção dos aprendizes de Caldeiraria, foi pedido pelo Engenheiro Chefe dessa oficina que entre os 40 aprendizes ultimamente admitidos na mesma fossem em primeiro lugar escolhidos os mais aptos para a profissão de soldador. Não estávamos nessa altura preparados para resolver o problema com a urgência que demandavam as necessidades de ordem prática do Estaleiro. Por tal motivo esse grupo foi submetido a um estudo bastante sumário, em que interveio o exame clínico, o exame de inteligência abstrata verbal e prática, o exame da acuidade visual e sentido cromático e um breve interrogatório. O interrogatório tinha por fim elucidar-nos sobre a escolaridade dos examinados e qualquer possível aprendizagem profissional anterior, sobre os seus gostos e interesses profissionais e condições familiares. Deste estudo, embora sucinto, já surgiram contra-indicações de ordem clínica e sensorial, algumas reservas de ordem intelectual e preferências afetivas, em conformidade com as quais foram preenchidas as 18 vagas existentes nessa tarefa profissional.

Só posteriormente tivemos ocasião de realizar a análise do trabalho e estabelecer as provas mencionadas no parágrafo anterior.

Necessário se tornava cotejar o seu valor. O ideal seria aplicá-las a um grupo de indivíduos que fosse começar a aprendizagem e de que se pudesse seguir ulteriormente o treino e verificar o nível de aptidão atingido. Não dispúnhamos, ao terminar o exame, de nenhum grupo de indivíduos nessas condições. O último grupo admitido que tinha ainda muito pouca prática já não era conveniente, por ter sido em parte selecionado.

Resolvemos por isso experimentar as provas a título de ensaio num grupo de operários que já tinham prática do ofício. Este processo não é o mais satisfatório, pois a aprendizagem pode fazer adquirir aptidões especiais que podem condicionar o sucesso de certas provas e as normas estabelecidas podem não ser absolutamente adequadas ao grupo a que os testes serão posteriormente aplicados.

Não obstante estes inconvenientes que em regra não são muito acentuados, tem a vantagem de nos permitir verificar com brevidade se as provas escolhidas podem ou não ser consideradas como concludentes, e, por tal motivo, é muitas vezes empregado no começo duma investigação.

No caso da profissão de soldador, de que estamos tratando, o outro processo de verificação é bastante moroso, pois só ao fim de três anos a aprendizagem está normalmente terminada e pode ser fornecido com alguma confiança um critério de aptidão.

A nosso pedido escolheu o Engenheiro Chefe da oficina de Caldeiraria 14 operários soldadores elétricos e 16 oxi-acetilênicos, em que estavam representados bons, médios e maus profissionais. Antes da sua vinda ao I. O. P. esses operários foram advertidos do fim a que o seu exame se destinava — facilitar a colocação de novos aprendizes em harmonia com as suas aptidões, e receberam além disso a garantia de que nenhum prejuízo lhes adviria, de se

submeterem a este exame, devendo, portanto, prestar a sua melhor colaboração. Este resultado pode dizer-se que foi atingido com duas raras exceções.

Aplicamos as provas em dois períodos, de manhã e de tarde, com um intervalo de duas horas.

4. ESCOLHA DO CRITÉRIO DE APTIDÃO. — O critério de aptidão em termo do qual tivemos de estabelecer a validade dos nossos testes foi-nos dado pelo boletim de mérito que a Empresa instituiu para os seus operários.

No boletim de mérito estão indicadas treze qualidades profissionais de cujo interjogo se espera resultar em grande parte a competência profissional.

Um das dessas qualidades dizem respeito ao modo de execução do trabalho e atitude do operário para com o mesmo, outras referem-se à atitude do operário para com os seus companheiros e superiores. Têm na sua base a investigação dos fatores físicos, mentais, manuais e temperamentais ou caracterológicos que podem contribuir para o sucesso. Cada uma dessas qualidades é considerada como podendo existir em cinco graus quantitativos diferentes e cada um desses graus é expresso num certo número de pontos, cujo valor varia consoante a qualidade examinada e a participação que à mesma se atribui na aptidão global. O número total da pontos exprime o mérito de cada operário.

A apreciação é feita pelo chefe de brigada que tem um contato bastante estreito com os indivíduos que tem de classificar.

Representa este boletim de mérito um critério de eficiência muito válido ?

Certamente que não. É um critério puramente subjetivo, realizado por pessoa de cujas qualidades de observação psicológica é lícito duvidar e a quem será difícil não se deixar arrastar pela impressão ge-

ral ao classificar cada atributo individual.

Isto mesmo tivemos ocasião de verificar relativamente a um indivíduo de boas qualidades intelectuais mas com acentuada deficiência na maioria das provas específicas, para quem o ofício representa mais um cargo do que uma satisfação e que ficou altamente classificado, inclusive em perfeição no trabalho. Trata-se duma pessoa bastante íntima do chefe, o qual, porém, segundo declaração do próprio operário, já o aconselhou a mudar de ofício. Não desejando, porém, como o é compreensível, prejudicar-lhe a promoção, consciente ou inconscientemente lhe atribuiu um valor relativamente elevado na classificação.

Não obstante estas deficiências inerentes ao método de apreciação e que o cuidado com que o boletim foi elaborado procurou em grande parte atenuar, temos de o considerar um critério utilizável.

Unicamente, na convicção de que muitos dos fatores de personalidade considerados não intervêm na execução das provas numa medida tão apreciável como no desempenho da profissão, não tomamos em conta, ao estabelecer o critério de eficiência de aptidão, o número de pontos que no boletim mais diretamente se referem ao fator personalidade.

Isto não significa de modo algum menor interesse pelas tendências de comportamento do indivíduo, mas a certeza de que só lhe poderemos dar o necessário relevo, se as considerarmos fora do tratamento estatístico.

O método utilizado para fazer a classificação dos operários foi o arranjo em série por ordem de mérito. Em virtude da valorização dos soldadores elétricos e oxi-acetilênicos apresentar uma diferença notória no respeitante ao número de pontos máximo e mínimo: 102 — 60 para os primeiros e 90 — 49 para os segundos, o que tornava presumível uma diferença de critério, fomos levados a considerar os dois grupos em separado para análise es-

tatística. Este processo oferecia ainda a vantagem de pôr em relevo qualquer diferença de aptidão psicológica entre os dois grupos, se ela de fato existisse, como as informações obtidas e a análise do trabalho faziam de certo modo prever.

5. CONFRONTO DOS RESULTADOS DOS TESTES COM A NOTAÇÃO PROFISSIONAL. — Administrados os testes, obtidos os seus resultados e escolhido o critério de aptidão, tínhamos de averiguar até que ponto eles podiam prognosticar a aptidão potencial dos operários a que tinham sido aplicados.

Para este efeito avaliamos a extensão em que cada uma das variáveis constituída pelo resultado de cada teste varia com o critério de aptidão.

Dado o escasso número de indivíduos em qualquer dos grupos de soldados, empregamos para a determinação dessa correlação o método de ordenação, segundo a fórmula de Spearman.

Para o grupo dos soldados elétricos as correlações obtidas estão expressas no quadro I.

QUADRO I

Soldadores elétricos

Capacidade vital	p= + 0,731
Estabilidade de mão	p= + 0,632
Adaptação à visão crepuscular	p= + 0,540
Visão estereoscópica	p= + 0,519
Sensibilidade à luminosidade	p= + 0,517
Coordenação visuo-motriz (variabilidade das reações)	p= + 0,436
Inteligência prática	p= + 0,429
Coordenação visuo-motriz (precisão das reações)	p= + 0,253
Capacidade de observação	p=: + 0,214
Precisão de movimentos (traçagem)	p= 4- 0,116
Coordenação bi-manual	p= + 0,038
Diferenciação de tons	p= + 0,156

A análise deste quadro de correlações permite-nos concluir que elas são no seu conjunto satisfatórias. Correlações com o critério a partir de + 0,200 já são bastante significativas para a construção duma bateria de testes, desde que as correlações entre os testes satisfaçam por sua vez as necessárias condições. Ora, das 12 correlações calculadas, 7 têm um valor superior a + 0,400.

Três das provas estudadas, capacidade vital, estabilidade de mão e adaptação à visão crepuscular, parecem ser bastante concludentes, em particular a primeira, pois o valor correlativo de + 0,731 é já bastante apreciável até para o coeficiente de correlação múltipla duma bateria de testes.

O valor das quatro provas seguintes é ainda bastante aceitável, tanto mais que as mesmas procuram investigar fatores psíquicos diferentes.

Das 5 correlações restantes três são positivas baixas e duas negativas.

A correlação da prova destinada a apreciar a precisão de movimentos (traçagem) foi contrária à nossa expectativa. Não concluímos evidentemente que esta função não intervém na profissão, mas simplesmente que o reativo empregado não se mostrou apropriado para a despirar. Parece-nos que este resultado é muito de atribuir às variações de velocidade com que os movimentos são executados e que poderia ser corrigido se a prova se pudesse realizar com ritmo imposto.

A correlação negativa da prova de coordenação bi-manual era absolutamente presumível, dadas as características do trabalho do soldador elétrico; o teste foi introduzido unicamente com o fim de apurar se havia diferenças entre os dois grupos de soldados.

Consideraremos posteriormente as provas de capacidade de discriminação visual e de reconhecimento de tons.

Não efetuamos os cálculos de correlação dos vários testes entre si, pois o número reduzido de experimentados a que as provas foram aplicadas não tornava válido tratamento estatístico mais pormenorizado.

Duas provas de percepção visual, a de visão estereoscópica e a de sensibilidade à luminosidade apresentaram, porém, uma correlação tão semelhante com o critério que se impôs o estabelecimento da correlação entre as mesmas. O valor obtido $p = + 0,260$ inferior à correlação com o critério permite concluir que nessas provas não estará envolvido em alto grau o mesmo fator psicológico e que, portanto, ambas são utilizáveis.

As correlações obtidas com o grupo dos soldadores oxi-acetilênicos estão indicadas no quadro II

QUADRO II

Soldadores oxi-acetilênicos

Coordenação visuo-motriz (precisão de reações)	$p = + 0,759$
Capacidade vital	$p = + 0,688$
Adaptação à visão crepuscular	$p = + 0,453$
Coordenação visuo-motriz (variabilidade das reações)	$p = + 0,421$
Visão estereoscópica ..	$p = + 0,411$
Sensibilidade à luminosidade	$p = + 0,380$
Reconhecimento de tons	$p = + 0,355$
Coordenação bi-manual	$p = + 0,216$
Capacidade de observação	$P = + 0,210$
Estabilidade de mão ..	$p = + 0,171$
Precisão de movimentos (traçagem)	$p = - 0,214$
Inteligência prática ...	$p = - 0,162$

A análise deste segundo quadro mostra que das doze correlações calculadas, sete têm igualmente um valor significativo, se bem que mais fraco no conjunto do que as do primeiro grupo estudado.

O estudo comparativo de ambos os quadros permite-nos as seguintes considerações.

Três dessas correlações ocupam quase o mesmo lugar nas duas distribuições; são as relativas à capacidade vital, adaptação à visão crepuscular e visão estereoscópica, o que permite concluir que estes determinantes intervêm igualmente nas duas ocupações profissionais.

A correlação relativa à variabilidade do ajustamento das reações aos estímulos visuais é praticamente a mesma nos dois grupos e a diferença de posição nas duas distribuições, tanto desta correlação como da que diz respeito à sensibilidade à luminosidade, também não é significativa.

É impossível determinar se estes pequenos desvios serão devidos a diferenças nas características psicológicas dos dois grupos de indivíduos examinados ou a diferença de validade do critério de aptidão.

Já o mesmo se não pode dizer relativamente às provas destinadas a apurar a firmeza de mão e a precisão de coordenação visuo-motriz. A situação é quase inversa para os dois grupos de soldadores. A estabilidade de mão ocupa o segundo lugar na soldadura elétrica e tem uma correlação com o critério de $+ 0,632$ e o décimo lugar na soldadura oxi-acetilênica, com uma correlação com o critério de $+ 0,171$. A precisão de coordenação visuo-motriz ocupa o primeiro lugar na soldadura oxi-acetilênica com uma correlação de $+ 0,759$ e o oitavo lugar na soldadura elétrica com uma correlação de $+ 0,253$. Estes valores são significativos para distinguir os dois grupos.

A prova de coordenação bi-manual apresentou nos soldadores oxi-acetilênicos um valor de correlação com o critério de $+ 0,216$, significativamente diferente do valor $- 0,038$ nos soldadores elétricos, o que está em harmonia com a hipótese feita. Contudo, o grau de correlação com o critério é bastante baixo, não se

tendo podido esclarecer se este fato será devido a este fator psicológico intervir com fraco peso na aptidão global ou ao dispositivo empregado não prefigurar convenientemente a situação do trabalho.

Considerações semelhantes se podem fazer relativamente à prova da precisão de movimentos (traçagem) a qual, ainda que apontando também no sentido duma certa diferenciação entre os grupos, tem um valor de correlação com o critério muito baixo para ser utilizável.

As diferenças observadas na prova de reconhecimento imediato de tons é possível que sejam na maior parte devidas ao reativo empregado. Como já referimos, usamos este aparelho como um recurso por não dispormos do mais adequado, e a discriminação mnésica de tons parece, pela análise do trabalho, ter uma intervenção maior na soldadura oxi-acetilênica do que na elétrica, o que está em conformidade com os resultados obtidos.

Falta-nos analisar uma última correlação, a do teste de inteligência prática, a qual parece não estar em harmonia com as informações obtidas: o soldador oxi-acetilênico é mais inteligente do que o soldador elétrico. Enquanto que relativamente a estes últimos a correlação obtida $p = 4 - 0,429$ é uma correlação satisfatória, relativamente aos soldadores oxi-acetilênicos a correlação é negativa e vizinha de zero. A análise das distribuições relativas a este teste torna ainda mais clara a distinção entre os grupos. Dos 16 soldadores oxi-acetilênicos há cinco com um cociente intelectual abaixo de 90, entre os quais 2 pertencem ao grupo dos superiores. Com cociente intelectual acima de 100 há também 5 indivíduos, 3 dos quais pertencem aos médios inferiores. Os valores máximo e mínimo de C. I. são respectivamente 111 e 81.

No grupo dos soldadores elétricos os valores máximo e mínimo do C. I. são 128 e 91. Dos quatro indivíduos com C. I. abaixo de 100, 2 per-

tencem ao grupo dos inferiores, 1 aos médios inferiores e o restante é o mais baixo dos médios superiores. Dos 4 indivíduos que têm cociente intelectual acima de 110, 3 pertencem ao grupo dos superiores e 1 ao dos inferiores. Donde se pode concluir a superioridade nítida de inteligência prática dos soldadores elétricos e a maior contribuição que esse fator presta ao êxito profissional dos mesmos. Estranhamos, em todo o caso, a discordância entre os resultados obtidos e a opinião a que a observação diária conduzia e fomos levados a presumir a interferência obscurecedora de qualquer outro fator.

No domínio escolar tem-se tornado evidente que fatores de ordem temperamental e caracterológica conduzem a discrepâncias entre os resultados dos testes mentais e as apreciações subjetivas que acerca da inteligência dos alunos fazem os Professores. Era possível que estivessemos em presença duma interferência da mesma ordem, tanto mais que, a par da inteligência, também tinha sido posto em relevo o maior cuidado dos soldadores oxi-acetilênicos.

A investigação dos resultados da escala de Porteus mostrou que não era descabida a nossa hipótese. Este teste é, ainda hoje, o melhor teste para investigar um dos traços dominantes da inteligência social, a tendência a controlar a ação apresada ou superficialmente considerada.

Prudência e previsão são qualidades temperamentais essenciais a um bom plano antes de atuar, êle não depende só de fatores intelectuais.

O nível de idade atingido neste teste tem um significado importante, mas de maior valia é ainda a análise qualitativa da execução da prova pelos traços temperamentais que revela e por permitir interpretar devidamente o valor global atingido.

O comportamento adaptativo dos dois grupos de soldadores estudados foi nitidamente diferente.

Nos soldadores oxi-acetilênicos o tipo impulsivo, pobremente inibido, com excessiva confiança em si e tendência à desobediência encontrou-se em quatro indivíduos ou seja numa percentagem de 25 %. Dois deles pertenciam ao grupo dos inferiores, um aos médios inferiores e outro aos médios superiores. A maioria revelou um bom equilíbrio entre a prudência e a resolução. A este grupo pertencem os operários superiores. Uma conduta irregular pode dizer-se que caracterizava dois deles e finalmente o outro uma excessiva prudência melhor classificável de indecisão. Este é o primeiro operário do grupo dos médios superiores.

Dos 14 soldadores elétricos, três revelaram um bom equilíbrio entre impulsividade e indecisão e um outro uma acentuada irresolução. A dois é atribuível uma conduta irregular e os restantes oito são precipitados, impulsivos, pouco controlados e com tendência a desobedecer às instruções.

Dos três primeiros, um pertence ao grupo dos operários superiores e os outros dois são, respectivamente, o último do grupo dos médios inferiores e dos inferiores. Os restantes operários superiores pertencem todos ao grupo impulsivo, pouco inibido.

O confronto dos níveis de idade atingidos mostra o seguinte: no grupo dos soldadores oxi-acetilênicos há seis indivíduos abaixo dos 13 anos e no dos soldadores elétricos quatro, sendo para ambos os grupos o limite inferior 11 anos e meio.

No grupo dos soldadores oxi-acetilênicos os restantes indivíduos estão assim repartidos: 4,13 anos de idade; 4,13 anos e meio e 2,14 anos. Nos soldadores elétricos 10,13 anos.

Os soldadores elétricos não carecem de viveza mental numa situação prática, como ficou demonstrado pelo teste anterior; falharam em atingir níveis mais elevados pela sua impulsividade. Têm capacidade

intelectual para planejar mas nem sempre a utilizam em virtude de seus traços temperamentais. Assim, foi muito mais freqüente neste grupo do que no dos soldadores oxi-acetilênicos, o cometer erros em teste quatro e mais anos abaixo da idade final atingida.

Em concordância com os fatos de observação diária estão os traços temperamentais dominantes que caracterizam mais da metade da população em qualquer dos grupos.

E maior atualização da capacidade de planejar que caracteriza o soldador' oxi-acetilênico, a sua prudência e previsão, a sua maior suficiência social que permitem compreender que êle seja citado como mais inteligente.

Parece evidente que o fator personalístico contribui em grande parte para a sucesso profissional.

Falta-nos ainda examinar os dados relativos à acuidade visual do indivíduo, tanto diurna como crepuscular.

Nos soldadores oxi-acetilênicos, com agudeza visual crepuscular inferior a 2/3 há cinco indivíduos, dois no grupo dos inferiores, dois nos médios superiores e um nos superiores; nos soldadores elétricos há três, assim repartidos: um nos inferiores e dois nos médios inferiores.

Quanto à acuidade visual diurna com um valor inferior a 2/3 em ambos os olhos, há quatro soldadores oxi-acetilênicos: 1 no grupo dos inferiores, dois nos médios e 1 nos superiores. Nos soldadores elétricos há um único que pertence ao grupo dos inferiores. Nota-se, sobretudo, no que respeita à acuidade visual crepuscular, uma maior freqüência de casos com deficiência nos profissionais de qualidade mais inferior. Além disso, um dos operários que pertence ao grupo dos médios superiores e o que pertence aos superiores queixam-se muito de dores e inflamações nos olhos, havendo o perigo de que estas manifestações se acentuem com o aumento de tempo de prática do ofício.

6. ESCOLHA DA BATERIA FINAL E CRITÉRIO DE ELIMINAÇÃO — Peita a análise do valor prognóstico dos testes e o confronto do mesmo nos dois grupos de operários, temos de estabelecer o critério que nos permita determinar, em face dos resultados do exame físico-psicológico, quais são os indivíduos inaptos para o ofício.

Se tivéssemos podido aplicar os testes a um número muito maior de profissionais, pelo menos 100, igualmente repartidos pelas duas especialidades, teríamos obtido resultados de maior confiança e podê-los-íamos tratar estatisticamente pelo processo que mais os valoriza — a equação de regressão múltipla, e que permite ao mesmo tempo prever a eficiência dos indivíduos em toda a escala dos seus valores.

Testes de correlação relativamente baixa com o critério como o de capacidade de observação e o de coordenação bi-manual, desde o momento que as suas intercorrelações com os outros testes sejam prometedoras ou pelo menos satisfatórias, podem ser incluídos na bateria final com notável aumento de eficiência do valor prognóstico desta.

No caso presente, porém, em que os testes não podem ser devidamente pesados e combinados são testes a eliminar da bateria final. O mesmo diz respeito à prova de precisão de movimentos (traçagem) que tem um valor correlativo tão fraco com a aptidão profissional em qualquer dos grupos e à prova de diferenciação de tons em virtude das correlações obtidas, de ser uma prova demorada e de não satisfazer desde o início o nosso objetivo.

Somos de parecer que estas quatro funções, neuro-musculares e perceptivas, eliminadas de consideração final merecem ser continuadas a investigar com reativos mais apropriados no mesmo grupo de profissionais. Duas delas sobretudo fazem presumir a possibilidade duma mais completa diferenciação entre os grupos.

Feitas estas considerações, vejamos qual o critério a aplicar para a exclusão dos indivíduos inaptos.

Em trabalhos deste gênero foi primeiramente requerido como mínimo desejável nos testes com correlação positiva o valor mediano dos operários no trabalho. Esse nível mostrou-se depois excessivamente elevado e assim desceu a 10 % e mais abaixo da mediana.

Nós consideramos como valor mínimo desejável o correspondente ao quartil inferior e, em virtude da acentuada diferença de correlação dalgumas das provas com o critério, não podemos deixar de lhe atribuir, ainda que arbitrariamente, um peso diferente no critério de eliminação.

Atendendo ao valor prognóstico das provas de capacidade vital e adaptação à visão crepuscular e à quase identidade do mesmo nos dois grupos de soldados, estabelecemos que um resultado em ambas as provas abaixo do quartil inferior permite excluir o indivíduo da profissão de soldador.

Este mesmo resultado numa única destas provas não basta para considerar o indivíduo inapto para o ofício. Porém, se esse resultado estiver associado a um valor abaixo do quartil inferior nas provas de estabilidade de mão ou de precisão no ajustamento das reações aos estímulos visuais, bastará para eliminar, respectivamente, da profissão de soldador elétrico e soldador oxi-acetilênico.

Esta prova de precisão de reações, em virtude da alta correlação atingida, pode ter, só por si, o caráter eliminatório para a especialidade de soldadura oxi-acetilênica.

Vejamos agora como utilizar os resultados das provas cujo valor prognóstico ocupa um lugar inferior ao terceiro. Pareceu-nos lícito incluir entre estas, em virtude da análise feita, a de acuidade visual crepuscular.

Um resultado inferior na quasi-totalidade destas provas permite-nos

prever um rendimento inferior, mas não autoriza a eliminação.

As provas de capacidade vital e de adaptação à visão crepuscular que, independentemente, não tem caráter eliminatório, podê-lo-ão ter se forem acompanhadas dum valor abaixo do quartil inferior na quase totalidade destas provas secundárias.

Juntando aos resultados numéricos das provas referidas as observações da personalidade individual, valorizaremos a seleção dos soldados em geral e sobretudo a escolha para as respectivas especialidades.

Aplicamos este critério de eliminação à população estudada e os resultados obtidos foram os que passamos a expor.

Para mais perfeita elucidação apresentamos as distribuições dos dois grupos de operários por ordem decrescente do valor profissional.

SOLDADORES ELÉTRICOS

- 1.º — N. O. J.
- 2.º — M. S. A.
- 3.º — A. B. E.
- 4.º — A. F. S.
- 5.º — A. A. S.
- 6.º — E. S. L.
- 7.º — U. J. D.
- 8.º — A. S. C.
- 9.º — M. P. C.
- 10.º — A. P. F.
- 11.º — J. L.
- 12.º — L. J. G.
- 13.º — A. P.
- 14.º — J. F. B.

SOLDADORES OXI-ACETILÊNICOS

- 1.º — J. D. P.
- 2.º — E. D.
- 3.º — F. A. D.
- 4.º — A. C. S.
- 5.º — J. F.
- 6.º — J. P. E.
- 7.º — A. C. M.
- 8.º — M. C. A.
- 9.º — J. R. S.
- 10.º — D. A. U.

11. — E. C.
12. — J. V. E.
13. — G. S. P.
14. — J. S. G.
15. — A. J. B.
- 16.º — J. G. C.

Nos soldados elétricos o operário J. F. B. é eliminado em virtude do valor inferior atingido nas provas de capacidade vital, estabilidade de mão, variabilidade no ajustamento das reações aos estímulos visuais, inteligência prática, visão em profundidade e agudeza visual crepuscular.

O operário A. P. é eliminado em virtude do valor inferior atingido nas provas de capacidade vital, adaptação à visão crepuscular, variabilidade de reações e estabilidade. O operário A. P. F. é eliminado em virtude das provas de estabilidade, adaptação à visão crepuscular, sensibilidade à luminosidade e agudeza visual crepuscular.

O operário L. J. G. obtém um resultado inferior nas provas de visão crepuscular, sensibilidade à luminosidade, e inteligência prática, o que não basta para eliminar, mas já não permite pressupor um rendimento elevado.

O operário J. L. tem uma capacidade vital bastante abaixo do quartil inferior.

Os operários A. P. F. e J. F. B. são dois dos que na escala de Porteus se revelaram cuidadosos e controlados, com bom equilíbrio entre prudência e resolução. Os quatro operários superiores têm todas as provas acima do valor eliminatório.

Pelo que diz respeito aos operários oxi-acetilênicos, os três últimos são eliminados.

J. G. C. é eliminado pelo valor inferior atingido nas provas de precisão e variabilidade no ajustamento das reações aos estímulos visuais e na de sensibilidade à luminosidade. A. J. B., pelo valor inferior nas provas de capacidade vital, adaptação à visão crepuscular, precisão e variabilidade de reações, visão em pro-

fundidade e agudeza visual crepuscular.

J. S. G. pela precisão de reações, agudeza visual crepuscular.

O operário G. S. P. tem unicamente a capacidade vital abaixo do quartil inferior.

Além destes seria ainda eliminado o operário A. C. M. por resultados inferiores atingidos na maioria das provas: precisão e variabilidade das reações, adaptação à visão crepuscular, visão em profundidade e agudeza visual crepuscular.

Os operários M. C. A. e J. D. P. são inferiores nas provas de visão pelo que a profissão não lhes seria aconselhável.

Dos quatro indivíduos eliminados, três revelaram na escala de Porteus características de precipitação, falta de cuidado, excessiva confiança em si e desobediência. Examinadas as duas distribuições, atentemos ainda no caso dos indivíduos J. L. e G. S. P., que em todas as provas específicas, excetuada a de capacidade vital, obtiveram um valor superior ao critério eliminatório e que, apesar disso, têm um valor profissional baixo. Este fato põe em evidência a contribuição do valor físico do indivíduo no rendimento profissional.

Se agora calcularmos a percentagem dos indivíduos eliminados no conjunto da população estudada, o resultado é o indicado no quadro in-

QUADRO III

	<i>Maus profissionais</i>	<i>Médios e bons profissionais</i>
Número total . . .	8	22
Número de eliminados	5	2
Percentagem de eliminados . . .	62,5%	9%

Este resultado é bastante satisfatório para a primeira tentativa de seleção desta ocupação profissional.

É de prever que o mesmo possa ser melhorado, se conseguirmos dispor de testes mais adequados para

o exame de alguns determinantes da aptidão que não foram devidamente explorados e se pudermos observar um agregado profissional mais numeroso.

Estes testes vão ser aplicados em breve a um grupo de quarenta aprendizes.

Serão, além disso, submetidos ao exame clínico, a um breve interrogatório e a uma prova de inteligência abstrata verbal que possa também lançar alguma luz sobre a sua capacidade de aprendizagem dos assuntos escolares.

As normas de apreciação estabelecidas para um grupo experimental prevêm sempre um pouco melhor esse grupo do que aquele a que serão ulteriormente aplicadas. Ao estabelecer-las, no entanto, nós não deixamos de ter em vista o grupo de indivíduos a que elas se destinavam, fato este que nos levou a não considerar eliminatória só por si a prova de capacidade vital, apesar do seu alto valor correlativo. Esses indivíduos, entre os 14 e 15 anos de idade, estão ainda em pleno desenvolvimento e este não é sempre suscetível de se prever.

Se não nos tivesse guiado esta orientação, a percentagem de indivíduos eliminados no grupo experimental seria maior.

Estamos convictos de que, aplicando este critério de eliminação, não taxativamente, mas com a necessária elasticidade como convém em toda a seleção de aprendizes, e interpretando relativamente a cada indivíduo o conjunto dos dados colhidos, não nos afastaremos da percentagem de eliminação de indivíduos inaptos determinada neste estudo. — ANA CAEIRO GONZALEZ — (*Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luísa Barbosa de Carvalho", Lisboa*).

EXAME DE SELEÇÃO DE TIPOGRAFOS

1. Este trabalho foi fundamentalmente motivado pelo fato de nestes últimos anos o Sindicato Nacio-

nal dos Tipógrafos ter pedido ao Instituto de Orientação Profissional que se pronunciasse sobre a capacidade dos seus iniciados para entrarem na aprendizagem.

Com efeito, na cláusula 3.º do § 4.º do Contrato Coletivo de Trabalho celebrado entre o Grêmio Nacional dos Industriais Gráficos e o Sindicato Nacional dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos lê-se: "Os iniciados transitam para aprendizes mediante exame no I. O. P."

Para satisfazer a esta cláusula, foram no I. O. P. examinados vários contingentes de jovens iniciados nas artes gráficas por intermédio de uma avultada bateria de testes, que já há anos tinha sido estudada e organizada para efeitos de seleção de tipógrafos compositores.

Tendo, porém acrescido nos últimos tempos o número de examinados, imediatamente se reconheceu que o exame empregado era demasiadamente extenso e por isso pouco compatível com as conveniências dos interessados e até com os próprios serviços do Instituto, já excessivamente sobrecarregados com outros trabalhos. A necessidade de o rever, para o encurtar sem perda do seu valor seletivo, tornou-se inadiável e foi-nos confiada pelo Exmo. Sr. Diretor do Instituto a tarefa de apresentar, como trabalho destinado ao exame final do curso de peritos orientadores, um projeto de alteração do exame tradicional de pré-seleção de candidatos a compositores tipográficos manuais. O presente artigo é um resumo bastante limitado desse trabalho.

2. A nossa tarefa começou naturalmente pelo estudo do profissiograma a que se tinha ajustado o exame em uso do Instituto. Esse profissiograma exigia dos compositores os seguintes atributos e qualidades:

1) Estatura pelo menos média; 2) Ser robusto, gozar de boa saúde; 3)

Ter pernas fortes e resistentes; 4) Ter braços fortes, resistentes e ágeis; 5) Possuir mãos e dedos resistentes, ágeis e hábeis; 6) Possuir vista boa e sólida; 7) Ouvir normalmente; 8) Possuir bom tato; 9) Possuir boa memória visual das palavras; 10) Dispor de excelente capacidade de atenção; 11) Ser dotado de boa imaginação; 12) Ter a inteligência necessária para compreender e executar o trabalho que tem a fazer; 13) Possuir energia, paciência e calma para executar o trabalho com cuidado e limpeza. Ser sociável; 14) Possuir pelo menos os conhecimentos proporcionados pelo exame de instrução primária. Faz notar, porém, que o profissional é tanto melhor quanto maior é a sua cultura.

A estas qualidades poderia acrescentar-se:

15) Conhecimentos gerais de desenho geométrico. Efetivamente o gráfico tem que desenhar, ou melhor, imaginar em conjunto a composição e daí o valor desta arte nesta profissão. Fácil é imaginar que, em reclames e nas apresentações de certas páginas, os conhecimentos de desenho lhe prestam grande auxílio; 16) Gosto artístico.

Como contra-indicações eram apresentadas: 1.) Certas deformações ou lesões dos membros; 2.) Mau estado pulmonar; 3.) Funcionamento deficiente dos órgãos digestivos, rins e pele; 4.) Varizes ou disposição para elas; 5.º) Hérnias ou predisposição; 6.) Miopia ou surdez muito acentuadas; 7.º) Perturbações nervosas.

De acordo com as exigências deste profissiograma, tinha-se organizado este conjunto de provas:

a) Prova de inteligência; b) Tempos de reação; c) Memória topográfica; d) Memória de formas; e) Memória muscular; f) Atenção visual interna; g) Atenção visual externa; h) Atenção distribuída; i) Avaliação de superfícies; j) Apreciação do sentido tato-muscular.

3. O primeiro contato com este profissiograma e sua correspondente bateria de testes levaram-nos naturalmente a procurar saber até que ponto teriam sido ambos influenciados pelos trabalhos dos investigadores. que em outros países procuraram estudar o mesmo problema, por sabermos que o esforço dos institutos psicotécnicos se tem sistemática e racionalmente orientado no sentido de uniformizar, até os limites do possível, os exames de seleção. Não me foi possível obter informações a respeito dos exames que no estrangeiro se tem feito nos últimos anos, porque quase nada se inter-comunicou durante o período de guerra. Quase nos tivemos, por isso, de limitar a colher no já clássico trabalho do Baumgarten notícias do que na Holanda, na Inglaterra, na Suíça, França Alemanha e Rússia, lie estudou e praticou relativamente ao problema da seleção dos tipógrafos.

Do cotejo do exame do nosso I. O. P. com os outros, podemos concluir que o exame que empregamos era de qualquer sorte uma síntese de que pode considerar-se comum a quase todos os outros. Visto o caso por este aspecto geral, poderia logicamente supor-se que o nosso exame estava certo. Visto, porém, o assunto em pormenor, já a mesma conclusão se não afigurou igualmente certa. Encontramos, de facto, grandes discrepâncias entre os investigadores quanto à determinação das qualidades consideradas como fundamentais para o regular exercício da profissão e não menores divergências a respeito da estrutura dos testes destinados a pô-las em evidência. Assim, enquanto Muscio (inglês) é de parecer que a extensão da memória não é fator a considerar como importante, Lipman, Kraus e Huth (alemães), são de opinião precisamente oposta. Muscio classifica a velocidade e firmeza de mão como qualidades essenciais, mas Hellerstein assegura que essas qualidades podem ser larga-

mente compensadas pela regularidade do trabalho.

A necessidade de inteligência geral em grau médio, importante para Muscio, é negada por Schröber. Quanto à atenção, consideram uns como básica a concentrada, enquanto outros valorizam sobretudo a distribuída.

Relativamente à escolha dos testes não é menor a divergência. Preferem uns os globais ou sintéticos, prefigurantes da operação real, enquanto outros se inclinam decididamente para os analíticos, que desfiam qualidade por qualidade e do conjunto procuram extrair um juízo de apropriação dos indivíduos para a tarefa.

Destas diferenças, que muito sumariamente indicamos, nos pareceu poder concluir que do simples confronto de exames não era possível extrair um critério, que nos autorizasse a julgar com segurança a validade do nosso exame. Resolvemos então tomar outro caminho. Lançamos então mão dos relatórios dos diferentes exames de seleção já feitos pelo I. O. P. a candidatos ao aprendizado da arte de compositor tipográfico e procuramos, por meio de um inquérito levado às próprias oficinas em que os mesmos candidatos fizeram a sua iniciação, apurar até que ponto os resultados dos exames se harmonizaram com o juízo dos respectivos padrões. Arvoramos assim o seu parecer em critério externo e justificativo dos resultados apurados em globo pela nossa seleção e até dos resultados parciais de cada um dos testes da nossa bateria.

Pareceu-nos que, com esta última técnica, nos seria possível aquilatar o valor relativo que cada qualidade apurada no exame psicotécnico pode ter no exercício da profissão e ainda quais as qualidades não analisadas que as podiam compensar e mesmo a maneira com que se realizaria essa compensação.

4. O nosso Inquérito estendeu-se a 23 oficinas, tantas quantas os ini-

ciados que observamos nos dois primeiros exames requeridos pelo Sindicato Nacional dos Tipógrafos e deu-nos quase o mesmo número de respostas.

A todos os inqueridos fizemos, em geral, as seguintes perguntas:

Como se comporta o seu aprendiz na oficina ?

Tem simpatia ? Gosta de trabalhar ?

Aprende bem ?

É desembaraçado ou lento ?

É inteligente ? Compreende-o com facilidade ?

Que faz na oficina ?

Há quanto tempo está na casa ?

E no ofício ?

Outro qualquer com o mesmo tempo de aprendizagem já fazia mais que êle ?

A casa ensina-o, ou não tem condições para a aprendizagem ?

Já fêz muitos operários ?

Como classifica este em relação aos outros seus antigos discípulos ?

Mau, medíocre, suficiente, bom ?

O senhor fêz-se em menos tempo ?

As condições em que se fêz seriam mais favoráveis para a aprendizagem ?

E, por fim, está satisfeito com êle ?

Se o Sindicato, de acordo com o I. O. P., o tivesse rejeitado, não concordava com isso ? E porque ?

Este conjunto de perguntas, embora se fizessem numa grande percentagem, não se estendeu a todos os casos, por não se oferecer oportunidade.

As respostas colhidas relativamente ao primeiro grupo de examinados, constituído por oito iniciados, foram conformes com o resultado do exame psicotécnico em seis dos casos. Nos dois restantes, que por sinal o Instituto tinha rejeitado, foram de discordância, mas mais aparente do que real. Sobre um dos examinados o patrão inquirido não estava em condições de dar parecer idôneo, porque apenas o tinha utilizado como moço de recados e encar-

regado de serviços de limpeza, e sobre o outro o parecer do encarregado da oficina não foi de atender, visto que se baseou na peregrina idéia de que um aprendiz de compositor tipográfico poderia tornar-se um bom profissional, ainda quando (como era o caso) se não mostrasse suficientemente alfabetizado.

O resultado do confronto da opinião do exame com o parecer dos patrões, relativamente ao segundo grupo de selecionados, revelou uma alta correlação de 0,71.

Do ponto de vista global pode, pois, considerar-se o exame do Instituto como francamente satisfatório.

O mesmo não sucedeu relativamente ao valor apurado por cada um dos testes no exame e o parecer dos mestres ouvidos. O caso, porém, não se nos afigurou significativo, visto que cada inquirido informou segundo o seu critério, umas vezes pouco esclarecido e outras largamente influenciado por motivos sentimentais, e o conjunto não se tornou suscetível de nos fornecer as necessárias informações. Em todo o caso, em relação a uma outra prova, como, por exemplo, à dos tempos de reação, capacidade de atenção distribuídas e inteligência gera), a concordância foi plena, o que nos provocou a impressão de que as qualidades verificadas por estes reativos são de exigir e foram bem apuradas, merecendo por isso inclusão em qualquer bateria de testes destinada a esta operação seletiva.

Não nos contentamos, porém, com estas consignações de caráter tão genérico e tentamos ainda uma terceira forma de atingir o objetivo do encargo que nos foi dado.

Pareceu-nos que, se em vez de nos dirigirmos a uma longa série de profissionais, de desigual formação, mentalidade e interesse pessoal, para nos proporcionarem um critério base, nos dispuséssemos a ensaiar a bateria de testes já corrigida, em uma escola de aprendizagem tipográfica de nome reputado e em que

nos fosse possível ouvir o parecer de um só profissional, singularmente competente, o critério seria mais seguro e a nossa investigação mais prometedora. Foi o caminho que tomamos.

Serviu-nos para o efeito a escola tipográfica das Oficinas de S. José, à qual nos dirigimos com uma credencial do Diretor do Instituto, que logrou obter do Diretor da benemérita instituição, do Sr. Padre Lino, e do mestre das oficinas, Sr. Cunha, o melhor e mais afável acolhimento, que muito reconhecidamente queremos agora publicamente agradecer.

5. Organizada a nossa bateria de testes com os elementos já utilizados com êxito manifesto nos exames anteriores e outros que, para experiência, lhes acrescentamos, começamos o nosso trabalho. As provas empregadas foram as seguintes:

Ditado; Ortografia; Inteligência geral; Inteligência prática; Visual externa; Visual interna; Cópia de letras; Memória de nomes; Memória muscular; Memória de formas; Memória topográfica; Memória imediata (cópia); Sortidor; Atenção distribuída; Tempos de reação; Avaliação de espessuras; Avaliação especial; Acumetria; Visão; Sentido cromático.

Tendo traçado o nosso plano, aplicamo-lo na íntegra aos alunos colocados à nossa disposição, tendo obtido os resultados que vamos reproduzir.

Como, porém, são 25 alunos de anos diferentes, a que correspondem cultura e tempo de aprendizagem distintos, tivemos necessidade de os dividir em três grupos, sendo o primeiro constituído pelos alunos dos dois últimos anos, o segundo pelos alunos dos anos médios e o terceiro pelos do primeiro ano.

6. Os resultados obtidos foram relacionados em três quadros.

No quadro I encontram-se os resultados atingidos em cada teste pelos

alunos dos dois últimos anos do curso de tipografia, no quadro II, os dos alunos dos anos médios e no quadro III, os do primeiro ano. Ao lado dos resultados encontra-se o parecer qualitativo do mestre da oficina relativamente a cada aluno observado pelos testes.

Cotejando-se cada resultado parcial com o critério (o juízo global do mestre), apura-se o seguinte:

1. — Que entre os resultados obtidos pelo teste de inteligência ou, para melhor dizer, pelo teste de nível de desenvolvimento mental e o juízo do mestre a concordância é quase plena.

No quadro I o acordo é total. De fato foram considerados como bons ou suficientes todos os observados que revelaram um cociente de inteligência igual ou superior a 90 e maus ou medíocres, e pela mesma ordem, os que se escalaram abaixo deste valor. No quadro II a correlação é quase perfeita, embora haja alguma discrepância na ordem correlativa de valores. No quadro III é menor a correlação, embora ainda muito significativa. Apenas, como caso esporádico, há a notar uma contradição manifesta. O examinado n.º 11 deste quadro é considerado como bom pelo mestre, tendo-se revelado muito inferior (q. i. = 57) na prova mental.

Se atentarmos, porém, que a escala de nível mental que utilizamos neste ensaio foi a de Otis, que é um teste com tempo marcado e, portanto, de velocidade, e que o examinado estava no início da sua aprendizagem, a discrepância notada perde quase todo o seu significado. Pode tratar-se de um indivíduo moroso na leitura, por temperamento ou falta de treino, mas dotado de outras qualidades, tais como as de método, ordem e assiduidade no trabalho, que ao mestre mereceram simpático juízo, e portanto de um caso de compensação individual, que em nada invalida a concordância geral revelada nos outros casos. Consideramos, portanto, o teste inteligência

geral como altamente revelador de qualidades exigidas pela profissão e por isso digno de ser colocado à cabeça de uma boa bateria de testes apropriada à pré-seleção.

2. — Quanto à inteligência prática, que procuramos avaliar pelo *Passalong test*, observa-se que quase todos os examinados que obtiveram um cociente superior a 90 são considerados, em todos os quadros, como suficientes ou bons pela escola e, pelo contrário, os que se situaram em valores inferiores a 90 são igualmente considerados medíocres pela escola. Estamos, pois, na presença de um caso de correlação quase perfeita, que conseqüentemente outorga ao teste o direito de inclusão na bateria definitiva. Se tomarmos ainda em consideração que este teste não é influenciado pela ação de conhecimentos escolares, seremos levados a tê-lo na conta de teste de aptidão, o que lhe confere um valor muito especial. Nestes termos o admitimos na nossa bateria como inovação muito de celebrar.

3.º — A prova de ditado também nos deu bons resultados, como *à priori* se poderia supor. A admissão de um aprendiz de tipógrafo compositor sem prévia verificação da sua capacidade para ortografar convenientemente expressões vulgares, só pode constituir um estorvo para a aprendizagem. Quando entre a visão ou a audição e a reação muscular que comanda a grafia se não estabeleceu uma coordenação relativamente perfeita por esforço escolar, é de presumir que só tarde e imperfeitamente se venha a estabelecer por tenteios profissionais. Parecemos, pois, que o insucesso nesta prova é motivo bastante para adiar a entrada na aprendizagem a qualquer iniciado que se não mostre convenientemente alfabetizado. Por isso também consideramos esta prova indispensável no exame de pré-seleção.

4. — A prova ortográfica que se incluía na bateria primitiva do I. O. P. não nos pareceu conclusiva. Os

resultados colhidos foram maus e a prova em si, embora talvez apta para distinguir operários já formados, não se nos afigurou apropriada para escolher aprendizes. Consistia a prova em apresentar ao examinado uma série de frases em que se encontravam palavras mal grafadas para serem sublinhadas. Compreende-se que esta discriminação exige uma experiência ou uma cultura que, em regra, não são de esperar dos jovens apenas providos de habilitações primárias. Seria interessante para a seleção de revisores, mas não de simples aprendizes, julgamos que deve, por isso, ser excluída da bateria.

5.º — Prova de atenção visual interna. Apuramo-la com o conhecido teste Kraepelin. Não nos ofereceu qualquer correlação apreciável com o critério, como se pode verificar em todos os quadros. Já anteriormente tínhamos verificado a sua ineficiência, o que nos leva a não a aconselhar.

6. — Prova de atenção visual externa. Empregamos para a reconhecer o conhecido teste de Bourdon, que nos deu resultados contraditórios com o critério e ao mesmo tempo se mostrou desprovido de valor seletivo. Há muito que entre os especialistas se discute se esta prova serve para apurar a capacidade de atenção ou apenas o poder de acuidade visual. Por todas as razões nos pareceu que deve ser eliminada do exame.

7.º — Prova de memória imediata. A prova consiste em transpor, por cópia, de uma folha de papel quadriculado várias séries de letras para outra folha idêntica sem alteração da sua ordem. É um teste que prefigura e pode medir a capacidade de realização exigida pela operação real da composição tipográfica e por isso nela depositamos alguma confiança. Não nos deu, porém, os resultados esperados, o que talvez possa atribuir-se ao fato de termos apresentado o modelo da transcrição em letra manuscrita e não tipo-

gráfica. Talvez convenha experimentá-la em condições mais favoráveis e por isso não desistimos de a ensaiar de novo, mas a título puramente experimental.

8. — Memória muscular. Era para nós já muito duvidosa a significação desta prova em exame da pré-seleção de tipógrafos compositores. A falta da qualidade medida pela prova de Michotte, que utilizamos, em pouco ou nada influi na criação do automatismo necessário para a rápida e perfeita composição ou distribuição do tipo. Pode ser facilmente controlada pela visão e adquire-se mais rápida e eficazmente com seu auxílio do que por intermédio da fixação memorial dos movimentos. Entendemos, portanto, que deve ser eliminada sem qualquer inconveniente.

9.º — As provas de memória de formas e de memória topográfica, incluídas na bateria primitiva do I. O. P., também nos deram resultados contraditórios, como poderá ver-se comparando os resultados obtidos com o critério. Ambas ficam por isso eliminadas na bateria definitiva.

10." — Memória imediata. Usamos pela primeira um teste muito simples para a apurar. Consiste na cópia de um texto curto de qualquer livro. O paciente deve reproduzir integralmente o texto com toda a sua pontuação e disposição paragrafíca. O paciente é advertido de que poderá demorar o tempo que lhe aprouver para realizar a prova, mas que esta será tanto mais classificada quanto menor fôr o número de vezes em que olhe para o texto, porque esse número é contado e abatido. O resultado é dado pela aplicação da

$$R = \frac{L - (E + O)}{N}$$

expressão em que L é o número de palavras, pontos, vírgulas, etc, que se tem de transcrever, E o número de erros contidos, O o número de omissões e N o número de vezes que olhar para o texto. Ê, como se vê, uma prova

sintética figurada, porque envolve quase a própria operação da composição. Com ela obtemos o número de palavras e símbolos que o paciente pode reter, em média, e por isso o seu poder de memória imediata.

Comparando os resultados obtidos nos diferentes quadros, observa-se que os indivíduos incluídos no quadro I, que são os dos dois últimos anos, se mostram mais peritos, porque reproduzem com maior rapidez e perfeição e que os mais perfeitos e rápidos são precisamente os mais classificados na escola. A prova é, por isso, simultaneamente teste de aptidão e de desenvolvimento. Mas, se atentarmos no quadro III, que inclui os aprendizes do primeiro ano, logo verificamos que, em regra, os resultados do teste são quase todos superiores e não concordam com a notação qualitativa da escola. Parece, pois, que, neste caso, o fator aptidão inata não tem influência. Mas, se compararmos os resultados obtidos nesta prova com os alcançados no ditado, já a correlação é muito significativa. Isto parece demonstrar que a prova se correlaciona com os produtos do treino escolar da grafia, que consegue ampliar o campo da reação perceptiva e dar-lhe maior poder discriminativo e retentivo.

Não pudemos, porém, apurar qual a quota parte que pertenceu a cada um destes fatores — aptidão ou treino — e, por isso, não nos julgamos habilitados a julgar se esta prova pode ser suprida pela do ditado, com a qual aliás mostra uma alta correlação. A investigação deve, pois, continuar para se definir devidamente o problema.

11. — Sortidor. Este teste, que pela primeira vez se empregou neste exame, mostrou-se promissor de bom êxito. Com êle podem pôr-se em evidência qualidades que muito eficazmente devem intervir na operação da composição gráfica, tais como, bom lance de vista, destreza muscular, memória visual de formas, capacidade de atenção distri-

buída. A prova, como operação sintética, prefigura convenientemente a tarefa da distribuição dos caracteres pelos caixotins e apela para as qualidades de que depende a execução perfeita e rápida desta tarefa da profissão. Os seus resultados conformam-se com o critério de uma maneira geral e por isso a incluímos na bateria definitiva.

12.º — As provas dos tempos de reação, de avaliação de espessura e de superfícies não deram resultados conclusivos e por isso as relegamos para ulteriores investigações.

Em face do que fica exposto, parece-nos lícito tirar as conclusões que se seguem do estudo que fizemos.

Devemos dizer que duma maneira geral o que nos interessa é conhecer o somatório de todas as qualidades, pois umas podem compensar as outras. Porém, se isto é assim, também não é menos verdade que há certas qualidades que devem atingir um certo valor, pois abaixo deste limiar comprometem todas as outras.

Como exemplo do que acabamos de dizer, temos a moleza, ou apatia acentuada que pode comprometer uma boa inteligência ou mesmo um bom método de trabalho. Se não fôr excessiva, pode, porém, ser compensada por um bom método de trabalho. O mesmo sucede com o déficit excessivo de visão, que deve ser considerado eliminatório.

Tirando conclusões, o que fazemos com as maiores reservas, pois o número de examinados é muito pequeno, podemos dizer:

A inteligência é importante para a profissão, principalmente a prática.

Uma boa ortografia parece-nos indispensável. Defeitos de visão, sobretudo a miopia progressiva, são contra-indicações.

O resultado dos tempos de reação, quando concordante com a prova do método de trabalho (sortidor), é importante; as provas de distribui-

ção de atenção e cópia de letras são de considerar.

Não tem nenhuma importância para a seleção a prova da memória muscular, parecendo-nos ter também pouca as provas de memória topográfica e de formas.

Da atenção diremos que só a distribuída nos parece merecedora de avaliação específica exata. Não atribuímos igualmente importância às provas que apuram as capacidades de avaliar superfícies e espessuras. No entanto parece-nos que importa continuar o trabalho da investigação. — VASCO COELHO DA SILVA — (*Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luisa Barbosa de Carvalho"*, Lisboa).

SELEÇÃO PROFISSIONAL

Não é fácil ajustar o indivíduo ao trabalho, para cuja execução êle traz predisposições naturais, uma como energia latente que apenas aguarda o necessário estímulo para se libertar e mover.

A escolha de uma profissão que, no conceito de Pascal, "é a coisa mais difícil da vida", não se tem infelizmente realizado com o carinho que deve orientar o futuro individual.

Escolhe-se uma profissão com menos cuidado do que uma roupa ou um passeio.

Daí os fracassos que freqüentemente se consignam na luta pela vida: à necessidade de ganhar o *pão para a boca* não se alia o entusiasmo, "Ia joie au travail", de que fala Spreng, graças à qual, transpondo obstáculos e vencendo reveses, consegue o homem compensar, pelo esforço e pela dedicação, deficiências mentais e físicas porventura existentes.

Entra-se numa profissão como em arcanos completamente ignotos. A vocação, força individual em que residem os germes do triunfo e o segredo da vitória, não na consultam os moços. São os pais, os parentes e os amigos que os encaminham, ar-

rojando-os à concorrência, na qual ingressam os jovens completamente às escuras, como se fossem percorrer os caminhos sinuosos de um labirinto.

Da profissão se procura fazer um patrimônio atávico: os filhos seguem o ofício do pai. Seguem-no, todavia, não porque no seu espírito medrem predisposições para segui-lo, mas pela facilidade com que encontram, nos próprios progenitores, os seus guias mais solícitos.

Começam aqui os percalços da escolha do trabalho. Não há dúvida que a ancestralidade, fixando ou procurando fixar as tendências, cria nos filhos predisposições análogas às que os pais revelam. Em rigor, porém, não se trata de predisposições naturais, mas de desejos vago e incertos que as crianças mostram e os pais se propõem coordenar e orientar.

Na maioria dos casos o fator atávico não existe. Ele só está presente quando se consubstancia numa força que, vindo do alto, fixa-se indefinidamente e perpetua-se nas gerações.

O primeiro cuidado a observar na escolha de uma profissão é a tendência natural, o gosto, a vocação, força subjetiva que, existindo desde a infância, aciona o indivíduo e promove uma justa adaptação das suas aptidões imanentes, ao exercício de atividades definidas.

A educação moderna, pretendidamente objetiva, consigna entre os seus papéis máximos o balanço das aptidões naturais da criança, mercê de uma observação atenta das suas atividades volitivas. Dá-lhe liberdade, para que livremente manifeste as suas virtualidades. Em seguida promove a adaptação.

Deve-se, porém, considerar que as crianças não apresentam desejos certos e definidos, fato que também sói acontecer nos adolescentes. Com efeito, as inclinações destes últimos, como das crianças, não os conduzem a uma deliberação espontânea. Alguém lhes deve dar a mão e condu-

zi-los entre os múltiplos tropeços que caracterizam a vida pletórica dos nossos dias.

Se as inclinações, embora vagas e indecisas das crianças e dos adolescentes não se revestem de maior interesse, quando se cuida de encaminhá-los para os trabalhos cuja execução não demanda a aplicação constante da inteligência, o seu papel cresce de vulto e transparece quando a escolha recai em atividades cuja realização impõe maiores solicitações do espírito.

Há casos em que a escolha da profissão se faz única e exclusivamente em virtude da capacidade imitativa do indivíduo. Uma parada militar, por exemplo, uma cena cinematográfica, uma realização arrojada, gera na mente dos moços e das crianças a hipótese, que não raro toma foros de realidade, de uma vitória fácil.

A postura de um oficial, a musculatura de um boxeador, a audácia de um piloto, criam no espírito borboleteante dos noviços, justamente no instante em que eles se aprestam para ingressar na luta pela vida, o desejo de vestir a farda, calçar as luvas do jogo ou elevar-se no espaço, rumo do azul e do desconhecido.

Dada a preponderância das profissões modestas, que não demandam grande riqueza intelectual, sobre as profissões superiores, que se fundam na força criadora do cérebro, são sobretudo os fatores objetivos que mais interessam no ponto-de-vista prático. Daí as imposições do meio social e econômico, sobretudo do meio familiar.

A estatística de Bernays, referida por Spreng, mostra de uma forma impressiva, como a profissão de um pode influir sobre a dos demais membros da mesma família. Cêrca de 12 % dos trabalhadores exercem a mesma profissão exercida por parentes.

Tratar-se-á de uma imitação grosseira, ou, ao revés, de uma seleção social, criada pelas condições ec-

nômicas que, não sendo variáveis no mesmo clã familiar, imprimem rumo igual aos seus componentes ?

Certamente a imitação não será indiferente à escolha da profissão, dentro de um grupo genealógico. Mais poderosa, porém, será a força coercitiva das condições sociais, agindo ininterruptamente sobre os indivíduos do mesmo clã familiar. Com efeito, debaixo de condições idênticas, as deliberações são análogas: iguais as necessidades, idênticas as soluções adotadas.

Outros fatores têm interferido na escolha da profissão: menos, porém, do que os precedentes. Referimo-nos às condições psico-fisiológicas do indivíduo. Estes fatores, que em virtude da sua profunda significação sobrepujam todos os demais, são justamente os que ocupam o derradeiro lugar entre quantos são invocados para orientar o indivíduo na escolha do trabalho.

Atende-se aos possíveis proventos desta ou daquela profissão; consultam-se as vantagens dos empregos fáceis e remuneradores; encara-se a fortuna alheia com cobiça. Nenhuma importância, entretanto, se liga às condições, corpóreas ou mentais, do indivíduo, como se todos fossem igualmente capazes, como se apenas as vitórias fáceis fossem dignas do esforço humano.

Daí os fracassos freqüentemente registrados. Daí a penosa situação daqueles que, mal sucedidos num trabalho, iniciado sem bases sólidas, mudam de profissão e em outra procuram os proventos que a sociedade lhes impõe, para que possam ocupar um lugar honesto em meio dos seus semelhantes.

A seleção, em casos tais, se opera pela força negativa: o indivíduo se vai a pouco e pouco rebaixando, até que a angústia da situação para a qual é arremessado lhe abra um lugar definitivo entre os que batam sob o mesmo sol.

Hoje em dia, o aperfeiçoamento cada vez mais notável das máqui-

nas, longe de reduzir o trabalho a um processo automático, puramente mecânico, para cuja satisfação não seria mister o concurso da inteligência, exige, ao contrário, a seleção de indivíduos capazes, adequados à monotonia e à uniformidade do seu ritmo, e aumenta, dessarte, o problema da seleção, eis que cada indivíduo tem uma organização psicofísica particular, resultante das suas condições personalíssimas, do mesmo passo que cada profissão requer, em condições especiais, qualidades que não podem ser comuns a todos os indivíduos.

Cada indivíduo — escreve Chleusebaigue — cada indivíduo se comporta diferentemente diante do trabalho automático, embora êle, até certo ponto, substitua o pensamento e a emoção pela sistematização dos movimentos.

Procurando remediar a premência da situação existente e agindo sob a imposição de interesses contrariados na formidável concorrência das indústrias, as grandes empresas procuram selecionar os seus operários e admitem apenas aqueles que melhores condições de aptidão revelam.

Já não mais bastam os velhos e tradicionais "atestados de habilitação e conduta", firmados por entidades comerciais, aos egressos do seu seio. Os candidatos são admitidos a título precário, e só depois de terem provado a sua capacidade e que passam a fazer parte do quadro dos trabalhadores efetivos.

Tal processo, contudo, por mais prático que pareça ao primeiro golpe de vista, está longe de resolver a situação. Graves são os inconvenientes que oferece. A instabilidade dos que são admitidos a título precário. o estipêndio de trabalhadores que podem deixar de satisfazer as exigências mínimas das empresas, a provável imperfeição dos trabalhos levados a efeito, durante essa fase. não raro longa, de experiência, e os prejuízos decorrentes, não consti-

tuem, como facilmente se compreende, normas merecedoras de encômios.

Melhor e mais proveitoso será organizar cientificamente o trabalho, dar-lhe técnica especial, aferi-lo através de moldes rigorosos, pois só assim os resultados do esforço individual compensarão o capital invertido e o tempo gasto.

Como, porém, realizar esse desiderato ?

Para consegui-lo só conhecemos um recurso. Este não consistirá simplesmente na exigência da máxima produção. Admiti-lo seria submeter inteiramente os trabalhadores à ambição econômica, às vezes desmedida, dos empregadores. Torna-se necessário, antes de mais nada, realizar o estudo da psicologia social do trabalho e, em seguida, organizá-lo sob moldes científicos.

A simples enunciação desse conceito basta para fazer sentir que a solução proposta por Taylor está longe de ser aceita. Pretender obter, como pretendia Taylor, toda a renda de que é capaz o homem graças à aplicação integral das suas energias excedidas freqüentemente, é escravizá-lo, é transformá-lo, não num bom animal, como queria Spencer, mas numa verdadeira máquina, sem atender sequer ao seu direito à saúde.

Ora, em tal subordinação grosseira e odiosa não se encontra nenhuma razão de ordem moral, como nenhuma de natureza psicológica, eis que a moralidade do trabalho, a sua psicologia, consiste justamente na sua realização sem quebra da personalidade individual e sem desgastes físicos de qualquer natureza.

Taylor se propôs dar organização científica ao trabalho mercê da sistematização dos movimentos corpóreos, graças ao seu aproveitamento total, ou seja, mercê da instituição de medidas capazes de promover a utilização metódica e racional das forças humanas. Não o conseguiu, porém, nem o poderia conseguir, eis que não houve, de sua parte, o pro-

pósito, que jamais devera ser olvidado, de consultar as realidades sociais.

A seleção proposta por Taylor é incompatível com o grau de civilização que os grandes povos do mundo desfrutam.

O seu processo consiste apenas em submeter incondicionalmente o homem às funções que lhe forem afeitas, para que permitido seja obter a maior renda possível. Subordinação integral, de modo que até mesmo os movimentos do corpo, postos em ritmo, não se percam inutilmente, pela falta de aplicação oportuna. Entre o trabalho e o homem há, segundo Taylor, um circuito: *estímulo-resposta*, consistindo esta última na utilização completa e efetiva das energias trazidas pelo primeiro. Simples relação de causa e efeito...

Um exemplo melhor esclarecerá o assunto: para a admissão no serviço de mineração e transporte de ferro exigir-se-ia que o candidato fosse um espírito lerdo e obtuso, de moco a se assemelhar a um boi. . . "O homem de espírito rápido e agudo deve, por isso mesmo, ser contra-indicado para um trabalho tão monótono como esse".

Para determinar os "valores", de acordo com tal conceito, Taylor procura o mais hábil dos obreiros e faz-lo executar o seu trabalho. Estuda-lhe os diferentes movimentos de repouso; verifica a produção máxima de que é capaz. O mais eficiente dos indivíduos, na execução de tal ou qual atividade, constituirá o padrão ou "test" pelo qual serão, daí por diante, aferidos todos quantos se candidatarem a esse trabalho. E serão eliminados os que, submetendo-se à prova, não mostrarem o mesmo coeficiente de produção. Tal o critério seguido por êle na fundição da Bethlehem Steel Company.

Com esse processo comparativo, mas grosseiro, prático mas odioso, fácil mas desprezível, chega-se à conclusão de que, para o mesmo trabalho, e em condições perfeitamente idênticas, devem concorrer

indivíduos igualmente aptos no ponto-de-vista da força bruta.

Ora, a eficiência do esforço não deve e não pode ser encarada através do prisma simplista, grosseiro e falso do máximo da produção. Se tal fosse efetivamente o critério mais conveniente para o serviço de mineração e transporte de ferro, em que o resultado do esforço é aferido pelo total, em quilos de produção, o mesmo não sucederia quando se houvesse de considerar trabalhos outros cuja execução proveitosa está na dependência, não do máximo produzido em toneladas, mas do máximo atingido em qualidade.

A aptidão individual não deve, pois, permanecer na dependência da produção em grosso. Deve repousar principalmente na qualidade da produção, embora sem prejuízo do tempo empregado para conseguí-la.

Pergunta-se: qual dos dois indivíduos será mais eficiente e mais útil, aquele que realizar em duas horas, tal ou qual trabalho, ou aquele que, para o mesmo mister, exigir quatro horas? À primeira vista a resposta se impõe sem restrições: o primeiro.

Examine-se, porém, mais atentamente a questão proposta: o segundo indivíduo produziu menos, mas produziu melhor. Consumiu quatro horas. Compensando, porém, o maior tempo dispendido, apresentou um trabalho quantitativamente inferior, mas qualitativamente sem dúvida alguma superior. Não terá sido por ventura este último o mais eficiente?

A seleção não pode, por conseguinte, depender única e exclusivamente do total da produção. Não se deve exigir do homem, mesmo encarando-o como máquina, mais de quanto se exige das verdadeiras máquinas, para as quais o valor comparativo da produção tem por ponto de apoio o critério da "quantidade" ao lado do justo valor qualitativo.

Ora o sistema de Taylor não atende, tão rigorosamente como se faz preciso, a essa dupla finalidade. 15

um sistema empírico, do qual, segundo Lahy, não participam es dados colhidos pela psicologia experimental, dados estes que, no conceito do insigne observador, estão destinados a desempenhar um papel relevante na solução do assunto.

Tomar como ponto de partida o melhor dentre todos os obreiros & pretender que os demais acompanhem, quaisquer que sejam as condições do trabalho, é transportar para o domínio das manifestações conscientes uma conquista só compatível com o domínio dos instintos.

Pretender que 19 obreiros realizem o que estava sendo ou devia ser realizado por 75, embora se lhe acene com o prividégio de melhores salários, é ensaiar uma prática que as conquistas através das quais evolve o mundo moderno repelem o o sentimento de solidariedade humana condena. Admiti-lo seria sobrecarregar o indivíduo e revolver todas as suas possibilidades momentâneas, sem atender sequer ao futuro que o aguarda.

Ora, sabido é que em seus dois principais trabalhos, "Direction des Ateliers" e "Principes d'organisation scientifique des usines", Taylor outra coisa não fez senão estabelecer o espirito de ambição do operário, quando em face de salários prometedores.

"Certa peça *typo*, de aço forjado, vinha sendo feita, desde muitos anos, à razão de quatro ou cinco por dia, pelo sistema comum — escreve Taylor. Pagavam-se 2.50 frs. de mão de obra pela unidade. Após haver-se analisado o trabalho e determinado o tempo mínimo exigido pela fabricação de uma peça, chegou-se à conclusão de que seria possível fazer dez peças por dia. . . Desde então, tendo previamente mostrado aos operários a possibilidade de fabricar estas dez peças e o modo porque deviam agir para obter tal resultado, fixou-se em 1.75 frs., em vez de 2.50 frs. o preço de cada uma, com a condição de que dez peças fossem fabricadas por dia, o que

daria ao operário 17.50 frs. em lugar de 12.50 que vinha recebendo pela manufatura de 5 peças a 2.50 frs., cada uma. Em compensação cada peça não seria paga senão a 1.25 frs., se o operário fabricasse meios de 10 peças ao dia. Desde quando — acrescenta Taylor — pela primeira vez se fizeram dez peças, até hoje, isto é, num período de dez anos, os operários que compreenderam seu trabalho apenas um dia deixaram de fabricar tal número" ("Direction des Ateliers").

Aí está a prova provada da escravização do homem ao trabalho: ou êle produzia 10 peças, e nesse caso receberia 1.75 fr. por peça (menos da tarifa primitiva) ou produzia menos de 10 peças, e recebia, nest^ caso, apenas 1.25 fr. por unidade manufaturada.

É certo, e não há quem o negue, que a função faz o órgão e a inércia só existe no domínio das coisas inanimadas; menos certo não é, porém, que a função o pode também lesar, ultrapassando os limites naturais da resistência física e da possibilidade fisiológica.

Tudo deve obedecer a um critério seguro e este critério não será certamente o da produção máxima dentro do menor espaço de tempo, com menosprezo dos sagrados interesses individuais e quiçá da coletividade.

Em que pese à opinião de Taylor, os indivíduos que não forem julgados aptos para um serviço devem recorrer a outro, para a consecução dos seus meios de subsistência. Tal conceito constituiria uma verdade se o julgamento das possibilidades individuais não tivesse por ponto de partida uma falsa premissa ou, em outras palavras, se a aferição do esforço humano, no desempenho do trabalho, não se estribasse unicamente na cronometragem, ou, ainda, se se estribasse em fatores de ordem biológica, rigorosamente apreciados e cientificamente comprovados.

Ora, a seleção de Taylor não se funda em dados dessa natureza. O

tempo ocupa o primeiro lugar na ordem dos elementos que pesam na apreciação e as qualidades do todo são aferidas pela qualidade de um único dos seus representantes, quando, em rigor, o contrário é que devia ser feito, eis que, quando se quer determinar o valor social de um grupo humano, não se toma por ponto de partida o mais *forte* ou o *mais capaz* dos seus tipos, mas, ao contrário, os seus elementos mais fortes e capazes.

De resto, a evolução do mundo moderno tende a fazer desaparecer certos conceitos inadapáveis à situação momentânea. Não atendendo à inteligência, à dedicação e ao escrúpulo quando a serviço da mão de obra, o trabalho não é por Taylor julgado através do seu labor, do esforço que êle representa, mas unicamente por seu volume.

Cedo, porém, Taylor verificou a insuficiência da "tarifa diferencial" como elemento solucionador do problema da mão de obra. E foi então que começou a estudar a normalização e a aferição dos instrumentos de trabalho.

Tendo sido sucessivamente aprendiz, operário, contramestre, diretor de escritório e finalmente engenheiro chefe de Midvale Steel Company, não lhe foi difícil observar, nesta empresa, as diferenças oferecidas pelo mesmo operário, em condições diversas de trabalho e pelas diferentes máquinas do mesmo gênero.

O apreço que vinha sendo por Taylor consagrado ao fator tempo, que o consagrado autor da "Organização científica do trabalho" se obstinava em reduzir ao mínimo, dando destarte corpo ao velho aforismo britânico de que tempo é dinheiro, cresceu de vulto e culminou no momento em que o ilustre investigador se propôs estabelecer a divisão sistemática das atividades físicas e mentais, estudando o trabalho em largo estilo. O tempo seria investigado, como foi, como elemento fundamental da ciência do trabalho, não só no que tange aos movimen-

tos elementares, isto é, inacessíveis a novas decomposições, mas até mesmo nas suas sutilezas, a fim de que se eliminassem os acaso porventura verificados nos resultados obtidos. Para esse fim serviu-se Taylor de cronômetros capazes de medir centésimos de minuto!

Tal tentativa levou o observador a reformar, até certo ponto, o seu sistema, eis que, se a princípio um só homem — o contramestre — era quem, como verdadeiro factótum, fixava o preço das mercadorias, estabelecia tarifas ao trabalhador, dava-lhe incumbência, fiscalizava-o « distribuía-lhe artefatos e instrumentos, após o estudo das máquinas e ferramentas Taylor foi levado a reorganizar a administração da oficina, passando para o escritório numerosas das incumbências que vinham saturando e desnorteando o espírito do contramestre.

Deu-se assim o primeiro conflito entre o criador e a criação, entre Taylor e seu sistema. Com efeito, em seu primitivo tipo de organização administrativa, o diretor da Midvale Steel Company incumbia ao contramestre a realização de todos os misteres ao passo que, em seguida, se decidiu por distribuir o trabalho, de modo que cada indivíduo tivesse o mínimo de atribuições.

Teria assim sido aberto o caminho a Fayol, que, ao invés de começar o estudo do trabalho pelas atividades do operário, iniciou-o encarando as responsabilidades do diretor, aliviando-o de toda e qualquer ação reflexa inútil e dando-lhe como incumbência a organização, o comando, a coordenação e o controle das indústrias, ou seja, apenas a parte administrativa das empresas.

Dill Scott, vindo em seguida, não se limitou a realizar a distribuição das funções, de modo a retirar o excesso de responsabilidade que vinha pesando sobre os ombros do mesmo indivíduo. Procurando aumentar o rendimento do operário, propôs se fizesse da imitação, instintiva ou voluntária, o ponto de partida da

seleção almejada. Das oficinas seriam eliminados todos quantos, sendo deficientes na produção, pudessem ser imitados pelos bons obreiros.

Contudo, Dill Scott fez sentir que o maior fator da renda está representado pelo interesse que o operário empresta ao seu trabalho, pelo amor e alegria que possa provocar nele o gosto de seu ofício, pelo sentimento das suas responsabilidades, pela convicção de que o emprego é a expressão da sua individualidade, e, em suma, pelo prestígio que lhe dá o trabalho, quando êle disputa um lugar na sociedade.

Com esses conceitos, o autor da obra citada por Léon Walther, "Increasing Human Efficiency Business", lançara os fundamentos de um novo processo de seleção em que não fossem computados apenas os elementos dinâmicos, mas também e sobretudo os de ordem psicológica.

Este seria verdadeiramente o caminho a trilhar. Toda e qualquer tentativa que se viesse a iniciar sem apoio na psicologia jamais encontraria possibilidades de sucesso. Assim nos tempos passados, assim o mais fortemente na atualidade.

De fato, hoje, como nunca, pesam sobre os destinos da humanidade. sentimentos, volições, forças psicológicas, que é preciso consultar e revolver e trazer à luz da realidade. A seleção natural pela força bruta é incompatível com a índole dos povos mais cultos do mundo. Há milhões e milhões de braços reclamando trabalho; há milhares de bocas bradando contra o capitalismo. Por todo o mundo corre um sopro de reivindicação social e um surdo clamor de espíritos insatisfeitos.

No que tange ao Brasil, digamolo em rápidas palavras, em lugar de excesso, há falta de braços, e em vez de dissensões sociais uma profunda identificação entre empregados e empregadores.

Os menos aptos para um serviço terão aqui facilmente onde e como

aplicar as atividades para as quais apresentem predisposições.

Nem por isso, entretanto, o paíu se encaminha para a seleção *à ov-trance*. Os primeiros passos são, ao contrário, aqui dados no sentido de promover a adaptação do indivíduo à profissão para cujo desempenho êle traz atributos vocacionais. E a seleção artificial, que apenas se ensaia, lança os seus fundamentos em bases científicas, como nos será dado demonstrar.

O trabalho de seleção, entre nós, se inicia na escola, onde os professores, seguindo os postulados da escola ativa, dão liberdade às crianças, a fim de que, sem nenhum constrangimento, manifestem as suas virtualidades. A intervenção do Estado não se está iniciando no sentido de manter nas mãos o monopólio profissional e a distribuição das funções. Intervém o Estado dentro do sentido liberal das suas instituições políticas e sociais, regulando o horário do trabalho, estabelecendo os salários mínimos, criando os institutos de previdência e as caixas de pensões e aposentadorias e franqueando o caminho às indústrias, às artes, à lavoura, à pecuária, para quantos o queiram trilhar, amparados pela nossa bandeira.

Dissemos que somente após um metucioso estudo das condições físicas e psíquicas do indivíduo podem eles ser proveitosamente encaminhados para o exercício de uma profissão, qualquer que seja a sua natureza. Desde a mais modesta até às mais elevadas funções, desde o mais singelo dos obreiros até o mais alto chefe da nação, em qualquer das múltiplas e polimorfias manifestações da inteligência e da atividade humana, há sempre e invariavelmente uma cadeia ininterrupta, uma sucessão continua de acontecimentos, uma evolução lenta do simples para o complexo, do geral para o especial; e até mesmo os homens que, por seus méritos excepcionais, se elevam às mais destacadas posições, no seio da sociedade, submetem-se

à seleção, passando pelas diferentes fases em que ela se diversifica.

Um chefe de Estado, por exemplo, vem, às vezes, do anonimato; galga, pelo próprio esforço, posições definidas; especializa-se no estudo das questões públicas; sobe os diferentes degraus da escala política; familiariza-se com o trato das mais altas e nobres questões sociais, econômicas e políticas, e só então, encarando as multidões, lhes pede o sufrágio e à custa dele atinge à supremacia do poder administrativo.

No caso em apreço, para que a seleção se dê com a vitória integral da aptidão, arma-se a sociedade com o direito do voto. E é graças a este direito que, dando o balanço dos valores, comparece às urnas e elege os seus representantes máximos.

Tudo quanto escapar a este processo de seleção, que se consubstancia na aplicação de leis evolutivas, variáveis de lugar a lugar, mas sempre presentes, redundará em fracasso.

Os grandes movimentos armados, a que não raro os povos recorrem para reivindicações políticas e sociais, não produzem jamais fruto; benéficos, eis que se trata de uma seleção pela força bruta e a força bruta só tem razão de ser quando é mister pôr em ordem uma coisa que está em desordem.

Assim em todos os setores da vida.

Os processos de seleção têm por objeto fundamental o encaminhamento do homem em meio do tumulto quotidiano criado pelo concorrência e consubstanciado nos desajustamentos sociais.

Franqueado o caminho, os valores se vão apurando naturalmente. Dai a razão pela qual a seleção se exerce de preferência no início da vida prática do homem, ou seja, na adolescência.

Par-se-á por um balanço metódico de todas as virtualidades, dentro do meio social em que o homem vive e se agita.

Hábitos, tendências, vocações, disposições orgânicas, predisposições hereditárias, energias, resistência física, fortaleza moral — tudo deve ser rigorosamente solicitado e acionado e afinal posto a serviço da técnica moderna, consoante as possibilidades econômicas do momento.

Poder-se-á destarte reverter à sua própria realidade, aos misteres para os quais reúnem os necessários atributos, os indivíduos que, sob falsos conceitos, deles se houverem distanciado, aqueles que, premidos por circunstâncias fortuitas, se afastaram, embora com facilidade para atingi-lo, do verdadeiro caminho que deviam palmilhar.

Não se orienta, porém, a seleção profissional no sentido único e exclusivo de estudar as virtualidades do aprendiz, e ajustá-lo ao trabalho: cuida também de organizar e facilitar a execução deste último.

Do mesmo passo que exige aptidões especiais para o exercício das atividades físicas, consigna normas para a execução de tais atividades com o mínimo esforço, a máxima eficiência e dentro do menor espaço de tempo.

Numa palavra: a seleção tem por supremo objetivo a orientação do homem e a racionalização do trabalho.

De que serviria estudar o indivíduo sob o ponto-de-vista antropofisiológico, dar um balanço nas suas aptidões, pôr à tona as suas virtudes morais, e em seguida arrojá-lo ao trabalho, sujeitando-o aos dissabores decorrentes da imperfeição da técnica, num concurso de "mão de obra" para a qual entrasse desconhecendo os modernos processos de execução ?

A seleção profissional, do mesmo passo que visa orientar o indivíduo, eleva-o, armando-o com todos os elementos necessários à vitória na luta pela existência. Se assim não fora, ter-se-ia incorrido no mesmo erro que fulminara o processo proposto por Taylor, quando a tendência moderna é justamente promover

a adaptação do indivíduo e só eliminar aqueles cujas condições físicas e intelectuais se encontrem em completo desacordo com a natureza do trabalho a que se querem dedicar.

Invoquemos, em abono do grande valor de que se reveste a seleção profissional, quando bem orientada, o exemplo que Ford nos oferece.

Como foi que Ford, entrando em competição com os maiores centros de produção automobilística, conseguiu baixar o preço do seu produto ?

Reduzindo os salários ? Diminuindo o número de operários ? Menosprezando a qualidade do seu produto ?

Não: Ford o conseguiu mercê do aumento quantitativo e qualificativo da produção, ou seja, graças à racionalização das suas usinas.

E chegou à conclusão de que também o cego e o enfermo, quando colocados nos seus justos lugares, podem realizar o mesmo trabalho e ganhar os mesmos salários de um homem são.

E claro que o grande industrial americano não quer com isto dizer a que se deve dar preferência aos enfermos. O que Ford afirma é que pela justa adaptação do indivíduo ao trabalho, para cujo desenvolvimento revele os necessários predicados, pode êle ganhar salários compensadores.

E esclarece, em abono da sua assertiva, que entre os seus milhares de operários, 9.563 se encontram em condições submedianas de saúde, entre estes figurando 123 mutilados de braços ou mãos, 4 totalmente cegos, 207 quase cegos, 31 surdos-mudos, 60 epiléticos e 4 mutilados de pernas ou por deficiência de peso. Ford não os eliminou das suas usinas: deu-lhes trabalhos compatíveis com as suas possibilidades.

De tudo quanto ficou dito ressalta que a escolha do trabalho, pela seleção, encerra múltiplas indagações, revestindo-se de grande complexidade.

É mister encarar a questão através de seus múltiplos aspectos, entre os quais o lado social e econômico, as possibilidades individuais e a justa adaptação.

Vejamos, em rápida síntese, esses diferentes pontos.

A influência familiar, até certo ponto hereditária, como as condições sociais do indivíduo, atuam notavelmente na escolha e evolução do trabalho. Verifica-se, quase sempre, da parte do pai, um incoercível desejo de que o filho lhe herde a profissão. Mas isto não é bastante. Torna-se necessário atender também aos costumes locais e ter em vista o salário comum, em confronto com as aspirações do indivíduo. Torna-se ainda indispensável examinar os costumes e salários dos lugares próximos, para os quais possa, sem dificuldade, transportar-se o trabalhador; a sua provável promoção dentro da hierarquia profissional; as necessidades gerais relativas ao trabalho escolhido; a possibilidade de permuta de funções e as condições em que o trabalho é exercido; as garantias oferecidas por leis, regulamentos ou sindicais e cooperativas.

Perguntamos: de que serve selecionar e orientar o indivíduo para telegrafista, se a observação estiver mostrando que não há possibilidade de colocação para os que seguirem tal profissão; ou se os vencimentos habitualmente pagos aos telegrafistas estiverem muito aquém das necessidades mínimas do candidato? De que serve formar ajustadores mecânicos, se não houver falta de tais ajustadores no local ou nas cidades acessíveis à penetração do profissional? De que serve tornar caldeireiros e ferreiros os indivíduos fisicamente incapazes de exercer essas pesadas funções?

Não basta, pois, que o pai seja ferreiro para que o filho também o seja, embora manifeste desejos nesse sentido. Não basta a influência familiar, muito menos a de amigos, para a escolha da profissão.

No ponto-de-vista ântropo-fisiológico, a investigação terá por objetivo determinar o estado geral do indivíduo, sua capacidade física, sua resistência à fadiga, sua adaptabilidade à função escolhida.

O exame deve ser completo. Torna-se necessário verificar se, por sua constituição física, o candidato preenche as condições específicas impostas pelo trabalho escolhido.

Este exigirá a aplicação constante do esforço e não raro oferecerá influências desfavoráveis, não só em virtude da sua natureza como também em virtude das condições em que se deve realizar.

Cumpra ao médico determinar se o candidato não apresenta lesões que o contra-indiquem ao exercício das atividades escolhidas; se as suas condições personalíssimas autorizam a suposição de que corresponderá ao esforço que lhe vai ser imposto; e comprovado que tenha tido a aptidão física, se oferece aptidões naturais, mercê de uma investigação atenta do seu estado psíquico.

A psico-técnica completará as provas médicas solicitando e acionando as reservas sensoriais e psico-motoras e fazendo vir à tona até mesmo os atributos caracterológicos do indivíduo. Examinará a elasticidade das funções psíquicas, sob certos e determinados influxos, caracterizando nitidamente qual delas poderá conduzir à superioridade profissional.

É indispensável se salientem as qualidades morais peculiares ao exercício adequado da profissão abraçada e se fixem a quantidade e a qualidade das aptidões fundamentais, verificando-se, do mesmo passo, até onde uma ou mais delas podem faltar sem prejuízo para o conjunto das exigências.

Para a consecução desse desiderato, muito concorrerá a escola, que deve ter uma função eminentemente social, sem cunho teórico ou livresco.

O Estado não deve e não pode, de conseguinte, contentar-se com a

multiplicação indefinida do ensino primário. As gerações que saem dos institutos de alfabetização necessitam de melhorar as condições do seu espírito, nos ginásios, onde estudam línguas, história, geografia, botânica, mas também necessitam de escolas profissionais, onde aprendam a manejar o martelo, o cinzel, a palheta, o malho... — ARISTIDES RICARDO — (*Revista de Educação*, São Paulo).

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL DOS ANORMAIS

Se é verdade que a má escolha da profissão pode conduzir a estados de grave desequilíbrio psicológico, não é menos verdade que o trabalho convenientemente escolhido pode ser ótimo meio de educação e readaptação.

A instabilidade profissional anda intimamente ligada à delinqüência e aos desequilíbrios mentais. A falta de êxito na escola e na oficina, a incompatibilidade entre as aptidões naturais e o trabalho que o indivíduo é obrigado a executar, a mudança constante de emprego e de ocupação, a romagem trágica de profissão em profissão, depressa conduzem à vadiagem e ao crime.

A atividade profissional que não se amolda nem aos gostos nem às aptidões é, quase sempre, origem de perturbações psíquicas graves, provocando dessoramento e nervosismo, desinteresse e instabilidade, criando um estado cujas conseqüências podem ser trágicas. Não faltariam exemplos para o ilustrar.

A escolha da profissão é, freqüentemente, filha do acaso; ora resulta da imposição da família, ora nasce da influência de qualquer sedutora miragem que mais impressionou o indivíduo.

Não é, porém, tal aspecto da orientação profissional que iremos tratar neste momento. O assunto que queremos explanar é, tão-sòmente, o da orientação profissional ao serviço da educação e do aproveitamento dos anormais.

Apesar de estarmos numa época em que há crise de profissões e o desemprego aflige mesmo os indivíduos mais aptos, o problema do trabalho dos anormais assume excepcional importância, pelas conseqüências sociais que daí podem resultar.

Impossibilitados de fazerem grandes aquisições no campo intelectual, muitos oligofrênicos mostram, contudo, apreciáveis aptidões para a realização de trabalhos de outra ordem. São essas aptidões que, desde o início, é preciso aproveitar, desenvolver, fixar. É até certo ponto inútil, em muitos casos, insistir na aprendizagem da leitura e da escrita, pois raramente se conseguirão resultados apreciáveis. Melhor será encaminhar, desde logo, tais indivíduos para o exercício da profissão mais adequada. É nesta escolha que os métodos de orientação profissional têm de intervir.

A orientação profissional não é ciência que se aplique somente aos melhores dotados. Procura, antes, o modo de obter o máximo rendimento, dentro da capacidade de cada um, de todos os indivíduos, qualquer que seja a sua inteligência ou nível mental.

O oligofrênico não consegue nunca entrar no cálculo abstrato. Pelo contrário, executará sem grande dificuldade certos trabalhos manuais. E a destreza manual tem papel mais importante para a formação profissional ulterior de tais indivíduos do que todos os conhecimentos teóricos que possam adquirir. Só o trabalho educativo permitirá integrá-los e adaptá-los a vida social. O trabalho bem orientado é para grande número de atrasados mentais o mais seguro processo psicoterápico.

Desde as ocupações agrícolas, a trabalhos que exigem já certos dotes artísticos, todos podem ser executados por indivíduos intelectualmente deficientes, desde que recebam conveniente educação e que cada um não execute mais do que dada tarefa.

Tal como para os normais, e mais talvez com os oligofrênicos, é preciso ter em conta que o indivíduo tende a repetir e aprender com facilidade os movimentos ou as reações que lhe causam satisfação e a não aprender as reações pelas quais não sente qualquer gosto ou às quais tem aversão.

Deixar os anormais entregues a si, ou metê-los em asilos ou escolas, sem o fim imediato de educação profissional que compete a cada caso, é quase o mesmo. É bem sabido que os indivíduos nestas condições, especialmente aqueles cuja deficiência não é muito acentuada, abandonados, falhos de ocupação, se transformam rapidamente em elementos perigosos para a sociedade. Tornam-se associáveis e logo entram na senda do crime e da perversão.

A educação profissional livrá-lo-á, portanto, da degradação, evitando crimes, tornando úteis indivíduos que, doutro modo, mais cedo ou mais tarde iriam cair nas mãos da polícia, pejar as cadeias.

É certo que a debilidade mental é, quase sempre, acompanhada por maior ou menor fraqueza motora; por isso só muito excepcionalmente será possível fazer de uma criança deficiente um trabalhador normal. Mas o que é necessário é dar-lhes uma profissão e, sobretudo, não os desamparar nunca.

A inteligência não é o único fator a considerar no progresso dos povos. Sem o trabalho persistente, cuidadoso, todos os dias igual, dos mais humildes e dos menos dotados mal seria das nações! E os próprios débeis mentais quantas vezes não suplantam em bondade, em dedicação, em beleza moral, os inteligentes, os bem dotados!

A proteção e a orientação conveniente dos anormais é, por isso, missão importante de que os Poderes Públicos não podem desinteressar-se. Qualquer educação escolar que lhes seja ministrada deverá ter sempre em vista o destino profissional.

Feita a despistagem, medidas as poucas aptidões de que o indivíduo dispõe, escolhido o trabalho que ele mais facilmente poderá executar, será no sentido dessa profissão que todo o ensino e toda a educação terão de ser dirigidas. Claro que isso só pode conseguir-se em escolas próprias, com oficinas e mestres bem orientados, visto o ensino ter de ser exclusivamente individual.

Foi dentro desta orientação que o Instituto Costa Ferreira defendeu, num congresso recente, a criação de colônias agrícolas para anormais.

Para documentar as asserções apresentadas atrás, parece-me apropriado citar aqui alguns casos escolhidos dentre os muitos que até hoje têm passado pelo Instituto Costa Ferreira.

Como primeiro exemplo, vou referir o caso de um rapaz de 15 anos — F. dos S. R. — que entrou no Instituto em 8 de junho de 1942. Tinha, nessa altura, o aspecto físico de uma criança de 8-9 anos. A observação psicológica não revelou nele desenvolvimento intelectual superior a esta idade.

As respostas ao Terman indicaram, com efeito, o nível mental de 8 anos. Quanto à memória, à atenção, ao raciocínio, não mostrou ultrapassar a mesma idade. Tratava-se, pois, de um débil físico e débil mental (C. I. = 0,53).

Os antecedentes hereditários e o meio de família nada tinham, também, de animador. O pequeno apresentava-se, contudo, calmo, sossegado, trabalhador, cumpridor dos deveres que lhe eram impostos; mostrava-se consciencioso e dava-se bem com os companheiros.

Esteve no Instituto durante 7 meses, em regime de escola de reeducação. Teve bom aproveitamento e fez a 1.ª classe.

As aptidões que demonstrou possuir durante o tempo de observação indicavam, como mais conveniente para este rapaz, a orientação no sentido da aprendizagem de um ofício simples.

Na falta de melhor, foi empregado numa loja de fazendas, onde está há dois anos. Tem sobretudo por missão exercer vigilância à volta dos tecidos expostos. Ganha Cr\$ 150,00 por mês. Os patrões estão satisfeitos com os seus serviços.

Uma profissão manual seria, sem dúvida, a indicada; contudo, este rapaz, que, abandonado, cedo iria engrassar a legião dos vadios, tem assim uma orientação, um modo de vida, uma ocupação. Não ganha muito, mas está encaminhado no sentido do trabalho, pode viver, até certo ponto, do seu próprio esforço. Foi um vadio tirado à rua, foi talvez um ladrão ou assassino arrancado à cadeia, foi, sobretudo, um infeliz que encontrou um rumo de vida.

Referirei, ainda, a história de um pequeno de 12 anos — A. F. — trazido ao Instituto, em 22 de junho de 1942, por sofrer de "crises nervosas". Aos 10 anos começou a frequentar uma escola particular donde fora expulso por indisciplina e mau comportamento: batia nos companheiros, fazia-lhes picardias, estragava-lhes os livros, os cadernos, ficava na rua a brincar, etc. O professor considerava-o uma criança anormal.

O meio familiar e os antecedentes hereditários não assinalavam, pelas informações dadas, nada de grave. A observação psicológica indicou o nível mental de 8 anos, portanto, C. I. = 0,66.

Em suma, tratava-se dum débil mental, com surdez psíquica, mas, mostrando boas possibilidades manuais. Durante o internamento foi bem comportado e amigo dos companheiros.

As reações psicopáticas manifestadas por esta criança no meio familiar resultavam, sobretudo, de incompreensão da parte das pessoas que a rodeavam.

Como processo de readaptação, estava-lhe indicada a entrada numa escola de reeducação, onde deveria aprender um ofício. Mas, na falta de

vaga para ser internado numa instituição desta natureza, foi colocado como aprendiz numa oficina de encadernador, onde tem revelado muito bom aproveitamento.

Eis aqui um caso típico de recuperação por meio do trabalho orientado.

É indiscutível a necessidade de preencher a existência do anormal com trabalho próprio, não só para o libertar de viver de esmolas, quer sejam da caridade pública, quer sejam das instituições do Estado, como para evitar que caia em maior degradação, pela fácil sugestionabilidade e quase ausência de resistência moral. O ensino dos deficientes tende ser, sobretudo, orientado no sentido da sua adaptação social.

Feita a aprendizagem, terá a própria escola de velar pela colocação do indivíduo, não se desinteressando nunca dele, o qual disporá, assim, de liberdade vigiada. Se, por virtude de acentuada deficiência, tal não é possível, ficará em institutos próprios, onde trabalhe e produza, sem, portanto, sobrecarregar o Estado.

Nunca o atrasado mental deve ser abandonado ao destino, ao acaso. Pô-lo na escola ou interná-lo num asilo e deixá-lo mais tarde, sozinho, entregue a si, é atirá-lo para uma luta que, de antemão, se sabe que lhe será fatal. O deficiente tem de ser constantemente encorajado, aconchegado, protegido.

São atividades profissionais adequadas para tais indivíduos, além dos trabalhos agrícolas, os de jardinagem, de carpinteiro, tamanqueiro, cesteiro, encadernador, e tantos outros, como dobragem de folhas de impressão, cartonagens, etc.

Nunca será demais repeti-lo, é necessário olhar com redobrada atenção para o problema dos deficientes mentais, estreitamente ligado com a criminologia.

Urge resolver de maneira larga, com objetividade e conhecimento, tão importante questão, que permitirá recuperar para a sociedade um

número assaz elevado de indivíduos.

Há já um Instituto de Higiene Mental para estudo e observação dos deficientes; existe um Instituto de Orientação Profissional; fundaram-se tutorias e asilos. Faltam-nos, contudo, colônias agrícolas especialmente destinadas à readaptação dos anormais; faltam-nos oficinas de aprendizagem; faltam-nos centros de colocação para os que forem saindo aptos para trabalhar.

O dispêndio há de ser, sem dúvida, grande, mas a magnitude e a importância social da assistência aos deficientes, justifica-os plenamente.

A compensação aparecerá como consequência lógica da obra empreendida, não só por tornar úteis grande número de indivíduos menos aptos mas, sobretudo, por evitar que caiam na miséria e na degradação.
— MARIA IRENE LEITE DA COSTA —
(*Boletim do Instituto de Orientação Profissional "Maria Luisa Barbosa de Carvalho"*, Lisboa).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

PORTARIA N.º 25, DE 13 DE JULHO
DE 1951

O Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, devidamente autorizado pelo Senhor Ministro da Educação e Saúde, e tendo em vista o disposto no art. 6.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 8.583, de 8 de janeiro de 1946,

Resolve

expedir as seguintes instruções reguladoras da concessão e distribuição de Bolsas de Estudo, para os cursos a se iniciarem no corrente exercício.

Do número e destino das bolsas

1 — Picam instituídas, na forma da legislação vigente, para distribuição entre os Estados e Territórios, quatrocentas (400) bolsas de estudos para os Cursos do INEP, com duração variável. Os bolsistas poderão ter as despesas de transporte custeadas pelo INEP.

II — Os cursos destinam-se a diretores e professores de escolas normais, a professores primários e a pessoal da administração dos serviços educacionais.

III — Na forma do art. 6.º do Decreto-lei n.º 8.583, de 8 de janeiro de 1946, as Bolsas destinam-se a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Todavia, poderá inscrever-se, *sem direito às vantagens oferecidas pela Bolsa*, candidato residente no Distrito Fe-

deral ou em Niterói, desde que possa submeter-se aos horários, trabalhos escolares e demais exigências dos cursos.

IV — Os candidatos a que se refere o item anterior, uma vez aprovados, só serão convocados se houver possibilidade de matrícula na forma do que fôr fixado.

Da Natureza dos Cursos

V — Os Cursos regulados por esta Portaria estão divididos em dois grupos:

a) *Cursos para Diretores e Professores de Escolas Normais:*

1) Curso de Administração de Escolas Normais, com a duração de dois meses.

2) Cursos de Metodologia e Prática de Ensino, com a duração de três meses.

3) Cursos de Psicologia aplicada à Educação, com a duração de três meses.

4) Curso de Português (Orientação Metodológica), com a duração de três meses.

b) *Cursos para Professores Primários e pessoal da Administração de Serviços de Educação Primária:*

1) Curso de Direção de Escolas Primárias, com a duração de nove meses.

2) Curso Básico de Orientação Educacional e Profissional, com a duração de nove meses.

3) Curso de Medidas Educacionais, com a duração de sete meses.

4) Curso de Desenho e Trabalhos Manuais, com duração de seis meses.

5) Curso de Administração e Organização de Serviços de Educação Primária, com a duração de seis meses.

6) Curso de Orientação de Jardim de Infância, com a duração de quatro meses.

7) Curso de Orientação de Classes de 1.º e 2.º séries primárias, com a duração de quatro meses.

VI — Conforme a duração de cada curso, a distribuição dos programas se fará num só período letivo ou em dois, sendo eliminatórias as provas finais de cada um.

VII — Os Cursos para Diretores e Professores de Escolas Normais obedecerão a um programa que compreenderá o debate dos problemas estáticos e dinâmicos da organização escolar.

VIU — Os Cursos para Professores Primários e Pessoal da Administração de Serviços de Educação Primária abrangerão o estudo das seguintes disciplinas:

1) *Curso de Direção de Escolas Primárias:*

a) Fundamentos Psicológicos da Educação;

b) Fundamentos Biológicos da Educação;

c) Estatística aplicada à Educação;

d) Administração Escolar;

e) Medidas Educacionais;

f) Metodologia Geral;

g) Metodologia das Matérias do Ensino Primário,

h) Português;

i) Inglês.

2) *Curso Básico de Orientação Educacional e Profissional:*

a) Orientação Educacional e Profissional (O.E.P.);

b) Psicologia aplicada à O. E. P.;

c) Biologia aplicada à O. E. P.;

d) Introdução à Psicometria;

e) Técnicas de Exploração da Personalidade;

f) Estatística aplicada à O.E.P.;

g) Português;

h) Inglês.

3) *Curso de Medidas Educacionais:*

a) Medidas Educacionais;

b) Fundamentos psicológicos da Educação;

c) Fundamentos biológicos da Educação;

d) Estatística aplicada à Educação;

e) Metodologia do ensino primário aplicada às Medidas;

f) Português;

g) Inglês.

4) *Curso de Desenho e Trabalhos Manuais:*

a) Cópia do natural;

b) Desenho geométrico;

c) Composição decorativa;

d) Modelagem;

e) Trabalhos Manuais;

f) Metodologia do Desenho e Trabalhos Manuais,

g) Psicologia da aprendizagem.

5) *Curso de Administração e Organização de Serviço de Educação Primária:*

a) Princípios Gerais de Administração;

b) Organização dos Serviços de Educação;

c) Documentação e Arquivo;

d) Sistema Escolar Brasileiro;

e) Psicologia das Relações Humanas no Trabalho;

f) Estatística aplicada à Educação;

g) Higiene Escolar;

h) Noções de Direito;

i) Português.

6) *Curso de Orientação de Jardim da Infância:*

a) Psicologia da Infância;

b) Metodologia das Atividades de Jardim da Infância;

- c) Higiene e Educação da Saúde;
- d) Literatura Infantil;
- e) Canto, Recreação e Jogos;
- j) Trabalhos Manuais.

7) *Curso de Orientação de 1.º e 2.º séries primárias:*

- a) Psicologia da Infância;
- b) Metodologia das matérias de ensino;
- c) Literatura Infantil e Jogos;
- d) Noções de Estatística aplicada às Medidas;
- e) Trabalhos Manuais;
- f) Português.

IX — O currículo de cada curso referido no item anterior poderá ser alterado tendo em vista a base educacional revelada pelos alunos.

Do Regime Escolar

X — A frequência às aulas e demais atividades do curso é obrigatória, sendo de 80% o mínimo admissível.

XI — Os alunos deverão sujeitar-se ao regime de tempo integral.

XII — Em cada período letivo serão realizadas provas parciais e finais. As provas finais de cada período serão eliminatórias, exigindo-se para habilitação o mínimo de 50 pontos por matéria e a média mínima global de 60 pontos no conjunto das matérias.

XIII — A nota final de cada matéria será expressa pela média aritmética das notas obtidas nas provas realizadas.

XIV — Só poderão submeter-se às provas finais de cada período os alunos que satisfizerem às condições de frequência e realizarem com aproveitamento os trabalhos e demais exigências dos cursos.

XV — Não haverá segunda chamada às provas parciais ou finais, nem segunda época para prestação de provas finais.

XVI — Serão conferidos certificados de conclusão de curso aos alunos que satisfizerem às condições de habilitação, realizarem com aprovei-

tamento os trabalhos determinados e apresentarem a frequência exigida.

Da Inscrição

XVII — A inscrição será feita pelo candidato mediante preenchimento de uma ficha fornecida diretamente pelo Instituto Nacional do Estudos Pedagógicos (Caixa Postal n.º 1.669 — Rio de Janeiro) ou distribuída por intermédio da autoridade local de Educação, que se encarregará de encaminhá-la ao I. N. E. P., obedecendo às seguintes condições;

1. No Curso para Diretores e Professores de Escolas Normais poderão inscrever-se diretores e Professores de escolas normais oficiais ou particulares, com o mínimo de dois anos de exercício efetivo na função correspondente ao curso que pretende.

2. No Curso de Direção de Escolas Primárias poderão inscrever-se professores com cinco anos de regência efetiva de classe e os atuais diretores de escola que contem, no mínimo, um ano de exercício no cargo.

3. No Curso Básico de Orientação Educacional e Profissional poderão inscrever-se Professores com cinco anos de regência efetiva de classe.

4. No Curso de Medidas Educacionais, poderão inscrever-se professores com exercício nestes Serviços ou em outros setores da Administração da Educação Primária desde que contem, no mínimo, cinco anos de exercício efetivo no magistério.

5. No Curso de Desenho e Trabalhos Manuais poderão inscrever-se professores primários que tenham a seu cargo o ensino destas disciplinas ou professores na regência de classe, com reconhecida aptidão, desde que apresentem prova de que serão aproveitados, pelo Estado, na especialização.

6. No Curso de Administração e Organização de Serviços de Educação Primária poderão inscrever-se professores, bem como funcionários

administrativos que contem, no mínimo, dois anos de serviço.

7. Nos Cursos de Orientação de Jardim de Infância e de Classes da primeira e segunda séries poderão inscrever-se professores primários com dois anos, no mínimo, de exercício nestas classes.

XVIII — Só poderá ser aceita inscrição de candidato que estiver em exercício efetivo do magistério primário, quer como professor de classe, diretor de escola, inspetor escolar, quer na administração de serviços de educação.

XIX — Não será aceita inscrição de candidato que já tenha concluído ou freqüentado curso de especializações diversas como Educação, Canto Orfeônico, Enfermagem, Assistência Social, Organização de Museus Escolares, etc, desde que em exercício de suas respectivas especializações.

XX — Não será aceita a inscrição de candidato que tenha feito qualquer curso do INEP.

XXI — A inscrição dos candidatos, do ponto de vista de sua conveniência para o ensino, será apreciada por escrito, pela autoridade local de Educação, que se pronunciará, ainda sobre a autenticidade dos documentos apresentados e a veracidade das informações registradas na ficha.

a) A inscrição de candidato de escola normal particular será encaminhada, diretamente ao INEP pela administração da Escola.

XXII — A ficha de inscrição deverá o candidato juntar:

a) 4 fotografias recentes tamanho 3x4, de frente;

b) prova de sanidade e capacidade física; esta prova será posteriormente comprovada pelo Serviço de Biometria Médica do Ministério da Educação e Saúde;

c) diploma de professor primário ou, conforme o caso, título de nomeação;

d) prova de que é funcionário estável fornecida pela autoridade educacional ou, no caso de candidatos de escolas normais particulares.

compromisso fornecido pela administração da escola de que os manterá na função, no mínimo, por dois anos;

e) prova de satisfação das condições exigidas para os cursos pretendidos fornecida pela autoridade educacional;

f) prova de satisfação da exigência do item XIX.

XXIII — As fichas de inscrição serão entregues, pessoalmente, ao representante do INEP pela autoridade local de educação.

Da Seleção

XXIV — A convocação dos candidatos inscritos nos Cursos para Diretores e Professores de Escolas Normais e no Curso de Administração e Organização de Serviços de Educação Primária será feita mediante apreciação da documentação e do questionário do Exercício Profissional que deverá ser preenchido no ato da inscrição.

XXV — Os candidatos aos Cursos de Direção de Escolas Primárias, Básico de Orientação Educacional c Profissional, Medidas Educacionais, Desenho e Trabalhos Manuais, Administração e Organização de Serviços de Educação Primária, Orientação de Jardim da Infância, o Orientação de primeiras e segundas séries primárias serão submetidos a provas de Nível Mental, Matemática e Português (nível do ensino normal) realizadas, na Capital dos Estados e Territórios, por representantes do INEP. Os candidatos ao Curso de Desenho e Trabalhos Manuais serão submetidos, ainda, a uma prova de aptidão, constante de uma cópia do natural.

XXVI — A prova de Matemática constará da resolução de questões objetivas sobre todos os assuntos do programa anexo.

XXVII — A prova de Português constará de:

a) resolução de questões objetivas formuladas sobre todos os assuntos do programa anexo;

- b) correção de textos errados;
- c) redação de ofício, carta, pequeno relatório ou interpretação de um texto.

XXVIII — Os resultados serão apurados pelo INEP.

XXIX — Reserva-se à direção do INEP a indicação final dos bolsistas, após exame dos títulos e credenciais apresentados.

XXX — O candidato selecionado deverá apresentar-se ao INEP no prazo que lhe fôr fixado, sob pena de perder o direito à Bolsa.

Dos Direitos, Deveres e Desligamentos

XXXI — A aceitação da Bolsa implicará para o candidato nos seguintes compromissos:

a) cumprir as exigências de frequência e todas as atividades requeridas pelo Curso;

b) assinar, com o Estado ou Território (se professor de escola oficial) ou com a administração da Escola (se professor de escola particular), um contrato pelo qual se obrigue a retornar ao exercício de suas funções, logo após o término do Curso, e prestar os serviços educacionais referentes aos estudos realizados, pelo prazo de dois anos, no mínimo, ressalvada a hipótese da indenização das despesas feitas pelo Governo Federal.

XXXII — O compromisso referido na alínea *b* do item anterior deverá ser redigido nos termos do modelo fornecido pelo INEP e passado em três vias, ficando a primeira com o Estado, Território, ou Escola, a segunda com o professor-bolsista e a terceira com o INEP.

XXXIII — As autoridades educacionais locais ou a administração da Escola a que servem os professores-bolsistas nos Estados e Territórios se comprometerão a manter o funcionário na função correspondente aos estudos realizados.

XXXIV — Constituem motivo para desligamento do bolsista:

1. Falta de exação no cumprimento dos deveres escolares e acei-

tação durante o curso, de qualquer emprego, representação ou exercício de atividade remunerada.

2. Mau comportamento social.

3. Requerimento por iniciativa do próprio bolsista, uma vez que indenize o Governo das despesas até então com êle realizadas.

4. Moléstia, comprovada pelo Serviço Médico competente.

5. Não obtenção do mínimo exigido nas provas.

6. Frequência inferior a 80% das aulas e demais atividades.

7. Apresentação de motivo que não se enquadre no disposto em 1, 2, 3, 4 deste mesmo item, a critério do diretor do INEP.

Das Disposições Gerais

XXXV — O pagamento da Bolsa, cujo valor é de Cr\$ 2.000,00 mensais, se fará, mensalmente, com observância do seguinte:

a) a data de apresentação do bolsista ao INEP, no prazo que lhe fôr fixado, determinará o início da responsabilidade pelo pagamento da bolsa;

b) verificação de que foi satisfeita a exigência de frequência às aulas, exercícios, ou outros trabalhos escolares.

XXXVI — Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo diretor do INEP. — *Murilo Braga*, Diretor do I. N. E. P.

PROGRAMA

Português

1. Ortografia oficial.
2. Flexões nominais de gênero, número e grau.
3. Pronome. Formas oblíquas, sua função e colocação na frase, Formas de tratamento e sua concordância.
4. Verbo, Conjugação de verbos regulares, irregulares, defectivos e pronominais. Vozes do verbo.
5. Preposição e seu uso como regente do nome e do verbo.

6. Crase.
7. Sintaxe de concordância.
8. Sintaxe de regência.
9. Uso do infinito pessoal. Funções do *que* e do *se*.

Matemática

1. Operações fundamentais sobre números inteiros e fracionários.
2. Razões e Proporções.
3. Regra de três simples.
4. Percentagem.
5. Números complexos.
6. Quadrado e raiz quadrada de números inteiros e fracionários.
7. Cubo de números inteiros e fracionários.
8. As quatro operações fundamentais algébricas.

(Publ. no *D. O.* de 21-8-951).

PORTARIA N. 113, DE 6 DE AGOSTO DE 1951

O Diretor do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, itens I e XVII, do Regimento da respectiva Diretoria, aprovado pelo Decreto n.º 20.302, de 2 de janeiro de 1946, resolve executar o que dispõe o art. 9.º, item II, alínea *b*, do mesmo Regimento, instituindo um *Curso de Fundamentos da Educação* para aperfeiçoamento dos inspetores do ensino comercial, com exercício no Distrito Federal.

O curso constará de 28 aulas e nele serão observados o programa anexo e as seguintes normas:

- 1.ª) As aulas terão a duração de 60 minutos e serão ministradas em horário a ser estabelecido na data do início do curso, isto é, a 16 do corrente mês.
- 2.*) A frequência ao curso é obrigatória, salvo os casos especiais a juízo do Diretor do Ensino Comercial.
- 3.) A prova final de aproveitamento será realizada a critério do professor responsável e por êle julgada, atribuindo-se-lhe nota variável de zero a cem.
- 4.) Aos inspetores que comparecerem a 70% (setenta por cento),

pelo menos, das aulas dadas, será expedido *certificado de frequência*. e aos que tenham alcançado o mesmo comparecimento e obtido nota igual ou superior a 50 (cinquenta) na prova final, *certificado de frequência e aproveitamento*.

5.ª) Somente os inspetores que alcançarem o mínimo de comparecimento acima mencionado serão submetidos à prova final.

6.) Aos inspetores não habilitados na prova final, sessenta dias depois de sua realização, será facultado prestar segunda prova.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1951. — *Lafayette Belfort Garcia*.
CURSO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

/ — *Objetivos*

1 — Propiciar aos inspetores de estabelecimentos de ensino comercial uma compreensão sintética dos mais importantes aspectos da educação.

2 — Mostrar a necessidade de uma adequação das funções de inspetor às finalidades educacionais, para aperfeiçoamento do ensino comercial.

3 — Contribuir para o melhoramento dos serviços de inspeção, em geral.

4 — Motivar o estudo das várias matérias educacionais.

II — *Programa*

1.ª unidade: Complexidade da educação (2 aulas)

1 — Aspectos filosóficos, bio-psicológicos, sócio-econômicos e metodológicos da educação e suas relações recíprocas.

2 — Educação integral: finalidades e meios.

2.ª unidade: Fundamentos biológicos da educação (6 aulas)

1 — A saúde como objetivo e como fator educacional. Processos da educação da saúde. Papel da escola.

2 — Fatores do crescimento. Meio físico, hereditariedade, alimentação.

3 — Importância do problema da alimentação no Brasil. Resultados de

inquéritos sociais e escolares. As refeições na escola.

4 — Eugenia e Higiene: seus objetivos e relações. A Higiene Escolar.

3.^a unidade: Fundamentos psicológicos da educação (6 aulas)

1 — Comportamento e aprendizagem:

a) O processo e os fatores da aprendizagem.

b) Princípios gerais da aprendizagem: compreensão dos objetivos, motivação, organização e integração de reações, compreensão e generalização de significados, aprendizagem concomitante, transferênciado aprendizado e outros princípios.

c) Inteligência e aprendizagem. Mensuração da inteligência e dos resultados do ensino.

2 — Personalidade: sua formação. As diferenças individuais. Temperamentos, aptidões e capacidades. Os desajustamentos e as frustrações.

3 — A adolescência: caracteres e problemas. Papel da escola na educação do adolescente.

4.^a unidade: Fundamentos sócio-econômicos da educação (5 aulas)

1 — Sociedade e cultura. Transmissão da experiência social. A educação assistemática e a sistemática. Os agentes educacionais.

2 — Conservação e modificação da cultura pela escola. A escola rotineira e a progressista. Processos de aperfeiçoamento de nossas escolas.

3 — Rendimento individual e riqueza social. Relações entre a produção, o mercado do trabalho, as oportunidades educacionais e a preparação profissional. Orientação Educacional, Orientação e Seleção Profissional, Oportunidades de preparação no ensino comercial.

4 — Homogeneização e diferenciação escolar. Articulação do ensino.

5 — Aspectos principais da educação rural no Brasil.

6 — Importância da educação cívica e econômica.

5.^a unidade: Fundamentos metodológicos da educação (5 aulas)

1 — Ciência e educação: suas recíprocas influências. Os métodos gerais e os especiais. Caracteres e fases do método científico.

2 — Objetivos e processos da investigação pedagógica. A atitude científica em educação. Possibilidades e meios da Didática Experimental.

3 — Os princípios da aprendizagem e os métodos de ensino. Os métodos funcionais e ativos: o projeto, a globalização, o problema e outros.

4 — Currículos e programas escolares; princípios que regem sua organização, desenvolvimento e revisão. Aspectos específicos dos currículos do ensino médio. Os valores educativos das matérias e os métodos.

5 — A Orientação Educacional: fundamentos e processos. Qualidades do orientador. A Orientação Educacional nos estabelecimentos de ensino comercial.

6 — O método estatístico em educação. Coleta e elaboração de dados. Representação e interpretação dos resultados.

6.^a unidade: Fundamentos filosóficos da educação (2 aulas)

1 - Relação entre as doutrinas filosóficas e os sistemas pedagógicos.

2 — Os grandes valores educativos e os meios de consegui-los. Necessidade da formação e aperfeiçoamento de líderes educacionais aptos para esse objetivo.

7.^a unidade: O Inspetor Escolar e o Progresso Nacional (2 aulas)

1 — O inspetor como líder educacional. Atribuições e técnicas da supervisão. Matérias culturais e pedagógicas que o inspetor precisa estudar. Necessidade dos *Centros de Estudo*, cursos e seminários.

2 — O inspetor de ensino comercial e a grandeza da Pátria.

/// — *Desenvolvimento do Curso*A — *Diretrizes:*

1 — Desenvolvimento funcional do programa, tendo em vista os objetivos do curso e a participação ativa de seus frequentadores.

2 — Verificação progressiva dos resultados.

3 — Exame crítico, pelos inspetores, do desenvolvimento do curso, para a aprendizagem da técnica de organização de cursos pedagógicos e para aperfeiçoamento dos cursos vindouros.

B — *Atividades:*

1 — Aula — demonstração para recapitulação dos princípios da aprendizagem estudados no curso anterior e inferência de novos.

2 — Resolução de problemas (de comparação, classificação, hierarquização, integração e outros) sobre assuntos do programa.

3 — Interpretação de quadros, gráficos e filmes pedagógicos.

4 — Demonstração sobre as técnicas de observação e crítica de aula e conversação individual.

5 — Discussão em grupo.

6 — Planejamento e realização de pesquisas pedagógicas.

7 — Organização de bibliografia.

8 — Previsão de programa de outros estudos a serem feitos pelos inspetores, após o curso.

9 — Questionário sobre o valor e o desenvolvimento do curso realizado.

C — *Material:*

1 — Coleções mimeografadas de trechos de livros referentes às unidades do programa.

2 — Listas bibliográficas.

3 — Quadros, filmes e gráficos pedagógicos.

(Publ. no *D. O.* de 16-8-951).

PORTARIA N.º 926, DE 3-9-51

Expede os programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e História Admi-

nistrativa e Econômica do Brasil e respectivas instruções metodológicas, para os cursos técnicos de comércio.

O Ministro da Educação e Saúde, de acordo com o que estabelece o art. 16 do Decreto n.º 14.373, de 28 de dezembro de 1943, resolve expedir, para observância nos estabelecimentos de ensino comercial equiparados e reconhecidos, os anexos programas de Física e Química, Biologia, Geografia Humana do Brasil e História Administrativa e Econômica do Brasil e as respectivas instruções metodológicas, completando, assim, a discriminação da matéria exigida, em todas as disciplinas de cultura geral, nos cursos técnicos de comércio.

Programa de Física e Química para a 1.º série dos Cursos Técnicos de Comércio.

I PARTE — física

Unidade I — *Energia Mecânica* —

1. Matéria e corpo; estados físicos dos corpos. 2. Força; medida das forças. 3. Massa e peso; balanças. 4. Noções de velocidade e aceleração. 5. Trabalho, potência e energia. 6. Gravidade. Leis da queda dos corpos. Leis do pêndulo.

Unidade II — *Estática dos líquidos e Gases* — 1. Noção de pressão. 2. Princípio de Pascal. 3. Equilíbrio dos líquidos. 4. Princípio de Arquimedes. 5. Noção de densidade. 6. Pressão atmosférica; experiência de Torricelli. 7. Princípio dos barômetros. 8. Princípio dos manômetros.

Unidade III — *Calor* — 1. Dilatação dos sólidos, líquidos e gases. 2. Termômetros; escalas termométricas. 3. Noção de caloria. 4. Mudanças de estado.

Unidade IV — *Som* — 1. Produção, propagação e velocidade do som. 2. Reflexão do som; eco; ressonância.

Unidade V — *Luz* — 1. Propagação da luz; sombra e penumbra. 2. Reflexão da luz; espelhos planos. 3.

Refração da luz; noções de prisma e lentes. Dispersão da luz.

Unidade VI — *Eletricidade e Magnetismo* — 1. Eletrização dos corpos. 2. Experiências de Galvani e Volta; pilhas elétricas. 3. Noções sobre corrente elétrica; intensidade das correntes; resistência dos condutores. 4. Efeitos físicos e químicos da corrente elétrica. 5. Ímãs naturais e artificiais; atração e repulsão dos polos dos ímãs; agulha imantada e bússola. 6. Electro-ímãs; aplicação.

II PARTE — QUÍMICA

Unidade I — 1. Corpo e substâncias. 2. Substâncias amorfas e cristalinas. 3. Misturas homogêneas e heterogêneas; soluções; separação dos componentes das misturas.

Unidade II — *Composição das substâncias* — 1. Fenômenos físicos e químicos. 2. Substâncias simples e compostas. 3. Noção de elemento, classificação dos elementos. 4. Símbolos e fórmulas. 5. Átomo-grama e molécula-grama. 6. Noção de valência.

Unidade III — *Interação das substâncias* — 1. Reações químicas; misturas e combinações. 3. Lei da constância de composição. 3. Lei da conservação da massa.

Unidade IV — *Funções químicas inorgânicas* — 1. Noção de ácido; classificação dos ácidos. 2. Noção de base; classificação das bases. 3. Noção de sal; generalidades sobre a nomenclatura. 4. Função oxido.

Unidade V — *Principais elementos e seus compostos inorgânicos* — 1. Hidrogênio e oxigênio; água. 2. Carbono; carvões minerais; gás de iluminação. 3. Nitrogênio; ácido nítrico e amônia; ar atmosférico. 4. Enxofre; ácido sulfúrico. 5. Cloro; ácido clorídico. 6. Sódio; hidróxido de sódio. 7. Cobre; bronze e latão. 8. Ouro. 9. Zinco. 10. Alumínio. 11. Silicatos; vidros. 12. Estanho e chumbo. 13. Ferro; obtenção do aço.

Unidade VI — *Noções gerais de química orgânica* — 1. Propriedades fundamentais do átomo de carbono. 2. Análise orgânica elementar. 3.

Hidro-carbonetos; classificação; petróleo; alcatrão e borracha. 4. Alcoois: fermentação. 5. Funções fenol, éter, aldeído, cetona, ácido orgânico e éter. 6. Glicídios; glucose; sacarose, amilo e celulose. 7. Lipídios e protídios.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

No ensino da disciplina de Física e Química, dever-se-á ter em vista os objetivos referentes à noção de causalidade dos fenômenos, ao gosto pela observação, pela pesquisa e pelas invenções, e ao amor à verdade e à honestidade científica. A disciplina deverá, por isso, ser lecionada de sorte a estimular-se nos educandos o espírito de iniciativa, o hábito dos trabalhos sob projeto e de solução metódica dos problemas.

2. A execução do programa deverá efetuar-se tendo-se como ponto de partida a base dos conhecimentos de Ciências Naturais ministradas no primeiro ciclo de estudos.

3. A matéria programada será analisada metódica e objetivamente, evitando-se pormenores que possam prejudicar a aplicação global das unidades previstas e o exame de todos os seus itens.

4. A terminologia científica será limitada ao mínimo indispensável, evitando-se a sobrecarga da sinonímia e limitando-se a descrição de aparelhos ao que fôr absolutamente necessário à compreensão dos fenômenos. Recomenda-se, por isso, que o professor tenha bastante cautela no desenvolvimento do programa de forma que haja equilíbrio na distribuição da matéria determinada, quer para o ensino da Física ou para o ensino da Química.

5. São essenciais, para a eficiência da aprendizagem, as experiências de caráter demonstrativo e os trabalhos de laboratório, utilizando-se para isso o material existente na escola.

6. Convém que sejam os alunos incentivados no gosto pela leitura de livros de divulgação científica de reconhecido valor, no trabalho de gru-

po, no planejamento das experiências e na cautela nas observações científicas.

7. Além das experiências e dos demais trabalhos práticos, mostra-se conveniente, na execução do programa de Física e Química, o uso de recursos didáticos variados, como as projeções luminosas, e o emprego de filmes educativos.

PROGRAMA DE BIOLOGIA PARA A 2. SÉRIE DOS CURSOS TÉCNICOS DE COMÉRCIO

Unidade I — *Introdução* — 1. Diferenças entre os seres brutos e os seres vivos. 2. Conceito e divisões da Biologia. 3. Diferenças entre animais e vegetais. 4. Noção de sistemática biológica.

Unidade II — *Célula e Tecidos* — 1. Célula; principais componentes da célula. 2. Divisão celular direta e indireta. 3. Tecidos vegetais; embrionários e adultos. 4. Tecidos animais; tecidos epitelial, de substância conjuntiva, muscular, nervoso e sangue.

Unidade III — *Organização e Classificação dos Vegetais* — 1. Organização dos vegetais. 2. Classificação dos Vegetais: Espermatófitas, Pteridófitas, Briófitas e Talófitas.

Unidade IV — *Caracteres Gerais dos Principais Ramos Animais* — 1. Vertebrados. 2. Artrópodes. 3. Outros invertebrados. 4. Protozoários.

Unidade V — *Principais Funções dos Seres Vivos* — 1. Nutrição. 2. Respiração. 3. Irritabilidade. 4. Reprodução. 5. Órgãos e funções do corpo humano: Aparelho digestivo; digestão. Aparelho circulatório; circulação. Aparelho respiratório; utilização do oxigênio; fonação. Aparelho urinário. Sistema nervoso. Órgãos dos sentidos. Secreções internas.

Unidade VI — *Noções de Hereditariedade* — 1. Experiências e Leis de Mendel. 2. Base física de herança. 3. Determinação do sexo. 4. Herança ligada ao cromossoma X. 5. Hereditariedade no homem.

Unidade VII — *Noções de Higiene* — 1. Noção de saúde e doença:

conceito de higiene. 2. Principais doenças transmissíveis do homem. 3. Doenças de carência; vitaminas e sais minerais. 4. Higiene pré-natal. 5. Puericultura; importância da puericultura.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O professor deve lembrar-se de que o estudo da Biologia tem como finalidades principais desenvolver o gosto pela observação e pela pesquisa, e proporcionar o conhecimento científico fundamental, além de enriquecer o vocabulário do estudante.

2. Assim sendo, é conveniente reduzir ao mínimo a terminologia técnica, vernaculizar os termos das classificações e indicar sempre os animais e vegetais pelos nomes vulgares, ao mesmo tempo que se proporciona a noção de causalidade dos fenômenos.

3. A lei exige que seja lecionada toda a matéria, pelo que o professor deve evitar pormenores supérfluos, desenvolvendo as unidades com critério metódico e procurando tanto quanto possível utilizar a aprendizagem anterior de Ciências Naturais, o que trará a vantagem de articular o estudo desta disciplina do Curso Comercial Básico com o da Biologia, valorizando para os alunos os estudos já realizados.

4. As experiências e os trabalhos de demonstração não devem ser postos à margem na execução do programa, devendo-se usar com frequência o microscópio, para apresentação dos alunos de diversos tipos de célula.

5. O estudo da organização dos vegetais deve ser iniciado pelos vegetais superiores, mais conhecidos dos alunos e de mais fácil exame nas suas diferentes partes, adotando-se um critério de complexidade decrescente, até atingir as bactérias, critério que pode ser seguido também no estudo dos ramos animais, começando-se pelos vertebrados, seguindo-se os artrópodes e passando-se, posteriormente, aos invertebrados e protozoários.

6. No estudo dos órgãos e funções do corpo humano, as noções de anatomia devem ser reduzidas ao essencial e objetivadas sempre com o esqueleto, o esfolado, modelos em massa ou por meio de projeções, dando-se ao conhecimento anatômico relação constante com as funções do organismo.

7. Recomenda-se que durante o ano letivo o professor determine a execução de trabalhos práticos e extra-classe, que constituirão matéria suscetível de avaliação, podendo influir no julgamento dos exercícios mensais.

PROGRAMA DE GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL, PARA A 3.ª SÉRIE DOS CURSOS TÉCNICOS DE COMÉRCIO

Unidade I — *A Posição Geográfica do Brasil*: — 1. A geografia moderna, histórico e utilidade; a geografia física e a humana. 2. O fator posição astronômica aplicado no Brasil; condições climatológicas e suas conseqüências.

Unidade II — *Condições Geográficas da Evolução Brasileira* — 1. Papel histórico do litoral, do relevo, dos rios e dos climas sobre o povoamento. 2. A penetração pelo rio São Francisco; a criação do gado. 3. A penetração paulista — as bandeiras. 4. Importância geográfico-histórica da mineração.

Unidade III — *Os Problemas da Colonização* — 1. A imigração e a colonização. 2. Os elementos étnicos; os contingentes estrangeiros. 3. A marcha para oeste; a fundação de cidades.

Unidade IV — *Os Problemas da Economia Nacional* — 1. As condições básicas; saneamento, mão de obra e técnica; transporte; combustíveis; crédito — a independência econômica. 3. A questão do ferro e a industrialização. 3. A valorização da Amazônia e do Brasil Central. 4. A evolução dos meios de transporte; a interdependência das unidades federadas.

Unidade V — *O Brasil no Continente Americano* — 1. Os mercados produtores e consumidores; artigos de alimentação, matérias primas, manufaturadas (análise da produção vegetal, mineral, animal e industrial). 2. Intercâmbio com a América do Norte. 3. Os mercados platinos e andinos.

Unidade VI — *O Brasil no Mundo* — 1. O Brasil e a civilização ocidental — mercados europeus. 2. Interesses brasileiros na Ásia, na África e na Oceania.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

Os problemas de Geografia Humana do Brasil apresentados à discussão dos alunos da 3.ª série dos cursos técnicos de comércio, deverão ser abordados de sorte que os estudantes possam aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso, quer na disciplina de Economia, quer nas de História e Geografia. É, pois, conveniente, que os temas sejam debatidos pelo professor e pelos alunos de modo que maior seja o interesse dos estudantes no acompanhamento do programa. Recomendam-se as consultas bibliográficas, o estudo das estatísticas, o trabalho cartográfico, a elaboração de monografias sob a assistência do professor e a organização de fichas adequadas sobre os diversos tópicos do programa.

As Unidades I, II e III devem ser vistas no primeiro período letivo, reservando-se para o segundo período o estudo das Unidades IV, V e VI.

PROGRAMA DE HISTÓRIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA DO BRASIL PARA A 3.ª SÉRIE DOS CURSOS TÉCNICOS DE COMÉRCIO

Unidade I — *O Descobrimento* — 1. A expansão geográfica do mundo moderno. 3. O Descobrimento do Brasil. 3. A Revolução Econômica do Século XVI.

Unidade II — *Sistemas de Colonização e Administração* — 1. A exploração, o reconhecimento e o policiamento do litoral. 2. O sistema de Capitâneas. 3. Governos gerais. 4. O Brasil com o Domínio Espanhol. O Governo dos Vice-Reis.

Unidade III — *A Economia Colonial* — 1. O ciclo do pau brasil. 2. A cana de açúcar; os engenhos e sua evolução. 3. A expansão da pecuária. 4. As companhias de comércio. 5. O ciclo da mineração.

Unidade IV — *Expansão Territorial da Colônia* — 1. A ocupação do litoral. 2. A conquista do Norte; A penetração da Amazônia. 3. As bandeiras e a conquista do centro e do sul.

Unidade V — *A Independência* — 1. Transmigração da Família Real; a regência do Príncipe D. João. 2. O Brasil Reino. 3. A regência do Príncipe D. Pedro e a Independência.

Unidade VI — *O Império* — 1. Primeiro Reinado: organização política e administrativa. 2. Período Regencial. 3. Segundo Reinado: política interna; evolução econômica; ação de Mauá; a agricultura e o elemento servil; a imigração.

Unidade VII — *A República* — 1. O advento da República; a Constituição de 1891. 2. Moeda e crédito. A evolução econômica na era republicana: a agricultura, a indústria e o comércio. 4. O Brasil e a Guerra de 1914-1918. 5. A crise de 1929-1930. 6. A Constituição de 1934 e a de 1937. 7. Repercussão econômica da guerra de 1939-1945. 8. Evolução da política social-trabalhista. 9. A Constituição de 1946; rumos da política externa.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

O ensino da História Administrativa e Econômica do Brasil tem como finalidade fornecer ao aluno uma visão de conjunto da nossa evolução, focalizando, porém, mais detidamente os assuntos econômicos e a organização administrativa. Assim, no

período colonial, convém salientar as ordenações do reino, as cartas forais, a Organização municipal e as Câmaras de vereança. O mesmo poder-se-á fazer quanto à organização administrativa do Império e da República.

2. É recomendável que sejam focalizados os fatos de ordem política, social, cultural e científica, pois só se terá perfeita compreensão de uma época estudando-se, em conjunto, todos os seus aspectos.

3. Sempre que possível, cuidará o professor de estabelecer as relações com o ensino da Geografia e da Economia, e de recorrer, também, a gráficos estatísticos, projeções luminosas, etc.

4. Na execução deste programa, deverá o docente esforçar-se no sentido de garantir ao estudante uma visão global dos fenômenos de ordem histórica — sendo essencial o planejamento das lições de sorte a abranger toda a matéria prevista para o ano letivo.

5. Preocupação constante convém ser a de moderar a citação de nomes e de datas, importando principalmente a compreensão de como se verificaram as transformações políticas, administrativas e econômicas nas diferentes épocas de nossa história.

6. Procurará o professor estimular, por todos os meios, a iniciativa do aluno, promovendo excursões, seminários, palestras, visitas a museus, bibliotecas, arquivos, etc. Imprescindível se faz fornecer ao aluno um bom conhecimento do método histórico.

(Publ. no *D. O.* de 13-9-951).

PORTARIA N.º 966, DE 2 DE OUTUBRO DE 1951

O Ministro da Educação e Saúde, tendo em vista os termos da Portaria n.º 614, de 10 de maio de 1951, que incumbiu a Congregação do Colégio Pedro II da elaboração dos programas das diversas disciplinas do curso secundário,

Resolve:

Art. 1.º Picam aprovados os programas que a esta acompanham, para o ensino de Português, Francês, Inglês, Latim, Grego, Geografia Geral e do Brasil, Matemática., Ciências Físicas e Naturais, Desenho, Física, Química, História Natural, Filosofia, História Geral e do Brasil, Economia Doméstica e Trabalhos Manuais no curso secundário.

Art. 2.º Os programas aprovados pela presente portaria serão adotados por todos os estabelecimentos de ensino secundário do país e entrarão em vigor progressivamente, a começar do ano vindouro, pela primeira série ginásial e colegial.

Art. 3. As instruções metodológicas para a execução dos programas das disciplinas a que se refere o art. 1., redigidas pela Congregação do Colégio Pedro II, serão entregues dentro de trinta dias, ao Ministro da Educação, que as expedirá.

Art. 4.º Os programas das diversas disciplinas do curso secundário serão cumpridos no Colégio Pedro II e nos demais estabelecimentos de ensino secundário do país com desenvolvimento adequado às diversas regiões, tendo-se sempre em vista as conveniências didáticas.

Art. 5.º Para efeito do estabelecido no artigo anterior, a Congregação do Colégio Pedro II, no prazo de trinta dias, apresentará os planos de desenvolvimento desses programas mínimos ao Ministro da Educação, que os expedirá.

Art. 6.º Os planos de desenvolvimento expedidos nos termos do artigo anterior são extensivos a todos os estabelecimentos de ensino secundário, salvo aos que se regerem por planos estaduais próprios, os quais deverão ser aprovados pelo Ministro da Educação, na forma do disposto nos artigos seguintes desta Portaria.

Art. 7.º Aos Governos estaduais e dos Territórios ficará facultada a elaboração de planos de desenvolvimento próprios, que poderão ser adotados nos estabelecimentos de

ensino secundário equiparados ou particulares do respectivo Estado, depois de aprovados pelo Ministro da Educação.

§ 1. Os Governos estaduais e dos Territórios que desejarem adotar plano de desenvolvimento próprio deverão apresentá-lo ao Ministro da Educação até o dia 30 de novembro de cada ano, para ser examinado pela Diretoria do Ensino Secundário.

§ 2. A Diretoria do Ensino Secundário, depois de verificar se o plano apresentado pelo Governo Estadual está de acordo com os programas mínimos e com as respectivas instruções metodológicas, encaminhará o pedido ao Ministro até o dia 31 de janeiro, com o parecer circunstanciado sobre a conveniência ou não de sua aprovação.

§ 3. Se não fôr concedida a autorização pleiteada ficarão os estabelecimentos, localizados, nesse Estado, obrigados a adotar o plano de desenvolvimento em vigor no Colégio Pedro II.

Art. 8. Os estabelecimentos de ensino secundário poderão optar entre o plano de desenvolvimento elaborado pela Congregação do Colégio Pedro II e o organizado pelo Governo do respectivo Estado.

Parágrafo único. Nos Estados ou Territórios, em que não houver plano de desenvolvimento aprovado nos termos do art. 7.º desta Portaria, todos os estabelecimentos de ensino secundário ficarão sujeitos ao plano aplicado no Colégio Pedro II.

Art. 9.º O número mínimo de horas semanais para execução dos programas de cada disciplina obedecerá à distribuição constante dos quadros anexos.

Parágrafo único. Será facultado aos estabelecimentos de ensino secundário elevar o número de horas de aulas semanais de cada disciplina, desde que o total não ultrapasse o máximo permitido pelo art. 39 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei n. 4.244, de 9-4-42).

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário. — *Simões Filho.*

QUADRO N. 1 — CURSO GINASIAL

SÉRIES	I		II		III	IV
I. <i>Línguas:</i>						
1. Português	3	3	3	3	3	3
2. Latim	2	2	2	2	2	2
3. Francês	3	2	2	2	2	2
4. Inglês		3	3	3	3	3
II. <i>Ciências:</i>						
5. Matemática	3	3	3	3	3	3
6. Ciências Naturais			2	2	2	2
7. História do Brasil	2					
8. História Geral		2				
9. História do Brasil e História Geral		2	2	2	2	2
10. Geografia Geral	2	2				
11. Geografia do Brasil						2
III. <i>Artes:</i>						
12. Trabalhos Manuais			2	2	2	2
13. Desenho	2	2	2	2	2	1
14. Canto Orfeônico	1	1	1	1	1	1
IV. <i>Educação Física</i>	2	2	2	2	2	2
Total de horas semanais	23	24	24	24	24	24

QUADRO N. 2 — CURSO CLÁSSICO COM GREGO

SÉRIES	I		II		III
I. <i>Línguas:</i>					
1. Português	3	3	3	3	3
2. Latim	3	3	3	3	3
3. Grego	3	3	3	3	3
4. Francês ou Inglês	3	2	2	2	2
5. Espanhol	2				
II. <i>Ciências e Filosofia:</i>					
6. Matemática	3	3	3	3	2
7. Ciências Naturais			2	2	2
8. História do Brasil e História Geral			2	2	2
9. História Natural					3
10. História Geral	2				
11. História do Brasil e História Geral			3	3	3
12. Geografia Geral	2	2	2	2	2
13. Geografia do Brasil					2
			3	3	3
	2	2	2	2	2
Total de horas semanais	23	28	28	28	28

QUADRO N. 3 — CURSO CLÁSSICO SEM GREGO

SÉRIES	r		III
I. Línguas:			
1. Português	3	3	3
2. Latim	3	3	3
3. Francês	3	2	—
4. Inglês	3	2	—
5. Espanhol	2	—	—
II. Ciências e Filosofia:			
6. Matemática	3	3	3
7. Física	—	2	2
8. Química	—	2	3
9. H. Natural	—	—	3
10. História Geral	2	—	—
11. História do Brasil e História Geral	—	3	3
12. Geografia Geral	2	2	—
13. Geografia do Brasil	—	—	2
14. Filosofia	—	3	3
III. Educação Física	2	2	2
Total de horas semanais	23	27	27

QUADRO N.º 4 — CURSO CIENTIFICO

SÉRIES	I	II	m
I. Línguas:			
1. Português	3	3	3
2. Francês	2	2	—
3. Inglês	2	2	—
4. Espanhol	2	—	—
II. Ciências e Filosofia:			
5. Matemática	3	3	3
6. Física	3	3	3
7. Química	3	3	3
8. História Natural	—	3	3
9. História Geral	2	—	—
10. História do Brasil e História Geral	—	3	3
11. Geografia Geral	2	2	—
12. Geografia do Brasil	—	—	2
13. Filosofia	—	—	3
III. Artes:			
14. Desenho	2	2	3
IV. Educação Física	2	2	2
Total de horas semanais	26	28	28

PROGRAMAS A QUE SE REFERE A PORTARIA N.º 966, DE 2 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO, PUBLICADA NO "DIÁRIO OFICIAL" DO MESMO MÊS

PROGRAMA DE PORTUGUÊS

CURSO GINASIAL

1. série

1. *n)* Leitura e interpretação de excertos breves e fáceis de prosadores e poetas brasileiros dos dois últimos séculos, *b)* Vocabulário. *O* Exposição oral. *d)* Recitação de pequenas poesias, *e)* Exercícios escritos de redação. *l)* Ortografia.

2. Com apoio no texto lido se tratará da seguinte matéria gramatical: *o)* A oração, *b)* Categorias gramaticais, *c)* Gênero, número e grau. *d)* Conjugação; vozes do verbo. *e)* Concordância e regência. *l)* Emprego dos pronomes átonos. *g)* O período de duas orações; valor das orações substantivas, adjetiva a e adverbais.

2. série

1. *a)* Leitura e interpretação de excertos de prosadores e poetas brasileiros dos dois últimos séculos, *b)* Vocabulário, *c)* Exposição oral. *d)* Recitação de pequenas poesias, *e)* Exercícios escritos de redação. *l)* Ortografia.

2. Tratar-se-á da seguinte matéria, somente a propósito da leitura dos textos: *a)* Período composto. *b)* Categorias gramaticais, *c)* Gênero, número e grau. *d)* Conjugação; vozes do verbo, *e)* Concordância e regência. *l)* Sintaxe do verbo *haver*, *g)* Emprego dos pronomes átonos. *h)* Noções preliminares de composição e derivação.

3.ª série

1. *a)* Leitura e interpretação de textos de prosadores e poetas brasileiros e portugueses dos dois últi-

mos séculos, *b)* Vocabulário, *c)* Exposição oral. *d)* Exercícios escritos de redação.

2. Partindo sempre dos textos lidos em aula, tratará o professor do seguinte: *a)* Recapitulação sistemática e estudo complementar da matéria gramatical das séries precedentes. *b)* Sintaxe de colocação, *c)* Emprego dos tempos e dos modos. *d)* Sintaxe do pronome se. *e)* Colocação dos pronomes átonos. *l)* Estudo elementar de versificação.

4. série

1. *o)* Leitura e interpretação de textos de prosadores e poetas brasileiros e portugueses dos dois últimos séculos, *b)* Vocabulário, *c)* Exposição oral. *d)* Exercícios escritos de redação.

2. Revisão: *o)* Quadros dos conectivos coordenativos e dos subordinativos; *b)* Quadros sinóticos da classificação das orações.

3. A propósito da leitura feita em aula, tratar-se-á dos seguintes assuntos: *a)* Análise sintática, *b)* Figuras de sintaxe, *c)* Linguagem afetiva, *d)* Linguagem figurada, *e)* Noções elementares de fonética fisiológica. *l)* Estudo complementar da formação de palavras, *g)* Comentário gramatical, *h)* Versificação.

CURSO COLEGIAL

1.ª série

1. *a)* Leitura, interpretação, análise literária elementar, comentário gramatical e estudo filológico elementar de textos de autores brasileiros e portugueses, a partir do século XVIII. *b)* Exercícios de exposição oral. *c)* Composição escrita. *d)* Organização de pequenas antologias, com auxílio do professor.

2. *a)* História resumida da língua portuguesa, *b)* Noções de fonética e morfologia históricas, *c)* Formação do vocabulário português, *d)* O português no Brasil, *e)* Leitura e in-

terpretação de alguns textos brevíssimos de autores da época anteclassica. /) Arcaísmos.

2. série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e estudo filológico elementar de textos de autores brasileiros e portugueses. b) Exercícios de exposição oral. c) Composição escrita, d) Revisão de provas tipográficas.

2. a) Literatura, b) Falclore. c) Escolas literárias, d) Gêneros de composição em prosa e verso.

3. a) Literatura portuguesa: divisão em períodos; b) Estudo das fases clássicas da literatura portuguesa, a propósito da leitura de textos cuidadosamente escolhidos, c) O Romantismo, d) O Realismo e o Naturalismo. A Questão Coimbra. e) O Parnasianismo e Simbolismo. /) A fase contemporânea.

3.ª série

1. a) Leitura, interpretação, análise literária, comentário gramatical e estudo filológico elementar de textos de autores brasileiros e portugueses. b) Exercícios de exposição oral. c) Composição escrita.

2. a) Literatura brasileira: formação e desenvolvimento, fases, caracteres de cada fase do período colonial. b) O Romantismo, c) A reação anti-romântica, d) O Parnasianismo. e) O Simbolismo e o movimento modernista. /) Leitura sistemática de autores expressivos desses movimentos.

PROGRAMA DE FRANCÊS

CURSO GINASIAL

1.ª série

1. *Exercícios* — A conversação, a leitura e os demais exercícios, orais ou escritos, versarão sobre os seguintes assuntos: a escola e a vida escolar; formas, dimensões e posições; as cores; os números; o tem-

po (hora) e as idades; o clima e as estações; o corpo humano e os sentidos; o vestuário, a casa e a família; os alimentos e as refeições.

2. *Gramática* — A matéria, tratada à medida que ocorrer durante a leitura, consistirá nas noções de gramática indispensáveis ao estudo prático do texto lido e será a que se segue: alfabeto; acentuação; formas negativas e interrogativas; formas comuns do feminino e do plural, dos substantivos e dos adjetivos qualificativos; formas dos artigos, adjetivos e pronomes, preposições, advérbios e conjunções mais usuais; comparativo e superlativo; formas mais empregadas dos auxiliares *avoir* e *être*, bem como dos verbos de maior frequência; noções) de concordância e de regência.

2. série

1. *Exercícios* — A conversação, a leitura e os demais exercícios, orais ou escritos, versarão sobre os seguintes assuntos: animais e plantas; desportos e divertimentos; transportes e comunicações: viagens; moedas, pesos e medidas; a cidade e a vida urbana; o campo e a vida campestre; profissões; indústrias; comércio; festas e solenidades.

2. *Gramática* — A matéria, tratada à medida que ocorrer durante a leitura, será a que se segue: regras gerais da formação do feminino e do plural dos substantivos e dos adjetivos qualificativos, formas dos artigos, adjetivos e pronomes; preposições, advérbios, conjunções e interjeições, conjugação dos verbos mais frequentes, nos modos e tempos mais usados; formação de palavras, composição, derivação, prefixos e sufixos, antônimos e sinônimos; noções de concordância e de regência.

3. série

1. Leitura e interpretação de trechos de autores dos dois últimos séculos, trechos que tenham princi-

palmente por assunto a paisagem e a vida na França e em outros países de língua francesa.

2. *Gramática* — Recapitulação sistemática da matéria gramatical tratada nas séries precedentes. Estudo complementar da concordância nominal e da concordância verbal, dos pronomes e da conjugação.

3. *Exercícios* — Além da leitura e interpretação, haverá os seguintes exercícios: tradução; questionários gramaticais; vocabulário; redação de frases simples; versão de frases fáceis; exercícios de ortografia.

It.o série

1. *Leitura* — Leitura e interpretação de trechos de autores dos dois últimos séculos; trechos que tenham principalmente por assunto a civilização francesa, sua irradiação e influência.

2. *Gramática* — Recapitulação sistemática da concordância nominal e verbal, dos pronomes e da conjugação. Estudo sistemático do participípio; sua concordância.

3. *Exercícios* — Análogos aos da 3.ª série.

CURSO COLEGIAL

1.ª série

1. *Leitura* — Leitura, interpretação e análise literária elementar de trechos dos seguintes autores: Chateaubrian, Lamartine, Victor Hugo, Vigny, Musset, George Sand, Honoré de Balzac, Stendhal, Mérimée, Plaubert, Maupassant, Zola, Michelet e Renan, para o século XIX e Anatole France, Pierre Loti, Paul Bourget, Edmond Rostand, André Gide, André Maurois, François Mauriac, Romain Rolland, Albert Samain e Roger Martin du Gard, para o Século XX.

2. *Gramática* — Sintaxe das palavras variáveis.

3. *Exercícios* — Além da leitura e dos exercícios gramaticais, have-

rá: 1. Exercícios de exposição oral; 2. Exercícios fáceis de redação; 3. Tradução oral e escrita de trechos dos autores indicados para a leitura.

2.ª série

1. *Leitura* — Leitura, interpretação e análise literária elementar de trechos dos seguintes autores: Descartes, Pascal, Corneille, Racine, Molière, La Fontaine, Bossuet, Mme. de Sévigné, La Bruyère e Fénelon, para o século XVII, e Montesquieu, Voltaire, Buffon, J. J. Rousseau, Diderot, Lesage, Bernardin de Saint Pierre, Beaumarchais, Marivaux e André Chénier, para o século XVIII.

2. *Gramática* — Sintaxe das palavras invariáveis.

3. *Exercícios* — Além da leitura e dos exercícios gramaticais, haverá: 1. Exercícios de exposição oral; 2. Exercícios fáceis de redação; 3. Tradução oral e escrita de trechos dos autores indicados para a leitura.

PROGRAMA DE INGLÊS

CURSO GINASIAL

2.º série

1. A conversação, a leitura e os demais exercícios orais ou escritos, para a aquisição de um vocabulário fundamental de 500 a 600 palavras, selecionadas de acordo com a sua utilidade e frequência, versarão a vida na escola, no lar, na cidade e no campo e ainda assuntos de interesse geral, como sejam o corpo humano, o tempo, as moedas, as profissões, etc.

2. Conhecimentos básicos de gramática — pronomes, verbos auxiliares, preposições, conjunções, caso possessivo, etc. — que serão ministrados pelo método indutivo e por meio de numerosos exercícios e permitirão o emprego, em linguagem correta, do vocabulário adquirido.

3. *série*

1. A conversação, a leitura e os demais exercícios, orais ou escritos, versarão os assuntos já sugeridos no programa da segunda série, além de outros, apresentados, todavia, de modo mais desenvolvido, para que o vocabulário seja ampliado e atinja um total de cerca de 1.200 palavras selecionadas.

2. A gramática, ainda ministrada pelo método indutivo, com exercícios, variados e numerosos, será convenientemente desenvolvida para permitir, na série seguinte, seu estudo sistematizado.

4^o *série*

1. Na quarta série, fase de transição, haverá leitura de trechos graduados, apresentados sob a forma de historietas, pequenas descrições e narrativas. Haverá ainda leitura de trechos relativos aos países de língua inglesa — geografia, paisagem, vida, etc, — assuntos esses que contribuirão não só para enriquecer vocabulário ativo, até perfazer um total de aproximadamente 2.000 palavras selecionadas, mas também para iniciar a aquisição metódica do vocabulário passivo e aumentar o conhecimento de expressões idiomáticas. Apoiados nos textos, serão feitos exercícios de conversação e tradução.

2. Estudo sistematizado da gramática: Morfologia e elementos de sintaxe com imediata aplicação em exercícios práticos de composição e versão.

CURSOS CLÁSSICO E CIENTIFICO

1. Leitura de trechos sobre a história, civilização e cultura dos países de língua inglesa, de preferência de autores modernos que versem o assunto.

2. Ensino de gramática sistematizada para rever e ampliar os conhecimentos morfológicos e sintáticos e introdução do estudo da composição e derivação de palavras.

3. Exercícios de tradução, versão e composição.

2.^a *série*

1. Noções de história da formação e evolução da língua inglesa e estudo das características diferenciais da língua usada na Inglaterra e nos Estados Unidos.

2. Leitura de trechos literários, criteriosamente escolhidos dentre os de autores modernos ingleses e americanos, e de trechos sobre assuntos científicos.

3. Complementação do estudo da gramática, especialmente da sintaxe.

4. Exercícios de tradução, versão e redação, especialmente epistolar.

PROGRAMA DE ESPANHOL

Dos CURSOS CLÁSSICO E CIENTIFICO

I) *Leitura*

1. De trechos modernos, em prosa e em Verso, que tenham por assunto principal as tradições, a vida, a arte e a paisagem na Espanha e Hispano-América.

2. De excertos dos maiores escritores espanhóis e hispano-americanos, de forma que fiquem conhecidas as mais importantes obras e as características gerais das literaturas de língua espanhola.

II) *Gramática*

1. Alfabeto, ditongos, tritongos, hiatos, *seseoísmo*.

2. Acentuação.

3. Artigos, substantivos, adjetivos, pronomes e numerais.

4. Plexões de número, gênero e grau.

5. Verbo: pessoas, números, tempos e modos. Vozes. Verbos auxiliares *haber* e *ser*. Verbos regulares e irregulares.

6. Palavras invariáveis.

7. Prefixos e sufixos.

8. Principais regras de concordância.

9. Regência.
10. Idiotismos.

III) *Exercícios*

Além da leitura e dos exercícios gramaticais, haverá:

1. Exercícios de ortografia e ortofonia.
2. Exercícios para a ampliação do "vocabulário".
3. Exercícios de tradução e versão.
4. Conversação, exposições orais, reproduções livres dos excertos literários lidos, salientando-se a importância da obra, época e meio em que foi produzida e dando-se uma notícia sobre o respectivo autor.
5. Exercícios de redação e composição.

PROGRAMA DE LATIM

PRIMEIRA SÉRIE GINASIAL

A) *Leitura e Tradução*

Par-se-ão com a maior freqüência possível, utilizando-se textos fáceis e graduados: provérbios, frases sentenciosas, pequenos excertos de prosa latina.

B) *Gramática*

Com apoio nos textos se tratará da seguinte matéria:

I

1. Alfabeto e pronúncia. Prosódia: Quantidade e acento.
2. Noções fundamentais de análise sintática.
3. Declinação dos substantivos, dos adjetivos qualificativos e dos possessivos.
4. A ordem das palavras.
5. Concordância do adjetivo e do aposto.
6. O verbo *Sum* e as quatro conjugações regulares, na voz ativa.

II

Outros exercícios — Além dos exercícios sistemáticos e freqüentes de leitura e tradução, haverá o es-

tudo do vocabulário, pequenas versões e análise das palavras existentes nos textos lidos.

SEGUNDA SÉRIE GINASIAL

I) *Leitura e Tradução*

Far-se-ão sempre acompanhados de comentários destinados não só à explicação dos fatos gramaticais, senão também do conhecimento da civilização dos romanos. Servirão de texto excertos fáceis de Eutrópio.

II) *Gramática*

Com apoio na leitura se buscará ampliar e sistematizar os conhecimentos adquiridos na série anterior.

Será estudada a matéria seguinte:

1. Declinação dos pronomes pessoais e dos demonstrativos.
2. Declinação do relativo *Qui, Quae, Quod*, e sua concordância com o antecedente.
3. Formação regular do comparativo e do superlativo.
4. Os numerais cardinais e os ordinais.
5. Conjugação passiva e depoente.
6. Preposições e explicações ocasionais de outras palavras invariáveis.

III) *Outros Exercícios*

Além dos exercícios sistemáticos e freqüentes de leitura e tradução, haverá o estudo do vocabulário, pequenas versões e análise de palavras dos textos lidos.

TERCEIRA SÉRIE GINASIAL

I) *Leitura e Tradução*

Far-se-ão sempre acompanhadas de comentários gramatical e cultural. Autor indicado: *Fedro* (fábulas escolhidas).

II) *Gramática*

Com apoio nos textos se tratará da seguinte matéria.

1. Anomalias de flexão nos substantivos.

2. Pronomes e adjetivos interrogativos, indefinidos e correlativos.

3. Estudo complementar do comparativo e do superlativo: formas irregulares.

4. Conjugação dos verbos chamados irregulares e seus compostos.

5. Palavras invariáveis: advérbios, preposições, conjunções e interjeições.

6. Composição e derivação; prefixos e sufixos mais freqüentes; modificações fonéticas mais sensíveis.

7. Síntaxe da oração independente.

III) *Outros Exercícios*

Além dos exercícios sistemáticos e freqüentes de tradução, haverá:

1. Estudo do vocabulário, com exercícios sobre famílias de palavras.

2. Pequenas versões sobre temas referentes aos costumes ou às instituições dos antigos romanos, e, de preferência, sobre assuntos de trechos já traduzidos.

3. Freqüentes exercícios de análise morfológica e sintática.

4. Recitação expressiva de pequenas fábulas.

QUARTA SÉRIE GINASIAL

I) *Leitura e Tradução*

Far-se-ão acompanhadas de comentários gramatical e cultural. Autor indicado: *César (De Bello Gallico)*.

II) *Gramática e Métrica*

Completar-se-á nesta série o programa de gramática expositiva pela seguinte forma:

1. Revisão geral do estudo da flexão nominal e da pronominal: particularidades.

2. Principais noções sobre o emprego dos casos.

3. Revisão geral das conjugações. Verbos semidepoentes, defectivos e impessoais.

4. O período composto. Principais noções sobre o emprego dos modos e dos tempos nas orações subordinadas.

5. O discurso indireto.

III) *Outros Exercícios*

Além da leitura e dos exercícios de tradução, haverá:

1. Estudo do vocabulário como nas séries anteriores.

2. Pequenas versões sobre temas referentes aos costumes ou às instituições dos antigos romanos e, de preferência, sobre assuntos de trechos já traduzidos.

3. Exercícios sobre as principais famílias etimológicas, visando a melhor conhecimento do vocabulário português.

4. Análise morfológica e sintática.

PRIMEIRA SÉRIE DO CURSO CLÁSSICO

I) *Leitura e Tradução*

Terão predominância nesta série e nas seguintes os exercícios de leitura expressiva e tradução, bem como a apreciação literária dos textos, a propósito dos quais se farão comentários sobre os costumes e a civilização do antigo povo romano. São textos indicados as orações mais conhecidas de *Cícero (Catilinárias, Pro Marcello, Pro Archia)* e as Bucólicas de *Virgílio*.

II) *Gramática e Métrica*

Generalidades sobre a morfologia do substantivo, dos adjetivos, pronomes e numerais. Morfologia do verbo. Prosódia. O hexâmetro e o pentâmetro dactílicos.

III) *Noções de Estilística*

Conceito de estilística. A escolha das palavras; o período. Ritmo.

IV) *Noções de História da Literatura Latina*

Caracteres gerais da literatura latina. Divisão em períodos. A prosa

literária no período Ciceroniano. César. Cícero: as orações e a correspondência. A poesia na época de Augusto. Virgílio: as Bucólicas e as Geórgicas.

V) *Outros Exercícios*

1. Estudo do vocabulário.
2. Análise literária elementar.
3. Pequenos exercícios de versão ou de retroversão.
4. Comentário gramatical e filológico a propósito dos trechos traduzidos.

SEGUNDA SÉRIE DO CURSO CLÁSSICO

I) *Leitura e Tradução*

Far-se-ão sempre acompanhados da apreciação literária dos textos, a propósito dos quais o professor ministrará noções sobre os costumes e a civilização do antigo povo romano. São textos indicados: *Orator de Cícero*, e a *Eneida de Virgílio*.

II) *Gramática*

Sintaxe: concordância dos adjetivos e dos pronomes. Sintaxe das partículas invariáveis. Sintaxe dos casos.

III) *Noções de História da Literatura*

Cícero: seus trabalhos de retórica. A poesia épica na época de Augusto; a *Eneida*, de *Virgílio*.

IV) *Outros exercícios*

1. Estudo do vocabulário; famílias etimológicas.
2. Análise literária elementar.
3. Exercícios de versão e de retroversão.
4. Comentário gramatical e filológico a propósito dos trechos traduzidos.

TERCEIRA SÉRIE DO CURSO CLÁSSICO

I) *Leitura e Tradução*

Far-se-ão sempre acompanhadas da apreciação literária dos textos, a

propósito dos quais o professor ministrará noções sobre os costumes e a civilização do antigo povo romano. São textos recomendados: *De Officiis*, de Cícero, e as *Odes* de Horácio.

II) *Gramática e Métrica*

Sintaxe do verbo: modos e tempos. Principais metros líricos. A estrofe. Estrofes sáfica, alcaica e asclepiadéia.

III) *Noções de história da Literatura*

Cícero: suas obras filosóficas. A poesia lírica na época de Augusto: *Horácio* e as *Odes*. A poesia elegíaca: *Ovidio*.

XV) *Outros exercícios*

1. Estudo do vocabulário; famílias etimológicas.
2. Análise literária elementar.
3. Exercícios de versão e retroversão.
4. Comentário gramatical e filológico a propósito dos trechos traduzidos.

PROGRAMA DE GREGO

1.ª SÉRIE CLÁSSICA

I) *Leitura e Tradução*

Pequenas orações. Fábulas de Esopo.

II) *Gramática*

1. Alfabeto. Espíritos. Acentos. Regras gerais de acentuação; vogais; ditongos; consoantes.
2. Declinação do artigo.
3. Declinação dos substantivos. Especificação dos diversos tipos de temas nas três declinações.
4. Declinação dos adjetivos.
5. Graus de significação dos adjetivos.

6. Pronomes pessoais.
7. Conjugação do auxiliar.
8. Conjugação ativa e médio-passiva do verbo em puro.

III) *Outros exercícios*

Outros exercícios. Versão de pequenas orações.

2. SÉRIE CLÁSSICA

Luciano — Diálogo dos mortos.

II) *Gramática*

1. Revisão sumária das flexões nominais.
2. Revisão sumária da flexão verbal.
3. Adjetivos numerais.
4. Flexão dos pronomes relativos e dos principais determinativos.
5. Noções gerais das contrações no grego.
6. Estudo da contração na flexão nominal.
7. Verbos contratos nas três vozes.
8. Noções gerais da sintaxe do artigo.
9. Função casual e uso das preposições.

III) *Outros exercícios*

Versões.

3. SÉRIE CLÁSSICA

I) *Leitura e Tradução*

Xenofonte — Ciropedia ou Análise.

II) *Gramática*

1. Conjugações dos principais verbos em *u, i*.
2. Noções das principais irregularidades no verbo grego.
3. Sintaxe das concordâncias nominais e verbais.

III) *Noções de história da literatura*

1. Menção dos principais dialetos gregos.
2. Principais gêneros literários.
3. Influência da literatura grega na literatura latina.
4. Influência da literatura grega nas literaturas modernas.
5. Ligeira apreciação bibliográfica dos principais autores gregos:
 - a) Poesia épica — Homero.
 - b) Poesia didática — Hesíodo.
 - c) Historiografia — Heródoto, Tucídides, Xenofonte.
 - d) Tragédia — Esquilo, Sófocles e Eurípedes.
 - e) Filosofia — Sócrates, Platão e Aristóteles.

rV) *Outros exercícios*

Comentários filológicos e literários de trechos dos autores citados.

PROGRAMA DE GEOGRAFIA GERAL

CURSO GINASIAL

1º *Série*

Geografia Física e Humana

- I. A terra no espaço.
- II. Estrutura da Terra.
- III. Os grupos humanos.
- IV. A circulação.
- V. A agricultura e a pecuária.
- VI. Indústria e Comércio.

2. *série*

Geografia Física e Humana dos Continentes

- I. Os Continentes. As regiões polares.
- II. A América do Norte.
- III. A América Central e as Antilhas.
- IV. A América do Sul. Países andinos.
- V. A Argentina. Paraguai. Uruguai.

- VI. A Europa Setentrional.
- VII. A Europa Meridional.
- VIII. A Europa Ocidental.
- IX. O Egito. Partilha do continente africano em colônia européia.
- X. A Ásia Oriental.
- XI. A Ásia Meridional e Ásia Ocidental.
- XII. Austrália e Malásia.

De cada um destes itens se fará o seguinte estudo:

- a) Estrutura fisiográfica.
- b) Regiões naturais.
- c) Populações, raças, línguas, religiões.
- d) Cidades principais e recursos econômicos.

3^o Série

Geografia Física e Humana do Brasil

- I. O Espaço brasileiro.
- II. A população brasileira.
- III. Organização política e administrativa.
- IV. Circulação. Sistema de viação.
- V. A produção agrícola.
- VI. Produção mineral e animal.
- VII. Indústria e comércio.

4.^a série

Geografia Regional do Brasil

I. Divisão regional. Conceito de região natural. As regiões brasileiras.

- II. Região Norte.
- III. Região Nordeste.
- IV. Região Leste.
- V. Região Meridional.
- VI. Região Centro-Oeste.

O estudo de cada região obedecerá aos seguintes itens:

- a) Descrição fisiográfica.
- b) Povoamento.
- c) Divisão em Estados.
- d) Recursos econômicos.
- e) Circulação.

CURSOS CLÁSSICO E CIENTIFICO

1.^a Série

- I. A Ciência geográfica.
- II. A Terra no espaço.
- III A Atmosfera.
- IV. A Hidrografia.
- V. O Relevo.

2. série

- I. América Meridional e América Setentrional.
- II. A comunidade Britânica.
- III. O continente Europeu.
- IV. A China e o Japão.
- V. O Indostão, Pérsia, Ásia Menor. Egito.

3. Série

- I. Posição geográfica do Brasil. Fronteiras.
- II Fisiografia do Brasil.
- III. Desenvolvimento econômico.
- IV. Circulação.
- V. Indústrias. Comércio.

PROGRAMA DE FILOSOFIA PARA O CURSO COLEGIAL

CURSO CLÁSSICO

2. Série

I) Introdução

A Filosofia, seu objetivo, sua importância.

II) Lógica

Objeto da Lógica. Idéia e termo. Juízo e proposição. Raciocínio e silogismo.

Metodologia científica — Ciência e espírito científico. Método e hipótese. Linguagem científica. Matemática e conceito de ciência dedutiva. Causalidade. Determinismo e indeterminismo. Indeterminismo em física e biologia. Princípios de razão. Verdade e certeza.

3. *Série*I) *Psicologia*

O fato psíquico e o método em psicologia. A sensação. A intelecção. A volição. A consciência psicológica. O *Eu*.

II) *Estética*

Definição. Objeto. O belo e o gosto artístico.

III) *Moral e Sociologia*

A dignidade da pessoa humana. Consciência moral. Responsabilidade. Dever e justiça. Os grupos humanos e os quadros institucionais da sociedade. Família. Cidade. Nação. Estado.

Os problemas do homem na sociedade: propriedade. Trabalho. Deveres do Estado. Liberdade. Problema religioso.

CURSO CIENTIFICO

3. *Série*I) *Introdução*

Objeto da filosofia. Importância do seu estudo.

II) *Lógica*

A idéia e o termo. O juízo e a proposição. O raciocínio e o silogismo.

Metodologia científica. Hipótese científica. Linguagem científica. Princípios de razão. Verdade e certeza.

III) *Psicologia*

O fato psíquico e o método era psicologia. A consciência psicológica. O *Eu*.

IV) *Estética*

Objeto. O belo e o gosto artístico.

V) *Cosmologia*

Noção de matéria, de movimento, de espaço, de tempo.

VI) *Moral e Sociologia*

A pessoa humana. Dever e responsabilidade. Os grupos humanos e os quadros institucionais da sociedade. Os graves problemas da vida em sociedade: Trabalho, Liberdade, Religião.

PROGRAMA DE ECONOMIA DOMÉSTICA PARA O CURSO GINASIAL

3.ª *Série*I) *Introdução*

Objeto da Economia Doméstica.

II) *Arranjo e Higiene da Habitação*

A habitação da família. A higiena da casa.

III) *Preparo, Conservação e Uso das roupas*

Roupa de cama e mesa. Peças de vestuário. Lavagem e passagem das roupas.

IV) *Preparo, Conservação e uso dos Alimentos*

A alimentação e sua importância. Subnutrição e estados de carência. Origem e preparo geral dos alimentos. Uso dos alimentos.

I) *Contabilidade Doméstica*

Orçamento doméstico. Registro de despesas. Relações no lar.

II) *Noções de Puericultura*

A criança. O recém-nascido. A alimentação da criança. Cuidados higiênicos gerais da criança. A criança depois do primeiro ano de vida. Moléstias da primeira infância.

III) *Noções de Serviço Social*

Noções de enfermagem. A mulher e o serviço social.

PROGRAMA DE TRABALHOS
MANUAIS EDUCATIVOS

CURSO GINASIAL

1.ª Série

Exposição simples sobre Trabalhos Manuais Educativos evidenciando sua finalidade sob os pontos da vista utilitário, econômico e higiênico.

Materiais empregados. Ferramental e seu preparo. Execução dos principais cortes em cartolina; junções, formação de sólidos.

Noções de projeções; representação de objetos simples.

Nomenclatura, prática, manejo, preparo e conservação das ferramentas.

Utensílios — pregos, parafusos e colas. Cortes em madeira; chanfros « ferramentas apropriadas. Estudo sumário das madeiras, visando ao seu aproveitamento. Serras; brocas; puas; plainas; lixas; alicates; funcionamento manual e elétrico.

Ligação de peças de madeira: encaixes. Aplicações.

Tintas e vernizes; pincéis e bonecas.

Projeto; desenho; execução.

Recorte de chapas, de preferência metálicas, para confecção de objetos simples. Ligação de peças de chapa.

Modelagem — massas plásticas; procedência, preparo e conservação.

Noções de figura na executada com o uso de formas geométricas em relevo.

Frutos — Se o exercício da modelagem não fôr possível, será substituído por tecelagem.

2.ª Série

Recordação da matéria da 1.ª série, relativa à tecnologia do material, ferramental e utensílios empregados.

Rebaixos curvos; projeto e execução.

Articulações; tornos, cavilhas.

Serrinha de voltear. Aplicação de recortes em motivos decorativos.

Trabalhos em couro — recortes e relevo.

Cortes em metal — monogramas e outros motivos de decoração.

Trabalhos em arame.

Modelagem com argila ou outro material plástico; execução de modelos de frutas.

HISTÓRIA NATURAL

CURSO CIENTIFICO

2.ª Série

Botânica

Caracterização dos vegetais. Teoria celular. Derivados do protoplasma.

Sistemas de Haberlandt (tecidos vegetais). Classificação elementar das plantas.

Estudo geral elementar dos cogumelos e das algas. Liquenes. Breves noções sobre esquizomicetas.

Briófitas e Pteridófitas.

Fanerógamas. Flor e fruto. Fecundação e desenvolvimento.

Ação dos agentes do meio sobre a raiz, o caule e as folhas.

Funções de nutrição. Nitrificação do solo.

Fotosíntese. Fixação do nitrogênio atmosférico. Respiração.

Motricidade das plantas.

Geologia e Mineralogia

Cristalografia e suas leis; imperfeição dos cristais.

Propriedades e classificação dos minerais; ensaios pirognósticos.

Rochas.

Constituição da terra; sua origem e evolução. Agentes geológicos.

Noções sobre geologia dinâmica. Da barisfera. Movimentos lentos da crosta terrestre. Movimentos orogênicos.

Geologia histórica. Fósseis. Noções sobre as eras geológicas.

3.^o Série

Zoologia

Estudo da célula. Tecidos animais, Órgãos e aparelhos da vida vegetativa e da vida de relação.

Classificação dos animais.

Estudo geral dos protozoários.

Espongiários. Tipos de celenterados. Platemintos. Anelídeos. Nematódios.

Artrópodos: crustáceos aracnídeos, miriápodos. Moluscos e equinodermas.

Procórdios.

Vertebrados: peixes, batrácios, répteis, aves e mamíferos.

Biologia

Seres vivos. Leis da vida. Materialismo e vitalismo.

Lei da renovação orgânica. Seres autotróficos e heterotróficos.

Vitaminas e hormônios.

Gemiparidade, sissiparidade, esporulação e gamogamia. Noções sobre espermatogênese e ovogênese. Fecundação e desenvolvimento do ovo.

Noções sucintas sobre paternogênese, poliembrionia, pedogênese e metagênese.

Leis de Mendel. Teoria cromossomial.

Relações entre os seres vivos: concorrência vital, predatismo, inquilinismo, comensalismo, mutualismo, simbioses, sociedades, escravagismo e parasitismo.

Noção de espécie. Lamarckismo e Darwinismo.

Higiene

Conceito de higiene. Saúde e moléstia. Doenças transmissíveis e evitáveis. Defesas sanitárias.

CURSO CLÁSSICO

3.^o Série

Biologia

Os seres vivos. Materialismo e Vitalismo. Leis da vida; especulação sobre sua origem.

Teoria celular.

Lei da renovação orgânica. Seres autotróficos e heterotróficos.

Vitaminas e hormônios.

Lei da reprodução. Gemiparidade, esporulação e gamogamia. Noções sobre espermatogênese e ovogênese. Fecundação e desenvolvimento do Óvo.

Noções sucintas sobre paternogênese, poliembrionia, pedogênese e metagênese.

Lei da herança. Leis de Mendel. Teoria cromossomial.

Relações entre os seres vivos: concorrência vital, inquilinismo, comensalismo, mutualismo, simbioses, sociedades, escravagismo e parasitismo.

Mineralogia e Geologia

Origem das rochas. Noção sumária dos sistemas cristalinos.

Riqueza mineral do Brasil. Estudo dos principais minerais úteis de valor econômico e estratégico. Rochas; aspectos estruturais microscópicos. aplicações e valor econômico. Principais jazidas minerais no Brasil.

A metalurgia e, em particular, a siderurgia no Brasil. Problema do petróleo e do carvão.

Agentes geológicos diversos. A erosão e importância do problema no Brasil. Constituição interna da terra.

O passado da terra. Estratigrafia. Valor dos fósseis.

Higiene

Conceito de higiene. Saúde e moléstia. Epidemias e defesas sanitárias.

PROGRAMA DE CIÊNCIAS
NATURAIS3. *Série*

O Homem

1. O corpo humano: divisões e proporções; desenvolvimento e crescimento.

2. A vida vegetativa: generalidades sobre alimentos; digestão; respiração, circulação e excreção.

3. A vida de relação: órgãos dos movimentos; os sentidos; fonação.

4. Coordenação das funções: sistema nervoso; atos reflexos e voluntários. Secreções internas.

O Ambiente

1. A Água: caracteres, propriedades, composição; papel biológico.

2. O Ar: caracteres, propriedades, composição; papel biológico.

3. O solo: composição e propriedades; aproveitamento.

Higiene

1. Higiene individual: higiene do corpo; a alimentação; o vestuário: os hábitos mentais sadios; os vícios

2. Habitação: higiene da casa; a vida no campo; a vida na cidade; higiene urbana.

4.º *série*

1. Estados físicos da matéria. Mudanças de estado.

2. Espécies de matéria. Misturas. Seu fracionamento.

3. Substâncias simples e compostas; metais e metalóides.

4. Fenômenos físicos e químicos. Tipos de fenômenos químicos. Lei da conservação da massa e lei das proporções definidas.

5. Movimento: noção; movimentos retilíneos. Força, elementos, representação, medida; estudo experimental dos sistemas de força. Gravidade. Equilíbrio dos corpos. Massa e peso. Balanças.

6. O som: fontes sonoras, produção, propagação e velocidade do som. Qualidades do som.

7. A luz: produção, fontes de luz, velocidade, propagação retilínea da luz. Reflexão da luz, generalidades sobre espelhos. Refração da luz, generalidades sobre prismas e lentes. Dispersão da luz.

8. O calor: fontes de calor; dilatação dos corpos; temperatura.

9. Eletricidade e magnetismo: noções gerais sobre magnetismo. Ímãs. Bússola. Noções gerais sobre a corrente elétrica. Efeitos da corrente elétrica.

Os Seres Vivos

1. Caracterização dos seres vivos. Diferença entre animais e vegetais.

2. Os vegetais: noções sumárias sobre os órgãos e funções dos vegetais superiores; tipos de organização vegetal; valor econômico dos vegetais.

3. Caracteres gerais dos vertebrados. Caracteres gerais dos mamíferos, das aves, dos répteis, dos anfíbios e dos peixes.

Utilidade e nocividade dos vertebrados.

4. Os invertebrados. Caracteres gerais dos artrópodes: insetos, crustáceos, aracnídeos e miriápodes. Noção sumária de moluscos e equinodermas, vermes, crustáceos, espongiários e protozoários. Utilidade e nocividade dos invertebrados.

PROGRAMAS DE MATEMÁTICA
PARA O CURSO SECUNDÁRIO

CURSO GINASIAL

1.ª *Série*

Números inteiros; operações fundamentais; números relativos.

Divisibilidade aritmética; números primos.

Números fracionários.

Sistema legal de unidades de medir; unidades e medidas usuais.

2.^o Série

Potências e raízes; expressões irracionais.

Cálculo literal; polinômios.

Binômio linear; equações e inequações do 1. grau com uma incógnita; sistemas lineares **com** duas incógnitas.

3. Série

Razões e proporções; aplicações aritméticas.

Figuras geométricas planas; reta e círculo.

Linhas proporcionais: semelhança de polígonos.

Relações trigonométricas no triângulo retângulo. Tábuas naturais.

4.^aSérie

Trinômio do 2.^o grau com uma incógnita; equações e inequações do 2.^o grau com uma incógnita.

Relações métricas nos polígonos e no círculo; cálculo de .

Áreas das figuras planas.

CURSO COLEGIAL

1.^o Série

Noções sobre o cálculo aritmético aproximado; erros.

Progressões.

Logaritmos.

Retas e planos; superfícies e poliedros em geral; corpos redondos usuais; definições e propriedades; áreas e **volumes**.

Seções cônicas: definições e propriedades fundamentais.

2.^o Série

Análise combinatória simples.

Binômio de Newton.

Determinantes; sistemas lineares.

Noções sobre vetores; projeções; arcos e ângulos; linhas e relações trigonométricas.

Transformações trigonométricas em geral; equações trigonométricas simples.

Resolução trigonométrica de triângulos.

S.^o Série

Conceito de função; representação cartesiana; reta e círculo; noção intuitiva de limite e de continuidade.

Noções sobre derivados e primitivas; interpretações; aplicações.

Introdução à teoria das equações; polinômios; propriedades; divisibilidade por $x \pm a$; problemas de composição, transformação e pesquisa de raízes; equações de tipos especiais.

HISTORIA DO BRASIL
CURSO GINASIAL1.^a Série

1. O descobrimento.

2. O indígena brasileiro; seus usos e costumes; primeiros contatos com os europeus.

3. A colonização: as capitanias e o governo geral.

4. A expansão geográfica: entradas e bandeiras; formação de limites.

5. A defesa do território: lutas contra os franceses e holandeses.

6. Manifestações do sentimento nacional; a Conjuração Mineira.

7. O Brasil Reino.

8. A Independência.

9. O Brasil Império.

10. O Brasil República: a fase contemporânea.

HISTÓRIA DA AMÉRICA

CURSO GINASIAL

2. Série

1. A América pré-colombiana.

2. Descobrimento, exploração e conquista da América.

3. A América colonial espanhola.

4. A América colonial inglesa.

5. A América colonial portuguesa.

6. Os Estados Unidos: sua formação.

7. As nações hispano-americanas: sua emancipação.

8. O Brasil independente.
9. As nações do Novo Mundo; seu desenvolvimento no século XIX.
10. A América contemporânea.

HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

CURSO GINASIAL

3^o Série

1. O Oriente Antigo: estudo sumário.
2. O Mundo Grego.
3. O Mundo Romano; advento do Cristianismo.
4. O Mundo Bárbaro.
5. Os Árabes: o Islamismo.
6. As Cruzadas.
7. A Igreja na Idade Média.
8. A Monarquia francesa e a inglesa; a Guerra dos Cem Anos.
9. O Império Bizantino.
10. A civilização senhorial e cristã; o feudalismo.

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

CURSO GINASIAL

4^o Série

1. Primórdios dos tempos modernos; as grandes invenções, as grandes navegações e o renascimento.
2. A Reforma e a Contra-Reforma.
3. O Novo Mundo; conquista e colonização.
4. O absolutismo na França; as revoluções inglesas.
5. O despotismo esclarecido; formação de novas potências européias.
6. A Revolução Francesa; a monarquia napoleônica.
7. A independência das nações americanas.
8. A Europa nos séculos XIX e XX.
9. A América nos séculos XIX e XX.
10. O Mundo Contemporâneo e o progresso atual.

HISTÓRIA DO BRASIL

CURSO GINASIAL

4^o Série

1. O descobrimento; antecedentes históricos; controvérsias.
2. A formação étnica: o branco, o negro e o índio; a obra da catequese.
3. A colonização. Expedições exploradoras; regime das capitanias e a centralização administrativa.
4. A expansão geográfica e a defesa do território.
5. O sentimento nacional e a Independência.
6. O primeiro reinado e o período regencial.
7. O segundo reinado.
8. A evolução nacional no Império.
9. A República.
10. Condições atuais do Brasil.

HISTÓRIA ANTIGA

CURSO COLEGIAL

1.^a Série

1. Prolegômenos — Conceito de História e de Civilização — (Noções gerais).
2. A Antigüidade Oriental: A vida política.
3. As civilizações orientais.
4. A Antigüidade Grega.
5. Instituições e costumes da Grécia antiga.
6. O pensamento grego: Ciências, Letras e Artes.
7. A Antigüidade Romana — Evolução política do Estado Romano.
8. A vida privada e social na Roma Antiga. Atividade intelectual dos Romanos.
9. As instituições romanas.
10. O Cristianismo.

HISTÓRIA MEDIEVAL E MODERNA

CURSO COLEGIAL

2.^a Série

1. A Idade Média Oriental
2. A Idade Média Ocidental.

3. Os grandes conflitos medievais.
4. O movimento econômico e social da Idade Média.
5. O movimento intelectual, moral e literário na Idade Média.
6. A evolução geográfica e econômica nos tempos modernos.
7. A evolução intelectual na Idade Moderna.
8. A evolução religiosa; a liberdade de pensamento e a persistência do sentimento religioso.
9. A evolução política e o Estado Moderno.
10. A revolução no Estado Moderno.

HISTÓRIA DO BRASIL

CURSO COLEGIAL

2. Série

1. O descobrimento.
2. O povoamento do solo.
3. Os primórdios da colonização.
4. A expansão territorial.
5. Os estrangeiros e o Brasil-Colônia.
6. O desenvolvimento econômico.
7. O desenvolvimento espiritual.
8. O sentimento nacional.
9. As tentativas de emancipação política.
10. O Brasil sede da monarquia portuguesa.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

CURSO COLEGIAL

3º Série

1. A agitação política na fase contemporânea.
2. A política das nacionalidades; unidade italiana, unidade alemã.
3. A expansão colonial e a reação das populações.
4. A política das alianças.
5. Os grandes conflitos internacionais.
6. Os regimes políticos e sociais na época contemporânea.
7. O panorama econômico da Idade Contemporânea.

8. Aspectos culturais da época contemporânea.
9. Os Estados Americanos: seu desenvolvimento.
10. O mundo contemporâneo.

HISTORIA DO BRASIL

CURSO COLEGIAL

3º Série

1. O movimento da Independência.
2. O Primeiro Reinado.
3. Os Governos Regenciais.
4. A Política Interna do Segundo Reinado.
5. A Política Externa do Segundo Reinado.
6. A Abolição.
7. A Evolução do Império.
8. O advento da República.
9. O desenvolvimento do Brasil-República.
10. O Brasil atual.

PROGRAMA DE DESENHO PARA O CURSO SECUNDÁRIO

CURSO GINASIAL

1.ª Série

Morfologia geométrica e principais noções até círculo.
 Desenho de letras e algarismos padronizados, tipo bastão.
 Representação de ornatos lineares em faixas e painéis.
 Desenho do natural utilizando modelos simples para exercícios de memória visual.

2.ª Série

Conhecimento prático dos principais sólidos geométricos e sua classificação morfológica.
 Desenho de letras e algarismos padronizados, tipo bastão.
 Representação de ornatos baseada em motivos geométricos e não geométricos; ritmos para distribuição dos motivos ornamentais, numa composição simples.

Desenho de observação direta dos corpos de revolução.

Desenho de observação direta dos corpos prismáticos e piramidados.

Exercícios de memória com o emprego de objetos usuais e utensílios comuns.

3. *Série*

Desenho de letras e algarismos padronizados, tipo bastão.

Pequenas composições no interior de formas geométricas definidas, com o emprego de colorido.

Representação de objetos pela perspectiva de observação; avaliação de grandezas; deformação aparente.

Solução gráfica de problemas elementares relativos ao traçado de paralelas, perpendiculares, ângulos e polígonos. Circunferência do círculo; retificação gráfica da circunferência; partes do círculo. Emprego de escalas.

4^o *Série*

Solução gráfica de problemas elementares relativos às linhas proporcionais. Concordância. Equivalência de superfícies.

Desenhos de letras e algarismos padronizados, tipo bastão.

Emprego de escalas. Ampliação e redução de desenhos.

Composições elementares no interior de formas geométricas definidas, com uso do colorido.

Representação projetiva ortogonal dos seguintes sólidos geométricos com o eixo perpendicular a um dos planos de projeção: prisma, pirâmide, cilindro e cone retos.

Representação pela perspectiva de observação de móveis e objetos de um interior.

CURSO CIENTIFICO

1* *Série*

Desenho de letras e algarismos padronizados, tipo bastão. Letras de textos.

Revisão das principais construções geométricas.

Origem e traçado comparativo das cônicas; tangentes.

Traçado das espirais; tangentes.

Teoria elementar das projeções Artífico fundamental das projeções ortogonais. Êpura.

Representação projetiva do ponto nos quatro diedros.

Classificação das retas do ponto de vista projetivo. Representação projetiva das retas no primeiro diedro. Traços de retas.

Classificação dos planos do ponto de vista projetivo. Representação projetiva dos planos no primeiro diedro. Verdadeira grandeza de um segmento de reta. Mudança de planos, rebatimentos e rotações.

Cópia de vasos de cerâmica, com representação sucinta das sombras.

2.¹ *Série*

Desenho de letras e algarismos padronizados, tipo bastão. Letras de texto.

Traçado das curvas cíclicas; tangentes.

Representação projetiva das retas principais de um plano. Porção útil de um plano.

Representação projetiva da interseção de retas e planos.

Representação projetiva dos principais sólidos geométricos.

Cópia em conjunto de objetos, com representação sucinta das sombras.

3.^o *Série*

Desenho de letras e algarismos padronizados, tipo bastão. Letras do texto.

Representação projetiva das seções planas nos principais sólidos geométricos.

Artífico fundamental da perspectiva linear geométrica. Princípios fundamentais da perspectiva linear geométrica.

Traçado perspectivo das principais figuras planas e dos principais só-

lidos geométricos, dados por suas projeções ortogonais.

Método das três escalas.

Traçado geométrico das sombras convencionais.

Perspectiva cavaleira.

Aplicação dos métodos perspectivados a um móvel, a um conjunto de sólidos geométricos ou a um interior.

Cópia de modelos em gesso com estudo das sombras próprias, projetadas e autopjetadas.

PROGRAMA DE FÍSICA

CURSO CIENTÍFICO

1." Série

1. Introdução ao estudo da física. Matéria: propriedades. Lei Física. Fenômeno físico. Medidas. Erros.

2. Mecânica. Forças. Sistemas de forças e sua resolução. Momento. Trabalho e potência. Deformações elásticas. Máquinas simples. Rendimento. Atrito. Conservação do trabalho.

3. Movimento retilíneo. Velocidade e aceleração. Gráficos. Composição de movimentos. Movimento circular.

4. Princípios fundamentais da dinâmica. Força e aceleração. Quantidade de movimento e impulso. Energia cinética. Teorema das forças vivas. Forças no movimento curvilíneo. Choque.

5. Gravitação universal. Gravidade. Peso e massa. Equilíbrio dos corpos. Balanças. Queda dos corpos. Pêndulo.

6. Sistemas de unidades. Homogeneidade. Legislação metrológica brasileira.

7. Pressão. Estudo dos líquidos. Distribuição das pressões nos líquidos em equilíbrio. Equilíbrio dos líquidos. Corpos imersos e flutuantes. Densidades. Escoamento dos líquidos. Fenômenos devidos às forças moleculares.

8. Estudo dos gases. Pressão atmosférica. Compressibilidade e expansibilidade. Mistura de gases. Re-

sistência do ar. Princípio de Arquimedes aplicado aos gases. Bombas de gases e de líquidos.

2. Série

1. Movimento vibratório. Composição de vibrações. Propagação ondulatória. Superposição de ondas.

2. Natureza, propagação e velocidade do som. Reflexão, refração e interferência do som. Qualidades fisiológicas dos sons. Escalas musicais. Fontes sonoras.

3. O calor e seus efeitos. Temperatura, sua avaliação. Dilatação dos sólidos, líquidos e gases. Gases perfeitos.

4. Quantidade de calor. Calor específico. Calorimetria.

5. Propagação do calor nos sólidos, líquidos e gases. Irradiação.

6. Mudanças do estado físico e suas leis. Soluções. Higrometria.

7. Transformações do calor em trabalho e *vice-versa*. Princípios da termo-dinâmica. Máquinas térmicas.

8.' Série

1. Propagação retilínea da luz. Sombras. Reflexão da luz. Espelhos planos e curvos. Refração da luz. Lâminas, prismas e lentes. Instrumentos de óptica.

2. Estudo físico da luz. Velocidade da luz. Energia radiante. Espectros das radiações. Espectroscopia. Fotometria.

3. Difração. Interferência luminosa. Dupla refração. Polarização da luz. Polarimetria.

4. Carga elétrica. Campo elétrico. Indução electrostática. Condensadores.

5. Massas magnéticas. Campo magnético. Magnetismo terrestre.

6. Corrente elétrica. Grandezas características. Lei de Ohm. Efeitos térmicos da corrente elétrica. Efeitos químicos. Pilhas e acumuladores. Correntes derivadas. Medida das resistências. Circuito de corrente contínua.

7. Campo magnético das correntes elétricas. Solenóides e electro-ímãs. Ação recíproca de corrente e ímãs. Indução electro-magnética. Geradores e motores de corrente contínua.

8. Noções sobre correntes alternativas. Geradores e motores de corrente alternativa. Transformadores. Noções sobre oscilações elétricas. Ondas electro-magnéticas.

9. Condução da eletricidade através dos gases. Raio X. Efeitos termo-iônico e foto-elétrico. A rádio atividade. Noções sobre a constituição da matéria. Teorias modernas da física.

Todas as vezes que o curso comportar a presença dos alunos no gabinete de física em horas extracurriculares, ser-lhes-á facultado o uso de aparelhos bem como a execução dos seguintes trabalhos:

1.ª Série

- a) práticas com o Vernier retilíneo e curvilíneo;
- b) prática com o paquímetro, pãlmer, parafuso micrométrico e estêrometro;
- c) medidas de comprimentos e espessuras;
- d) medidas de áreas por pesagens;
- e) medidas de volumes de sólidos;
- f) medidas de ângulos;
- g) medida da capacidade de um vaso por pesagem;
- h) densidade de sólidos e líquidos;
- i) práticas com a prensa hidráulica;
- j) práticas com o barômetro;

2.ª Série

- o) determinação da altura de um som;
- b) medidas de temperaturas;
- c) verificação dos pontos fixos de um termômetro;
- d) determinação do calor específico de um sólido;
- e) estabelecimento do gráfico de uma fusão;

f) medida do estado higrométrico do ar;

3.ª Série

- o) determinação da distância focal de um espelho côncavo-esférico;
- b) determinação de um índice de refração;
- c) distância focal de uma lente;
- d) revelação e impressão fotográficas;
- e) prática com o microscópio;
- f) prática com o espectroscópio;
- g) comparação de intensidades luminosas;
- h) prática com a bússola;
- i) montagem e associação de pilhas;
- j) medida de uma resistência elétrica.

CURSO CLÁSSICO

2.ª Série

1. Introdução ao estudo da física. Matéria; propriedades. Lei física. Fenômenos físicos. Forças. Sistemas de forças. Equilíbrio das forças. Trabalho e potência. Máquinas simples. Rendimento. Conservação do trabalho.

2. Movimento retilíneo. Velocidade e aceleração. Gráficos. Movimento circular. Força e aceleração. Quantidade do movimento e impulso. Energia cinética. Forças no movimento curvilíneo.

3. Gravidade. Peso e massa dos corpos. Equilíbrio dos corpos. Balanças. Queda dos corpos. Pêndulo. Sistemas de unidades. Legislação metrológica brasileira.

4. Pressão. Estudo dos líquidos. Distribuição das pressões nos líquidos em equilíbrio. Equilíbrio dos líquidos. Corpos imersos e flutuantes. Densidades. Escoamento dos líquidos. Fenômenos devidos às forças moleculares.

5. Estudo dos gases. Pressão atmosférica. Compressibilidade e expansibilidade. Mistura de gases. Resistência do ar. Princípio de Arquimedes.

medes aplicado aos gases. Bombas de gases e de líquidos.

6. O calor e seus efeitos. Temperatura, sua avaliação. Dilatação dos sólidos, líquidos e gases. Gases perfeitos.

7. Quantidade de calor. Calor específico. Calorimetria. Propagação do calor. Mudanças de estado físico e suas leis.

8. Transformações do calor em trabalho e *vice-versa*. Princípios de termodinâmica. Máquinas térmicas.

3.' Série

1. Movimento vibratório. Composição de vibrações. Propagação ondulatória e superposição de ondas. Natureza do som. Propagação, percepção e velocidade do som. Reflexão, refração e interferência do som. Qualidades do som. Fontes sonoras.

2. Propagação retilínea da luz. Sombras. Reflexão da luz. Espelhos planos e curvos. Refração da luz. Lâminas, prismas e lentes. Instrumentos de óptica.

3. Estudo físico da luz. Velocidade da luz. Energia radiante. Espectros das radiações. Fotometria. Difração, interferência, dupla refração e polarização da luz.

4. Carga elétrica. Campo elétrico. Indução electrostática. Condensadores.

5. Massas magnéticas. Campo magnético. Magnetismo terrestre.

6. Corrente elétrica. Grandezas características. Lei de Ohm. Correntes derivadas. Efeitos térmicos da corrente elétrica. Efeitos químicos da corrente elétrica.

7. Campo magnético das correntes elétricas. Solenóides e electroímãs. Ação recíproca das correntes e ímãs. Indução electromagnética. Geradores e motores de corrente contínua. Noções sobre correntes alternativas. Noções sobre oscilações elétricas e ondas electromagnéticas.

8. Condução da eletricidade através dos gases. Raios X. Efeitos termo iônico e fotoelétrico. Radioativi-

dade. Noções sobre a constituição da matéria. Teorias modernas da física.

PROGRAMA DE QUÍMICA

1 — CURSO CIENTIFICO

1 Série

1. Espécies químicas e misturas. Átomos e moléculas. Elemento.

2. Leis das combinações químicas.

3. Notação dos elementos e das substâncias. Equações químicas.

4. Valência. Fórmulas e nomenclaturas dos compostos binários.

5. Ácidos. Bases. Sais.

6. óxidos. óxidos básicos, ácidos anfóteros, neutros e salinos. Peróxidos.

7. Estudo descritivo sumário dos principais metalóides e de seus compostos mais importantes.

8. Generalidades sobre reações químicas. Principais tipos. Estudo geral das oxi-reduções.

2.' Série

1. Compostos orgânicos. Análise orgânica elementar. Constituição dos compostos orgânicos. Isomeria.

2. Sinopse das funções orgânicas. Radicais orgânicos. Séries.

3. Estudo geral dos hidrocarbonetos. Apresentação dos mais importantes. Hulha e petróleo, seus produtos. Borracha.

4. Estudo geral das seguintes funções e apresentação dos exemplos mais importantes; álcool, fenol, aldeído, cetona, carboxil-ácido, éster e éter.

Lipídios em geral.

5. Estudo geral dos glicídios. Hexoses. Sacarose e seus isômeros. Celulose e derivados. Amido e glicogênio.

6. Estudo geral das funções nitrogenadas; amins, amidas, nitrilos. Protídios.

7. Generalidades sobre os compostos heterocíclicos. Principais grupos. Noções sobre alcalóides e fermentos.

3. Série

1. Metais: conceito, propriedades gerais. Noções de mineração e metalurgia. Ligas metálicas.

2. Estudo sucinto dos metais e compostos metálicos mais importantes. Ferro e suas ligas. Noções de siderurgia.

3. Rudimentos de análise quantitativa. Principais métodos titulométricos.

4. Estrutura do átomo. Isótopos. Teoria da combinação química.

5. Classificação periódica dos elementos.

6. Radioatividade. Transmutação dos elementos.

7. Soluções, conceito, propriedade; analogia com o estudo gasoso. Massas moleculares e atômicas. Electrólitos; electrólise.

8. Estudo geral dos colóides.

9. Termoquímica, suas leis. Cinética das reações; conceito de velocidade de reação, fatores que a influenciam. Catalise.

10. Equilíbrio químico; equilíbrio iônico. Extensão dos conceitos de ácido e de base.

li — CURSO CLÁSSICO

2. Série

1. Espécies químicas e misturas. Átomos e moléculas. Elemento.

2. Leis das combinações químicas.

3. Notação dos elementos e das substâncias. Equações químicas.

4. Valência. Fórmulas e nomenclatura dos compostos binários.

5. Estudo sucinto dos principais grupos de compostos minerais: — ácidos, bases, sais e óxidos. Apresentação dos principais.

6. Generalidades sobre reações químicas. Principais tipos.

3.' Série

Primeira Parte

1. Compostos orgânicos. Caracterização do carbono, hidrogênio e nitrogênio nos compostos orgânicos. Constituição dos compostos orgânicos. Isomeria.

2. Sinopse das funções orgânicas. Radicais. Séries.

3. Estudo geral sucinto dos hidrocarbonetos, álcoois, fenóis, aldeídos, cetonas, carboxil-ácidos, ésteres e éteres. Exemplos mais importantes. Noções sobre lipídios.

4. Noções sobre glicídios. Apresentação dos mais importantes.

5. Estudo geral sucinto dos compostos orgânicos nitrogenados.

Segunda Parte

6. Metais: conceito, propriedades gerais. Noção de mineração e metalurgia. Ligas metálicas.

Terceira Parte

7. Estrutura do átomo. Isótopos. Teoria da combinação química. Radioatividade e transmutação dos elementos.

8. Classificação periódica dos elementos.

9. Solução, conceito, propriedades. Electrólitos; electrólise.

10. Termoquímica, suas leis. Conceito de velocidade de reação, fatores que a influenciam. Catalise. Noções sobre equilíbrio químico.

(Publ. no *D. O.* de 26-11-951).

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

I) PUBLICAÇÕES SERIADAS

a) *Já publicadas*

- Publicação n. 1 — O ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936. Ed. em 1939. (esgotada)
- Publicação n. 2 — Organização do ensino primário e normal. — I. Estado do Amazonas. Ed. em 1939. (esgotada)
- Publicação n. 3 — Organização do ensino primário e normal. — II. Estado do Pará. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 4 — Organização do ensino primário e normal. — III. Estado do Maranhão. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 5 — Organização do ensino primário e normal. — IV. Estado do Piauí. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 6 — Organização do ensino primário e normal. — V. Estado do Ceará. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 7 — Organização do ensino primário e normal. — VI. Estado do Rio Grande do Norte. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 8 — Organização do ensino primário e normal. — VII. Estado da Paraíba. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 9 — Organização do ensino primário e normal. — VIII. Estado de Pernambuco. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 10 — Organização do ensino primário e normal. — IX. Estado de Alagoas. Ed. em 1940. (esgotada)
- Publicação n. 11 — Organização do ensino primário e normal. — X. Estado de Sergipe. Ed. em 1941. (esgotada)
- Publicação n. 12 — A administração dos serviços de educação. Ed. em 1941. (esgotada)
- Publicação n. 13 — Situação geral do ensino primário. Ed. em 1941. (esgotada)
- Publicação n. 14 — Organização do ensino primário e normal. — XI. Estado da Bahia. Ed. em 1941. (esgotada)
- Publicação n. 15 — Organização do ensino primário e normal. — XII. Estado do Espírito Santo. Ed. em 1941. (esgotada)
- Publicação n. 16 — Organização do ensino primário e normal. — XIII. Estado do Rio de Janeiro. Ed. em 1942. (esgotada)
- Publicação n. 17 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1940). Ed. em 1942. (esgotada)
- Publicação n. 18 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1941). Ed. em 1942. (esgotada)

- Publicação n. 19 — Organização do ensino primário e normal. — XIV. Estado de São Paulo. Ed. em 1942.
- Publicação n. 20 — Organização do ensino primário e normal. — XV. Estado do Paraná. Ed. em 1942.
- Publicação n. 21 — Organização do ensino primário e normal. — XVI. Estado de Santa Catarina. **Ed. em 1942.** (esgotada)
- Publicação n. 22 — Organização do ensino primário e normal. — XVII. Estado de Mato Grosso. Ed. em 1942. (esgotada)
- Publicação n. 23 — Organização do ensino primário e normal. — XVIII. **Estado** de Goiás. Ed. em 1942. (esgotada)
- Publicação n. 24 — Organização do ensino primário e normal. — XIX. Estado de Minas Gerais. Ed. em 1942.
- Publicação n. 25 — O ensino no Brasil no quinquênio 1936-1940. Ed. em 1942.
- Publicação n. 26 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1942). Ed. em 1943.
- Publicação n. 27 — A linguagem na idade pré-escolar. Ed. em 1944. (esgotada)
- Publicação n. 28 — Organização do ensino primário e normal. — XX. Estado do Rio Grande do Sul. Ed. em 1945.
- Publicação n. 29 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1943). Ed. em 1947.
- Publicação n. 30 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1944). Ed. em 1947.
- Publicação n. 31 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1945). Ed. em 1947.
- Publicação n. 32 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1946). Ed. em 1948.
- Publicação n. 33 — Estabelecimentos de ensino comercial existentes no Brasil (Ano de 1946). Ed. em 1946. (esgotada)
- Publicação n. 34 — Ensino normal no Brasil (Ano de 1945). Ed. em 1946. (esgotada)
- Publicação n. 35 — O Ensino Secundário no Brasil (Ano de 1946). Ed. em 1946. (esgotada)
- Publicação n. 36 — O Ensino Industrial no Brasil (**Ano** de 1946). Ed. em 1946.
- Publicação n. 38 — O Ensino Superior e Médio no Brasil (Ano de 1947). Ed. em **1948.**
- Publicação n. 39 — O Ensino Superior e Médio no Brasil (Ano de 1948). **Ed. em 1949.** (esgotada)
- Publicação n. 40 — Novos Prédios Escolares para o Brasil. Ed. em 1949. (esgotada)
- Publicação n. 41 — Ensino Primário no Brasil. Ed. em 1949. (esgotada).
- Publicação n. 42 — Leitura e Linguagem no Curso Primário. Ed. em 1949. Nova tiragem, revista — 1951.
- Publicação n. 43 — Oportunidades de Preparação no Ensino Industrial. Ed. em **1949.**
- Publicação n. 44 — Oportunidades de Preparação no Ensino Comercial. **Ed. em 1949.**
- Publicação n. 45 — Oportunidades de Preparação no Ensino Agrícola e Veterinário. Ed. em 1949.

- Publicação n. 46 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1947). Ed. em 1950.
- Publicação n. 47 — Problemas de Educação Rural. Ed. em 1950.
- Publicação n. 48 — Jornadas de Educação. Ed. em 1950.
- Publicação n. 49 — Educação Física no Curso Primário. Ed. em 1950. Nova tiragem, 1952.
- Publicação n. 50 — Atividades Econômicas da Região no Curso Primário. Ed. em 1950. (esgotada)
- Publicação n. 51 — Canto Orfeônico no Curso Primário. Ed. em 1950.
- Publicação n. 52 — Organização do ensino primário e normal. — Estado do Piauí. Ed. em 1950. (esgotada)
- Publicação n. 56 — Oportunidades de Preparação no Ensino Superior. Ed. em 1950.
- Publicação n. 57 — Organização do ensino primário e normal — Estado do Espírito Santo. Ed. em 1950.
- Publicação n. 58 — O Ensino Superior e Médio no Brasil, em 1949. Ed. em 1951.
- Publicação n. 60 — Aperfeiçoamento de Professôres. Ed. em 1950. (esgotada)
- Publicação n. 65 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1948). Ed. em 1950. (esgotada)
- Publicação n. 66 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1949). Ed. em 1950.
- Publicação n. 68 — Oportunidades de Preparação no Ensino Militar. Ed. em 1951.
- Publicação n. 70 — Subsídios para a História da Educação Brasileira (Ano de 1950). Ed. em 1951.

b) *Em impressão*

- Publicação n. 53 -- Organização do ensino primário e normal — Estado de Santa Catarina.
- Publicação n. 54 — Organização do ensino primário e normal — Estado de Sergipe.
- Publicação n. 62 — Organização do ensino primário e normal — Estado da Paraíba.
- Publicação n. 64 — A Nova Escola Primária Brasileira.
- Publicação n. 67 — O Ensino Secundário no Brasil.
- Publicação n. 69 — Oportunidades de Preparação no Ensino de Enfermagem e Serviço Social.
- Publicação n. 71 — A Matemática no Curso Primário.

c) *Em preparação*

- Publicação n. 55 — Situação Geral do Ensino Primário.
- Publicação n. 59 — Novos Mestres para o Brasil.
- Publicação n. 61 — Situação do Ensino Normal.
- Publicação n. 63 — Organização do ensino primário e normal — Estado de Pernambuco.

II) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- a) **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**—Foram publicados 43 números, constituindo 16 volumes, dos quais estão esgotados os números 1, 30, 34 e 36
- b) Boletim Mensal — Foram publicados 134 números, dos quais estão esgotados os números 1 a 52.

III) PUBLICAÇÕES AVULSAS

- I volume — Reformas Benjamin Constant (1890-1892). Ed. em 1941. (esgotada)
 - II volume — Código Fernando Lobo (1892-1899). Ed. em 1941.
 - III volume — Código Eptácio Pessoa (1900-1910). Ed. em 1941. (esgotada)
 - IV volume — Reformas Rivadávia e C. Maximiliano (1911-1924). Ed. em 1942. (esgotada)
 - V volume — Reforma João Luiz Alves — Rocha Vaz (1925-1930). Ed. em 1944.
 - VI volume — Ensino Técnico-industrial (1892-1929) e Ensino Comercial (1892-1928). Ed. em 1942.
 - VII volume — Ensino Agrônômico (1892-1929). Ed. em 1942.
- b) Oportunidades de educação na capital do país (informações sobre escolas e cursos para uso de pais, Professôres e estudantes). Ed. em 1941. (esgotada).

***Este livro foi composto e
impresso nas oficinas pró-
prias da Editora A Noite.
à Av. Rodrigues Alves. 435.**